

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO  
E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E PODERES

**DAYSE MARINHO MARTINS**

**A “CIDADE DOS LAGOS”:**

Narrativas ancestrais sobre as estearias no município de Penalva – MA

São Luís  
2023

**DAYSE MARINHO MARTINS**

**A “CIDADE DOS LAGOS”:** Narrativas ancestrais sobre as estearias no município de  
Penalva – MA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS), como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes

Linha de Pesquisa: Poderes, políticas e sociabilidades.

**Orientador:** Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro.

São Luís  
2023

**DAYSE MARINHO MARTINS**  
**A “CIDADE DOS LAGOS”:** narrativas ancestrais sobre as estearias no município de  
Penalva – MA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS), como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Tese defendida e aprovada em 28/02/2024.

Pela Comissão Examinadora, constituída pelos seguintes professores:

---

**Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro** (Orientador)

Doutor em Antropologia com ênfase em Arqueologia / Universidad Nacional Autónoma de México  
(UNAM)

Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Prof. Dr. Lucio Menezes Ferreira**

Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) Universidade  
Federal de Pelotas (UFPEL)

---

**Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos**

Doutorado em Políticas Públicas em Educação Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Programa de Pós-Graduação em História – (PPGHIST) - Universidade Estadual do Maranhão  
(UEMA)

---

**Profa. Dra. Soraia Sales Dornelles**

Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer**

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Profa. Dra. Cristianne Almeida Carvalho – 1ª Suplente**

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Prof. Dr. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz– 2º Suplente**

Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ  
Colégio Universitário - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

À minha família

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a meus pais, Humberto (*in memoriam*) e Vasti, pelo apoio sem medida. À minha avó Raimunda Borges, “Dica”, (*in memoriam*) que assim como meu pai, me apresentou o fantástico mundo das histórias dos campos e lagos penalvenses. Ao meu irmão Dyêgo, também historiador, agora na companhia do meu sobrinho Álvaro, pelas aprendizagens compartilhadas na academia e na vida. Ao meu amado Márcio Eduardo, “M@”, por compartilhar de minha trajetória acadêmica e pessoal desde 2002, me impulsionando como profissional, pessoa e mulher, me estimulando à confiança no meu potencial para a realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro, meu orientador, mestre exemplar, admirável pesquisador nos estudos sobre as estearias, que a mim dedicou confiança e atenção, bem como, valorosa contribuição na pesquisa. Obrigada por me oferecer a escuta atenta e realizar as intervenções necessárias para o alinhamento da produção, sempre com afetividade e compreensão. Gratidão pela oportunidade e por democratizar o conhecimento sobre Arqueologia, desvelando com seus estudos, a relevância das estearias penalvenses.

Ao Programa de Pós-Graduação em História que acolheu minha proposta de pesquisa e oportunizou ampliar minha imersão na História. Clio: área amada que encadeia minhas formações acadêmicas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Minha ligação com Clio está acima da vinculação a associações personalistas.

Aos professores do PPGHIS, pela admiração aos profissionais que são. Dedico um especial apreço à Prof<sup>a</sup> Adriana Zierer que me estimulou de forma decisiva a participar da seleção para o curso, ainda que eu já tivesse formação em Doutorado. Aos Professores Victor Coelho, Ediane Nobre, Rafael Chambouleyron, César Castro, Lyndon de Araújo, Josenildo Pereira e Soraia Dornelles pelas contribuições na pesquisa durante suas disciplinas. Ao Prof. Henrique Borralho, sempre presente em minha formação de historiadora e que contribuiu na etapa de qualificação da pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, pela gentileza de aceitar o convite para a apreciação desta tese, possibilitando enriquecê-la. É uma honra contar com suas participações em minha trajetória acadêmica.

Aos colegas de turma, especialmente Yuri Alhadeff e Nivaldo Germano pela parceria no cotidiano do curso e nas produções acadêmicas.

Aos professores e colegas da graduação em Comunicação Social, Rádio e TV que aquece meu coração em meio aos percalços da vida. Obrigada pela admiração e respeito aos meus percursos na academia e pela alegria de aprender a me tornar comunicadora.

Em especial, manifesto minha profunda gratidão ao querido Fábio Palácio, meu mestre em Retórica que se tornou parceiro no PPGPSI e acima de tudo uma pessoa amada que carrego no coração. Sua presença foi fundamental na retomada do texto para a qualificação. Nossas conversas sobre política, futebol, Maranhão, o *ethos* popular, música e literatura, bem como, suas palavras de incentivo acalentaram meu coração vilipendiado e trouxeram de volta o encanto pelos estudos. Gratidão, Fafá, por ter trazido a leveza que eu precisava.

À Prof.<sup>a</sup> Sandra Rodrigues por enriquecer esta tese no desafio de um pós-doc simultâneo no PPGHIST-UEMA. Neste, sou grata pela oportunidade, especialmente aos professores Antonio Evaldo e Helidacy.

Ao Prof. João Batista Bottentuit sempre incentivador nos meus estudos e articulador junto à FAPEMA na realização do Programa Professor Cidadão do Mundo: oportunidade ímpar de intercâmbio na Universidade de Coimbra. Momento decisivo para o amadurecimento do produto técnico fruto desta tese: o circuito gamificado das estearias que entrego à população penalvense.

À Prof.<sup>a</sup> Ana Amélia Carvalho da Universidade de Coimbra pelo acolhimento à proposta de gamificação em educação patrimonial que constituirá nossa próxima parceria no pós-doc em Ciências da Educação com ênfase em tecnologias digitais.

Aos profissionais da SEDUC MA na URE São Luís nas pessoas das gestoras Eva Barros e Stefanny Matos e à SEMED Slz. Aos colegas docentes do Mestrado em Psicologia da UFMA onde exerço a docência pela admiração e parceria no diálogo enriquecedor.

À Academia Maranhense de Ciências na pessoa do presidente Henrique Mariano do Amaral, pela honra de minha eleição na cadeira patroneada por Claude D'Abbeville, sempre me estimulando ao fazer científico.

Aos servidores da Biblioteca Pública Benedito Leite pela gentileza e disponibilidade no acesso aos jornais no contexto da pesquisa documental.

À James Cunha e a jovem Academia Penalvense de Letras e Artes pela disponibilidade e suporte na coleta de informações com os sujeitos desta investigação. A Raimundo Balby, Adonae, Gilmar e Galdino penalvenses entusiastas do meu trabalho.

Aos participantes da pesquisa pela valiosa contribuição na escrita da história das estearias penalvenses.

À população penalvense, principalmente, os professores que demonstraram uma admiração a mim que eu não esperava encontrar. Numa infância marcada por ser diferente, nunca imaginei que um dia eu seria considerada uma penalvense de destaque como vocês demonstraram neste momento.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram em algum momento para a plena execução desta pesquisa.

Em 2019, concluí meu doutorado em Políticas Públicas e ao mesmo tempo, tive minha história fragmentada ao perder, por questões políticas, um trabalho de 10 anos na gestão de uma escola. Perdi meu pai. Em meio ao sentimento de perda, sonhei noites a fio que cursava o Doutorado em História. Deparei-me com a oportunidade de cursá-lo no PPGHIS. Percebi que na verdade, saí da caverna como no mito de Platão. Muito mais que aulas, tive vivências significativas e em 2020, retornei ao contexto laboral.

Em seguida, veio uma pandemia: desafios, assédios, violências, perdas, desesperança. Dores que machucaram, mas com resiliência, segui na produção, ansiosa e solitária: não havia mais “amigos” do trabalho para elogiar, reforçar. Hoje sei que “o trigo foi separado do joio” e nesse processo, finalizo esta produção e uma caminhada pessoal de amadurecimento. Gosto mais de mim e sei que tenho a mim. Sei quem sou e não importa o que falem sobre mim. Carrego a gratidão aos que seguiram comigo na árdua tarefa de fazer ciência nestas terras, sem reconhecimento e sendo *persona non grata*.

Tomo as palavras de Marta Medeiros, que me foram apresentadas por uma cliente no *setting* terapêutico da Psicologia, para encerrar esta confissão:

*Sou uma mulher madura que às vezes brinca de balanço.*

*Sou uma criança insegura que às vezes usa salto alto.*

*Sou uma mulher que balança.*

*Sou uma criança que atura.*

*Não gosto da vida em banho-maria, gosto de fogo, pimenta, alho e ervas.*

*Não tenho a ver com não gostarem de mim.*

*Me aceito impura, me gosto com pecados e há muito me perdoei.*

Muito Obrigada.

Penalva, minha alegria é tanta,  
Meu peito se agiganta pra te homenagear.  
E, nesta melodia eu quero todo dia te exaltar,  
Ô Penalva!  
As lendas e mistérios eu quero me referir  
A Ilha do Formoso,  
Praia do Zé Martins  
E ao Lago Cajari.  
Tuas matas, o teu povo tem riqueza,  
No teu rio e grande lago fartura e beleza  
E a raça desse povo bravo e forte  
É a estrutura e o suporte da tua grandeza.  
Casa de palha na roça, com varanda e quintal,  
Preto velho na lavoura, arando a terra pro mandiocal.  
E a cana no engenho faz o caboclo cantar,  
Seja a farinha d'água ou a cachaça jatobá.  
Tudo em ti é mocidade, amor e poesia.  
Teu povo é só bondade, feitiço e alegria.

(Carlos Alberto de Sá Barros “Cabé”)

## RESUMO

Estudo sobre os sítios de estearias localizados no município de Penalva – MA. As estearias são sítios arqueológicos formados pela concentração de esteios de troncos de árvores colocados no leito dos rios e lagos da Baixada Maranhense entre o início da era cristã até o ano de 1200 d.C. Analisa-se a elaboração de narrativas ancestrais pela população sobre a formação destes assentamentos pré-coloniais, caracterizando-as, discutindo os processos interpretativos de elaboração em meio à constituição do município de Penalva-MA. Para tanto, toma-se como fundamento, a abordagem teórica da História Cultural considerando cultura conforme Chartier, enfocando práticas e representações. Aborda-se a perspectiva da História Global evidenciando conexões e para além das fronteiras do referencial de Estado-nação. Articulam-se ainda, os conceitos de memória, narrativa, identidade e território. A pesquisa é qualitativa, englobando como métodos de procedimento, pesquisa bibliográfica, documental e História Oral na modalidade temática a partir de pesquisa de campo com observação em grupo focal e registro por meio de entrevistas semiestruturadas e formulário do Google, das percepções dos moradores da cidade de Penalva enquanto campo intencional de estudo. A análise se baseia no método comparativo pela articulação dos relatos com fontes escritas, tais como jornais maranhenses do século XX localizados na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e Biblioteca Pública Benedito Leite, publicações sobre a história de Penalva e a arqueologia dos sítios, além de obras da literatura, historiografia maranhense e de historiadores diletantes de Penalva-MA. A pesquisa situa-se no século XXI, e como abordagem do tempo presente, contempla a interpretação da população sobre as estearias evocando eventos do século XX, diante dos quais se percebe a elaboração das interpretações sobre os sítios arqueológicos pela população penalvense. O estudo evidencia o conjunto de histórias ancestrais que caracterizam a explicação das pessoas que vivem próximas às estearias, suscitando reflexões sobre representações e tradições forjadas em narrativas além de ações que possibilitem fortalecer os laços da população penalvense com as estearias. Portanto, contribui para o enriquecimento do quadro da atual historiografia maranhense na medida em que evidencia o olhar sobre epistemologias locais, além de fomentar a educação do senso histórico numa perspectiva comunitária para valorização do patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** História Global. Sítios arqueológicos. Estearias. Narrativas Ancestrais.

## ABSTRACT

Study on the stye sites located in the municipality of Penalva – MA. Stearias are archaeological sites formed by the concentration of tree trunks of trees placed on the beds of rivers and lakes in Baixada Maranhense between the beginning of the Christian era and the year 1200 A.D. The elaboration of ancestral narratives by the population about the formation of these pre-colonial settlements is analyzed, characterizing them, discussing the processes interpretative elaboration during the constitution of the municipality of Penalva-MA. To this end, the theoretical approach of Cultural History considering culture according to Chartier is taken as a basis, focusing on practices and representations. The perspective of Global History is approached, highlighting connections and beyond the borders of the nation-state framework. The concepts of memory, narrative, identity and territory are also articulated. The research is qualitative, encompassing procedural methods, bibliographical and documentary research and Oral History in thematic modality based on field research with focus group observation and recording, through semi-structured interviews and Google forms, the perceptions of the city's residents. of Penalva as an intentional field of study. The analysis is based on the comparative method by articulating reports with written sources, such as Maranhão newspapers from the 20th century located in the digital Hemeroteca of the National Library and Public Library Benedito Leite, publications on the history of Penalva and the archeology of the sites, in addition to works literature, historiography from Maranhão and amateur historians from Penalva-MA. The research is located in the 21st century, and as an approach to the present time, it contemplates the population's interpretation of the stearias, evoking events from the 20th century, in which we can see the elaboration of interpretations about archaeological sites by the population of Penalva. The study highlights the set of ancestral stories that characterize the explanation of the people who live close to the stearias, raising reflections on representations and traditions forged in narratives, as well as actions that make it possible to strengthen the ties between the penal population and the stearias. Therefore, it contributes to enriching the current historiography of Maranhão as it highlights local epistemologies, in addition to promoting the education of historical sense from a community perspective to value cultural heritage.

**Keywords:** Global History. Archaeological sites. Estearias. Ancestral Narratives.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Aparelho de Características Estranhas
AHDAM	Arquivo Histórico Digital Aberto do Maranhão
AMC	Academia Maranhense de Ciências
AML	Academia Maranhense de Letras
ANPUH	Associação Nacional de História
APA	Associação Americana de Psiquiatria
APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
AVL	Academia Vianense de Letras
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CADÚnico	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCH	Centro de Ciências Humanas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
COVID-19	(Co)rona (Vi)rus (D)isease 2019
CPHANAMA	Centro de História Natural e Arqueologia do Maranhão
DEHIS	Departamento de História
DRSAIs	Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado
EAD	Educação a Distância
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GMAD	Grupo de Estudos do Mundo Atlântico e suas Diásporas
GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GT	Grupo de Trabalho
HILL	Grupo de Pesquisa História, Cultura Letrada e Outras Linguagens
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IHGM	Instituto Histórico Geográfico do Maranhão
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LARQ	Laboratório de Arqueologia
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
NuCus	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OVNIs	Objetos Voadores Não Identificados
PPGAV	Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais
PPGHIS	Programa de Pós-Graduação em História
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica
PRONAPABA	Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
REHCULT	Grupo de Pesquisa História, Religião e Cultura Material
RNHB	Revista Nordestina de História do Brasil
SECTUR	Secretaria de Estado da Cultura e Turismo
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
SNI	Serviço Nacional de Informação
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
TCP/IP	Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo de Internet
UDESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMAnet	Núcleo de Tecnologias para Educação da UEMA
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás

UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Prisma <i>flow diagram</i> – narrativas ancestrais e cidades.....	49
Figura 2 – Mapa de localização do município de Penalva .....	58
Figura 3 – Limites do município de Penalva.....	59
Figura 4 - Planificação da área urbana de Penalva – MA (2007) .....	60
Figura 5 – Prédios da área urbana de Penalva – MA .....	61
Gráfico 1 – Comunidades rurais de Penalva – MA .....	62
Figura 6 - IDHM - Penalva - MA .....	64
Figura 7– Índice de Gini Penalva – MA .....	65
Figura 8 - Posição do IDH do município – Penalva - MA.....	66
Figura 9 - Pirâmide etária do município – Penalva – MA.....	68
Gráfico 6 – Distribuição de matrículas na rede escolar em Penalva - MA .....	71
Gráfico 7 – Distorção idade-série por nível de ensino em Penalva – MA.....	71
Figura 10– Rio Maracu .....	74
Figura 11– Lagos de Penalva - MA.....	75
Figura 12 – Igarapé Castelinho em Penalva - MA .....	76
Figura 13 – “Ilha do Formoso” - Penalva - MA .....	77
Figura 14 – Campos de Penalva MA .....	78
Figura 15 – Vegetação dos Tesos.....	78
Figura 16 – Vegetação lacustre.....	79
Figura 17 – Bandeira de Penalva - MA .....	103
Figura 18 – Certidão de batismo de Celso Magalhães .....	110
Figura 19 – Retrato de Celso Magalhães no Jornal “O Mequetrefe” - RJ .....	111
Figura 20 – Antonio Lopes.....	125
Figura 21 – Raimundo Lopes .....	129
Figura 22 – Visita de Albert Einstein ao Museu Nacional (7/05/1925) .....	134
Figura 23 – Quadro de classificação dos períodos da Arqueologia no Brasil. ....	149
Figura 24 – Artefatos retirados das estearias em exposição no CPHNAMA .....	160
Figura 25 – Publicações de Alexandre Navarro a partir de 2013 .....	165
Figura 26 – <i>Qr-code</i> da canção “Tributo a Penalva” .....	173
Figura 27 – Nuvem de palavras sobre estearias.....	174
Gráfico 8 – Faixa etária dos participantes do grupo focal.....	175
Gráfico 9 – Religião dos participantes do grupo focal .....	175

<b>Gráfico 10 – Conhecimento sobre as estearias pelos participantes do grupo focal.....</b>	<b>176</b>
<b>Gráfico 11 – Onde tiveram conhecimento das estearias .....</b>	<b>177</b>
<b>Gráfico 12 – Percepções dos participantes do grupo focal sobre as estearias.....</b>	<b>177</b>
<b>Gráfico 13 – Percepções sobre ações envolvendo as estearias .....</b>	<b>178</b>
<b>Gráfico 14 – Percepções sobre histórias envolvendo as estearias .....</b>	<b>179</b>
<b>Gráfico 15 – Narrativas sobre Penalva relatadas pelos participantes do grupo focal ...</b>	<b>179</b>
<b>Gráfico 16 – Narrativas dos participantes do grupo focal sobre as estearias.....</b>	<b>182</b>
<b>Figura 28 – Infográfico sobre notícias de ÓVNIS em Jornais Maranhenses.....</b>	<b>215</b>
<b>Figura 29 – Manchete da 1ª Página de “O Imparcial” 17.07.1977.....</b>	<b>217</b>
<b>Figura 30 – Manchete da 1ª Página de “O Estado do Maranhão” 31.07.1977 .....</b>	<b>217</b>
<b>Figura 31 – Infográfico sobre relatos de avistamentos de ÒNVIS no MA.....</b>	<b>218</b>
<b>Figura 32 – Desenho do ÓVNI pela descrição dos moradores de Pinheiro – MA.....</b>	<b>221</b>
<b>Figura 33 – Infográfico dos memes de narrativas ancestrais de Penalva – MA.....</b>	<b>225</b>
<b>Figura 34 – <i>Qr-code</i> com trecho do documentário de Balby .....</b>	<b>228</b>
<b>Figura 35 – Nuvem de palavras sobre cultura penalvense .....</b>	<b>228</b>
<b>Gráfico 17 – Escolaridade dos participantes que responderam o formulário <i>Google</i> ...</b>	<b>234</b>
<b>Gráfico 18 – Percepções dos participantes que responderam o formulário <i>Google</i>.....</b>	<b>234</b>
<b>Gráfico 19 – Ações com as estearias conforme os participantes do <i>forms</i>.....</b>	<b>235</b>
<b>Gráfico 20 – Narrativas sobre as estearias conforme os participantes do <i>forms</i> .....</b>	<b>235</b>
<b>Gráfico 21 – Como os participantes do <i>forms</i> consideram as narrativas.....</b>	<b>236</b>
<b>Gráfico 22 – Percepções dos participantes do <i>forms</i> sobre a difusão do tema.....</b>	<b>236</b>
<b>Figura 36 – <i>Qr-code</i> para acesso ao circuito gamificado.....</b>	<b>239</b>
<b>Figura 37 – Interface inicial da trilha gamificada .....</b>	<b>239</b>
<b>Figura 38 – Menu de navegação da trilha gamificada .....</b>	<b>240</b>
<b>Figura 39 – Menu com desafios e informações .....</b>	<b>241</b>

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

<b>Tabela 1 - Publicações por área de conhecimento .....</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 2 - Distribuição da população residente em Penalva – MA .....</b>	<b>66</b>
<b>Tabela 3 - Distribuição da população de Penalva – MA conforme religião.....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 4 - Longevidade em Penalva – MA.....</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 5 - IDEB dos níveis de ensino em Penalva – MA .....</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 6 – Composição do grupo focal .....</b>	<b>170</b>
<b>Tabela 7 – Pauta da sessão do grupo focal – Junho 2023 .....</b>	<b>170</b>
<b>Tabela 8 – Pauta da sessão do grupo focal – Outubro 2023 .....</b>	<b>171</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	17
<b>1 “NA CONQUISTA GLORIOSA PELA HISTÓRIA”: tecendo narrativas .....</b>	<b>25</b>
1.1 Memória, tradição e narrativa nas tramas da territorialidade .....	29
1.2 Estilos narrativos e tramas metafóricas da História.....	37
1.3 A pesquisa sobre narrativas ancestrais e cidades.....	46
<b>2 “PENALVA, LENDÁRIA MEMÓRIA”: monumento natural do Maranhão .....</b>	<b>56</b>
2.1 Caracterização socioeconômica do município de Penalva – MA.....	58
2.2 Cenário natural do território penalvense .....	73
2.3 Versões sobre a constituição histórica de Penalva – MA .....	81
<b>3 “SOLO AMIGO QUE EXALTA TRADIÇÃO”: as estearias penalvenses .....</b>	<b>106</b>
3.1 Penalva das estearias na literatura e nos jornais.....	107
3.2 Sob o olhar da Ciência: uma Arqueologia das estearias penalvenses.....	147
3.3 Mapeando as epistemologias penalvenses sobre as estearias .....	168
3.4 Narrativas ancestrais penalvenses sobre as estearias.....	186
3.4.1 Religiosidade.....	190
3.4.2 Encantados.....	195
3.4.3 Zoomorfismo .....	206
3.4.4 Ficção .....	213
<b>4 “PENALVA DO PROGRESSO E CULTURA”: trilhas históricas das estearias ...</b>	<b>227</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	243
FONTES.....	250
REFERÊNCIAS .....	253
APÊNDICE A – Carta de apresentação .....	276
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	277
APÊNDICE C – Roteiro de diálogo – Penalva do Castelo.....	278
APÊNDICE D – Roteiro para grupo focal, entrevista e <i>forms</i> .....	279

## INTRODUÇÃO

Parte considerável das pesquisas em História do Brasil foi constituída a partir de um viés historiográfico tradicional, isto é, os historiadores produziam análises tomando como ponto de partida, a ocupação do território pelos europeus. Conforme Borges (2004, p.14): "é como se os descobridores inaugurassem a História do Brasil e tudo que vem antes de sua chegada é pré-história". Na historiografia tradicional, foram desconsiderados, portanto, os processos sociais desenvolvidos pelos indígenas, anteriormente à presença portuguesa em território brasileiro.

A atuação nativa é compreendida como diferente, pitoresca, sem sua própria história sendo objeto de estudo atribuído à Arqueologia. Ocorre, assim, o estudo dos vestígios materiais deixados por grupos sociais, submetidos à lógica de dominação europeia que os classificou como primitivos pela ausência de escrita e de desenvolvimento tecnológico. Contudo, tal perspectiva tem sido ressignificada com vistas a uma história que desvele essas desigualdades.

Com o movimento da Escola dos Anales e o apelo a uma Nova História, a cultura e suas representações ganham novas dimensões e a História se aproxima da vivência humana enquanto "ciência dos homens no tempo" (BLOCH, 2001 p.55). A pesquisa histórica sobre as sociedades pré-coloniais passa a abordar tais grupos enquanto sujeitos ativos no fazer histórico do território brasileiro, buscando correlações com os estudos da Arqueologia, pela interdisciplinaridade, considerando enquanto fontes, o conjunto de artefatos denominado cultura material.

As pesquisas sobre a cultura material no Brasil enfocam reflexões sobre arte rupestre, sociedades amazônicas, lacustres, litorâneas, sambaquis, bem como, indústria lítica e cerâmica produzidas pelo homem pré-colombiano. Dentre os principais vestígios arqueológicos encontrados no Brasil, estão as estearias, isto é, ruínas de palafitas, habitações pré-colombianas construídas em áreas alagadiças próximas às margens ou no meio de rios ou lagos. Parte desses sítios de estearias está localizada na região correspondente à Baixada Ocidental Maranhense, numa área com grande incidência de lagos e rios (NAVARRO, 2013).

Diante desse pressuposto, nesta pesquisa são realizadas análises sobre as estearias do município de Penalva-MA, enquanto vestígios da presença humana em território maranhense durante o período pré-colonial. São consideradas como objeto central, as narrativas ancestrais elaboradas pela população penalvense sobre os esteios. Apesar das pesquisas que evidenciam

o caráter arqueológico das estearias, a população constitui uma memória permeada por narrativas fantásticas sobre estes sítios, repassando-as entre gerações pela via da tradição oral.

As estearias caracterizam sítios arqueológicos formados por troncos de árvores fixados no fundo do leito de rios e lagos da Baixada Maranhense, entre o início da era cristã e o ano 1200 d.C. Os referidos sítios estão localizados em uma área de 52 mil km, nas bacias hidrográficas do rio Turiaçu, na cidade de Santa Helena; e na bacia dos rios Pindaré e Mearim, na cidade de Penalva (NAVARRO, 2018b).

Funari (2003) e Navarro (2018a) afirmam que a cultura material caracterizada por objetos cerâmicos encontrados nesses sítios durante o período de estiagem evidencia que eles constituíam moradias de populações indígenas na região. Prous (1992), Martin (1996) e Navarro et al (2017), consideram as estearias, como espaços ainda pouco estudados na Arqueologia das terras baixas da América do Sul. Ao mesmo tempo, apontam o significativo potencial desses sítios para obtenção de artefatos em ótimas condições de preservação.

O pioneiro no estudo desse tema no Maranhão foi o geógrafo Raimundo Lopes que empreendeu análises das estearias entre as décadas de 10 e 30 do século XX, na obra "O Torrão Maranhense" (1916) ampliada com o título "Uma Região Tropical" (1970). Seu relato "Civilizações Lacustres do Brasil" (1924), contido no Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro representou o ponto de partida para a difusão das pesquisas sobre o tema no Brasil.

Com a repercussão do tema, outros estudiosos inseriram em obras da historiografia maranhense, capítulos referentes às estearias de Penalva. Entre eles, destacam-se, Mário Simões em "Acta Amazônica" (1981) pelo Museu Emílio Goeldi, Cássio Reis Costa em "A Baixada Maranhense" (1982), Olavo Correia Lima e Odir Aroso em "Pré-História Maranhense" (1989). O fomento à produção científica voltada para as estearias no Brasil contou também, com atuação do Museu Nacional e do Museu Paraense Emílio Goeldi na divulgação de obras e boletins acerca do tema, bem como, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no processo de catalogação dos sítios.

Cabe ressaltar ainda, a produção de registros sobre as estearias por historiadores diletantes. De acordo com Sousa Filho (2013, p. 02), "a produção diletante no Brasil caracteriza-se como eminentemente regional e em grande parte se baseia na história dos municípios". Nessa perspectiva, encontram-se os escritores penalvenses Carlos Alberto de Sá Barros com a obra "Elementos para a Reconstituição Histórica de Penalva" (1985) e Raimundo Balby com o livro "A Cultura Neolítica de Penalva" (1985).

No que concerne a estudos vinculados às universidades maranhenses, destaca-se o trabalho monográfico de Marcus Saldanha "Um Estudo sobre a Arqueologia Pré-histórica no

Maranhão” (2001) realizado no Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e que contém trechos que abordam as pesquisas sobre as estearias pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) durante a década de 80 do século XX. Paralelamente, no Centro de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHANAMA), surgem pesquisas desenvolvidas no Maranhão sobre as estearias, conforme a abordagem de Leite Filho (2010).

Em 2010, com implantação na UFMA, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), ampliam-se os estudos sobre as estearias sob a coordenação do Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro no Laboratório de Arqueologia (LARQ), para atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas a estudo de material arqueológico coletado no Maranhão. Nesse panorama, destaca-se o projeto de pesquisa para elaboração da “Carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da Baixada Maranhense”. No período de 2014 a 2019, as pesquisas acadêmicas empreendidas pelo LARQ/UFMA evidenciaram estudos arqueológicos de mapeamento e coleta de superfície nas estearias.

Conforme Navarro (2018a), o mapeamento permitiu caracterizar como equivocada a concepção migratória postulada pelos estudos de Lopes (1924), Simões (1981) e Leite Filho (2010). As pesquisas atuais demonstram que o povo das estearias se adaptou à região, permanecendo por pelo menos 400 anos. Para tanto, os rios da Baixada Maranhense constituíram fontes naturais decisivas na configuração do ambiente aquático enquanto espaço de moradia.

Os estudos do LARQ apontam que os assentamentos da Baixada Maranhense são contemporâneos e constituíam moradias permanentes de grupos indígenas em constante contato. O material cerâmico, as pinturas e os apliques encontrados nos sítios de estearias da região, bem como, achados de muiraquitãs de nefrita evidenciam ainda, o contato desses grupos com povos que viveram no Baixo Amazonas e possivelmente com aqueles que residiam no Caribe (NAVARRO et al, 2017).

Nesse processo, o trabalho arqueológico evidenciou não apenas a coleta de artefatos. Paralelamente, possibilitou a percepção de narrativas vinculadas aos sítios pelas populações do entorno. Apesar dos avanços nas pesquisas arqueológicas sobre as estearias no Maranhão, notam-se narrativas entre a população do município de Penalva - MA que atribuem representações fantásticas aos esteios.

Diante desse pressuposto, destacou-se o seguinte problema central: Quais as narrativas ancestrais sobre as estearias, elaboradas pela população do município de Penalva - MA?

Nesse sentido, derivaram-se outras questões que foram consideradas na análise, tais como: Que processos interpretativos e estilos narrativos estão presentes na epistemologia

local sobre as estearias de Penalva-MA? Que aspectos históricos, geográficos e sociais marcaram a constituição do município de Penalva-MA? Como se caracterizam as narrativas ancestrais da população penalvense sobre as estearias?

Fundamentando-se na problematização supracitada, neste estudo objetivou-se analisar as narrativas ancestrais sobre as estearias, elaboradas e repassadas entre as gerações pela população do município de Penalva – MA. Tornou-se pertinente, portanto, discutir os processos interpretativos e tramas metafóricas presentes na epistemologia local sobre as estearias. Tratou-se de entender o processo de constituição do município de Penalva-MA, traçando seu panorama histórico, geográfico e social, articulando-o à caracterização das narrativas da população penalvense sobre as estearias.

Na pesquisa, abordou-se a postura da população local em relação às estearias, considerando-se os seguintes argumentos: As pesquisas arqueológicas caracterizam as estearias do município de Penalva - MA enquanto evidências da presença de grupos humanos na região da Baixada Ocidental Maranhense durante o período pré-colonial. O aparecimento das estearias durante períodos de estiagem a partir do século XX e em campanhas arqueológicas despertou interpretações pela população. De tal modo, a pesquisa se fundamentou na hipótese norteadora de que as narrativas ancestrais, sobre as estearias do município de Penalva – MA evidenciam a interpretação simbólica da população desse município, no contato com atributos visíveis dos sítios lacustres.

A abordagem se pautou na necessidade de se compreender a epistemologia local da população penalvense sobre as estearias, mesmo diante da divulgação de estudos que comprovam seu caráter arqueológico. Enquanto diferencial, inter-relacionou-se História e Arqueologia no propósito de analisar as representações populares acerca da cultura material, buscando compreender as necessidades da população em constituir interpretações ancestrais sobre as estearias. O estudo evidenciou possibilidades para o fomento a esse debate, mediante os avanços nas pesquisas sobre as estearias do Maranhão, propiciados pelo LARQ/UFMA. O interesse pela temática surgiu como oportunidade de colaborar com a compreensão histórica de aspectos identitários, do município de Penalva.

Assim, o estudo se pautou na abordagem teórica da História Cultural. A proposta metodológica na busca e manejo das fontes, dados e informações teve como referência as noções de representação e apropriação, bem como, os conceitos de memória e tradição inventada no propósito de analisar o processo de constituição da epistemologia local sobre as estearias.

O campo intencional da pesquisa constituiu a cidade de Penalva-MA. Situada na Baixada maranhense, sua estrutura geológica é do Pleistoceno, constituída de terreno marcado por depressão com inundações no período chuvoso, planícies aluviais e os lagos Cajari, Formoso, Lontra e Capivari. Segundo Navarro (2019, p. 303), nesse contexto, compõem o conjunto de sítios arqueológicos do Lago Cajari em Penalva-MA, as estearias “Cacaria, Trizidela, Mãe Rosa, Capivari, Lontra e Formoso”.

Ao tomar por base a compreensão de cultura enquanto teia de significações pelos seres humanos, a pesquisa teve como método a história oral enquanto registro de narrativas da experiência humana. A modalidade adotada foi a História Oral Temática caracterizada por Ferreira (2000), na qual a entrevista tem caráter sistemático, sendo realizada com um grupo de pessoas sobre um assunto específico. Por meio dos depoimentos através da História Oral temática buscou-se obter dados informativos e factuais, assim como o testemunho dos entrevistados sobre suas vivências em relação às estearias.

A metodologia da História Oral empregada nesta pesquisa buscou recolher depoimentos referentes aos sítios lacustres, com o propósito de recuperar informações relacionadas ao processo de elaboração das narrativas populares que não se encontram registrados em outros tipos de documento. O critério de seleção dos entrevistados levou em consideração, o lugar social ocupado pelos participantes no campo profissional, no contexto da cidade de Penalva.

O registro das narrativas orais se pautou em pesquisa de campo pela necessidade de estabelecer comunicação com os sujeitos, percebendo seus códigos sobre os eventos observados. A coleta de registros orais ocorreu pela técnica do grupo focal cujo objetivo central é “[...] identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto.” (DIAS, [20--?], p. 3).

Na constituição da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, os grupos focais surgiram em 1920, nos Estados Unidos a partir da prática de escuta em grupo. Caracterizam "entrevistas focais" buscando testar reações de grupos a eventos e fenômenos sociais. O grupo focal possibilita observar a percepção de sujeitos isolados, articulada a crenças e representações constituídas por meio da interação, em contextos específicos de comunicação social. Articula-se por meio de discussões coletivas com os participantes sobre um tema, a partir das intervenções de um(a) moderador(a). Nesse processo, são verbalizadas experiências, crenças, opiniões, representações, valores entre outros elementos manifestados na coletividade (PÁTARO; CALSA, 2020).

De tal forma, a técnica busca a compreensão da construção social de percepções, atitudes e representações de um grupo diante de um tema. Em Ciências Humanas, o grupo focal prioriza as relações sociais que se estabelecem nos processos de comunicação, permitindo a emergência de pontos de vista e processos emocionais. Além disso, enfoca experiências comuns entre os participantes e a emergência dos valores que as subsidiam.

O grupo focal foi formado por 10 participantes, residentes no município, considerando-se o lugar social dos sujeitos, a partir de sua atuação no mundo do trabalho. As impressões apresentadas pelos participantes foram gravadas em áudio por meio eletrônico e posteriormente transcritas a partir do aplicativo *Transcriptor* (áudio). Para esse fim, considerou-se a permissão dos participantes, assegurando-lhes o anonimato e o uso exclusivo dos registros para as finalidades da pesquisa. A análise englobou informações verbalizadas e o entrecruzamento com documentos do levantamento sobre a temática, bem como, com o referencial teórico da pesquisa.

Paralelamente, aplicou-se questionário na modalidade *forms* sobre as estearias entre professores da rede municipal de Penalva, para mapeamento de percepções a respeito da epistemologia local acerca dos esteios. O material coletado foi utilizado para subsidiar a produção de mapeamento virtual dos sítios de estearias no *Google Earth*, como devolutiva da pesquisa à comunidade, enquanto recurso de visita virtual gamificada em abordagem de educação patrimonial.

Além disso, considerando-se o argumento de Frank (1999) sobre a pesquisa oral como ferramenta para ressuscitar memórias frequentemente mudas, tendo, no entanto, o cuidado de cruzá-la com outras fontes escritas, o estudo das narrativas sobre as estearias foi entrecruzado a fontes escritas a fim de correlacionar as percepções registradas nos documentos com as falas dos entrevistados. Além das fontes orais, foram examinados documentos que apresentam interpretações evidenciadas após o aparecimento dos esteios. Trata-se conforme Dosse (2012), de não reduzir a operação historiográfica a uma simples expressão da memória.

A técnica de pesquisa direcionada nesse sentido, que conforme Cervo & Bervian (2002) consiste na execução do plano metodológico, incluiu a pesquisa documental que conforme Carvalho (2013, p. 154) constitui a análise de “documentos a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo características ou tendências”. A obtenção de informações se pautou em documentos como: jornais maranhenses com menções sobre as estearias, obtidos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e na Biblioteca Pública Benedito Leite. Além disso, foram utilizadas obras da historiografia maranhense e de historiadores diletantes do município de Penalva-MA.

No trabalho de pesquisa, foram considerados, portanto, registros em documentos que abordam a constituição da região. Buscaram-se produções da historiografia maranhense que referenciam esse imaginário sobre as estearias.

A análise dessas fontes tomou por base o método comparativo que consiste em “comparar dois tipos de documento, buscando através de suas semelhanças ou diferenças compreender os sentidos ocultos da fonte” (CARDOSO, 1997 p. 409). Assim, buscou-se desvelar os aspectos do processo de constituição das narrativas sobre as estearias em correlação com as produções científicas.

A investigação acerca das narrativas sobre as estearias do município de Penalva-MA contempla, na sua dinâmica expositiva, quatro seções. Cada uma delas aborda um conteúdo próprio que se relaciona com os demais, permitindo a associação dos elementos teórico-metodológicos, com os aspectos evidenciados nas fontes e na pesquisa de campo. Cabe ressaltar que os títulos das seções apresentam trechos do hino do município de Penalva.

A seção “*NA CONQUISTA GLORIOSA PELA HISTÓRIA*”: *tecendo narrativas* apresenta-se a discussão sobre os processos interpretativos presentes na constituição das narrativas. Teoriza-se sobre uma História Global por meio da abordagem interdisciplinar entre História e Arqueologia. Além disso, promove-se o debate sobre a articulação entre memória e tradição na tessitura da territorialidade por meio de narrativas ancestrais. São apresentados os estilos narrativos das epistemologias locais que podem ser identificados em tramas metafóricas da História. Além disso, traça-se um panorama da pesquisa brasileira sobre narrativas ancestrais e cidades no sentido de ressaltar a perspectiva de utilização de narrativas como fontes, evidenciando a atual ressignificação teórico-metodológica na pesquisa histórica.

Na seção “*PENALVA, LENDÁRIA MEMÓRIA*”: *monumento natural do Maranhão* contextualiza-se o recorte espacial da pesquisa. Apresenta-se, assim, o cenário geográfico e social da cidade de Penalva – MA, além de se problematizar as versões sobre sua constituição histórica enquanto município. A abordagem enfoca o espaço empírico da pesquisa.

Prosseguindo, o estudo se propõe a contemplar, na seção “*SOLO AMIGO QUE EXALTA TRADIÇÃO*”: *as estearias penalvenses*, os resultados da pesquisa de campo entrelaçados à pesquisa documental. Inicia-se o debate com as percepções identificadas na produção literária regional e nos jornais maranhenses especialmente no início do século XX após os estudos de Raimundo Lopes. Traça-se a partir desse ponto, o panorama de abordagem das estearias nas pesquisas científicas desenvolvidas no Maranhão, destacando-se os marcos representados por campanhas arqueológicas no século XX. Em seguida, são retratadas as narrativas ancestrais elaboradas pelos penalvenses sobre as estearias. Este ponto considera os

relatos presentes nas obras dos historiadores diletantes, bem como, os registros orais com os participantes da pesquisa. As narrativas encontram-se organizadas conforme aspectos que direcionam os enredos tais como: religiosidade, zoomorfismo, encantados e ficção.

Por fim, a seção “*PENALVA DO PROGRESSO E CULTURA*”: *nas trilhas históricas das estearias* finaliza a análise, propondo reflexões sobre o fortalecimento dos laços da população penalvense com as estearias. Neste ponto, apresenta-se mapeamento virtual dos sítios de estearias para visita gamificada no *Google Earth*, produzido durante a pesquisa. De tal forma, suscita-se o estímulo à educação patrimonial comunitária da população e a divulgação dos estudos realizados sobre as estearias.

De modo geral, a pesquisa apresenta a ampliação das investigações acerca das estearias ao focar as narrativas ancestrais, desvencilhando os aspectos que compõem seus processos de elaboração pela população no entorno dos sítios. Portanto, numa proposta de Arqueologia colaborativa contribui para o enriquecimento do quadro da atual historiografia maranhense na medida em que possibilita a compreensão de representações da população penalvense sobre as estearias, evidenciando uma epistemologia local, no fomento à educação do senso histórico.

## 1 “NA CONQUISTA GLORIOSA PELA HISTÓRIA”: tecendo narrativas

A pesquisa histórica sobre as narrativas das estearias no município de Penalva – MA se pauta nos estudos da História Cultural enquanto perspectiva voltada para o popular, de valorização dos conflitos de ordem social, da diversidade de abordagens e da interdisciplinaridade. Segundo Burke (2000, p. 246), “a abordagem teórica pertinente à História Cultural centra-se no conceito antropológico de cultura enquanto dimensão simbólica da ação social”. Assim, considera-se, portanto, cultura a partir de Chartier (2002) enquanto construção de sentidos partilhados, enfocando práticas e representações coletivas pelas quais os homens através da História atribuem significado ao mundo.

A História Cultural, tal como a entendemos, tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída pensada e dada a ler [...] As representações do mundo social assim construídas são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. (CHARTIER, 2002, p. 16-17):

Tomando como pressuposto a pesquisa em História Cultural que segundo Pesavento (2005), evidencia discursos e representações incidentes sobre espaços, atores e práticas sociais, contemplando assim, as análises sobre a produção de narrativas, considerou-se a noção de representação conforme Chartier (2002). As representações coletivas constituem, portanto, elaborações humanas voltadas para a atribuição de significados ao mundo no decorrer da História.

As representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002 p.17).

Na História Cultural, a noção de representação se refere ao modo como a realidade é construída a partir de formas simbólicas elaboradas por determinados grupos. Paralelamente, a noção de apropriação enfoca as interpretações da realidade elaboradas pelos sujeitos sociais. Por meio da associação entre as referidas noções, a cultura pode ser analisada tanto em suas práticas quanto em seus processos. Com isso, a História Cultural também permite compreender o processo de mediação cultural empreendido por intelectuais.

As noções de práticas e representações são bastante úteis porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim, as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura (BARROS, 2004, p. 82).

A narrativa passa, portanto, de elemento central a indício que revela aspectos do contexto cultural. A pesquisa histórica, nessa perspectiva, denota um caráter antropológico ou culturalista, apropriado para a abordagem da cultura de populações tradicionais que evidencia uma forte relação com a natureza.

A opção por esse tipo de abordagem levou em consideração a perspectiva de temporalidade no contexto contemporâneo que carrega a marca da liquidez evidenciada por Bauman (2005, p15) para referenciar “velocidade, e não duração”. Trata-se de uma sociedade constituída pela brevidade a partir da qual são construídas relações “líquidas” e experiências efêmeras. As interpretações sobre os fatos acabam descoladas do questionamento sobre porque tais situações ocorrem e suas repercussões sobre a coletividade. Há uma espécie de desresponsabilização na compreensão dos acontecimentos e de que modo eles afetam o todo, bem como, uma constante aceleração do tempo. Segundo Nora (1993, p.07), trata-se de uma “consciência da ruptura com o passado que se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada”. Assim, coube considerar a temporalidade no viés atual, pois, segundo Delgado (2003, p. 10):

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido à vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro. Assim sendo, o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história.

Na conjuntura sócio histórica do capitalismo globalizado, relações e comportamentos fluidos do tempo presente estruturam as formas de subjetivação e definem as perspectivas de interação dos sujeitos com a História. Para Han (2015) essa “sociedade de rendimento” é configurada pelo neoliberalismo a partir da derrocada dos regimes socialistas da Europa nos anos 1990, marcada pelo excesso de positividade e pela ausência de negatividade, isto é, pelo estímulo à produção, ao consumo e ao sucesso, pela ausência de restrições e repulsa aos rituais. No chamado “neoliberalismo global destruturador, o sujeito de desempenho tenderia hoje a encarar as formalidades sem sentido, fruto de constrictões tradicionais ultrapassadas. Há uma pobreza de símbolos e tudo é transitório” (HAN 2021, p. 10).

Diante disso, tem sido recorrente presenciar questões como o desaparecimento de manifestações culturais e a falta de identificação de sujeitos a grupos ou territórios. Trata-se de problemática que sofre influências da constante mobilidade populacional ou do acesso à

informação pelas tecnologias de massa, evidenciando processos de incompreensão das relações entre passado e presente. Tais aspectos repercutem na forma de percepção da temática abordada por esta pesquisa:

As análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao se interpretar a história vivida, no processo de construção da história conhecimento, os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o, sem, no entanto o modificar (DELGADO, 2003, p. 10):

No enfrentamento à liquidez pela qual são interpretados os fatos no tempo presente, os estudos de Pollak (1989), Nora (1993) e Halbwachs (1990), sobre a memória destacam a necessidade de ressignificação da percepção sobre a historicidade. Torna-se imprescindível abordar os acontecimentos sob o ponto de vista de uma “perspectiva construtivista: não mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados” (POLLAK, 1989, p. 5).

A esse respeito, Delgado (2003, p. 10) acrescenta que “tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história”. Assim, é fundamental atentar para a História no contexto contemporâneo, suscitando um olhar atento à liquidez das experiências humanas. Consiste, portanto, em cultivar o *ethos* de criticidade sobre os acontecimentos, resguardando a liberdade e a responsabilidade tão destacadas pelo filósofo Jean-Paul Sartre como elementos que evidenciam a intencionalidade humana.

A abordagem interdisciplinar é fundamental para o entendimento do processo de globalização e suas repercussões como “o encurtamento das distâncias; a aceleração do tempo histórico; o aumento populacional; e o incremento das desigualdades econômicas e sociais” (SANTOS JUNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 482). O gesto interdisciplinar implica, uma atitude. De acordo com Barros (2019, p. 11), “não se coloca contra a disciplina. Trata-se de flexibilizar seus limites, investir nas porosidades, proporcionar intercâmbios, assimilar novas maneiras de ver e de fazer”.

Tal postura requer que a pessoa pesquisadora se desvincule de uma relação engessada com as disciplinas, percorrendo caminhos interdisciplinares por meio de transferências, incorporações e intercâmbios de métodos. Segundo Barros (2019, p. 11) “o discurso historiográfico deve entremear habilmente três registros de comunicação: a linguagem comum, a elaboração artística e a sistematização científica. Deverá ser a um só tempo: cientificamente interdisciplinar, artisticamente literário e experimentalmente multivocal”.

Destacam-se assim, os estudos que abordam sujeitos silenciados pelos referenciais tradicionais de pesquisa, na perspectiva decolonial<sup>1</sup> de crítica das narrativas hegemônicas da modernidade. Essas reformulações refletem na produção do saber histórico, entre elas a História Global cujo enfoque se pauta na “pluralidade de temáticas que superem particularismos centrados nas fronteiras nacionais, em nítidos esforços para escapar de uma visão eurocêntrica/ocidentalista” (SANTOS JUNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 482).

Em meio a essa ressignificação epistemológica, a História Global evidencia a percepção do mundo interconectado pelo processo de globalização como sua maior unidade de análise, fornecendo o contexto final para a análise de qualquer entidade, fenômeno ou processo histórico. A História Global se volta para a análise de objetos em contextos globais ressaltando processos de conexão e intercâmbio entre a comunidade humana. Dessa forma, requer a reelaboração dos processos de pesquisa e a desvinculação de dogmas fundadores:

Ela implica também novos métodos de pesquisa ao propor uma mudança de escala historiográfica, no caso empenhando-se em pensar o globo. [...] Fica clara a necessidade de se trabalhar com a longa duração, a validade de se trabalhar tanto com fontes primárias quanto com secundárias, e a necessidade de uma pesquisa multiarquivo que contemple os lados tratados na investigação. Trata-se de gerir pesquisa coletiva e também divulgá-la eficientemente (SANTOS JUNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 491-494).

A pesquisa histórica, nessa perspectiva, situa os grupos humanos como protagonistas do fazer histórico, considerando a interdisciplinaridade na compreensão da realidade. Trata-se de uma alternativa historiográfica de abordar objetos que evidenciem conexões e elucidem relações para além das fronteiras do referencial de Estado-nação.

Fundamentado nesse aspecto, no estudo sobre as estearias enquanto elementos da cultura material torna-se essencial discutir os processos interpretativos aos quais tais vestígios são submetidos pelas sociedades humanas na escrita da História. A percepção sobre tais artefatos é permeada de simbolismos que refletem lugares sociais e interpretações constituídas na coletividade. A primeira seção deste estudo fomenta, assim, o debate sobre as relações entre memória, tradição e território. Aborda modalidades narrativas de interpretação, ressaltando reflexões necessárias à compreensão da historicidade sobre a cultura material e imaterial e a ressignificação proposta pela História Global, fomentando o debate sobre a elaboração da memória social na constituição de territorialidades.

---

<sup>1</sup> A decolonialidade ou pensamento decolonial consiste no movimento epistemológico emergente no contexto latino-americano cuja perspectiva se pauta em ampliar as teorizações, superando a *episteme* eurocêntrica. Para tanto, fomenta a crítica a posturas de naturalização e a universalidade atribuída ao conhecimento e à cultura ocidental, utilizadas como base do imperialismo ocidental. Tais estudos ressignificam produções acadêmicas, estimulando análises sobre a distinção de classes, os estudos étnicos, de gênero e de cunho regional (MIGNOLO, 2017).

## 1.1 Memória, tradição e narrativa nas tramas da territorialidade

Na pesquisa histórica sobre as narrativas ancestrais das estearias no município de Penalva - MA, com o propósito de descortinar versões sobre a História local, torna-se imprescindível problematizar o conceito de memória. Conforme Pesavento (2005 p 94) “a memória permite que se possa lembrar sem a presença da coisa ou da pessoa evocada simplesmente com a presença de uma imagem”. A memória representa não apenas um relato inócuo sobre algo ou alguém, visto que abriga em seu seio, pontos de vista /visões do mundo que a pessoa tenta dar visibilidade, inserindo-a nas relações, nos campos de força/luta sociais, ansiosa pela aceitação de seus valores como reconhecidos e assimilados por outros. As memórias são, assim, os locais propícios para o estudo das representações e a constante (re)formulação das identidades.

Conforme Nora (1993, p. 09), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e ao esquecimento, inconsciente de suas deformações, suscetível de longas latências e repentinas revitalizações”. Sem memória, jamais poderíamos formar/ forjar/construir nosso imaginário, do mesmo modo que o imaginário sobre algo ou alguém é essencial para formação de nossa memória.

Delgado (2003, p. 18) ressalta que na pesquisa histórica, “a memória contém incomensuráveis potencialidades, trazendo consigo a forte marca dos elementos fundadores, os elos que conformam as identidades e as relações de poder”. Daí a importância de se relacionar memória e representações culturais que se encontram imbricadas na intersubjetividade, na relação que se estabelece com a sociedade, na maneira de se ver e entender o mundo.

A memória representa o elemento fundamental para mediação dos processos sociais contemporâneos considerando-se a transitividade do conhecimento no tempo presente caracterizado “pela mudança constante, rápida e permanente.” (HALL, 2006, p.15). Diante disso, a memória é formadora de identidade, “indissociável da organização social da vida.” (POLLAK, 1989, p. 14.). Não consiste somente em “contar uma história”, para, além disso, representa a elaboração de diferentes perspectivas sobre o vivido e seus elementos relevantes a coletividades ou sujeitos. Caracteriza, portanto, “processo, em movimento constante de construção/desconstrução” (BERND, 2013, p. 25). Nessa dinâmica, se ressignifica possibilitando refletir sobre o que é vivido e o que é registrado e compartilhado.

No contexto da neurociência, o potencial individual da memória se pauta no armazenamento de subsunçores<sup>2</sup> que ofertam subsídios para novas elaborações cognitivas (AUSUBEL, 2003). Nela se inscrevem fatos relevantes que motivaram o sujeito a determinadas percepções no cerne de significações coletivas. Mesmo com o espectro individual da memória, Pollak (1992, p. 201) destaca que os acontecimentos não são vividos sozinhos, constituindo a memória coletiva.

Diante disso, a memória evidencia processos de rupturas e permanências, delimitando marcos em eventos submetidos ao que Pollak (1992) denomina “solidificação da memória” que ilustra a ocorrência mínima de mudança no recordar de fatos. Para tanto, cabe perceber a importância de elementos constituintes da memória, entre os quais, Pollak (1992, p. 201) destaca os acontecimentos vividos, direta ou indiretamente:

‘vividos pessoalmente’ ou ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Outro elemento constituinte da memória são as pessoas ou personagens: encontradas no decorrer da vida ou de espaço-tempo diferente do sujeito, mas reconhecidas em suas experiências sociais. Cabe ressaltar ainda, os lugares da memória, ou seja, relacionados a eventos privados ou vivências públicas, como por exemplo, os monumentos que “podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo” (POLLAK, 1992, p. 201-202).

A dinâmica inerente à construção da memória é permeada pela seletividade. Na transição entre individual e coletivo ocorrem projeções e ressignificações no recordar dos acontecimentos, implicando em seletividade, isto é, opções e recortes no processo de registro dos fatos.

A memória sofre flutuações em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. Um fenômeno construído sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento influenciando na memória individual (POLLAK, 1992, p. 202).

Nota-se que a atribuição de sentidos a vivências, num processo permeado pela intencionalidade inter-relaciona memória à construção identitária. Halbwachs (1990) ressalta

---

<sup>2</sup> Na compreensão cognitivista de aprendizagem, a expressão subsunçor caracteriza a integração de uma nova informação ao conhecimento prévio, isto é, a algo já conhecido na estrutura cognitiva do cérebro de uma pessoa (AUSUBEL, 2003).

a função da memória de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão ao grupo, por meio de uma "comunidade afetiva".

Sobre a questão, Pollak (1989, p.09) acrescenta:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.

Em articulação ao entendimento da memória, é fundamental considerar nesta pesquisa, os processos formativos de identidade, definidos conforme Pollak (1992, p. 204) como:

O sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Cabe acrescentar que em atenção ao contexto da contemporaneidade e do mundo global, deve-se compreender a formação identitária como processo fluido. De acordo com, Hall (2014, p. 107), por meio da noção de identificação que consiste:

[...] na construção a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal [...] ocorrendo o natural fechamento que forma a base da solidariedade do grupo em questão.

Nessa perspectiva, longe de se conceber a formação identitária atrelada à memória como algo naturalizado, compreende-se sua sistematização em torno de aspectos discursivos. De tal modo, compartilha-se da concepção de Delgado (2003, p. 14) na qual “tempo e espaço têm na memória sua salvação [...] tornando-se esteios das identidades. São suportes do ser no mundo. São referenciais que tornam os homens sujeitos de seu tempo”. Assim, a identidade está em processo, em constante ressignificação, no âmbito da existência do sujeito.

Vinculada a esse panorama, a memória atua como elemento de disputas sociais. De acordo com Pollak (1992, p. 206), “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, do coletivo”. Para tanto, se torna objeto de registro e interpretações históricas por meio do “trabalho de enquadramento” articulado ao “trabalho da própria memória em si”.

Em contextos de crise, a memória coletiva passa por rearranjos, reelaborações que buscam estabilizar a adesão do grupo. Por isso, segundo Pollak (1992, p. 206):

Quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearranjos, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual.

A esse respeito, Hall (2014, p. 108) acrescenta que “as identidades parecem evocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência”. De tal forma, sob essa égide se constituem as tradições que evidenciam a interlocução entre memória e identidade em busca de coesão social.

Assim, o estudo das narrativas sobre as estearias do município de Penalva-MA, repassadas por meio de um processo intergeracional, pela inter-relação entre memória e identidade, implica que se considere o conceito de tradição enquanto conjunto de práticas formalizadas que fazem referência ao passado. A tradição reporta a um *corpus* de conhecimentos transmitidos entre gerações no sentido de conservar na sociedade, costumes e práticas. É, portanto, permeada pelo caráter de aprendizagem.

Conforme Gomes (2014, p. 48), trata-se de “dimensão temporal da cultura, que se reporta à sua formação no passado, que uma coletividade reconhece como sendo essencial para sua identidade e que vincula sua existência atual com seu passado”. Aspectos que possuem caráter de tradição ao estabelecerem invenções, construções institucionalmente forjadas com base em sistemas de crenças e valores no contexto histórico de uma sociedade. Tradição refere, portanto, a produto do passado em continuidade no tempo presente, ilustrado em comportamentos e práticas.

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigem novos instrumentos que assegurem ou expressem identidade e coesão social, e que estruturam relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação torna as formas tradicionais mais difíceis ou até impraticáveis. (HOBSBAWN & RANGER, 2012, p. 328)

No âmbito desta pesquisa, amplia-se a compreensão deste aspecto, considerando-se o conceito de ‘tradição inventada’:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras aceitas, de natureza ritual ou simbólica que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWN & RANGER, 2012, p. 11-12).

Assim, cabe compreender como as tradições surgem e se estabelecem. É preciso considerar ainda, que a inserção de uma nova tradição não requer, necessariamente, a vinculação com um passado histórico remoto; ela pode estar ligada a aspectos conjunturais do contexto em que foi estabelecida. As versões utilizadas na elaboração de uma tradição se reinventam. Conforme Hobsbawn & Ranger (2012, p. 16), “Espera-se que a tradição ocorra quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais [...] inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações amplas e rápidas”.

A tradição requer deliberadamente sua invenção e estruturação por sujeitos iniciadores utilizando a história na legitimação de ações direcionadas à coesão grupal. Portanto, na dinâmica da memória e da formação identitária, a tradição é permeada pela dinamicidade das permanências e rupturas, tendo a narrativa como uma de suas principais ferramentas de difusão. Para Stone (2013, p. 10), “a narrativa significa a organização do material em uma ordem sequencial cronológica, com o conteúdo direcionado para um relato único e coerente, não obstante se sirva de tramas secundárias”.

Por sua vez, Ricoeur (2010, p.117) refere que “a narrativa é sempre configurada em uma trama que constitui seus diversos episódios e que, além de liga-los entre si, os coloca em relação com o enredo mais amplo, daí resultando uma totalidade significante”. Assim, narrar tem como fundamento, o ato de relatar eventos, conformando-os em unidade, atribuindo continuidade e sequência por meio de enredo e construindo uma história dos acontecimentos. Implica, portanto, em “compreensão prática que corresponde a dominar a trama conceitual do conjunto” (RICOEUR, 2010, p.98).

A narrativa evidencia desse modo, a constituição de histórias entrelaçadas, reportando não somente a descrição de ações humanas. Tal como esclarece Barros (2013, p. 176), “narrar é configurar ações humanas específicas, mas também é discorrer sobre significados, analisar situações”. O ato de narrar está vinculado aos significados atribuídos aos fatos, por meio de processos interpretativos e de composição textual.

A esse respeito, Calvino (1977, p. 76) afirma que “a narrativa oral modela-se sobre estruturas fixas que permitem um número enorme de combinações”. De tal modo, constituem elaborações ancestrais em articulação intergeracional de tradições e heranças identitárias, evidenciando na trama textual, as reminiscências da memória. Portanto, Benjamin (1994, p. 98) acrescenta:

São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram da História da humanidade. São suportes das identidades coletivas

e do reconhecimento do homem como ser no mundo. Possuem natureza dinâmica e como gênero específico do discurso, integram a cultura de diferentes comunidades. São peculiares, incorporam dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias. Plenas de dimensão temporal tem na experiência sua principal fonte.

Segundo Ricoeur (2010), a narrativa subsidia o trânsito entre o sujeito e o outro. Para tanto, constitui um discurso a ser lido, interpretado e permeado de projeções. Por meio dela, a memória coletiva é tramada forjando tradições e saberes sistematizados, na interpretação do cotidiano. Diante disso, Delgado (2003, p. 22) refere que:

No tempo presente, no mundo marcado pela cultura virtual e pela velocidade muitas vezes descartável das informações, tendem a desaparecer os narradores espontâneos, aqueles que fazem das lembranças, convertidas em casos, lastros de pertencimento e sociabilidade. Nessa dinâmica de velocidade incontida, desenfreada, perdem-se as referências, diluem-se os substratos da vida, reduzem-se as possibilidades de construção do saber.

Nesse sentido, a conjuntura contemporânea permeada pela liquidez das relações requer atenção maior aos processos de constituição da memória social pela oralidade. No contexto de informatização, com o auge das mídias digitais e das sociabilidades em rede a partir da internet e na quebra de fronteiras, cabe atentar para as narrativas como ferramentas da memória social, especialmente diante dos impactos da globalização na constituição dos lugares.

Tal entendimento é essencial na compreensão das territorialidades constituídas a partir da complexidade do espaço por meio da produção social humana. No que tange a esse aspecto, Raffestin (1993, p.144) esclarece:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. 'Local' de possibilidades: é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.

Ainda sobre a compreensão do conceito de espaço, é importante ressaltar a diferenciação entre o natural e o social:

O espaço natural seria a natureza primeira, a natureza mãe que cria obras com individualidade própria, pertencentes a um determinado gênero e a diferentes espécies, porém que não necessitam de trabalho para sua criação. Assim, o espaço social ou geográfico surge da transformação do espaço natural, criado pelo trabalho humano (SANTOS, 1980, p. 88).

Desse modo, o espaço social apropriado pelos seres humanos na historicidade se torna permeado por relações de poder, sendo territorializado: “organizado a partir de interesses e necessidades” (RAFFESTIN 1993, p.128). Nesse processo, narrar histórias constitui arte inerente ao gênero humano. Em meio às sociabilidades, na dinâmica histórica de rupturas e permanências, narrar sustenta viva a chama do poder no território. De tal forma, repercute na formação de autoridade, seja por meio da oralidade ou da escrita.

Segundo Souza (2013) o território constitui um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder por meio do entendimento mútuo. Nesse panorama, a narrativa constitui ferramenta persuasiva na elaboração de consensos. Consiste em construção social de territorialidade, isto é, caracteriza a conformação de uma porção do espaço, apropriado e utilizado das mais diversas formas pela sociedade, a partir da sua organização, em diversos contextos históricos, em nome de uma proposição dita coletiva.

A narrativa na conformação do território evidencia a ação espacial dos sujeitos em meio a planejamentos e disputas. Para tanto Raffestin (1993, p.143-144) observa que:

Espaço e território não são termos equivalentes [...] o espaço é anterior ao território que se forma a partir do espaço, resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] o ator ‘territorializa’ o espaço [...] O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação [...] qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Corroborando tal afirmação, Saquet (2009) referenda o território como construção social, a ser percebido em sua multidimensionalidade com base na sociabilidade coletiva. Por sua vez, Palacios (2019, p. 108) propõe compreender território a partir da noção de rede, pois, ele possui redes de distinta configuração e extensão, mas com traços comuns:

A chave, considero, é a de não reificar os Estados, nem os territórios, nem as identidades, ou seja, não tomar estes entes como coisas unitárias e homogêneas, mas como redes entrelaçadas. Da mesma forma, deste ponto de vista, as áreas, as superfícies, as linhas limítrofes, as regiões e os lugares, assim como os “sujeitos” e os “objetos”, seriam também feitos, ou, melhor, estados, de diferentes tipos de redes, da distribuição, da concentração e da regionalização de fluxos de inter-relações entre entidades diversas e heterogêneas.

Na constituição do território por meio de redes, a narrativa suscita a difusão numa cadeia de replicadores ao longo das gerações. “No ato de contar, não é apenas a narrativa em si que é repetida, mas também a tradição da comunidade é revivida” (SOUZA, 2000, p. 171).

Para Latour (2004) o território constitui-se enquanto trama simultânea entre *physis*, *logos e polis*, isto é, o mundo, a ciência e a política. A dinâmica de formação das territorialidades se entrelaça, portanto, com a tradição narrativa que suscita histórias, dando voz às vivências da comunidade ao longo de sua existência, caracterizando-as, portanto, como ancestrais.

Nesse conjunto, Santos; Silveira (2006) ressaltam a marca da historicidade, por sua vez, referência no processo de construção identitária. De tal forma, sujeitos e grupos sociais expõem por meio de narrativas ancestrais, o senso de pertencimento em relação aos seus territórios:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8).

A esse respeito, Souza (2000) pontua território como espaço definido a partir de relações de poder. Trata-se de espaço (com atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social, suscitando raízes e identidade. Nessa dinâmica, a partir da atuação dos sujeitos, tecem-se nós e redes:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos [...] uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território [...] Esses sistemas organizados hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído [...] impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios (RAFFESTIN, 1993, p. 150-151).

Tais processos de organização representam, portanto, os modos como os sujeitos e grupos em meio à diversidade, se organizam no espaço social considerando suas necessidades, interesses e sociabilidades permeadas por relações de poder. Conforme Pozzo (2012, p. 61):

As territorialidades se expressam, portanto, a partir das práticas espaciais (dos diferentes sujeitos e grupos sociais) que se efetivam durante o uso e consumo do território e, de um modo geral, corroboram, em maior ou menor grau (de acordo com o impacto socioespacial ocasionado por essas práticas), com o processo de produção do território.

Na percepção do território, é fundamental refletir sobre o espaço sem naturaliza-lo, compreendendo a região como lugar de experiência marcado por significados. Trata-se de perceber o lugar não se restringindo a considera-lo um ponto localizado no espaço, mas um contexto que se relaciona com outros lugares e que se tornou lugar pelas experiências

vivenciadas por sujeitos que lhes atribuem significado. Com isso, nas tramas narrativas que atuam constituindo o território, destaca-se o senso de pertencimento e identidade. A esse respeito Haesbaert (2010, p. 119) esclarece que:

A ‘identidade de uma região’ se refere ‘às características de natureza, cultura e habitantes que distinguem ou, de fato, podem ser usadas nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região das demais’[...] A ‘identidade’ ou ‘consciência regional’ envolve a identificação dos habitantes com sua região, tanto dentro quanto fora dela. Participam de sua construção ativistas sociais, instituições e organizações, etc.

O registro da historicidade no território é evidenciado ainda, pelo surgimento da cidade enquanto produto humano constituído ao longo do tempo e do espaço. Segundo Secchi (2006), representa, portanto, a síntese de tempos, evidenciados em símbolos e patrimônios que caracterizam vestígios de traços sociais e culturais. Assim, a cidade é composta por narrativas, articulando fatos, espaços e tempos como forma de transmissão intergeracional de experiências construídas em meio à historicidade da população.

Caracteriza, portanto, lugar de múltiplas identidades e clivagens, produzindo padrões identitários. A cidade enquanto artefato humano reverbera saberes culturais, bem como, a transmissão de experiências vividas. Consiste, portanto, em fruto do trabalho coletivo de diferentes instâncias, mas que representa a conformação de significados sociais, caracterizando uma narrativa visual e simbólica. Assim, encontra-se permeada em sua constituição por narrativas ancestrais.

## **1.2 Estilos narrativos e tramas metafóricas da História**

O estudo das narrativas ancestrais sobre as estearias no município de Penalva – MA evidencia o desvelamento da historicidade no jogo de permanências e mudanças na constituição do território. O enfoque no processo de elaboração das narrativas suscita a percepção da produção de imaginários e tradições, fomentando a compreensão das ações humanas que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo. Supera-se a ideia do passado como único foco da pesquisa histórica, ao se contemplar o estudo do tempo presente, ou seja, como a temporalidade repercute na vida presente. Para tanto, é fundamental considerar o que Barros (2006) caracteriza como temporalidades imaginárias da memória ou da ficção.

Trata-se, portanto de evidenciar a localização dos fenômenos e eventos, seus desdobramentos e de que modo a experiência humana retrata a construção do lugar. Neste

caso, evidenciar a percepção da população penalvense sobre as estearias e o processo de elaboração de narrativas no cerne das permanências e mudanças que constituem a cidade.

É comum o entendimento da cidade enquanto *urbe*<sup>3</sup>, espaço social marcado pela urbanização, cenário de grandes acontecimentos. Porém, é necessário ampliar o olhar sobre a cidade como espaço permeado por informações, vidas, sociabilidades e sentimentos. A cidade constitui formas de vida e atribuição de sentidos em meio à produção de ideias, comportamentos, valores, tradições e cultura (CARLOS, 2005).

Cabe compreender que independente da localização urbana ou rural, “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” Representa, portanto, a “projeção da sociedade sobre um local” (LEFEBVRE, 1991, p. 47 e 56).

No âmbito da História, é preciso reconhecer a cidade, sua historicidade entremeada nas ruas, monumentos, símbolos, nas vivências, memórias, nos olhares e rostos de seus moradores. A esse respeito, destacam-se enquanto ferramentas do fazer histórico, as tradições orais que “permitem obter testemunhos de ‘fatos’ ou eventos sobre as que, descrevendo comportamentos ou tendências, derivam de normas e generalizações formuladas partindo de experiências” (PISCITELLI, 2005, p. 151).

Em relação à oralidade, Pollak (1992, p. 210-211) acrescenta que a percepção da dinâmica histórica de continuidades e rupturas na pesquisa histórica buscou na oralidade, “um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação”. Nesse processo, a pesquisa histórica implica uma mudança de atitude quanto à ampliação dos sentidos na percepção da fonte e das possibilidades do próprio fazer histórico, compreendendo-o como dinâmica permanente.

Assim como na fonte escrita, a tradição oral requer a crítica como aspecto de análise: cabe atentar para o conteúdo em inter-relação com o estilo do relato, isto é, de como o sujeito se expressa em termos de tom e corporeidade. Torna-se importante perceber o uso de pronomes, evidenciando distanciamento ou aproximação, de modo a atentar para uma “educação do relato” que desvela a elaboração de versões, uma vez que as narrativas individuais são permeadas de representações, subsidiando a constituição de imaginários coletivos vinculados à tradição.

Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em

---

<sup>3</sup> Expressão latina, utilizada em referência à cidade por representar a designação de um meio geográfico e social definido por grande concentração de população em sociabilidades (DORTIER, 2010).

si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado (DELGADO, 2003, p. 23).

A história pautada na oralidade evidencia narrativas que traduzem registros de experiências. Tais versões forjadas na memória, em processos interpretativos vinculados à formação identitária a partir da tradição, desvelam rupturas e permanências, ilustrando o movimento da historicidade.

Para Ferreira (2000), ao se explorar as relações entre memória e história, coloca-se em evidência a construção da identidade pelos atores sociais. A tradição narrativa é, portanto, fundamental para a abordagem da ancestralidade que segundo Oliveira (2007) consiste em elemento multifacetado permeado pela relação, inclusão, diversidade e unidade.

Em termos etimológicos, ancestralidade é definida por Aulete (2022) como legado das gerações passadas. Lopes (2004, p. 59) acrescenta que esse conceito expressa vinculação aos antepassados, evidenciando heranças da comunidade na dinâmica histórica. Reporta, portanto, a formas de interpretação da realidade, repassadas entre gerações, por meio de vivências e narrativas, ilustrando normativas e saberes, fortalecendo elos sociais. A ancestralidade atua como instância epistêmica na produção de cultura, agenciando referências do passado para o presente:

É conhecer a partir das referências culturais que estão no horizonte da minha história (ancestralidade) [...] um treino de sensibilidade para perceber o encanto que tece as coisas. Sensibilizado, o Outro deixa de ser apenas um conceito, e me interpela para uma ação de justiça e me convida a uma conduta ética. Edifico uma moral e uma ética baseada na criatividade e na tradição (OLIVEIRA, 2007, p.259).

Nesse processo, a ancestralidade é construída na dinâmica contígua entre ascendência e descendência em meio à multiplicidade de valores, filosofias, percepções e saberes. Representa, portanto, um código social e coletivo multiplicado com vistas a tornar-se perene.

Assim, esta pesquisa sobre as narrativas penalvenses acerca das estearias se remete à ancestralidade com vistas a desvelar elementos identitários e relações de poder que permeiam as representações da população sobre os artefatos arqueológicos. Em meio a essa proposição, adota-se a expressão “narrativas ancestrais” para remeter às representações da tradição popular intergeracional sobre as estearias no âmbito da historicidade penalvense.

No processo de constituição de territorialidades e cidades, a tradição oral permeia a trajetória humana, ilustrando versões acerca do espaço social que oscilam entre fantasia e

testemunho. Narrativas antigas evidenciam a história de cidades como Troia<sup>4</sup> nos relatos de Homero e a tão famosa Atlântida<sup>5</sup> destacada por Platão. Tais relatos, considerados míticos sob o olhar da cientificidade moderna, preservam em sua caracterização, traços da historicidade humana.

De acordo com Vernant (2006), proveniente do grego “mythos” e de seus verbos mytheyo (contar algo para outros) e mytheo (narrar, anunciar), o vocábulo mito representa narrativa, diálogo, enunciação. Assim, Armstrong (2005, p. 07-08) esclarece que:

Os seres humanos sempre foram criadores de mitos, desde a pré-história encontram-se elementos que evidenciam a crença do homem em um mundo futuro e a contação de histórias uns aos outros e a própria preocupação com a morte, o que permitiu a esses homens pré-históricos a criação de contranarrativas em auxílio ao enfrentamento da situação de mortalidade do ser humano [...] o mundo material sensível não é a única realidade e o ser humano se distingue pela capacidade de ter pensamentos que transcendem sua experiência cotidiana.

O mito é, portanto, elaboração da cultura humana, uma forma de conhecimento fundada na reflexão sobre a realidade, o social e a história. A partir dele, as pessoas estabelecem seu lugar no mundo, ao mesmo tempo em que se impõe diante do temor no domínio do espaço. A esse respeito, Rocha (2012, p. 7; 12) refere que:

O mito é uma narrativa. É um discurso, uma fala. É uma forma de as sociedades espelhareem suas contradições, exprimirem seus paradoxos, dúvidas e inquietações. Pode ser visto como uma possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmo, as situações de “estar no mundo” ou as relações sociais [...] O mito é, pois, capaz de revelar o pensamento de uma sociedade, a sua concepção da existência e das relações que os homens devem manter entre si e com o mundo que os cerca.

Trata-se de buscar sentido e explicação para a vida por meio da criação de histórias tomando por base a capacidade imaginativa no desvendar de experiências inexplicáveis à racionalidade. Crippa (1975, p. 15) destaca que o mito:

---

<sup>4</sup> Cenário de tradicional narrativa sobre conflito na Grécia Antiga. Considerada mito por uns e fato histórico ocorrido em 1200 a.C, por outros, Tróia é mencionada por poetas e escritores da Antiguidade e retratada na descoberta de ruínas em campanhas arqueológicas na contemporaneidade. (MOSSÉ, 2004).

<sup>5</sup> Desde que Platão tratou pela primeira vez o tema, nunca a Atlântida deixou de estar presente na mente dos povos como algo que expressava o belo e o bem enquanto valores supremos da vida humana. Ilha misteriosa e nunca localizada, de paz e prosperidade, isolada e desconhecida. Uma catástrofe fizera-a desaparecer sem terem sido encontrados vestígios da sua existência. Tendo em vista essas características que mais ou menos se repetiam nas interpretações da Atlântida, ela não pertencia ao mundo físico, à geografia positiva, mas traduzia um ideal que a mente humana elaborara sem que a situasse nem cronológica nem topologicamente. Pertencia ao mundo do pensamento e resultava da capacidade dos seres humanos de elaborarem um conjunto de ideias sem lhes atribuir existência nem realidade concreta da sua existência (CASTRO, 2016, p. 156-157).

configura o mundo em seus momentos primordiais; relata uma história sagrada; propõe modelos e paradigmas de comportamento; projeta o homem num tempo que precede o tempo; situa a história e os empreendimentos humanos num espaço indimensionável; define os limites intransponíveis da consciência e as significações que instalam a existência humana no mundo.

Nesse sentido, encontra-se atrelado a práticas rituais que o contextualizam na realidade. “O mito não pode ser corretamente compreendido sem um ritual transformador capaz de introduzi-lo nas vidas e nos corações das sucessivas gerações” (ARMSTRONG, 2005, p. 91).

Hall (2006) ressalta que a narrativa mítica articula de forma intergeracional o pensamento e a cultura de um povo num caráter fantástico e misterioso. De tal forma, o mito se faz presente na constituição histórica e identitária remetendo ao passado e à memória, construindo tradições articuladas pelo discurso ao funcionamento de uma sociedade.

A esse respeito, Megale (2003, p. 5) esclarece que:

os mitos seriam narrativas fantásticas ou fabulosas, relacionadas a uma dada cultura, crença ou religião, transmitida por gerações dentro de uma estrutura tradicional. Eles têm por finalidade fornecer uma explicação plausível para fenômenos naturais e cósmicos: ciclos das estações do ano, do dia e da noite, da vegetação, da vida e da morte [...] e para os fenômenos históricos.

Por outro lado, a palavra mito tem seu uso atrelado à “ficção”, “ilusão”, e ao mesmo tempo, à “tradição sagrada”, “modelo exemplar”. Na trajetória histórica ocidental, ao elucidar a realidade, os gregos evidenciaram o valor religioso e metafísico do mito. Por sua vez, a tradição judaico-cristã “relegou para o campo da “falsidade” ou “ilusão” tudo o que não fosse justificado ou validado pelas escrituras sagradas.” (ELIADE, 1986, p.8). Na obra “A poética clássica”, Aristóteles, toma como base o mito como encadeamento de enredo: “Está no mito a imitação da ação (...). Toda tragédia, pois, comporta necessariamente seis elementos, dos quais depende a sua qualidade, a saber: mito, caracteres, falas, ideias, espetáculo e canto.”(ARISTÓTELES, 2005, p.25).

O mito traz em sua constituição, uma espécie de disposição mental para o saber, o embrião da ciência: “que só se produz num caso: quando um objeto se cria a si mesmo numa interrogação e em sua resposta, para se fazer conhecer e se manifestar na palavra” (JOLLES, 1976, p.93). Assim, o mito caracteriza a representação de uma realidade cultural complexa:

[...] o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo

algo foi produzido e começou a ser. O mito fala do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente (ELIADE,1986, p.11).

Além disso, evidencia uma ambivalência: se constitui fato por um lado e crença, por outro. O mito pode ser situado nos níveis geográfico, econômico, sociológico e cosmológico, permeados pelo simbolismo e assim, conforme Lévi-Strauss (1970, p.18):

O relato se prende a fatos de natureza diversa: a geografia física e política do território, lugares e cidades com existência real; A vida econômica que determina os movimentos no espaço; Organização social e familiar na constituição de laços e sociabilidades entre as pessoas; Cosmologia com representações sobre a origem do grupo e território.

No cerne desses níveis, os mitos traduzem formas diversas de percepção do real: no geográfico e no econômico suscitam a realidade do espaço, no cosmológico, representações fantásticas e no sociológico, entrelaçam instituições reais e imaginárias. Em sua construção destacam-se as sequências, conteúdo aparente com sucessão cronológica e os esquemas organizados em planos de profundidade variável, superpostos e simultâneos nos quais os níveis do mito se entrecruzam (LÉVI-STRAUSS,1970).

Em meio a essa constituição, atuam como modelos de ação para conduta afim ao comportamento social:

o mito não tem apenas a palavra como *medium*, mas outros tantos códigos. Significa narrativa e se transmite de boca em boca por predileção (comum/coletivo, selecionado por critérios) [...] instituiu e constituiu um mundo de cultura, uma imagem do universo [...] legitima poderes, autoriza, proíbe, autentica e transforma, dá limites e legitimidades. Sempre que permanece funcional, associado às instituições em serviço, encerra informação e sabedoria: constituem códigos, protocolos, pensamentos da condição humana [...] mito é vivido nas instituições. Forja sua expressão (RAMNOUX, 1977, p.19-20).

Ao mesmo tempo, é história narrada em meio a esquemas lógicos, enfocando questões sob planos diferentes.

O mito é o conhecimento na sua origem. Ele exprime o desejo de saber; mas um desejo facilmente pervertível e tão violento que, na sua impaciência descamba para a ilusão, mãe da ideologia e da idolatria: ambas, subprodutos do mito. O homem criterioso busca na ciência e na filosofia antídotos contra essas mentiras. Quando o mito descamba para a ideologia ele se degrada. Quando se enrijece em teoria científica ou sistema metafísico, ele morre. Permanece vivo na medida em que se conserva aberto à irrupção do desejo de conhecer. Então a palavra de que é portador, torna-se objeto de transmissões rituais; é a narrativa mítica [...] resta-nos identificar o mito onde quer que ele opere, desdobrando suas formas mentirosas e preservando a palavra não-dita neste próprio jogo (LUCCIONE, 1977, p.7-8).

Os mitos podem ser caracterizados como teogônicos que retratam a origem de divindades, cosmogônicos pautados na origem do planeta, astronômicos relacionados ao mundo astral, culturais que retratam práticas, crenças naturais sobre fenômenos físicos e etiológicos enfocando origens de fenômenos e objetos (BULFINCH, 2003). A finalidade do mito consiste, portanto, “em revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas: tanto a alimentação ou o casamento, quanto o trabalho, a educação, a arte ou a sabedoria”. (ELIADE, 1986, p.13).

Assim, Rocha (2012, p. 07) ressalta que o mito caracteriza narrativa:

É um discurso, uma fala. É uma forma de as sociedades espelharem suas contradições, exprimirem seus paradoxos, dúvidas e inquietações. Pode ser visto como uma possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmos, as situações de ‘estar no mundo’ ou as relações sociais.

Trata-se, portanto, de ferramenta expressiva que desvela o pensamento de uma sociedade, ou seja, a subjetividade humana construída a partir da sociabilidade. Portanto, a mitologia caracteriza o conjunto de mitos de uma determinada comunidade. Enquanto gênero narrativo, o mito é perpassado pela fantasia protagonizado por personagens, retratando simbolismos. Calvino (1977, p.77) afirma que “para contar o mito, a voz do contador no meio da reunião não basta. A palavra também não basta”. Para tanto, atuam de forma contígua à narrativa, signos e ritos, além do não-dito: o mito se embasa na palavra, mas, também no silêncio, refletindo tabu, interdição.

Campbell (1990, p. 64) acrescenta que “o campo simbólico se baseia nas experiências das pessoas de uma dada comunidade, num dado tempo e espaço”. Os mitos interagem, portanto, na formação de modelos de reatualização periódica de eventos ocorridos em sociedade (ELIADE, 1992). Com os estudos culturais, a compreensão de mito foi ampliada para além da caracterização como narrativa fantasiosa, enquanto forma de elaboração cultural conforme a concepção de mundo de uma instituição humana (OLIVEIRA; LIMA, 2006).

Fundados na oralidade, os mitos constituem fenômeno coletivo. São representados em versões sobre um mesmo tema, evidenciando aspectos da cultura em suas diversas nuances na percepção de fenômenos da realidade. Assim, de acordo com Chauí (2003, p. 265) tais narrativas caracterizam “valores e símbolos” no âmbito das tensões e contrassensos da realidade social, evidenciando ainda, o patrimônio de uma comunidade, a constituição de uma epistemologia local.

Por patrimônio compreende-se “o conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade do povo”. (HORTA, et al, p.

10, 2011). Trata-se, portanto, do conjunto de valores e símbolos construídos coletivamente, a partir do qual se atribui reconhecimento e identidade a um coletivo social com base na memória e no senso de pertencimento.

No contexto brasileiro, Cascudo (1976, p. 37) chama atenção para a constituição de tradições fabulosas:

Os nossos são mitos de movimento, de ambulação, porque recordam os velhos períodos dos caminhos, dos rios, das bandeiras, de todos os processos humanos de penetração e vitória sobre a distância. Quase sempre são mitos cuja atividade é apavorar “quando passam” ou “correm”. Curupiras, Caiporas, Mapinguaris, Sacis, Lobisomens seriam ineficazes como uma parada de monstros. Mesmo nos rios, lagoas e mar, os seres assombrosos não têm pouso fixo. Nadam para aqui e para além.

Assim, no Brasil, as narrativas perpassam a diversidade cultural caracterizando um aglomerado de manifestações do universo de saberes populares. Evidenciam, portanto, marcas da constituição social, como as influências das etnias que moldaram o país.

Em nível internacional, entre os estudos nessa perspectiva, destacam-se as teorizações de Roosevelt (1991;2014), Reichel-Dolmatoff (1971;1976) e Navarro (2021a) sobre o recorrente registro em cerâmica do mito amazonense da cobra-canoa<sup>6</sup>. A narrativa cosmogônica associa a origem humana a elementos astronômicos e naturais representados pela cobra sucuri.

Segundo Pinto (2012), a cobra é personagem da referida tradição oral enquanto representação que elucida a origem de aspectos constitutivos da natureza e da sociedade local. Sua presença é evidenciada, por exemplo, em processos interpretativos de comunidades tradicionais sobre a exploração antrópica, na atual região do Rio Gurupá, delta do Amazonas no Pará. A figura mítica da cobra é retomada pela comunidade ao explicar o atual assoreamento do rio e a escassez de peixes na localidade. Tais fenômenos são caracterizados em estudos científicos como impactos do uso inadequado de recursos naturais pelos fazendeiros, em plantações extensivas de açaí às margens do rio e na extração indiscriminada de madeira. Porém, são elucidados pelos relatos da comunidade como repercussões da “fuga da cobra” que protegia o rio, mediante a exploração humana (RODRIGUES, 2013).

O estudo das narrativas entendidas como conjunto de relatos constituintes da tradição oral e, portanto, elemento do patrimônio torna-se importante para a sociedade. De tal forma, permite evidenciar o que a cultura de um determinado grupo aceita, reinventa e mantém na

---

<sup>6</sup> Mitos sobre a criação do mundo por uma anaconda são comuns entre os índios amazônicos. A história que contam é sobre uma anaconda que se movimentava através dos meandros do grande rio, povoando as aldeias em suas margens, dando origem ao mito conhecido como serpente-canoa (NAVARRO, 2021a).

memória coletiva como algo que identifique os costumes, hábitos e origem deste povo, colaborando assim, para a promoção da identidade, tanto local (como esse povo se vê), quando global (como os outros os veem).

Diante do exposto, compreende-se que as narrativas da população penalvense sobre as estearias que caracterizam o objeto deste estudo se estruturam nas tramas da memória coletiva, como elementos da tradição, constituindo-se em ancestrais por serem intergeracionais. Portanto, caracterizam-se como mediadoras na interação humana voltada à preservação do ambiente, ao controle de recursos ou à compreensão dos fenômenos que constituem o espaço no entorno dos sítios de estearias.

Segundo Diegues (2008), os relatos orais evidenciam uma simbiose entre o ser humano o ambiente natural que permeia o cotidiano de comunidades camponesas. A esse respeito, Lévi-Strauss (1984) destaca a cultura na interação humana com o ambiente enquanto conjunto de relações por meio de fenômenos simbólicos, representados por crenças e narrativas que traçam marcas na memória. Dessa forma, no cerne da memória coletiva, as narrativas constituem o símbolo, caracterizado por Le Goff (2003) como objeto remetido para um sistema de valores subjacente, histórico ou ideal e considerado por Barros (2008) enquanto um dos recursos mais importantes da comunicação humana.

Por sua vez, Chartier (2002) afirma que o símbolo remete a formas e signos, graças aos quais, remete à consciência e constitui a realidade. Geertz (2011) acrescenta que os símbolos representam objetos fundamentais na orientação humana em meio à natureza, pelo aprendizado de condutas para regulação normativa de uma organização social. A abordagem dessa epistemologia local representada por narrativas ancestrais é fundamental para a compreensão da memória social em meio à dinâmica histórica no território. Consiste, portanto, em oportunidade singular para o rompimento de posturas essencialistas e naturalizantes.

As narrativas ancestrais provenientes da interpretação popular sobre fenômenos e vivências confrontam segundo Said (2007), o procedimento ocidental científico e as estruturas de poder evidenciadas por Quijano (2005), suscitando uma perspectiva de descolonização. O referido processo “se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Os fios ancestrais tecem ressignificações da literatura canônica: instruem, reeditando a visão colonial, dando voz aos sujeitos constituintes do território, atribuindo-lhes autonomia pela via da memória ancestral. Conforme Souza (2020, p. 171), “o ato de contar, não é apenas a narrativa em si que é repetida, mas também toda a tradição oral da comunidade é revivida”.

De tal forma, no repasse do relato, o contador não se percebe como gerador da narrativa, mas como, o difusor de uma cadeia de significados sociais construída entre as gerações.

O referido processo permite agenciar um movimento descolonizador em oposição à autoridade ocidental/colonizadora, reconstituindo outras formas de narrar a história. Evidenciam autoafirmação ao representarem conhecimentos e formas de compreender o mundo em que os sujeitos estão inseridos, valorizando suas formas de cosmovisão.

### 1.3 A pesquisa sobre narrativas ancestrais e cidades

As narrativas ancestrais na inter-relação com a formação da memória social passam a ser percebidas em seu potencial como objetos no campo da pesquisa histórica. Segundo Lévi-Strauss (1970, p. 143) “o pensamento mítico se manifesta na História”. Diante disso, evidenciam fonte profícua de informações sobre a estrutura do pensamento social. Não se trata de empreender estudos para identificar suas origens, mas, de ampliar o olhar em profundidade para a percepção de movimentos, permanências e rupturas no território, entre outros aspectos do contexto social.

Na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, os estudos tradicionalmente remetem às narrativas sob a perspectiva do mito. Com isso, enfocam o relato tradicional de acontecimentos destinados à explicação de fenômenos e rituais.

Nas pesquisas mitográficas do século XX, a história, a fenomenologia e a hermenêutica traçaram infinitos sulcos num campo já aberto há três milênios. Ao lado dos estudiosos dedicados à definição de uma linguagem – como, por exemplo, Claude Lévi-Strauss –, alguns hermenutas providos de uma ampla documentação forneceram numerosas chaves interpretativas e colocaram a mensagem do mito sob uma nova luz. A esse respeito, a obra de M. Eliade parece decisiva para a hermenêutica dos mitos (RIES, 2020, p.17).

O historiador das religiões Mircea Eliade retrata as narrativas por meio da hermenêutica, pelo viés do mito como história sagrada. Para tanto, com o manejo de vasta documentação, articulando Arqueologia, Antropologia e Etnografia, Eliade evidencia na narrativa, interpretações sobre o estabelecimento de comportamentos e a determinação de ações humanas por meio de repetição, constituindo tradição. Na percepção de Eliade:

O mito é um relato que fala de uma história sagrada. É um evento que é revelado: estamos, portanto, na presença da revelação de um mistério. [...] Descreve a irrupção do sagrado no mundo. O conteúdo é constituído por eventos e por atores. O mito é conhecido graças à iniciação [...] O conhecimento permite a ação mística. Ela é uma experiência religiosa que põe o homem em contato com o mundo sobrenatural (RIES, 2020, p.221-223).

Nota-se na abordagem de Eliade, as narrativas como foco no “*homo religiosus*”. Os estudos demonstram a constituição de uma interpretação sagrada que transcende o mundo por meio da hierofania, santificando a ação humana.

O mito garante ao homem que aquilo que ele se prepara para fazer já foi feito, ajuda-o a dissipar as dúvidas que poderia ter quanto ao resultado do seu cometimento. Por que hesitar perante uma expedição marítima, uma vez que o Herói mítico já a efetuou num Tempo lendário? Basta seguir seu exemplo. Do mesmo modo, porque temer instalar-se num território selvagem e desconhecido, se se sabe que o que é necessário fazer? (...) O modelo mítico é susceptível de aplicações ilimitadas. (ELIADE, 1989, p. 120).

Como historiador das religiões, Eliade estrutura a partir da hermenêutica, uma atitude fenomenológica de descrição da essência e da estrutura do mito. Assim, opera reflexões as narrativas vinculadas a fenômenos religiosos em interface com o profano, desvelando significados em narrativas ancestrais de diversas culturas e épocas históricas.

Por sua vez, o antropólogo Lévi-Strauss instituiu uma explicação estrutural sobre as narrativas míticas, permitindo alcançar a percepção sobre categorias do imaginário social. Em seus estudos, demonstra como a palavra integra a linguagem pela repetição, reproduzindo variantes, mas, que se acomodam em torno das mesmas estruturas. Para tanto, evidencia em seu método, a operacionalização dos conceitos de grupos de mitos e mitos de referência:

Mitos podem ser considerados do mesmo grupo quando pertencentes a sociedades que possuam entre si laços históricos, demonstrados e postulados. Torna passíveis de uma análise comum. Nesse sentido, seleciona-se um mito de referência: ponto de comparação e escolha não arbitrária, mas intencional a partir de sua profundidade (LÉVI-STRAUSS, 1970, p.108).

A abordagem de Lévi-Strauss reporta ao método estrutural que suscita uma análise sobre a estrutura do mito tendo como ponto de partida, o recorte de frases curtas, identificando atribuição de predicados e sucessão de acontecimentos. Em seguida, são evidenciadas as relações estabelecidas, e, por conseguinte a interpretação no seio social.

Essa análise permite obter os grupos de permutações e identificar assim a lei de transformação dos mitos. As diversas versões de um mito permitem obter dados sobre a lei de transformação. Graças a esses dados, graças à descoberta da lei que preside à criação das variantes, encontraremos mais facilmente a estrutura do mito (RIES, 2020, p.206).

Em sua compreensão, Lévi-Strauss (1970, p.80) refere que “o mito visa ressaltar conquistas, relações sociais e valores [...] o antimito consiste em forjar para si um instrumento que permita controlar, ainda que num plano ideológico, a dominação da sociedade envolvente”. A análise estrutural contribui para a percepção do mito como criação individual que se reveste em oralidade no processo de transmissão intergeracional para sua adoção

coletiva. Em oposição a Eliade, Lévi-Strauss rejeita vinculações do mito ao domínio religioso, colocando em análise a estrutura da narrativa e não, sua origem ou possível revelação.

A versão tradicional da pesquisa mitográfica retrata o padrão de explicação do mundo pela ciência, tomando como fundamento, narrativas ancestrais. Com a ampliação do olhar sobre as fontes, percebe-se que tais narrativas se revestem de potencial uso para a pesquisa em História. Segundo Lévi-Strauss (1970, p.143), “o fato histórico participa da natureza do mito, porque em nenhum dos dois casos se pode agir sobre aquilo que se tenta explicar [...] Entretanto, a história repousa sobre fatos dos quais muitos são verificáveis”.

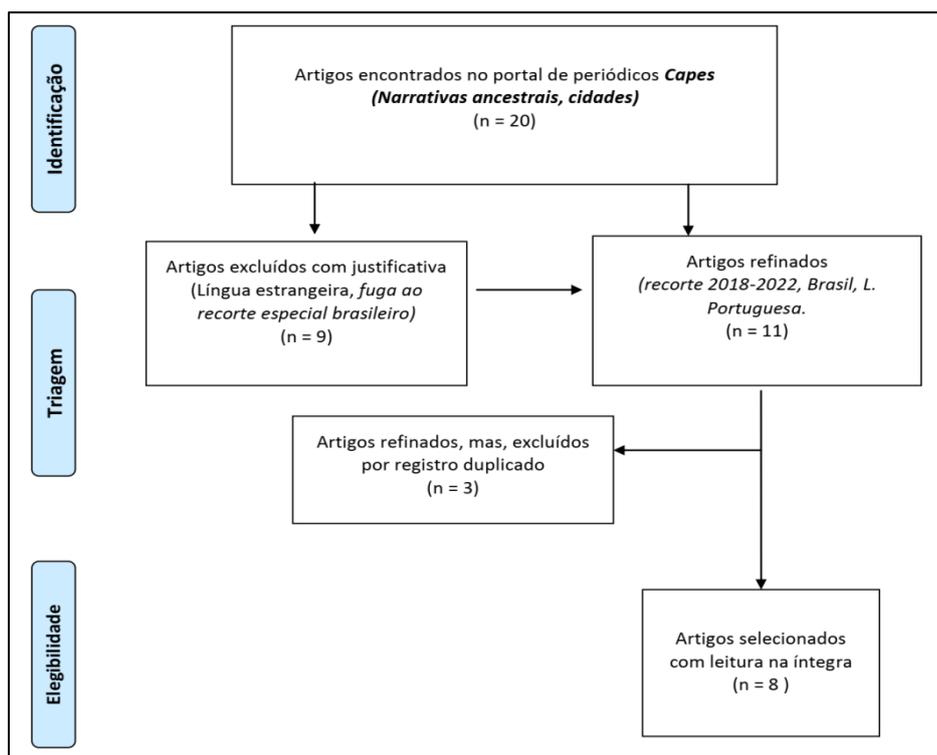
História e narrativa separadas se entremeiam na atualidade. O historiador em seu ofício seleciona, elimina, conserva de forma diversa a seu confrade literato, tal como o mito. Assim como a História, a Literatura nasce musa, Clio e Calíope são filhas da memória na interpretação do mundo pelo viés da narrativa, nos fios das representações.

Nesse panorama, Stone (2013) aponta o ressurgimento da narrativa em meio à desilusão com o modelo determinista de explicação histórica. Fundado numa perspectiva científica por meio dos modelos econômico-marxista, ecológico-demográfico francês e da “cliométrica” americana instituiu tríplice disposição hierárquica. A história científica enfocava num escalonamento, fatos econômicos e demográficos, a estrutura social e os desenvolvimentos culturais, políticos, religiosos e intelectuais. Dessa forma, a pesquisa histórica racionalizava centrada no “por que”. Problematizações relacionadas ao “com o que” e o “como” eram atribuídas à narrativa, com foco na ficção.

O retorno à narrativa objetiva, diante desse quadro, retratar objetos históricos como questões vivenciadas por sujeitos permeados de historicidade em seu cotidiano. Em busca de aproximação ao coletivo, os historiadores regressam à forma de escrita narrativa. Nesse movimento, no sentido de subsidiar a percepção quanto às perspectivas de pesquisa histórica no Brasil sobre narrativas ancestrais e cidades, traçou-se um panorama acerca dos estudos desenvolvidos. Para tanto, realizou-se revisão da literatura especializada sobre o tema, com levantamento de publicações. Buscou-se, assim, identificar artigos de pesquisadores brasileiros, publicados em Língua Portuguesa, indexados no Brasil, nos últimos 05 anos.

A coleta de dados ocorreu em junho de 2022. Consistiu em levantamento na base digital de dados da CAPES com periódicos indexados no período de 2018 a 2022. Para a busca, foram utilizados os descritores: *narrativas ancestrais e cidades*. Na seleção dos estudos, todos os descritores deveriam estar contidos no resumo do trabalho. Foram excluídos artigos com fuga do tema e em Língua Estrangeira. Utilizou-se nesse processo, o diagrama *Prisma Flow*, enquanto mecanismo de seleção bibliográfica.

**Figura 1** – *Prisma flow diagram* – narrativas ancestrais e cidades.



**Fonte:** Levantamento realizado na base de dados da CAPES (2022), elaborado pela autora.

Depois de selecionados os estudos, para fins de categorização, foi realizada a leitura dos artigos na íntegra. Na organização dos dados, foram descritos o nome da instituição, ano, autor, tipo de estudo e considerações sobre o tema. Em seguida, procedeu-se a análise de cada estudo. Os artigos evidenciaram investigações de cunho Teórico. Não foram identificadas pesquisas Aplicadas, como por exemplo, propostas ou práticas referentes ao tema na abordagem do ensino de História ou desenvolvimento de produtos técnicos.

A partir da elaboração da síntese das pesquisas selecionadas, procedeu-se com a sistematização desta síntese. O estudo apresenta as ideias e descrições do material selecionado, analisando as peculiaridades dos artigos, tais como o tipo de pesquisa desenvolvida em cada um deles e a discussão empreendida.

Acerca da temática, foram encontrados 20 artigos na base de dados da CAPES. Após a leitura dos títulos e resumos dos artigos, foram excluídos 9 estudos para esta revisão. O motivo da exclusão ocorreu em virtude de fuga ao recorte especial brasileiro, isto é, estudos enfocavam cidades de outros países. Com o refinamento, restaram 11 artigos. Destes, 3 estavam com registro duplicado e após retirada, ao final foram selecionados 8 artigos para leitura na íntegra.

O primeiro artigo localizado intitula-se “Poéticas orais: sopros da tradição na contemporaneidade” publicado em 2010, na “Revista Raído” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O periódico engloba estudos nas áreas de Letras e Práticas Culturais. O referido artigo retrata resultado de pesquisa desenvolvida por Possas (2010) no Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA) sobre poéticas orais interpretadas por narradores da ilha de João Pilatos em Ananindeua – PA. Conforme o estudo:

Existe um manancial de narrativas, presente no jogo social dos moradores da região das ilhas de Ananindeua [...] A análise dos textos revela ‘pedaços de mitos’, nos permitindo visualizar como os atores reelaboram a sua história e sua identidade (POSSAS, 2010, p. 139).

Nota-se a perspectiva de utilização de narrativas míticas como fonte de pesquisa literária. Portanto, um estudo centrado na percepção de discursos de sujeitos sobre a realidade.

No levantamento, identificou-se em 2011, o artigo “A São Paulo subterrânea de João de Minas: versão ficcional de uma lenda urbana paulistana”, publicado no periódico “Revista de História”, vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Elaborado por Almeida (2011), professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, o texto é parte de sua pesquisa de doutorado em História Social na USP.

O artigo discute de que o escritor João de Minas se apropria de histórias sobre os subterrâneos paulistanos que circulavam na cidade na primeira metade do século XX para escrever um romance policial. Diante disso, “valendo-se de lenda urbana, o escritor estrutura um romance policial que mina alguns preceitos clássicos do gênero ao apontar as mazelas do povo e dilemas políticos dos anos 1930 em São Paulo” (ALMEIDA, 2011, p. 331).

Com base em elementos do imaginário popular paulistano sobre os túneis subterrâneos, o estudo enfoca a partir da literatura policial como fonte histórica, a percepção da crítica social a uma cidade “babilônica, desigual e contraditória”. De tal modo, a pesquisa histórica estimula o debate sobre as disparidades de uma sociedade na qual elite e autoridades se valem da riqueza e do poder para oprimir grupos populares.

Dando prosseguimento à busca, identificou-se o artigo “Narrativas da tradição oral kujubiniana: memória, identidade e cultura”. O texto, de 2017, compõe número da “Revista Exitus”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Produzido pelos literatos Vegini; Vegini (2017), em pesquisa de mestrado da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), o artigo tem como objeto, narrativas ancestrais do povo Kujubim. Assim, se pautou em registrar relatos de moradores da cidade de Costa Marques – RO sobre tradições (costumes, crenças etc.) do povo Kujubim, remanescentes na memória local. Além de breve caracterização étnica do povo Kujubim, as narrativas são compreendidas em articulação aos conceitos de “memória (individual, coletiva e histórica) e sua propriedade formadora de identidade (individual e coletiva), na formação da tradição oral e da produção de narrativas” (VEGINI; VEGINI, 2017, p. 179).

Com base na pesquisa literária, a abordagem ressalta as tradições orais como fonte para percepção de uma transmissão social por meio do discurso. De tal forma, o estudo evidencia as visões do povo da floresta amazônica espelhadas na dinâmica das relações humanas e nos papéis desempenhados no contexto social da cidade retratada.

Em seguida foi localizado o artigo “A lenda da trava leiteira”. O texto compõe a “Revista Periódicus”, publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), englobando estudos sobre gêneros e sexualidades.

A produção é fruto de estudo de Lustosa (2018), com abordagem sobre gênero e história da arte na Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O artigo enfoca investigação sobre o gênero, narrativa e a oralidade em articulação à representação do corpo trans, suas modificações e vetores políticos.

A autora parte de histórias sobre os rios piauienses envolvendo relatos moralizantes acerca das mulheres que engravidam em lagoas ou do ser conhecido como cabeça de cuia, destacando “a relação entre cidade e natureza (o universo dos rios) enquanto fonte de imaginação e narrativa popular” (LUSTOSA, 2018, p. 94). Nesse contexto, explora no relato da trava leiteira, a figura dos seios como eixo imagético para representação do corpo trans: “que, por não caber nos moldes normativos de comportamento, acaba virando mote para histórias fantásticas” (LUSTOSA, 2018, p. 99). Assim, o artigo demonstra os aspectos fantásticos sobre o corpo em narrativas como um mecanismo de expressão artística fundado no retorno do popular sobre imagens que estão à margem do social.

Ainda do ano de 2018, obteve-se o artigo “Goiânia: dinâmicas do patrimônio e da memória entre a instituição da cidade-monumento e a cidade-praticada: diálogos e desafios”. A pesquisa foi publicada na “Revista Anos 90”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo é fruto da pesquisa de

Barra e Lopes (2018), professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Com isso, se pauta na “análise de narrativas dominantes sobre o urbano e a cidade de Goiânia–GO desde a sua fundação, em 1937, até o final do século XX” (BARRA E LOPES, 2018, p.275).

O pesquisador reconhece a cidade enquanto produção subjetiva, multifacetada a partir da diversidade de saberes e modos de vida que se refletem no patrimônio cultural. Portanto, sob o olhar do cientista social, o estudo propõe que se perceba a cidade representada em narrativas tradicionais como elemento suscetível de patrimonialização. Nesse processo, cabe retratar criticamente o uso da memória e do patrimônio na constituição de um território que passa a ser revestido do caráter de mercadoria vendável no mercado global, destituindo por vezes, o direito de uso por sua população.

Seguindo com a revisão, localizou-se em 2019, o artigo “Realismo maravilhoso e circularidade cultural: crença no invisível atordoa o pensamento? (Região Bragantina – PA)” da “Revista Territórios e Fronteiras”: uma publicação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O texto retrata pesquisa realizada na UFPA no Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia. Segundo Campos; Asp (2019, p. 151), a abordagem analisa:

Histórias-depoimentos denominados enquanto “lendas”, “folclore”, “superstições”, “crendices”, “mitos” proferidos por estudantes – oriundos das comunidades interioranas – no curso de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA) dos Campus Universitários das cidades de Bragança e Capanema, Nordeste do Pará.

Os pesquisadores nomeiam esse conjunto de narrativas como “realismo maravilhoso” que se mescla à vida real e cotidiana, evidenciando traços do extraordinário na interpretação da realidade. O estudo chama a atenção para a presença de saberes tradicionais na percepção dos estudantes e questiona como se dá a relação desses elementos com o conhecimento científico da formação acadêmica. Assim, a abordagem prima pela discussão sobre epistemologias locais na relação senso comum e ciência.

Do ano de 2020, foi identificado o artigo “Elke Otte Hülse: narrativas ancestrais e técnicas expandidas na tapeçaria”, da “Revista Palíndromo”: periódico do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV) da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). O estudo de Garcez; Makowiecky (2020, p. 138) é fruto de estágio pós-doutoral em Artes Visuais na referida universidade e conclui que: “as tapeçarias compreendem e podem ser consideradas como uma forma narrativa de arte ancestral, que tem na história grande importância”.

Tomando por base o olhar da pesquisa em Artes Visuais, as autoras apresentam a obra da artista catarinense Elke Otte Hülse, de modo a exemplificar a tapeçaria como registro artístico de narrativas tradicionais. Para tanto, consideram-nas produções ancestrais por serem repassadas de geração em geração através dos tempos, contando histórias.

Por fim, ainda do ano de 2020, situa-se o artigo “O imaginário do mundo das águas: narrativas e histórias ancestrais sobre a vida dos povos das estearias” publicado na “Revista Nordestina de História do Brasil”, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O periódico engloba pesquisas em história do Brasil a partir de uma perspectiva local, regional e transnacional.

A produção de Navarro; Martins; Gouveia Neto (2020) aborda as possibilidades da pesquisa retratada nesta tese vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Representa, portanto, o percurso inicial do levantamento de fontes para o estudo das epistemologias locais sobre as estearias do município de Penalva – MA. Em interface com elementos da Arqueologia, a pesquisa enfoca histórias conectadas sobre:

as estearias, sítios arqueológicos formados pela concentração de esteios de tronco de árvores colocados no leito dos rios e lagos da Baixada Maranhense entre o início da era cristã até o ano de 1200 d.C. Estão localizadas num rosáceo de cidades de várzea à beira dos rios, cujas narrativas da formação destes assentamentos pré-coloniais pululam a imaginação da população, como os Encantados, boitatá e locais de esconderijo de escravos fugitivos e antigos quilombolas (NAVARRO; MARTINS; GOUVEIA NETO, 2020, p. 45).

O artigo examina o conjunto de histórias ancestrais que compõem no imaginário social a percepção da população que vive no entorno das estearias penalvenses. Evidencia as possibilidades de narrativas populares a serem analisadas acerca da formação destes assentamentos indígenas e sua ancestralidade. Portanto, demonstra uma perspectiva de pesquisa em história global e multifacetada sob o olhar da diversidade dos sujeitos e das conexões entre diferentes histórias para além do próprio território.

De modo geral, a revisão sistemática sobre narrativas ancestrais e cidades evidenciou diversidade de abordagens em áreas das Ciências Humanas e Sociais. Desta forma, os artigos selecionados para análise, podem ser categorizados conforme a Tabela 1.

**Tabela 1.** Publicações por área de conhecimento

<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>Artigos (%)</b>
(1) História	04 (50%)
(2) Letras	02 (25%)
(3) Arte	02 (25%)
Total	08 (100%)

**Fonte:** Levantamento realizado na base de dados da CAPES, elaborado pela autora.

A Tabela 1 demonstra quanto à ocorrência no levantamento, sobreposição dos estudos realizados na área de (1) História, representando, portanto, 50% do total de artigos selecionados. Os outros 50% referem equilíbrio entre pesquisas nas áreas de (2) Letras e (3) Arte. Os anos iniciais do período delimitado evidenciam predominância da abordagem de narrativas enquanto objeto da pesquisa literária.

Os trabalhos recentes demonstram a ampliação do olhar sobre as narrativas, sobretudo as tradicionais, como fontes imagéticas e documentais, suscitando a ressignificação teórico-metodológica especialmente no campo da História. As últimas abordagens sinalizam ainda, para elaborações pautadas em saberes interdisciplinares e críticos no sentido de dar voz a populações historicamente silenciadas subsidiando análises sobre os hibridismos culturais no Brasil. O levantamento destacou o avanço em pesquisas que consideram as narrativas como ferramentas para que sujeito e identidade assumam novas posições discursivas em meio à proposta de desconstrução do discurso filosófico ocidental.

Nota-se, portanto, a superação de posturas de resistência ao uso de narrativas ancestrais como fontes para a pesquisa. Conforme Stone (2013, p.14), “Nenhum historiador narrativo, evita a análise, mas esta não constitui o esqueleto em torno do qual seus trabalhos se fazem. Por fim, eles estão profundamente preocupados com os aspectos retóricos de sua apresentação”. Além disso, a narrativa histórica na cena contemporânea suscita o crescimento do interesse por sentimentos, emoções, comportamento, padrões, valores e estados psíquicos:

As questões levantadas pelos "novos historiadores" são, por fim, aquelas que nos preocupam hoje em dia: a natureza do poder, da autoridade e do poder carismático ; a relação das instituições políticas que jazem sob padrões sociais e sistemas de valor; posturas sobre a juventude, velhice, doença e morte; sexo, casamento e concubinato; nascimento, contracepção e aborto; trabalho, lazer e consumo conspícuo; a relação de religião, ciência e magia como modelos de explicação da realidade; a força e a direção de emoções como amor, medo, luxúria e ódio; o impacto do letramento e da educação sobre a vida das pessoas e os modos de olhar o mundo; a importância relativa atribuída aos diferentes grupos sociais, como família, parentesco, comunidade, classe, nação e raça; a força e o sentido dos rituais, dos

costumes e dos símbolos como fatores de coesão da comunidade; perspectivas filosóficas e morais do crime e do castigo; os padrões de deferência e florescimento da igualdade, conflitos estruturais entre grupos e status ou classes; os meios, possibilidades e limitações da mobilidade social; a natureza e o significado do protesto popular e das esperanças milenaristas; a mudança do equilíbrio ecológico entre homem e natureza; as causas e efeitos da doença. Todos esses são tópicos candentes que, no momento, relacionam-se mais com as massas que com as elites. Eles são mais "relevantes" à nossa própria vida do que os feitos dos reis mortos, presidentes e generais (STONE, 2013, p.24).

De modo geral, a história narrativa retrata o cotidiano e comportamentos de extratos populares, desvelando olhares e desmitificando os grandes e poderosos. No construto textual, a descrição é o fio condutor, mas se entremeia à análise, permeada por diversidade de fontes. Revelam-se ainda, significados simbólicos em meio aos fatos, permitindo enfocar casos ou episódios para lançar o olhar sobre uma cultura passada ou de uma sociedade. A história está repleta de considerações sobre narrativas o que requer que se compreenda as pessoas em sua multidimensionalidade, articulado a manifestações ancestrais na teia social.

Por meio desta pesquisa, cabe fomentar atitudes para uma inclusão histórica dos membros da comunidade do entorno das estearias, dando voz às suas interpretações. Diante das incursões arqueológicas, tais sujeitos são levados à condição de expectadores da ação científica: “[...] auxiliares de pesquisa, que, por sua vez, recebem em troca educação, cultura arqueológica, ressignificação de sua memória e desenvolvimento. O arqueólogo, por sua vez, é sempre o herói da trama. Aquele que orienta as comunidades sobre como gerenciar o seu patrimônio e explorá-lo turisticamente” (FERREIRA, 2013, p.98).

Suscita-se, portanto, uma História/ Arqueologia comunitária tal como propala Ferreira (2013) que fomenta uma postura colaborativa entre pesquisadores e comunidades locais no estudo da cultura material. Trata-se de considerar a “multivocalidade” em meio à arena social que atribui nuances ao patrimônio cultural conforme as demandas sociais da comunidade.

A abordagem sobre narrativas ancestrais possibilita enfocar a historicização da relação entre território e população pela tradição. Assim, a análise proposta por esta pesquisa em relação às estearias, possibilita construir uma História que se aproxima da vivência humana tornando-a conforme Bloch (2001) “a ciência dos homens no tempo”, evidenciando, além disso, novas possibilidades quanto à história de cidades. Diante disso, na abordagem das narrativas ancestrais sobre as estearias, na próxima seção deste estudo apresenta-se a contextualização do campo intencional da pesquisa: a cidade de Penalva – MA.

## 2 “PENALVA, LENDÁRIA MEMÓRIA”: monumento natural do Maranhão

A cultura material caracteriza objeto de estudo a ser compreendido em sua interação com os aspectos da vida humana. Nesta pesquisa, não se trata de tomar os vestígios arqueológicos enquanto objeto material para exame e sim, de atentar para suas apropriações sociais pela população penalvense por meio das narrativas ancestrais. A atenção é dispensada, portanto, para a vida social dos objetos e seus sentidos simbólicos. A esse respeito, Navarro (2017b, p. 102) reafirma a necessidade de compreensão dos “artefatos como símbolos, difundidos dentro de uma sociedade”.

Nesse processo, a interface com a Arqueologia possibilita à História o acesso a fontes que ampliam as considerações sobre a cultura. Para Lima (2011) “os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica”. A relação interdisciplinar com a História permite superar a visão da Arqueologia como abordagem restrita ao recuado passado da humanidade. De tal modo, evidencia perspectivas de estudo sobre fenômenos históricos recentes e ainda, sobre segmentos sociais pouco visíveis.

No tempo presente, o olhar interdisciplinar sobre sujeito e sociedade é fundamental para os estudos que abordam temáticas e sujeitos silenciados pelos referenciais tradicionais de pesquisa. A História amplia sua relação com a Arqueologia possibilitando evidenciar, entre o passado e o presente, descontinuidades e permanências, resignificando o sentido da narrativa.

Contemplando as análises sobre a produção de representações, a interface interdisciplinar História e Arqueologia suscita possibilidades para a produção de uma História Global. Inseridos na paisagem ou preservados nas coleções, os traços do passado, monumentos ou objetos da cultura material permitem uma interpretação simbólica que suplanta a explicação funcional, problematizando o conhecimento histórico.

Trata-se de uma alternativa historiográfica de abordar objetos que evidenciem conexões e elucidem relações para além das fronteiras do referencial de Estado-nação. Portanto, a inserção nesse referencial enfoca a abordagem da circularidade de experiências em narrativas ancestrais considerando-as enquanto fenômeno humano e não, local ou nacional ou simplesmente factual.

No entanto, para problematização da questão e percepção dos processos históricos relacionados às interpretações sobre as estearias por meio de narrativas ancestrais, delimitou-se a abordagem desta pesquisa ao espaço empírico da cidade de Penalva no Maranhão. Nela, estão localizados sítios de estearias a partir dos quais foram identificados registros em produções sociais, de epistemologias populares fundadas em narrativas ancestrais.

Assim, nesta seção da pesquisa, visando à contextualização da análise de tais narrativas, traçou-se o cenário geográfico e social da cidade de Penalva no contexto atual, onde será realizada a coleta de depoimentos com moradores sobre a temática em questão. O panorama socioeconômico demonstra o perfil e as práticas que permeiam o desenvolvimento da cidade em articulação aos aspectos relacionados ao modo de vida da população. Evidencia, portanto, os padrões de gestão do território, as relações sociais com o contexto natural, bem como, as disputas entre os agentes locais.

O planejamento urbano, os índices de qualidade de vida, a composição demográfica apontam fenômenos que impactam na constituição populacional e nas percepções desse contingente em relação à realidade local. Por conseguinte, denotam vinculações ao processo de elaboração das epistemologias locais.

Optou-se pela permanência desse enfoque por conter a composição atual do cenário socioeconômico penalvense, possibilitando desvelar, como a população elabora suas perspectivas de vida, desenvolvendo valores, comportamentos e tradições. Aliado a esse aspecto, detalhou-se o cenário natural da cidade, com destaque para o povoado do Formoso no qual está localizado um dos sítios de estearias mais recentemente descoberto, pelas incursões do LARQ UFMA. O espaço caracteriza contexto permeado por rico imaginário popular, evidenciando narrativas ancestrais.

Para percepção das práticas de elaboração identitária no campo da pesquisa, delineou-se ainda, o processo de constituição histórica do município de Penalva-MA. Foram considerados registros de cronistas e documentos oficiais contidos em jornais maranhenses que denotam a trajetória de povoamento do espaço em articulação com os eventos de colonização do Maranhão.

Por outro lado, ampliando-se as interpretações, foram analisadas versões populares sobre a constituição histórica penalvense a partir dos diletantes. Nesse sentido, direcionou-se o olhar às práticas de invenção de tradição que permearam as narrativas elaboradas: desde a versão com caráter de narrativa, relacionada aos indígenas, até a que suscita uma espécie de “fundação” da cidade por “desbravadores” como uma “reprodução” da cidade portuguesa de Penalva do Castelo.

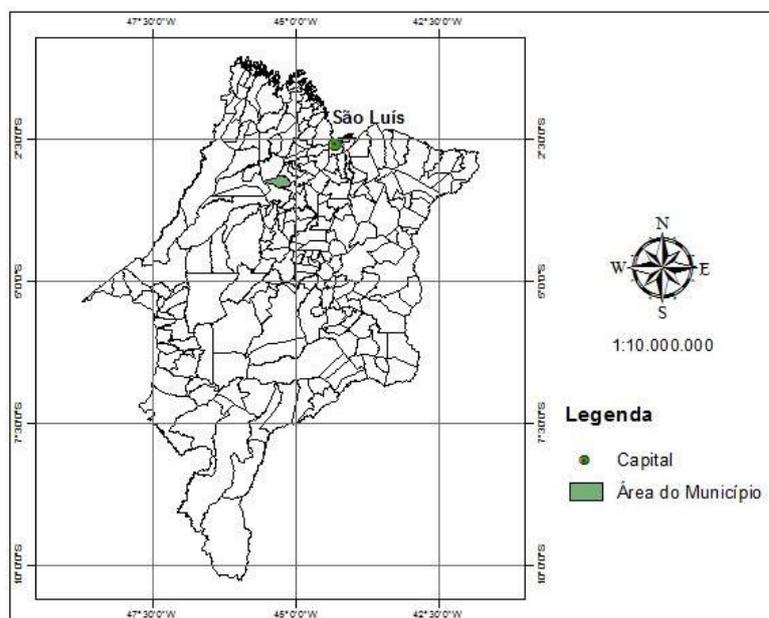
Não se trata de buscar origens ou instituir uma versão “correta, adequada, ou mais aceitável”. Mas sim, de contextualizar o espaço empírico de estudo das narrativas ancestrais, evidenciando percepções sobre a forma como a população penalvense realiza as apropriações sociais dos símbolos e artefatos ligados à formação histórica e identitária da cidade.

## 2.1 Caracterização socioeconômica do município de Penalva – MA

No Estado do Maranhão, o município de Penalva está localizado na Mesorregião Norte, especificamente na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense, marcada pelo cenário dos campos inundáveis: uma espécie de pantanal. Por meio do Decreto Estadual nº11.900, de 11 de junho de 1991, a região passou a constituir a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense<sup>7</sup>.

No âmbito do Bioma Amazônia<sup>8</sup>, a cidade (Figura 2) está situada a 127.53 km da capital São Luís, em um território com área de 800,916 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 32.511 habitantes, no Censo 2022 (BRASIL, 2023).

**Figura 2 – Mapa de localização do município de Penalva**



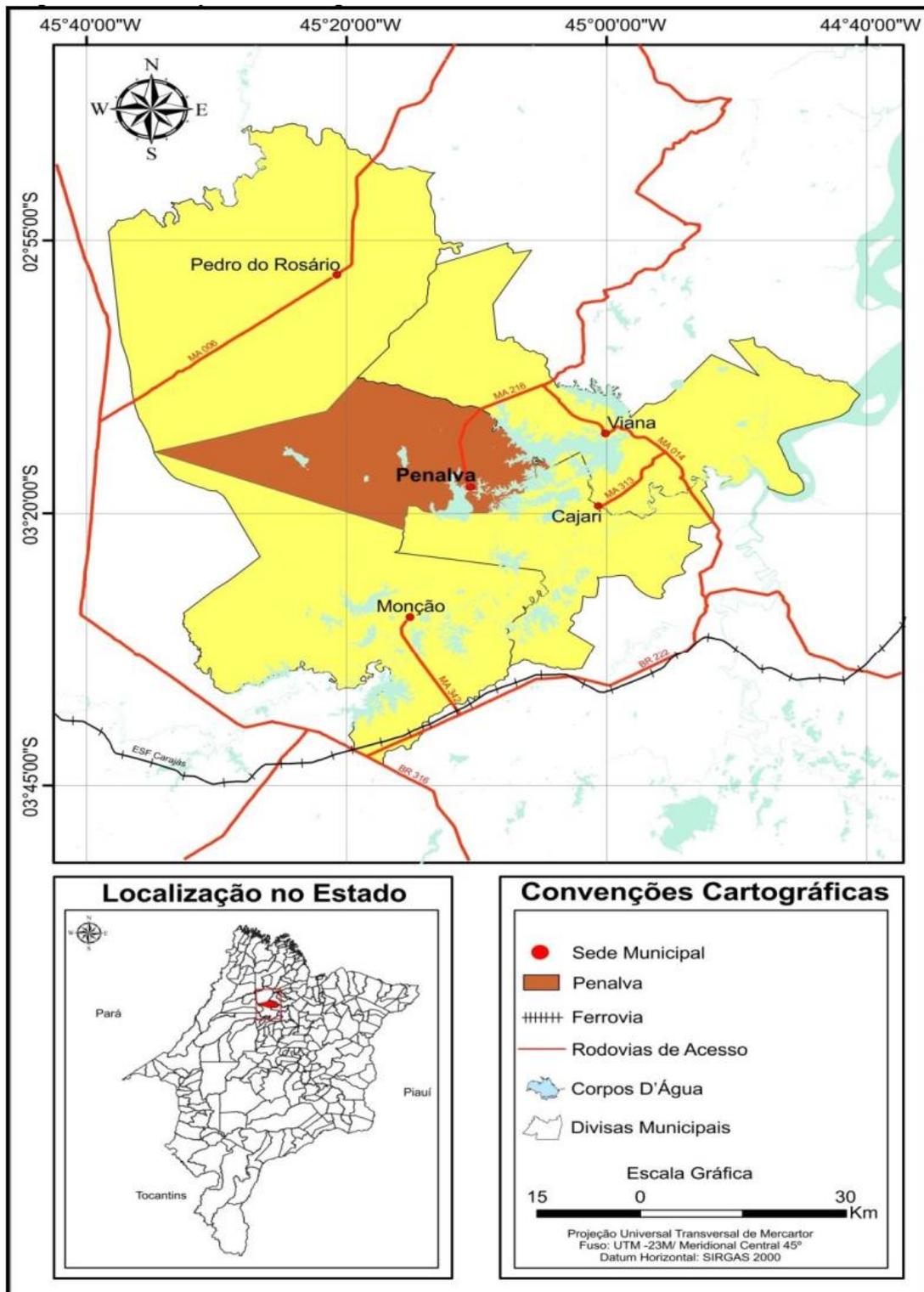
Fonte: MARANHÃO. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica da Baixada Maranhense**. São Luís: IMESC, 2013.

<sup>7</sup> “A Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense é uma unidade de conservação localizada no Maranhão. Compreende uma área de 1.775.035 hectares. Possui características fisiográficas marcantes como terras baixas, planas inundáveis, caracterizada, por campo, mata de galeria, manguezais de bacia lacustre. Incorpora uma complexa interface de ecossistemas, incluindo manguezais, babaçuais, campos abertos e inundáveis e uma série de bacias lacustres em sistemas de ‘rosário’, um conjunto estuarino e lagunar e matas ciliares- todos abrigando uma rica e complexa fauna e flora aquática e terrestre, com destaque à ictiofauna, à avifauna migratória e permanente e às variedades de espécies da flora local regional. É uma área de grande importância para os recursos pesqueiros, devido às trocas de massa e energia entre os sistemas hídrico, lacustre e estuarino, por influência dos efeitos das marés entre a baía de São Marcos e os estuários do Baixo Mearim-Pindaré, de fundamental importância à estrutura e dinâmica trófica aquática” (MARANHÃO, 2020, p. 26).

<sup>8</sup> O bioma Amazônia ocupa cerca de 40% do território nacional. Nele estão localizados os estados do Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia e Roraima e algumas partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Também inclui terras de países próximos ao Brasil, como as Guianas, Suriname, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia. A floresta amazônica é conhecida como abrigo da maior biodiversidade do mundo. Além da variedade de seres biológicos, a região conta com muitos rios, os quais formam a maior reserva de água doce de superfície disponível no mundo. O clima que caracteriza a região é o equatorial úmido. Quanto ao relevo, é possível perceber diferentes formações, como planaltos e planícies (MARANHÃO, 2020).

Conforme Maranhão (2013), no *ranking* estadual, em sua extensão, o município representa 0,23% do território maranhense (Figura 3). Limita-se com Viana e Pedro do Rosário ao Norte, Monção ao Sul, Cajari a Leste, Pedro do Rosário e Zé Doca a Oeste.

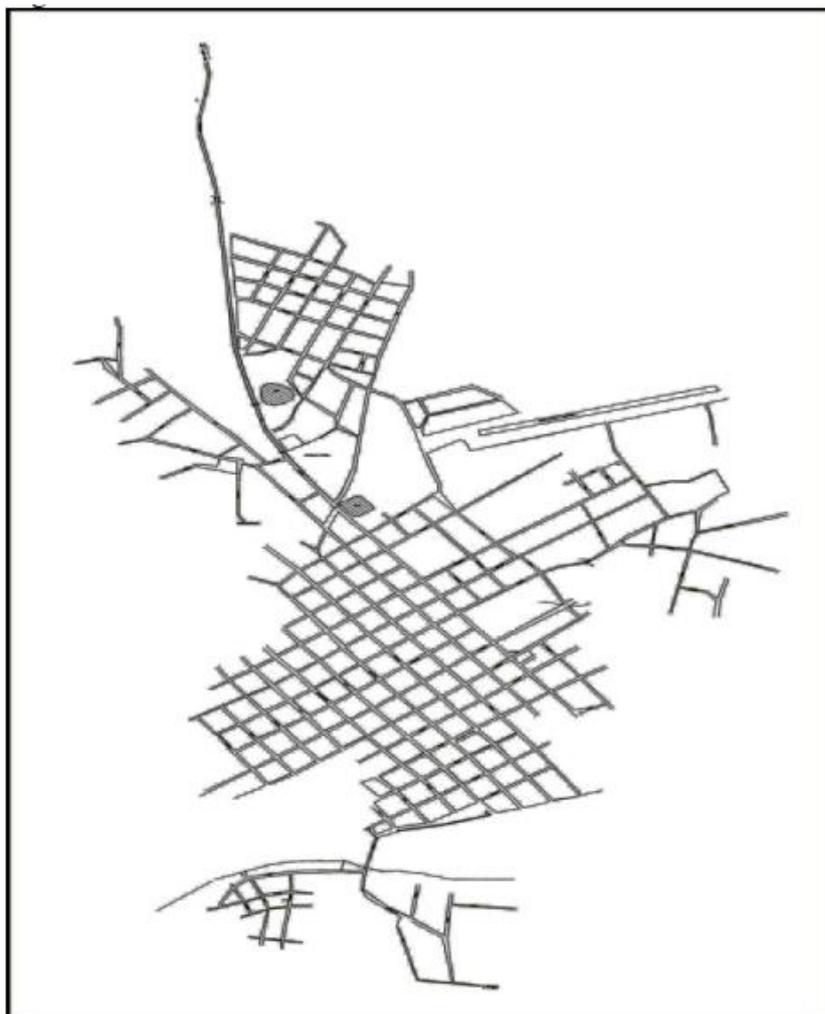
**Figura 3 – Limites do município de Penalva**



Fonte: Maranhão (2013).

Entre as cidades da Baixada, Penalva é a terceira depois de Pinheiro e Viana, caracterizando o segundo principal centro da Região dos Campos e Lagos segundo a classificação elaborada por Maranhão (2015) no Diagnóstico Situacional Regionalizado<sup>9</sup>. Na área urbana, conforme retratado em planificação no ano de 2007, (Figura 4), nota-se a difusão da ocupação territorial a partir do núcleo, representando a expansão desordenada da área a partir das primeiras décadas do século XXI.

**Figura 4 – Planificação da área urbana de Penalva – MA (2007)**



Fonte: Maranhão (2013).

<sup>9</sup> Elaborado para subsidiar as escutas territoriais, que são parte do processo do Orçamento participativo (OP) 2019 e do Plano Plurianual 2020-2023. A Regionalização adotada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) para a realização do OP 2019 foram as Regiões propostas pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), que organiza o Estado em 22 Regiões de Desenvolvimento. Os indicadores que compõem o diagnóstico foram selecionados a partir dos 65 compromissos do Governador Flávio Dino, para os anos 2019-2022, e foram agrupados em oito temas: educação, saúde, habitação e saneamento, assistência social, segurança pública, direitos humanos, produção e economia e infraestrutura. Estes indicadores podem ser também vinculados às outras agendas estratégicas do Governo: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Selo Unicef e Consórcio Brasil Central (MARANHÃO, 2015).

Destacam-se na área urbana, prédios residenciais e comerciais de porte médio e arquitetura tradicional colonial (Figura 5). De tal forma, são marcados pela presença de eiras<sup>10</sup>, além de fachadas com muitas janelas e azulejos.

**Figura 5 – Prédios da área urbana de Penalva – MA**



**Fonte:** Cedida pelo Facebook “O Penalvense”. Acesso em: 5 nov. 2022

Os bairros centrais da área urbana são Catumbi, Beira Mar e São Pedro que congregam os principais espaços institucionais e de sociabilidade do município, tais como igreja matriz, escolas de educação básica, ginásio, grêmio cultural entre outros. Há ainda, bairros localizados às margens do Rio Maracu e Lago Cajari como Sertãozinho, Campina Anil, Bacural e Trizidela cujo acesso é realizado a partir de barragem. Nas áreas circunvizinhas, destacam-se bairros mais distantes como Pau Queimado, Molheiro, Beira Rio, Caixa d’Água, Campo de Pousos, Piçarreira, Palmeirinha, Bairro Novo, Jardim Campo, Jardim Alvorada, Recreio e Pinga Fogo (MARANHÃO, 2013).

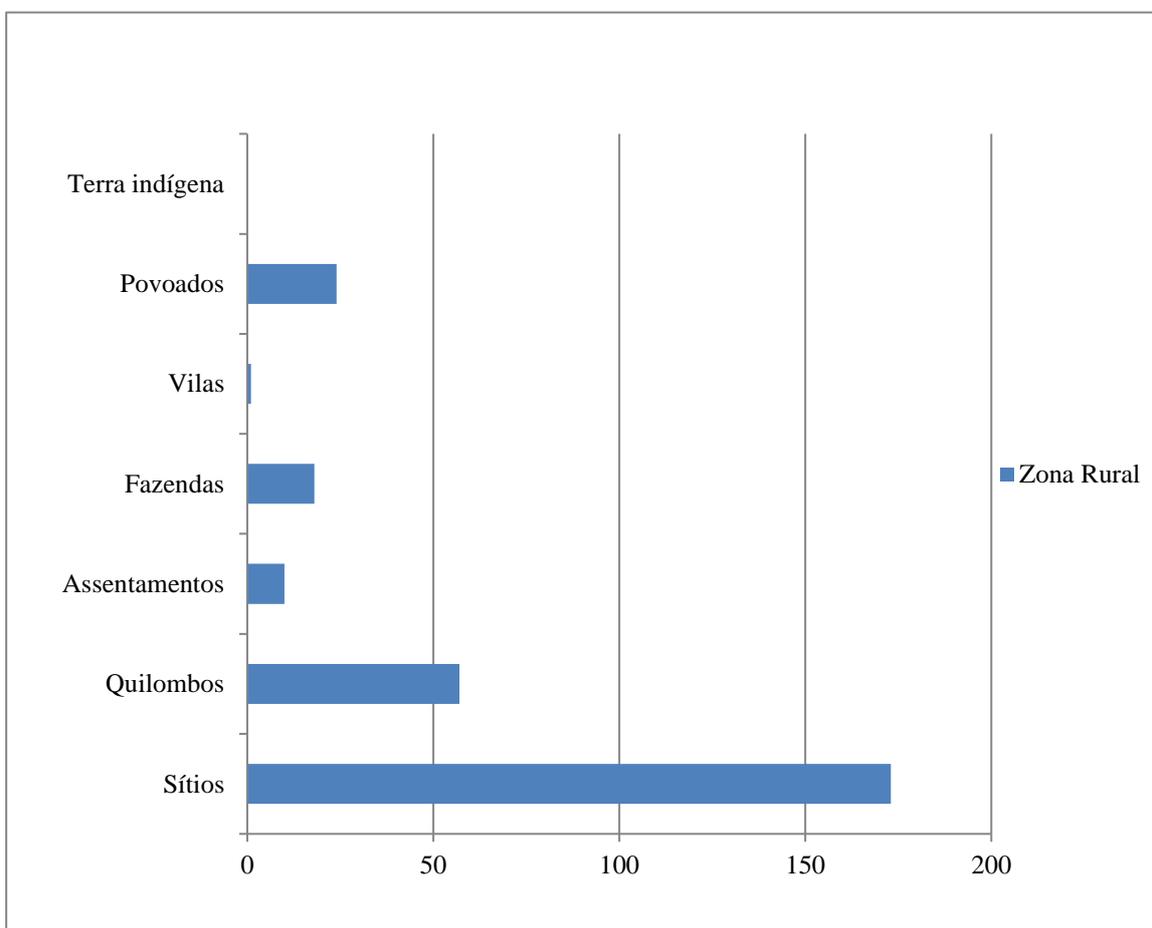
Conforme Brasil (2011), 40% das ruas tem pavimentação com paralelepípedo, 60% com asfalto e 10% com piçarra. O acesso à cidade é possibilitado pela rodovia MA 216. Segundo Maranhão (2013), O espaço rural do município de Penalva é constituído de comunidades conforme detalhamento do Gráfico 1: 173 sítios, 57 quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares, 10 áreas de assentamentos de reforma agrária instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 18 fazendas, 1 vila, 24 povoados e nenhuma terra indígena demarcada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Este último indicador aponta para uma contradição no cerne desse quadro de comunidades, diante do fato de que o território penalvense tem como ponto de partida de seu povoamento, aldeamento do povo Gamela. Contudo, como se vê, atualmente, não há registro

<sup>10</sup> Eira em arquitetura designa um pequeno quintal nos fundos da casa, típico de construções coloniais (CARVALHO; MENEGUELLO, 2020).

de área demarcada aos remanescentes da referida etnia, que garanta seu direito à terra após extermínio e espoliação no processo colonizador<sup>11</sup>. Tal questão será aprofundada na seção que aborda a constituição histórica do município.

**Gráfico 1– Comunidades rurais de Penalva – MA**



**Fonte:** Elaborado pela autora

<sup>11</sup> O povo Gamela vem lutando desde o ano de 2013 pela retomada do território tradicional. Comunicações a respeito da territorialidade Gamela apontam que desde, pelo menos, 1765 (confirmado em novo documento de 1784) o Estado brasileiro reconhece o fluxo migratório deste povo indígena e suas respectivas atividades agrícolas na região. Entretanto, o mesmo não pode ser dito a respeito de seus direitos territoriais. Após um longo período de violência e expropriações, as terras foram invadidas e transformadas em propriedades privadas através do processo de grilagem. Nos últimos cinco anos, o povo Gamela retomou algumas áreas e sofreu alguns ataques por parte de fazendeiros, grileiros e pistoleiros locais. Apesar das mobilizações, a FUNAI ainda não iniciou o processo de reconhecimento e demarcação das terras, alegando falta de recursos. Diante da negligência do Estado face à violência e aos seus direitos territoriais constitucionalmente reconhecidos, o povo Gamela continua resistindo em seu território ancestral e recebendo apoio de diversas organizações sociais a fim de que o processo administrativo de demarcação e o reconhecimento de seus direitos sociais sejam realizados (MA, 2022).

As comunidades penalvenses estão ligadas a atividades agropecuárias, lavoura temporária e permanente, pesca artesanal e uso de pastagens naturais. Segundo o censo agropecuário de 2017, a produção agrícola se destina à subsistência, destacando-se o cultivo de arroz, feijão, mandioca, cana de açúcar e milho (BRASIL, 2017). Nesse panorama, a mandioca e o arroz constituem os principais produtos da lavoura comercializados. Feitosa; Trovão (2006) referem que a mandioca é o produto mais relevante da agricultura na região. De acordo com os registros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Penalva, contabiliza o total de 10.012 associados. No entanto, estima a existência de 25.000 trabalhadores rurais no município (BRASIL, 2017).

A pecuária, por sua vez, tem característica extensiva. Assim, a prática de criação de gado em Penalva se fundamenta no uso do pasto nos campos naturais onde o gado é criado solto. Dados do IBGE em Brasil (2017) indicam a produção de leite e ovos de galinha enquanto gêneros de origem animal em destaque no município.

Outra atividade produtiva importante na região consiste no extrativismo de produtos vegetais como prática econômica e de subsistência. Nesse âmbito, destaca-se a extração da amêndoa de babaçu, o carvão vegetal e a juçara. Contudo, repercutem em degradação ambiental devido práticas agrícolas como a roça e a coivara, contribuindo para o desmatamento e assoreamento de rios e lagos (BRASIL, 2017).

Além das práticas supracitadas, a privilegiada formação lacustre do município propicia a atividade pesqueira enquanto fonte econômica. Baseada em instrumentos artesanais como rede, tarrafa e anzol, a pesca se destina à captura de peixes como, por exemplo: mandi, tapiaca, pescada e curimatá<sup>12</sup>. A colônia Z 23, responsável pela cobertura do município de Penalva, tem registrada a associação de 4.987 pescadores (BRASIL, 2021).

Ainda no âmbito produtivo, Maranhão (2020) ressalta o potencial turístico da região, ainda pouco explorado. Segundo o documento, a localização geográfica e atrativos naturais representam espaços propícios à prática de turismo. No entanto, o município conta com iniciativas incipientes nessa área.

Nessa conjuntura produtiva, a economia de Penalva registrou no levantamento do IBGE quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios em 2022, um somatório de R\$ 236.306 milhões, representando a 76ª posição no ranking da produção do estado. Por sua vez, a renda per capita penalvense alcançou R\$ 6.100,00 levando o município a se situar na 217ª posição na comparação com os demais (BRASIL, 2023).

---

<sup>12</sup> Mandi (Hassarps), tapiaca (Curimata cyprinoides), pescada (Plagioscion squamosissimus) e curimatá (Prochilodus lineatus) (FRANCO, 2012).

O detalhamento do IBGE revela que no quadro de receitas do município, 98,1% é o percentual oriundo de fontes externas, ou seja, a maior parte da arrecadação municipal é proveniente de repasses e convênios das esferas estadual e federal. Dados do Atlas Brasil<sup>13</sup> demonstram o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM)<sup>14</sup> de Penalva, situando-o em 0,55, o que representa um índice baixo. O indicador é extraído da média geométrica de três dimensões do IDHM: (renda, longevidade e educação), conforme demonstra a Figura 6:

**Figura 6 - IDHM - Penalva - MA**



Fonte: ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2022. . Disponível em: <[www.atlasbrasil.org.br/](http://www.atlasbrasil.org.br/)>. Acesso em: 05 out. 2022.

<sup>13</sup> Ferramenta de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e de outros indicadores de desenvolvimento humano dos municípios e estados brasileiros. A partir dele é possível extrair indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (ATLAS BRASIL, 2022).

<sup>14</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um número que varia entre 0,000 e 1,000. Quanto mais próximo de 1,000, maior o desenvolvimento humano de uma localidade (ATLAS BRASIL, 2022).

Por sua vez, o Índice de Gini<sup>15</sup> é de 0,51 referindo considerável concentração de riqueza entre o conjunto populacional.

**Figura 7– Índice de Gini - Penalva - MA**

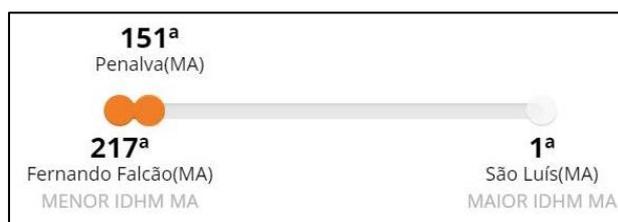


Fonte: Atlas Brasil (2022)

Apesar dos baixos índices de desenvolvimento, o município não faz parte do programa Mais IDH<sup>16</sup>. A referida política pública é executada pelo atual governo do Maranhão para ampliar o suporte a áreas de extrema pobreza. Mas, Penalva não conta com subsídios pois não está entre os 30 municípios com menor IDHM no Estado.

<sup>15</sup> Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o índice é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado município. O referido coeficiente possui variação de zero a um, sendo zero valor que representa a situação de igualdade, ou seja, de que todos possuem a mesma renda, enquanto o valor um é o oposto quando uma só pessoa possui toda a riqueza. (ATLAS BRASIL, 2022).

<sup>16</sup> O Mais IDH é um Plano de Governo para redução da extrema pobreza, com promoção de justiça social e cidadania para as populações mais vulneráveis. É, antes de tudo, símbolo do compromisso de transformar, para melhor, a realidade do Maranhão e a vida dos maranhenses, fazendo um recorte inicial de trinta municípios foco (de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM do Estado) para reflexão e ação do Estado (MARANHÃO, 2015).

**Figura 8 –Posição do IDHM do município – Penalva - MA**

Fonte: Atlas Brasil (2022)

No censo 2022, ainda com poucas atualizações divulgadas, o perfil social do município registrou entre a população, 9.269 pessoas quilombolas e 175 pessoas indígenas. (BRASIL, 2023). Levantamento de 2017 retratou a população com base na autodeclaração dos habitantes, sobre a fixação em áreas e a respeito de gênero (ATLAS BRASIL, 2022).

**Tabela 2. Distribuição da população residente em Penalva – MA**

População	Quantitativo
Masculina	51%
Feminina	49%
Urbana	42%
Rural	58%

Fonte: Estimativa populacional 2017 elaborada por PNUD, Ipea e Fundação João Pinheiro (FJP) disponível em Atlas Brasil (2022).

O quadro populacional evidencia equilíbrio quanto à ocupação do território e às categorias de gênero. Cabe ressaltar que os levantamentos consultados não demonstram registros da categoria de transgêneros e não binários, o que pode indicar padrões ainda conservadores no contexto social como variável que pode interferir na autodeclaração dos habitantes, evidenciando a chamada espiral do silêncio<sup>17</sup>. Esse dado suscita ainda, a necessária atenção aos padrões de comportamento (se passivos, agressivos ou assertivos)<sup>18</sup> da população na adesão a concepções e, por conseguinte, às tradições.

<sup>17</sup> Uma teoria da ciência política e comunicação de massa proposta em 1977 pela alemã Elisabeth Noelle-Neumann quanto ao modelo de compreensão sobre a opinião pública. Conforme a teoria, os indivíduos omitem sua opinião quando conflitantes com a opinião dominante devido ao medo do isolamento, da crítica, ou da zombaria. Os agentes sociais analisam o ambiente ao seu redor e, ao identificar que pertencem à minoria, preferem resguardar-se para evitar impasses. Esse comportamento gera uma tendência progressiva ao silêncio, tratando-se, pois, de um movimento ascendente em espiral, daí a denominação espiral do silêncio, porque o indivíduo, ao não expor sua ideia, automaticamente compactua com a maioria, de modo que outras pessoas, que poderiam com ele concordar, também deixam de verbalizar suas ideias. Quanto menor o grupo que assume abertamente a opinião divergente, maior o ônus social em expressá-la (NOELLE-NEUMANN, 2017).

<sup>18</sup> Na Psicologia comportamental, habilidades sociais constituem padrões de comportamento em diferentes contextos e com os diversos tipos de pessoas. Entre elas podem ser citadas empatia, assertividade, desgosto e insatisfação, civilidade. Os estilos de comportamento podem ser caracterizados como passivos (que aceitam a tudo sem questionamento), agressivos (postura intimidadora e desafiadora tendendo para o conflito) ou assertivos (equilibrados, demonstrando seus posicionamentos de modo firme, mas de modo respeitoso) (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2018).

O levantamento sobre a população residente por religião demonstra maioria católica e crescente registro de evangélicos.

**Tabela 3. Distribuição da população de Penalva – MA conforme religião**

<b>População</b>	<b>Quantitativo</b>
Católica	72%
Evangélica	28%

Fonte: Atlas Brasil (2022)

Cabe ressaltar o silenciamento em relação a essas categorias pela defasagem dos dados que estão em atualização no atual censo em processo de progressiva divulgação. Nas últimas décadas, registra-se exponencial crescimento da população protestante.

É importante reconhecer o panorama das práticas religiosas da população penalvense, pois, constituem aspectos fortemente relacionados às narrativas ancestrais sobre as estearias. Elementos de hierofania<sup>19</sup>, princípios religiosos e do sagrado são aspectos constituintes da estrutura ficcional elaborada nas interpretações populares.

A esse respeito, no calendário festivo do Catolicismo, são realizados os festejos de São José (santo padroeiro do município) na Igreja Matriz da cidade, São Benedito, São Pedro, Divino Espírito Santo, Santa Luzia e São Sebastião nos bairros. Os templos para culto evangélico totalizam nove divididos em: Batista, Reino de Deus, Assembleia de Deus, Adventista, Universal, Testemunha de Jeová e Pentecostal.

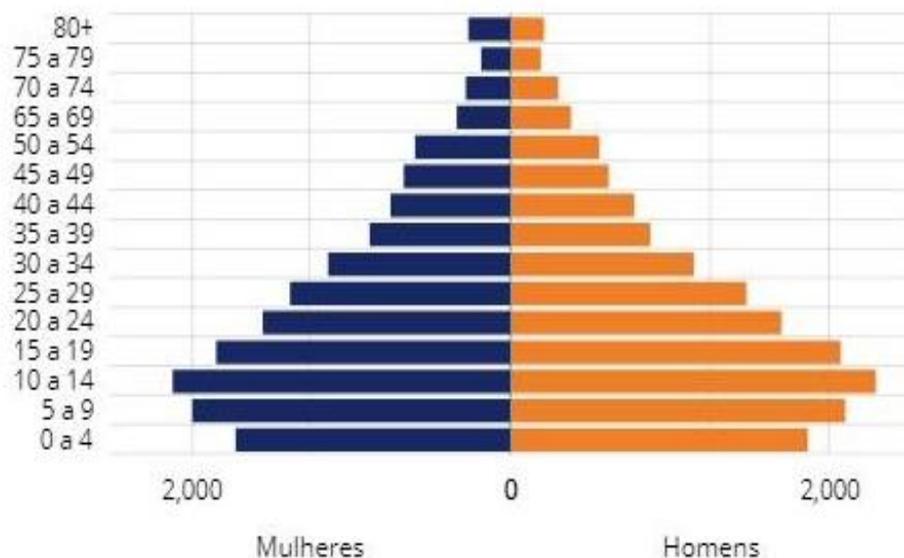
No contexto do patrimônio imaterial destacam-se os grupos de bumba-meu-boi com sotaque de matraca da Baixada, tambor de crioula, quadrilhas, dança portuguesa e Baile de São Gonçalo<sup>20</sup>. Entre os eventos locais movimentam a população, o aniversário da cidade em 10 de agosto e o Festival do Peixe no mês de outubro.

Em relação à estrutura etária, o censo demográfico aponta razão de dependência total do município com índice de 71,08%, isto é, alta taxa de população economicamente dependente em relação à potencialmente ativa entre 15 e 64 anos de idade. Por outro lado, a proporção de idosos é delimitada a 6,27%. da população indicando baixa taxa de envelhecimento. Diante disso, o índice de dependência indica alta taxa da população com menos de 15 anos (ATLAS BRASIL, 2022).

<sup>19</sup> Manifestação do sagrado em ambientes naturais e nas experiências pessoais (FRANCO JR, 2004); (ELIADE, 2012).

<sup>20</sup> Sua origem data do início do século XVIII, quando passou a ser promovido em adoração ao padre Gonçalo, nascido em Arriconha, província de Talgide, em Portugal. Comum em quase todo o Brasil, no Maranhão, onde inicialmente era realizado em interiores de igrejas. A dança é realizada em barracões cobertos de palha de babaçu, frente a um altar com imagens católicas (BRASIL, 2016).

**Figura 9 – Pirâmide etária do município – Penalva – MA**



Fonte: Atlas Brasil (2022)

A base da pirâmide demonstra alto índice de população jovem, denotando um panorama geral do público ativo nos espaços de sociabilidade do município. O referido grupo em contato com a população mais idosa em ambientes comunitários estabelece processos pedagógicos de aprendizado de narrativas ancestrais e tradições locais.

No desenvolvimento humano do município de Penalva, é importante ressaltar as repercussões de políticas sociais como o Programa Bolsa Família. Nas últimas duas décadas do século XXI o programa fomentou a evolução das proporções de habitantes extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza do município de Penalva/MA. Por meio das inscrições no Cadastro Único (CADÚnico)<sup>21</sup> pode-se visualizar avanços na situação populacional a partir das políticas de assistência social.

No campo da saúde, a esperança de vida ao nascer<sup>22</sup> é um dos indicadores que norteia a dimensão Longevidade do IDHM e faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>23</sup> 3 – Saúde e Bem-estar. O outro indicador é a taxa de mortalidade infantil<sup>24</sup>, descritos no levantamento de 2017 conforme a Tabela 4:

<sup>21</sup> Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda (SILVA, 2016).

<sup>22</sup> Número aproximado de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano irá viver (ATLAS BRASIL, 2022).

<sup>23</sup> Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030 (UNESCO, 2017).

<sup>24</sup> Definida como o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade para cada mil nascidos vivos (ATLAS BRASIL, 2022).

**Tabela 4. Longevidade em Penalva – MA**

<b>Variável</b>	<b>Indicador</b>
Esperança de vida ao nascer	66 anos
Mortalidade infantil	41,50

Fonte: Atlas Brasil (2022)

Assim, em Penalva, o índice da variável da Esperança de vida ao nascer é considerado baixo. Mas, nos últimos anos pode ter apresentado crescimento, pela difusão das políticas de assistência com o Estatuto do idoso, por exemplo. Por sua vez, o índice de mortalidade infantil demonstrou-se alto, no entanto, evidenciou queda em levantamento do ano de 2020 quando foram registrados 23,66 óbitos por mil nascidos vivos. O valor segue em nível de atenção, apesar das melhorias na atenção à saúde materna do Sistema Único de Saúde (SUS) das últimas décadas. A rede de saúde também evidenciou crescimento nas últimas décadas apresentando 10 estabelecimentos de atendimento aos usuários do SUS (BRASIL, 2022).

Em saúde mental, o município passou a contar a partir do ano de 2018 com Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) possibilitando inserção psicossocial a pessoas com transtorno psíquico, em atenção à lei da Reforma Psiquiátrica<sup>25</sup>. O processo foi basilar para romper com as posturas de isolamento a pessoas com sofrimento psíquico.

A atuação do CAPS por meio de campanhas de promoção à saúde pode inclusive, repercutir na população e suas concepções relacionadas aos transtornos mentais, historicamente tratados pelo isolamento e compreendidos como penalidades no imaginário social marcado pela religiosidade. Nesse sentido, é interessante atentar para o panorama da saúde mental no município uma vez que na seção 3 deste trabalho, serão retratadas narrativas ancestrais que fazem vinculação à “doença mental”<sup>26</sup> como punição à apropriação de vestígios materiais no contato com as estearias.

<sup>25</sup> Em 2011, em atenção à lei no 10.216, de 6 de abril de 2001 que institui a reforma psiquiátrica no Brasil e dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental, ocorreu a elaboração da Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, instaurando a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso de drogas, no âmbito do SUS. Nela, os CAPS são instituições descentralizadas em cada território (município) que visam a reinserção social aos usuários em substituição ao isolamento dos hospitais psiquiátricos - antigos hospícios ou manicômios (MARTINS, 2019, p. 392).

<sup>26</sup> Segundo o DSM – V, Manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) que define os transtornos mentais, a nomenclatura adequada é transtorno em virtude de ser composto por síndrome, ou seja, complexo quadro de sinais em processos cognitivos, psicológicos, biológicos e de sociabilidade e não, somente sintomas relacionados à condição biológica tal como a doença. Porém, utilizou-se tal expressão pelo uso corrente no senso comum da população (APA, 2013).

O saneamento básico é marcado pela limitação da infraestrutura do município (BRASIL, 2012). Apesar disso, os últimos anos demonstram queda nos registros de internações e óbitos. Ainda no campo do saneamento, conforme dados de 2020, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades, o município não conta com plano de manejo de águas pluviais<sup>27</sup>. Tal fato revela déficit na gestão de riscos ambiental, uma vez que, situado no entorno de rios e lagos, o município enfrenta alagamentos no período das cheias. Nesse sentido, apesar de contar com o mapeamento de áreas de risco de inundação, não há plano de intervenção para enfrentamento da questão, nem monitoramento do sistema de barragens cuja construção é alvo de críticas pelos impactos ambientais e no caso das estearias, repercutiu na visibilidade dos esteios.

Em termos de escolarização, a população penalvense conta com 238 professores na oferta do nível básico em 84 escolas sob gestão do estado, município e particulares. No nível superior de ensino há modalidade Educação a Distância (EAD) por meio de polo do Núcleo de Tecnologias para Educação da UEMA (Uemanet).

Nessa conjuntura, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)<sup>28</sup> do município de Penalva é assim representado, conforme a Tabela 5:

**Tabela 5. IDEB dos níveis de ensino em Penalva - MA**

Nível de ensino	Índice 2021	Meta 2021
Anos iniciais do Fundamental	4,7	5,4
Anos finais do Fundamental	4,3	4,7
Médio	3,2	3,7

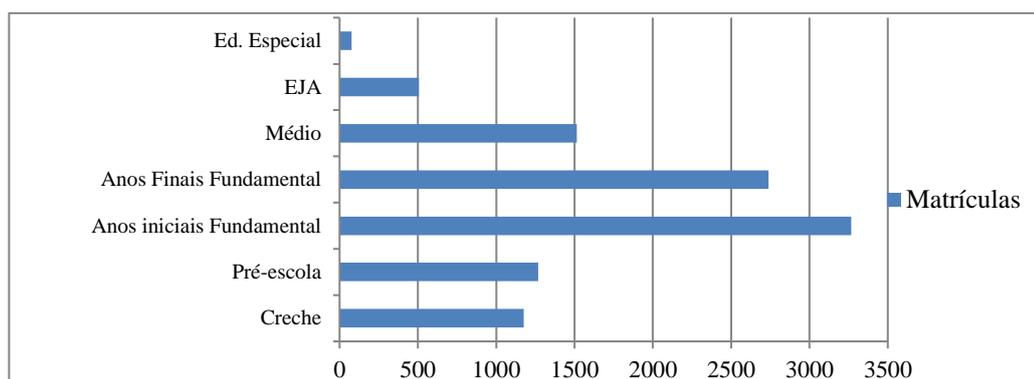
**Fonte:** FUNDAÇÃO LEMANN. **QEdu:** Aprendizado os alunos - Penalva. 2021. Disponível em: <https://www.qedu.org.br>. Acesso em: 12 out 2022.

Os índices obtidos não alcançaram a meta nacional, nem a meta prevista conforme as condições de matrícula e permanência discente na educação do município, mas estão pouco abaixo, apresentando evolução nas últimas análises. Tal quadro demonstra a repercussão das políticas sociais na inserção educacional da população.

De acordo com Brasil (2022), o censo escolar aponta a distribuição de matrículas conforme o Gráfico 6:

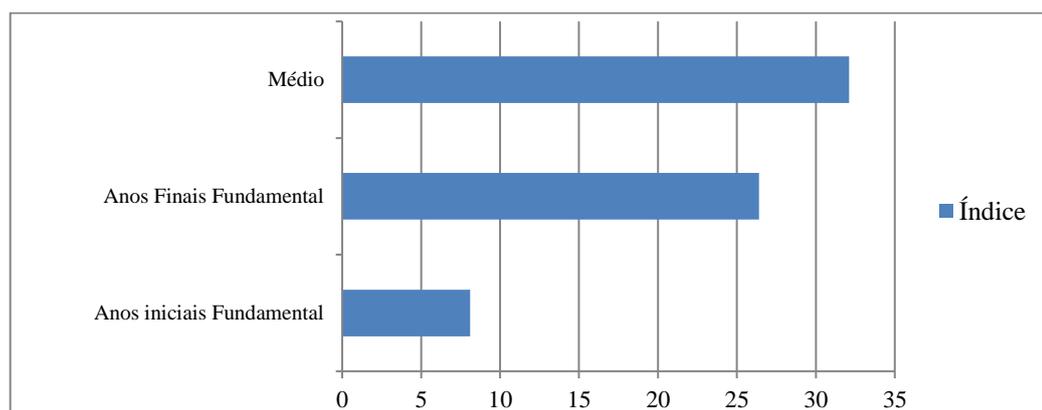
<sup>27</sup> Além das atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para absorver as vazões de cheias, o manejo de águas pluviais também inclui o tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, assim como a limpeza e a fiscalização preventiva das redes conforme as definições da Lei Federal nº 11.445/2007 (INFOSAMBAS, 2022).

<sup>28</sup> O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022).

**Gráfico 6 – Distribuição de matrículas na rede escolar em Penalva - MA**

**Fonte:** Fundação Lemann (2022).

A distribuição de matrículas evidencia a redução do registro entre os anos iniciais do Fundamental, os anos finais e por fim, o Ensino Médio. Tal fato pode ser interpretado como repercussão de processos como retenção e evasão. Para tanto, cabe consultar o índice de distorção idade-série<sup>29</sup> segundo o Gráfico 7:

**Gráfico 7 – Distorção idade-série por nível de ensino em Penalva – MA**

**Fonte:** Fundação Lemann (2022).

O descritivo aponta as seguintes taxas:

- ✓ 8,1% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no qual a 8 a cada 100 crianças, apresentam atraso escolar de 2 anos ou mais;
- ✓ 26,4% no anos finais do Ensino Fundamental, com aproximadamente 26 estudantes a cada 100 em atraso escolar de 2 anos ou mais;
- ✓ 32,1% no Ensino Médio, apresentando em torno de 32 a cada 100 estudantes, com atraso escolar de 2 anos ou mais;

<sup>29</sup> Índice que refere quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, acabando por repetir uma mesma série (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022).

Apesar do crescimento das matrículas com ampliação do acesso à educação nas últimas décadas, há um índice de estudantes, em atraso escolar de 2 anos ou mais, em virtude de abandono ou retenção. O dado evidencia alta ocorrência do fenômeno na trajetória de escolarização afetando parte considerável da população estudantil penalvense.

Assim, as condições socioeconômicas repercutem na permanência da população jovem na educação escolar, reduzindo as oportunidades de desenvolvimento das competências formativas<sup>30</sup> tão propaladas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>31</sup>. Enquanto política curricular, a base fomenta o acesso aos direitos de aprendizagem para a formação cidadã e, por conseguinte, essenciais ao desenvolvimento do senso histórico.

O referido quadro pode inclusive caracterizar elemento que repercute na compreensão das estearias enquanto vestígios materiais constituintes do patrimônio cultural. Assim, reforça a necessidade de práticas de educação patrimonial para além da escolarização numa perspectiva comunitária, considerando as condições socioeconômicas da população e suas interpretações sobre os sítios arqueológicos, entre elas as narrativas ancestrais.

De modo geral, o panorama evidencia que Penalva retrata o perfil socioeconômico da Baixada Maranhense, descrito por Navarro (2013, p. 57-58), como:

[...] território muito pobre, com os menores índices IDH não só do Estado do Maranhão, como de todo o Brasil, cuja população vive da subsistência da agricultura tradicional, da pesca, da criação de pequenos animais e extrativismo vegetal, especialmente do coco do babaçu.

Os indicadores de desenvolvimento humano de Penalva revelam similitude aos de regiões semiáridas como os sertões da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Ceará cujo ambiente é marcado por restrições físicas que impactam no desenvolvimento. Todavia, Penalva conta com cenário natural rico em biodiversidade, mas, padece com a falta de organização na base da cadeia produtiva para aproveitamento dos recursos naturais e com a ausência de políticas públicas e de gestão, continuadas e estruturadas com enfoque na forma sustentada de crescimento. Apesar de demonstrar avanços em áreas básicas a partir dos programas sociais dos governos federal e estadual, a gestão do município precisa ampliar o planejamento. Para tanto, cabe incluir ações de melhoria da cadeia produtiva e da arrecadação que subsidiarão o aumento de benefícios à população no campo da qualidade de vida e da formação, incluindo nesse aspecto, o senso de valorização das estearias como patrimônio cultural.

---

<sup>30</sup> As 10 Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular acompanham o desenvolvimento dos alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio: 1. Conhecimento; 2. Pensamento científico, crítico e criativo; 3. Repertório cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura digital; 6. Trabalho e projeto de vida; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9. Empatia e cooperação; 10. Responsabilidade e cidadania (BRASIL, 2017).

<sup>31</sup> Documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para o ensino no Brasil (BNCC, 2017).

## 2.2 Cenário natural do território penalvense

Enquanto no âmbito socioeconômico, notam-se questões sociais assolando o município, no cenário fisiográfico as fontes destacam a exuberância da paisagem e as riquezas naturais. Segundo Navarro (2017a, p.139), para os povos das estearias, “é muito provável que a farta natureza piscosa dos rios da Baixada Maranhense, teve um impacto direto na escolha deste ambiente aquático assim como sua permanência por muitos séculos nesse ambiente”. Além disso, o marcante ambiente bucólico dos campos e lagos penalvenses é cenário fértil para a proliferação de narrativas ancestrais. Com isso, prossegue-se neste trabalho, contextualizando o campo de estudo de tais narrativas quanto ao panorama geográfico e natural do município.

Localizada na Baixada Maranhense, Penalva possui em sua sede, altitude de 17 metros acima do nível do mar com a baixa variação térmica anual, marcada por oscilações de temperatura entre 22,2°C e 32°C. Segundo a classificação de Köppen<sup>32</sup>, o clima é tropical (AW’) úmido, apresentando dois períodos bem definidos: um chuvoso, de dezembro a junho e outro seco entre julho e novembro. Neste último período, reúnem-se condições favoráveis à observação das estearias, conforme as campanhas arqueológicas, mesmo com o impacto ambiental causado pela construção de barragens.

O relevo da região caracteriza ambiente plano com suaves ondulações, áreas extensas de recente formação sedimentar e traços residuais que constituem outeiros e superfícies tabulares com bordas decaídas sob o formato de colinas com variada declividade (FEITOSA; TROVÃO 2006). Batistella et al. (2013) refere que a Baixada Maranhense está inserida no Domínio Geomorfológico do “Golfão Maranhense” caracterizado por reentrância central do litoral do Maranhão, formando vasta planície fluviomarinha de topografia bem plana e praticamente ajustada ao nível de base geral.

No âmbito da Superfície Sublitorânea de Bacabal<sup>33</sup> Penalva está situada sob o teso<sup>34</sup> de planície fluvial da semidepressão maranhense. Assim, no período das chuvas, com as regiões de baixada alagadas, parte do território evidencia campos inundáveis.

---

<sup>32</sup> Sistema de classificação global dos tipos climáticos, mais utilizado em geografia, climatologia e ecologia. A primeira letra divide os climas em cinco grupos climáticos principais: A (tropical), B (seco), C (temperado), D (continental) e E (polar). A segunda letra indica o tipo de precipitação sazonal e a terceira letra indica o nível de calor (MARANHÃO, 2020).

<sup>33</sup> Caracteriza-se por uma superfície rampeada, com níveis altimétricos entre 70 e 100m, correspondendo a um relevo plano com dissecação incipiente em lombas e colinas, onde em alguns trechos, destacam-se morros residuais (MARANHÃO, 2020).

<sup>34</sup> Área de planície que sofre inundações periodicamente (MARANHÃO, 2020).

A formação geológica corresponde aos Aluviões Flúvio Marinhas<sup>35</sup> e à Formação Itapecuru<sup>36</sup>. A primeira, com cerca de 1,5 milhão de anos, do Quaternário evidenciando composição por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas. A segunda representa formação do Cretáceo Inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás), marcada por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, em geral, com estratificação horizontal. Quanto aos solos, há plintossolos<sup>37</sup> e gleissolos<sup>38</sup> com predominância do primeiro grupo, arenoso, imperfeitamente drenado e outra parte do segundo grupo: argiloso e suscetível a alagamentos (UEMA, 2002).

Em termos hidrológicos, no âmbito das águas subterrâneas<sup>39</sup> o município situa-se sob o domínio do aquífero poroso ou intergranular, com sedimentos consolidados da formação Itapecuru e inconsolidados dos Depósitos Flúvio-Lagunares. Em relação às águas superficiais, constitui a Bacia Hidrográfica do Pindaré<sup>40</sup>. A cidade é banhada pelo Rio Maracu, um dos afluentes do Pindaré, com cerca de 18 Km de extensão.

**Figura 10– Rio Maracu**



Fonte: Registro pela autora em 18 jun 2022.

<sup>35</sup> Devem sua origem à ruptura e alargamento dos vales da antiga rede hidrográfica da região após regressões marinhas ocorridas no quaternário antigo (MOURA, 2004).

<sup>36</sup> Depressão formada durante os estágios Aptiano a Albiano do Cretáceo Inferior, preenchida por sedimentos e rica em paleossolos (MOURA, 2004).

<sup>37</sup> Com texturas arenosas ou médias, raramente argilosos, tendo colorações escurecidas pela matéria orgânica (MOURA, 2004).

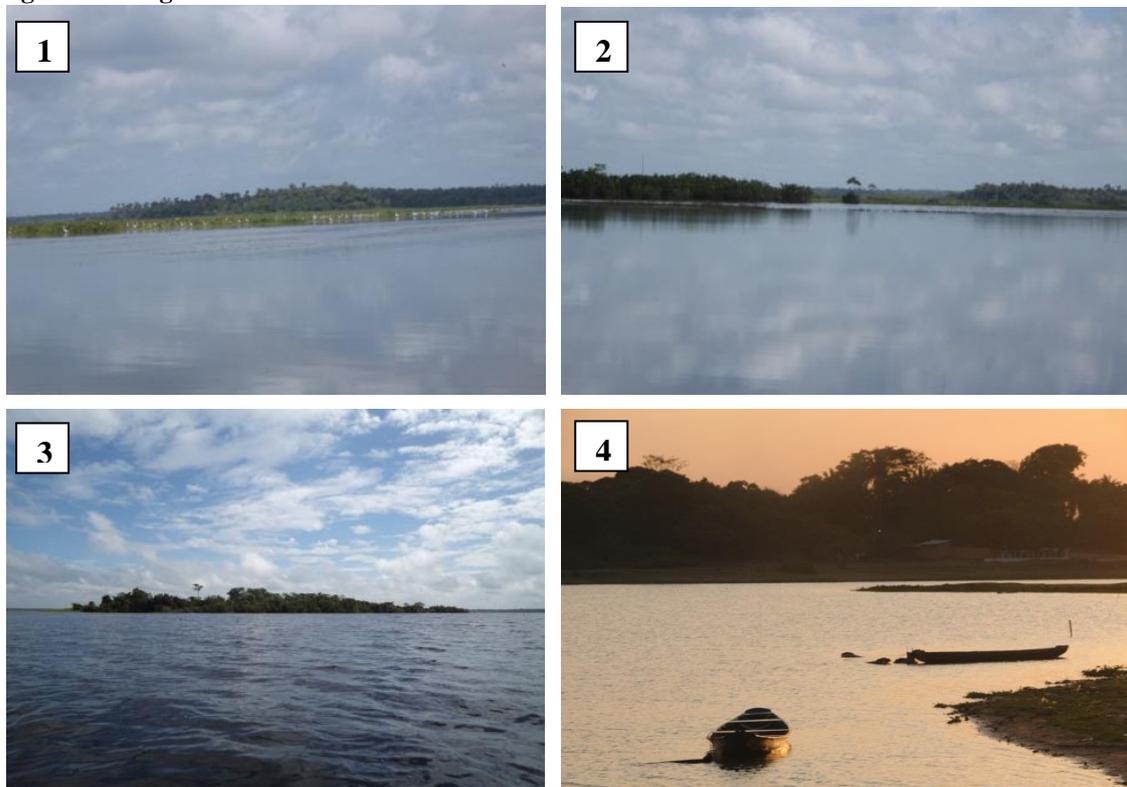
<sup>38</sup> Compreendem os solos minerais hidromórficos sujeitos a alagamentos periódicos, resultantes do excesso de umidade permanente ou temporário (MOURA, 2004).

<sup>39</sup> Formação hidrológica que ocorre abaixo da superfície, na zona de saturação, onde todos os poros estão preenchidos por água. A formação geológica que tem capacidade de armazenar e transmitir água é denominada aquífero (FRANCO, 2012).

<sup>40</sup> A bacia hidrográfica do Pindaré, com 4.040.000 hectares, tem no rio de mesmo nome o seu principal corpo hídrico. Sua extensão chega a 720 km, das nascentes da Serra do Gurupi ao estuário da Baía de São Marcos (MARANHÃO, 1991).

Por meio do Maracu são realizadas as conexões do rosário lacustre<sup>41</sup> peculiar da região, nos quais se destacam os lagos 1. Capivari, 2. Lontra, 3. Formoso e 4. Cajari (PINHEIRO, 2003).

**Figura 11– Lagos de Penalva - MA**



Fonte: MARANHÃO. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica da Baixada Maranhense**. São Luís: IMESC, 2013.

A área lacustre de Penalva é decorrente das inundações sazonais do Rio Pindaré, as quais se estendem para os municípios de Viana, Matinha e Cajari.

O mosaico lacustre de Penalva apresenta as seguintes características: partindo do Lago Cajari se alcança o Igarapé do S e, em seguida, o Lago Capivari, desse, se penetra pelo Igarapé Castelinho, por meio do qual se chega ao Lago Lontra, seguindo pelo Igarapé Bacaba até o Lago Formoso. O Igarapé Castelinho, quando as chuvas não atingem o maior nível, se apresenta, aproximadamente, com 1 km de comprimento, 6m de profundidade e 30m de largura. Essas medidas, no entanto, variam, pois dependem do índice pluviométrico. Na estiagem, a lamina d'água diminui significativamente, enquanto que no ápice do período chuvoso, normalmente entre março e abril, os lagos enchem a ponto dos igarapés<sup>42</sup> desaparecerem. Cada lago perde sua identidade assemelhando-se a um 'mar' (MARANHÃO, 2013, p. 333).

<sup>41</sup> A expressão rosário de lagos foi introduzida por Lopes (1970) com referência ao conjunto formado pelos lagos Formoso, Capivari, Cajari, Maracassumé, Aquiri, Itans e Viana.

<sup>42</sup> Os igarapés em questão se referem a furos que unem os lagos. A comunidade os chama de igarapés, o que não está totalmente errado, pois, já foram igarapés que se uniram aos lagos transformando-se em furos. No período de estiagem os furos, pelas singularidades, adquirem aparência de igarapés, uma vez que a massa hídrica diminui (MARANHÃO, 2013).

**Figura 12 – Igarapé Castelinho em Penalva - MA**



Fonte: Maranhão (2013).

Assim, na região de Penalva, destacam-se quatro lagos:

O Lago Cajari em cujas margens está situada a cidade de Penalva. Assim, repercutem no lago, impactos ambientais diversos provenientes da ocupação territorial. Nele, impactaram a construção de uma barragem para acesso ao bairro Trizidela, a ocupação urbana desordenada, além de práticas agrícolas e de pecuária extensiva no contexto das margens. Este lago é reconhecido pela sua extensão e ampla piscosidade especialmente pelo aumento de seu volume de água com a intervenção da barragem.

Na porção intermediária entre o Cajari e o Lontra, localiza-se o Lago Capivari. Em sua porção ele se divide em dois rios temporários: Castelinho e Goiabal.

Na sequência, encontra-se o Lago da Lontra, situado entre os lagos Capivari e Formoso. Constitui-se como o menor do “rosário de lagos”, com águas em tons verde-azulados, gera a impressão de “se navegar entre dois céus: o primeiro, de um azul puro salpicado de fios de nuvens e o segundo, refletindo o primeiro nitidamente na limpidez da água” (MARANHÃO, 2013, p.334). Segundo Pinheiro (2003), nos anos 70 do século XX, a realização de dragagem<sup>43</sup> para limpeza do lago gerou impactos que associados à seca e às queimadas aprofundaram o processo de assoreamento.

---

<sup>43</sup> A técnica de Dragagem consiste na limpeza, desassoreamento, alargamento, desobstrução, remoção, derrocamento ou escavação de material do fundo de rios, lagoas, mares, baías e canais (PINHEIRO, 2003).

Por fim, o famoso Lago Formoso localizado a 30 km de distância do Lago Cajari e da sede do município. Pinheiro; Arouche (2013) referem que o cenário ambiental do Formoso é marcado pelos aterrados compostos pelo acúmulo de sedimentos e vegetais, com destaque para os juçarais, constituindo um manto sobre as águas escuras do lago.

A matéria orgânica (folhas, galhos, raízes e vegetais aquáticos) possibilita a formação das ilhas flutuantes, às margens do Lago Formoso. Essas se formam por meio do vento que deposita areia em forma de poeira que, em contato com a decomposição do material dos vegetais, vão gradativamente transformando-se em solos húmidos que, sustentado na parte inferior pelas raízes e galhos, se enriquecem de vegetais que germinam pelo resultado das sementes transportadas por pássaros e pelos ventos. Indubitavelmente, apresentam uma paisagem diversificada de vegetais arbustivos e arbóreos com palmáceas e outras árvores que em fase adulta, podem atingir até 10 metros. Não raro, se pode observar que esses vegetais arbóreos ao desenvolverem seus conjuntos radiculares, não encontrando profundidade no solo, inclinam-se e, às vezes caem (MARANHÃO, 2013, p.335).

Nesse contexto, durante a estiagem, os aterrados se desenvolvem junto às margens do lago. Porém, com as cheias, acabam suspensos pelas águas e se deslocam flutuando ao longo do lago, repercutindo na elaboração de narrativas ancestrais tais como as que serão retratadas na seção 3 deste trabalho.

**Figura 13 – “Ilha do Formoso” - Penalva - MA**



Fonte: Maranhão (2013).

Articulada à constituição lacustre do município, a formação vegetal é marcada por plantas rasteiras. Especialmente, nos gleissolos das áreas planas inundáveis nos campos, utilizados em grande parte para o pasto.

**Figura 14 – Campos de Penalva MA**



Fonte: Maranhão (2013).

Nos tesos, encontra-se vegetação secundária oriunda de práticas de desmatamento pela agricultura além da palmeira nativa de babaçu e matas ciliares.

**Figura 15 – Vegetação dos Tesos**



Fonte: Maranhão (2013).

Por sua vez, os lagos evidenciam a presença de macrófitas aquáticas (flutuantes ou sésseis) constituindo um emaranhado vegetal que chegando a interferir na navegação. Entre

elas destacam-se o capim boiador (*Paspalum repens* Berg.) e o capim marreca (*Paratheria prostrata* Griseb).

Plantas diversas, com um sistema de raízes esponjosas, formadas de inúmeros filamentos cheios de pelos, enredam-se e mantêm todo tipo de sedimentos e pequenos seres que representam em grande parte o plâncton lacustre. Consolidam-se na superfície das águas e formam batedos com espessura considerável que, frequentemente, tomam o aspecto de ilhas flutuantes, como as observadas nos lagos de Penalva. Quando se consolidam, se transformam em aterrados que gradativamente assoreiam as conchas lacustres (FERNANDES, 1946, p. 57).

A área lacustre pantanosa é permeada ainda, pelos aterrados já descritos neste trabalho. Neles, apresentam predominância, espécies vegetais como juçara (*Euterpe oleracea* Mart.), buriti (*Mauritia flexuosa* L.), aninga (*Montrichardia arborescens* (L.) Shott.), entre outras ameaçadas constantemente pelas queimadas.

**Figura 16 – Vegetação lacustre**



Fonte: Maranhão (2013).

As áreas de terra firme são formadas por florestas secundárias (capoeiras). Nelas predominam os babaçuais e espaços de roça para produção agrícola de subsistência. De modo geral, o ambiente físico do território penalvense evidencia área de grande riqueza natural, corroborando as constatações das pesquisas realizadas por Navarro (2017a) nas quais se torna evidente a relevância desse ecossistema, especialmente o lacustre, para a fixação dos povos das estearias.

Nos relatos sobre a região, os aspectos naturais da paisagem sempre tiveram destaque, principalmente em descrições do sistema lacustre. Ao abordar as missões religiosas na região, Marques (1970, p. 628) menciona que:

Os jesuítas tinham, sobre uma península, a 18 léguas ao SO da capital, a aldeia de Maracu assentada na topografia média desta localidade, em solo

úmido e baixo, argiloso, sendo para isso propício a estagnação de águas, formando lagos e todos esses lagos pelo inverno, se comunicam com o de Viana por meio dos campos que se inundam formando outros tantos lagos temporários, que reunindo-se entre si formam uma grande massa de águas estagnadas.

Outras descrições sobre os elementos naturais da região foram apresentadas pelos estudos mais específicos de Lopes (1970) no início do século XX. Na ocasião, além de “rosário de lagos”, o geógrafo utiliza os termos “depressões lacustres” e “concha lacustre” para referir aos lagos de Penalva e Viana.

O contexto contemporâneo segue demonstrando as potencialidades do “rosário lacustre” ainda que a população mencione o discurso científico do temível destino de desaparecimento dos lagos. Conforme Vonsperling (1999) e Obsen & Leôn (1997), a natureza dos lagos os caracteriza como ecossistemas dinâmicos, naturalmente fadados ao desaparecimento a partir dos processos de sedimentação variáveis na escala temporal.

Do ponto de vista geológico, tal fenômeno ocorre conforme a extensão do lago, ao longo de anos. Cabe, no entanto, atentar para a aceleração desse processo a partir da ação antrópica sem padrões de sustentabilidade.

O cenário natural penalvense denota biodiversidade instigante ao fomento das narrativas ancestrais, especialmente, diante da hierofania presente em concepções e interpretações populares que vinculam a realidade ao sagrado. Nesse panorama, incluem-se as versões do imaginário que permeiam as percepções dos habitantes sobre as estearias. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que o sistema lacustre de Penalva constituiu realidade socioespacial marcada pela dinâmica antrópica em relação ao ecossistema, num processo histórico que repercute em alterações ambientais e na formação identitária no território.

Diante disso, dando sequência à contextualização do campo de pesquisa, aborda-se a constituição histórica do município. Ressalta-se, para tanto, os registros nos documentos oficiais, mas, discutindo-se paralelamente, as versões da população sobre o surgimento da cidade, propaladas por meio de narrativas ancestrais.

### 2.3 Versões sobre a constituição histórica de Penalva – MA

No território maranhense, Penalva tem o início de sua constituição demarcado no século XVIII, a partir do processo de ocupação por indígenas Gamela que habitavam no entorno do Lago Cajari. A ocupação tomou como base o então Sítio São Braz<sup>44</sup>, com as missões evangelizadoras do Maracu sob a condução dos padres da Companhia de Jesus.

É corrente na literatura, a menção de que religiosos e colonizadores portugueses buscaram desbravar essas terras em “busca de riquezas e aventuras” (BALBY, 2021). Nota-se assim, o *ethos* da busca pelo Eldorado<sup>45</sup> que marcou a exploração do colonizador em terras brasileiras. Penalva, em sua idílica constituição ambiental não fugiria a essa caracterização enquanto “monumento natural do Maranhão”, tal como propala o hino do município. A conquista do Novo mundo foi uma tarefa permeada pelo imaginário europeu da busca pelo paraíso<sup>46</sup> na corrida por tesouros. Mas, para legitimar a colonização<sup>47</sup> surge a religião. De acordo com Pinsky (2002, p. 9), “A metrópole adotou o discurso religioso, ou seja, justificava seus procedimentos pela necessidade de catequizar os nativos”. O impulso às navegações a partir do século XV desencadeou a busca pela soberania entre as potências europeias pela conquista de novos territórios. A Igreja Católica se fortaleceu ao assumir a mediação do processo, fomentando missões de catequese nas quais se destacou a Companhia de Jesus<sup>48</sup>.

No Maranhão, os pioneiros da missão jesuítica foram os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira no ano de 1607, na viagem à Serra de Ibiapaba para reconhecimento da ligação do Maranhão a Pernambuco. Os religiosos protagonizaram com os colonizadores, o ciclo da Expansão portuguesa para o Norte<sup>49</sup> (SERAFIM LEITE, 1943).

---

<sup>44</sup> Uma rústica capela coberta e tapada de pindoba (MARQUES, 1970).

<sup>45</sup> *El dorado* é uma narrativa lendária da época da colonização da América que atraiu muitos aventureiros europeus. Segundo o relato, existiria uma cidade que foi toda feita de ouro maciço e puro, que abrigaria muitos tesouros. O termo *Eldorado* significa *O (homem) dourado* em espanhol; tamanha era a riqueza da cidade, que o imperador tinha o hábito de se espojar no ouro em pó, para ficar com a pele dourada (CERETTA, 2008).

<sup>46</sup> Histórias, mitos, relatos sobre o paraíso terrestre ou o Eldorado contribuíram para constituir visões idealizadas sobre as novas terras (HOLANDA, 2004).

<sup>47</sup> Termo utilizado no sentido atribuído por Alfredo Bosi, enquanto dominação com regulamentação de uma sociedade segundo uma cultura secular. Segundo Bosi (1992, p. 13), “A colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante, que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório.”

<sup>48</sup> A Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola, conhecido posteriormente como Santo Inácio de Loyola. A Congregação foi reconhecida por bula papal em 1540 (PINSKY, 2002).

<sup>49</sup> Para Serafim Leite, o objetivo dos missionários na viagem a Ibiapaba revela-se no Catálogo da Companhia de 1607, o qual nomina a investida dos missionários como a “missão do Rio Maranhão”. Cf. (SERAFIM LEITE, 1943)

Bettendorff (1990) reforça o caráter precursor dessa expedição para os primórdios da evangelização no Maranhão. Mas, narra com lamento o fim da empreitada no embate com os indígenas em 11 de Janeiro de 1608.

Mayer (2010, p.49), em seus estudos aponta um panorama da presença jesuítica no Maranhão sob a liderança do Padre Luiz Figueira<sup>50</sup>, durante a primeira metade do século XVII:

A fase fundacional da Missão jesuítica do Maranhão contou com seis levas de missionários, as quais trouxeram para o Estado pelo menos vinte e cinco jesuítas. No entanto, a metade deles pereceu antes mesmo de pisar em solo maranhense. De qualquer forma eles pretendiam evangelizar os índios e manter o cuidado dos cristãos, muito embora tivessem ocorrido confrontos com os colonos, mais por desconfianças destes do que pela ação concreta dos missionários. O objetivo dos jesuítas foi de conciliação, compromisso assumindo, pelo menos formalmente, ante o poder local. A Missão do Maranhão foi dispendiosa em vidas e pouco rendosa em sua etapa inicial.

Em 1653, com a chegada do Padre Antonio Vieira<sup>51</sup>, a Companhia de Jesus na Amazônia e, por conseguinte, no Maranhão tem suas ações ressignificadas. Ao lado do Padre Vieira, outro jesuíta de destaque foi o Padre João Filipe Bettendorff<sup>52</sup>. Conforme o Padre Antônio Vieira, no Maranhão, os inacianos se pautaram no seu ministério próprio, caracterizado pelas práticas de catequese e batismo em nome da conversão dos indígenas:

[...] muitos dos ministérios em que nos ocupamos no Brasil, são os comuns de tôdas as Religiões, como confessar, prègar e que elas também fazem, e podem fazer; mas os ministérios em que trabalham os que estão no Maranhão, são os próprios e particulares da Companhia, para cujo fim especial Deus a instituiu, como são catequizar, batizar, converter gentios, dilatar e propagar a fé, e conhecimento de Cristo entre nações bárbaras, e estas acções, como tão especiais e singulares nossas, devem preferir às comuns, para que em tôda a parte tem Deus tantos outros ministros (SERAFIM LEITE, 1943, p. 144).

Em seus escritos, Vieira retratava o Estado do Maranhão e Grão-Pará como missão preferencial da Companhia de Jesus (VIEIRA, 1925). Tratava-se de desbravar o território para promover a conversão do gentio, ampliando os domínios da fé cristã.

---

<sup>50</sup> Padre jesuíta de destacada atuação no Brasil colonial. Foi autor de uma das primeiras gramáticas da língua tupi, a partir do contato com potiguaras, tupinambás, tabajaras e caetés, denominada Arte da Língua Brasília, impressa pela primeira vez em 1621 (SERAFIM LEITE, 1943).

<sup>51</sup> Filósofo, escritor e orador português da Companhia de Jesus. Uma das mais influentes personagens do século XVII em termos de política e oratória. Destacou-se como missionário em terras brasileiras (SERAFIM LEITE, 1943).

<sup>52</sup> Religioso jesuíta de destacada atuação como missionário na Amazônia durante a época colonial. Entre 1669 e 1674 e entre 1690 e 1693, foi superior dos jesuítas em missão no Estado do Maranhão e Grão-Pará (SERAFIM LEITE, 1943).

De acordo com Lacroix (1982, p. 71), na Baixada Maranhense, “os inacianos iniciaram suas atividades trabalhando em reduções e, ao mesmo tempo, estabelecendo as bases econômicas da Companhia através da instalação de fazendas e engenhos”.

Nesse contexto, em 1683, o padre Pedro Pedrosa<sup>53</sup> desloca indígenas Guajajara para a região do Maracu, rico em peixes e cercado pelas terras férteis do Tramaúba. Com o missionário Manuel de Brito, instala o engenho São Bonifácio<sup>54</sup> de modo a fomentar a produção de cana-de-açúcar. Conforme Bettendorff (1990, p. 389):

Está a aldeia de *Mareú* dois dias e meio de jornada do Maranhão, dois pelo rio Pinaré, e meio pelo igarapé e lago do *Mareú* situada sobre um outeirinho com o lago ao pé e pastos de gado vacum a perder de vista para a banda do Maranhão a leste e a vila de Tapuitapera ao norte; são esses pastos [...] se se não alagassem tanto, pelo inverno, que o gado não acha quase por onde se poder sustentar; mas ainda assim lá estão os currais, o sustento e maior renda do Colégio do Maranhão, em tão aprazível paragem que parece um paraíso terreal.

Sob os olhares dos Padres Antonio Vieira e João Bettendorff, tais condições propiciaram a escolha da região lacustre da Baixada Maranhense para a instalação da Missão de Nossa Senhora da Conceição do Maracu, futura cidade de Viana. Segundo Cavalcante Filho (1990, p. 33), “Em 1683, a primitiva aldeia, denominada Capitiba, foi transferida para o lago Maracu, passando a chamar-se de Nossa Senhora da Conceição”.

Especializada em criação de gado, a Missão do Maracu se constituiu como um dos principais sustentáculos financeiros dos padres jesuítas. Maranhão (2012, p.156) refere que “nestes campos pastam milhares de cabeças de gado vacum e cavalari [...] 14.000 cabeças de gado das ditas espécies”.

Diante disso, os religiosos viabilizaram a comunicação com o Pará por meio da abertura de uma estrada através do Turi, Maracaçumé e do Gurupi até Ourém: o “Caminho Grande do Pará”, mencionado por Lopes (1970) e Souza (1977, p. 58-59): “estabelecendo aldeias, fundando fazendas, abrindo veredas na mata, incluindo um caminho desde Maracu (Viana), através do Turiaçu, até Belém do Pará”. Os jesuítas registraram em suas crônicas, a descrição da fazenda:

---

<sup>53</sup> Bettendorf encarregou o padre Pedro Pedrosa, pela sua reconhecida capacidade e liderança. Depois de fundar a Missão de Ibiapina, no Ceará, o padre Pedro Pedrosa foi mandado para instalar a Aldeia de Maracu (MENDONÇA, 2022).

<sup>54</sup> A fundação do Engenho Agrícola de São Bonifácio, às margens do Rio Maracu, entre os lagos de Viana e Aquiri pelo Padre Manuel de Brito, a sua concessão régia a data de 23 de setembro de 1652, na localidade conhecida como Igarapé do Engenho, sendo um marco inicial da cidade de Viana e dos jesuítas na zona do Maracu. (MENDONÇA, 2022, p. 20). Em 2 de dezembro, chegam ao porto de São Luís, as imagens de São Bonifácio e Santo Alexandre, doadas pelo Papa Urbano VIII para a Missão da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão-Pará (MARQUES, 1970).

Ultimamente no ano de 1683 mudou o Padre Pedro Pedrosa, duas vezes duro como pedra, na tolerância dos trabalhos, com os quais o conseguiu, apesar da repugnância e pouca vontade dos índios, que não queriam apartar-se para mais longe das suas terras; para que não era necessária grande causa, bastando uma pequena repreensão do missionário ou um moderado castigo para se ausentarem para o seu valhacouto de Capituba. Vistas contudo as grandes conveniências do Maracu, junto e à beirada de um famoso lago, abundantíssimo de peixe, com excelentes terras de roçar para a parte de Tremaúba, se resolveram a seguir o conselho do padre, e a assentarem a aldeia no lugar, aonde o presente se acha, e é o sítio mais delicioso que tem o Estado, e o de maior recreio no tempo de verão, que no inverno se faz pouco apetecível pela imensa multidão de insetos, que é preciso apagar as luzes e fechar as portas e janelas para passar menos mal o resto da noite, e uma grande parte do dia. Tem uma bela igreja de Nossa Senhora da Conceição, que há pouco tempo se acabou, e muito boas casas para vivenda do missionário, o qual reparte os índios por turno para o serviço do colégio, que comumente é conduzir bois das mesmas campinas do Maracu, aonde os padres têm imensurável gado para o sustento dos religiosos do colégio. Defronte a uma vista desta aldeia está situado o engenho de S. Bonifácio, uma das melhores fazendas, e o maior nervo do colégio do Maranhão, em terras do mesmo, por carta de data e sesmaria, fundação do Padre Manuel de Brito, de boa memória dos anais da vice-província (MORAES, 1987, p. 290-291).

Marques (1970) refere que nessa região, havia três aldeias de índios Gamela, denominadas Cajary, Capivary e Guarapiranga, e nelas encontravam 280 habitantes. Apesar de relatos diletantes indicarem a instalação de uma aldeia no Cajari para a missão jesuítica junto aos Gamela<sup>55</sup>, na visão de Lopes (1970, p. 140):

A origem da vila de Penalva é antigo aldeamento de índios gamelas, posterior à queda dos jesuítas. Enquanto tantos outros pontos são citados nos cronistas como estabelecimentos jesuíticos, e às vezes como os mesmos nomes de hoje, o Cajari não foi, a princípio pelo menos, colonizado pelos padres.

Gaioso (1970, p. 231 grifo meu) ressalta:

Com os Guajajara já adaptados e consolidados na aldeia-missão do Maracu, alguns anos depois, os padres se estabelecem no Sítio São Brás e instalam uma fazenda no Araçatuba – marco inicial da criação de gado bovino na região. Aldeados nas vizinhanças do lago Cajari está um ramo da nação Gamela, inimiga dos Guajajara [...]

---

<sup>55</sup> Viviam na margem piauiense do rio Parnaíba e de lá emigraram para o Maranhão e Pará, em 1713. No século XVIII, em 1751, eles tinham 11 aldeias na região do rio Mearim e foz do rio Grajaú. No crepúsculo do século XVIII, só restava uma aldeia e os índios da tribo deixaram a região e migraram para as cercanias do lago Cajari. Seu território incluía ainda a margem esquerda do rio Pindaré, Monção, Viana e o Alto Turi. A extinção dos Gamelas começa na metade do século XIX. A sua última aldeia estava localizada na Ponta do Armazém, à margem do lago Capivari, em Penalva, em 1850. (MARQUES, 1970).

Nesse contexto, o Regimento das Missões<sup>56</sup> enquanto legislação vigente no Estado do Maranhão e Grão-Pará atribuía o encargo dos aldeamentos e missões aos jesuítas. Considerando a legislação portuguesa, cabia aos religiosos “descer os índios e situá-los em aldeias” (SOUZA, 1977, p. 60). Para tanto, recebiam doação de terras da Coroa em forma de sesmaria.

O panorama se altera em 1759 com discordâncias entre o Governo Português e os jesuítas. Segundo Leite (1943), com a Lei de 03 de setembro de 1759, D. José I, rei de Portugal, proclamava a lei de extermínio, proscrição e expulsão dos jesuítas de seus reinos e domínios, instituindo o Marquês de Pombal<sup>57</sup> como responsável por reformas na administração portuguesa. Posteriormente, em 21 de julho de 1773, o *Breve Dominus ad Redemptor*<sup>58</sup>, publicado pelo Papa Clemente XIV extingue a Companhia de Jesus.

A conjuntura do alvará régio suscitou a apropriação pelo governo português, dos aldeamentos até então jesuíticos. Assim, surgiram vilas e lugares por meio da política do Diretório dos Índios<sup>59</sup>. Sob a vigência dessa normativa, até 1798, foram criadas unidades coloniais a partir dos antigos aldeamentos missionários, suscitando a transição da dinâmica religiosa das populações indígenas à vida civil e produtiva. Além disso, o processo buscou “europeizar” a sociabilidade indígena, silenciando memórias e subjetividades, utilizando para tal, a denominação de povoamentos inspirada em lugares do reino. Tal processo repercutiu de forma decisiva na elaboração de narrativas “fundacionais” nessa região.

O “Livro de Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas (1757-1767)”, do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), evidencia a trilha de vilas e lugares<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> O Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará, decretado por Pedro II, Rei de Portugal, em 21 de dezembro de 1686, por meio de 24 parágrafos, concedia o direito de tutela dos nativos capturados aos missionários jesuítas portugueses (MORAES, 1987).

<sup>57</sup> O Marquês de Pombal foi uma das figuras mais importantes da história de Portugal e também um dos grandes símbolos do Reformismo Ilustrado. Foi secretário de Estado, entre 1750 e 1777, e, nesse período, realizou uma série de reformas que ficaram conhecidas como Reformas Pombalinas. Muitas dessas tiveram impacto direto no Brasil, na época uma colônia de Portugal. Chamava-se Sebastião José de Carvalho e Melo e ficou muito conhecido pelo título que recebeu em 1769: Marquês de Pombal. Durante o reinado de Dom José I, inspirado por doutrinas de tendência iluminista Pombal empreendeu diversas reformas modernizantes com o objetivo de melhorar a administração do Império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial (MONTEIRO, 2003).

<sup>58</sup> Um breve apostólico, promulgado em 21 de julho de 1773 pelo Papa Clemente XIV, por meio do qual a Companhia de Jesus foi suprimida (MAYER, 2010).

<sup>59</sup> Uma lei publicada em 1757, por D. José I, rei de Portugal, através de seu ministro, o Marquês de Pombal, que dispunha sobre os aldeamentos indígenas, elevando estes à condição de vilas ou aldeias, administradas por um diretor, um principal (SOUZA, 1977).

<sup>60</sup> Compartilhando da abordagem propalada por Dornelles (2021), compreende-se “lugar” enquanto povoação pequena, entre o status de aldeia e vila: “he menos que villa, & mais que aldea” (BLUTEAU, 1728, p. 202).

instituídos no Maranhão pela ação de Gonçalo Pereira Lobato de Sousa<sup>61</sup> então governador da Capitania do Maranhão. Conforme, Dornelles (2021, p. 312):

Entre julho de 1757 e agosto de 1758, onze antigos aldeamentos ou missões indígenas e uma fazenda particular, foram convertidas em vilas e lugares<sup>2</sup> pela política pombalina na capitania do Maranhão posta em prática pelo governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa. As aldeias de Maracu, Carará, Doutrina, Tutóia e a aldeia da Fazenda Guaramiranga se transformaram, respectivamente, nas vilas de Viana, Monção, Vinhais, Viçosa de Tutóia e Guimarães. Já as aldeias dos Gamelas, Aldeias Altas, São José de Ribamar, São João, São Miguel, Aldeia Pequena, Aldeia Adega Grande de São Lourenço de Barbados, seriam elevadas a Lugares doravante denominados Lapela, Trizidela, São José de Ribamar, São João de Cortes, Nossa Senhora da Lapa e São Miguel, São Mamede e São Pedro.

Em 1856, Antonio da Cruz Machado<sup>62</sup>, presidente da Província do Maranhão ao discursar sobre “Catechese e civilização dos indígenas”, ressaltou em seu relatório que: “A Aldêa do Maracú, passou em 8 de julho de 1755 á ser villa de Viana;” (A NOVA EPOCHA, 4 set 1856).

Como se pode notar, a instituição de vilas e lugares constituiu ação articulada à política pombalina de secularização dos aldeamentos em nome da economia colonial. Em 1783, José Teles da Silva<sup>63</sup> é nomeado para o Governo do Maranhão e realiza incursão a Viana em 1784, navegando pelo rio Mearim e Maracu. Na ocasião, alcança o Lago Cajari, mantendo contato com os Gamela. A esse respeito, Gaioso (1970, p. 251) ressalta:

[...] No tempo do governo do governador Jozé Tellez da Silva em 1785, se deligenciou domesticar huma porção de gentio Gamella, recolhido em huma povoação com o nome de Canjary, e conseguindo-se reduzi-lo á paz, se lhe dêo a denominação de S. Jozé de Penalva.

A questão é referendada pelo presidente da Província do Maranhão, Antonio da Cruz Machado, no mesmo relatório em que debate sobre “Catechese e civilização dos indígenas”:

[...] apenas em 1785, no ponto do Cajari, no rio Mearim, se fundou, por ordem do Capitão general José Telles da Silva, uma aldeia de indios Gamellas, com a denominação de São José de Penalva. Esta localidade é

---

<sup>61</sup> Tinha grande proximidade a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, do qual a Capitania do Maranhão fazia parte. Foi nomeado governador da Capitania do Maranhão em 3 de agosto de 1753 e ficou no cargo até 1761. Foi responsável pela implementação das políticas pombalinas no Maranhão. Entre julho de 1757 e agosto de 1758, a política pombalina posta em prática pelo governador converteu onze antigos aldeamentos ou missões indígenas e uma fazenda particular em vilas e lugares. Dessa forma, as aldeias de missões eram retiradas do domínio dos religiosos da Companhia de Jesus e o controle das vilas e lugares ficava com os diretores e "principais" (lideranças indígenas) (MONTEIRO, 2003).

<sup>62</sup> Foi vereador, deputado provincial e deputado geral, presidente de província (Goiás, Maranhão e Bahia) e senador do Império do Brasil de 1874 a 1889 (MONTEIRO, 2003).

<sup>63</sup> Moço fidalgo, cavaleiro da Ordem de Cristo, nasceu das segundas núpcias do 6º conde de Vilar Maior, Manuel Teles da Silva, com D. Eugênia Mariana de Caminha Meneses, sucessora nos bens e na Casa de seu pai, D. Estevão José de Caminha e Meneses, 5º conde de Tarouca e 1º marquês de Penalva (MONTEIRO, 2003).

hoje conhecida pelo seu primitivo nome, e os índios que habitam-na, distinguem-se pela plantação de mandioca e fabrico de farinha (A NOVA EPOCHA, 4 set 1856).

Por meio da ação deste fidalgo português, o lugar anteriormente Cajari passa a ser nomeado São José de Penalva. Além dos desdobramentos na constituição identitária do espaço, a atribuição do nome Penalva à aldeia Cajari, vai gerar repercussões no imaginário social, implicando na elaboração de narrativas ancestrais, versões lendárias e mitos fundacionais, ou seja, relacionadas ao surgimento da cidade.

Com os avanços na ocupação do povoado São Brás, o lugar então denominado São José de Penalva, em 1858 é transformado em Freguesia<sup>64</sup>. Assim, João Pedro Dias Vieira<sup>65</sup>, vice-presidente da Província do Maranhão através da lei nº 510, de 27 de julho, determina que:

Art. 3. Sua sede será o lugar denominado – Penalva.

Art. 4. Servirá temporariamente de matriz a capela de São Braz.

(LEIS DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1858 p. 143).

Nesse mesmo período, o bispo D. Manuel Joaquim da Silveira instala a Paróquia de São José, tendo como matriz temporária a capela de São Brás. De tal modo, a freguesia de São José de Penalva é assim caracterizada por Marques (1970, p. 582-583): É a segunda da comarca de Viana, e dela, distante duas léguas [...] Avalia-se em dez léguas a sua extensão [...] Calcula-se a sua população em 3.800 almas.

Posteriormente, é realizada a transferência da matriz do São Brás para as margens do Lago Cajari. O ato determinado por João Silveira de Souza<sup>66</sup>, então presidente da Província do Maranhão, por meio da Lei Provincial nº 552 de 31 de maio de 1860, instituiu que: “Art. 1. A sede da matriz de Penalva fica transferida para o lugar denominado – Boca do Lago” (PUBLICADOR MARANHENSE, 22 jun 1860).

A alteração da sede da matriz representou a busca por área com melhores condições para circulação comercial. Todavia, constituiu um fato que também apresentou repercussões no imaginário popular por meio da elaboração de narrativa vinculada ao santo padroeiro.

Em sua expansão, a freguesia foi contemplada em 1863, com a criação de uma cadeira pública de primeiras letras. Então, em 7 de junho de 1870, na sessão da Assembleia

<sup>64</sup> Na América Portuguesa, freguesia caracterizava a unidade territorial básica definida pelo conjunto de famílias (ou fogos, como eram denominadas na documentação da época) subordinadas à jurisdição eclesiástica de um vigário (BARROS, 1985).

<sup>65</sup> Patriarca das famílias Vieira, e Dias Vieira, do Maranhão. Assumiu interinamente o governo da Província do Maranhão a 19 de abril de 1858, na condição de seu vice-presidente, permanecendo no cargo por cerca de seis meses (MONTEIRO, 2003).

<sup>66</sup> Advogado, jornalista, poeta e político brasileiro vindo a presidir três províncias: Ceará (1857-1859), Maranhão (1859 e 1861) e Pernambuco (1862-1865) (MONTEIRO, 2003).

Provincial, o deputado Guilherme Souza<sup>67</sup> “apresenta um projecto elevando à categoria de Villa a povoação de S. José de Penalva” (PUBLICADOR MARANHENSE, 12 jul 1870).

A questão entra na ordem do dia pela primeira vez, na sessão de 12 de julho de 1870. Na ocasião, é apresentado “parecer da comissão que eleva à categoria de Villa a povoação de S. José de Penalva” (PUBLICADOR MARANHENSE, 14 jul 1870). Assim, é dado prosseguimento ao processo considerando-se as normativas da época.

Mas, somente em 14 de junho de 1871, o projeto entra em ordem na pauta pela terceira vez, sendo debatido na sessão da Assembleia Provincial. Foram listados argumentos contrários à elevação da Freguesia de S. José de Penalva à Vila:

Lei que determina que nenhuma localidade pode ser elevada à categoria de villa sem que seja isso representado pelos seus habitantes, e que mostrem que há nesse lugar casa propria para camara e cadêa, é claro que, sem que preceda essa circunstância, não poderá ser elevada à cathogoria de villa, a freguesia de S. José de Penalva [...] como nós, por um simples projecto, sem preceder reclamação dos habitantes da povoação de S. josé de Penalva; sem nos constar o numero de casas e nem a população dessa povoação; e nem se existe alli casa propria para cadêa e quartel, condição que exige a lei. Vamos elevar à categoria de villa essa povoação? A criação de uma villa semre traz consigo despesas [...] Para evitar isso que se legislou em 1866 que não fosse elevada a villa, freguezia alguma sem mediar representação de seus habitantes. A província não está no caso de fazer despesas para satisfação de vaidades de quem quer que seja. Por tanto, voto contra (PUBLICADOR MARANHENSE, 27 jul 1871).

O legislador faz referência à Lei N° 790 de 13 de julho de 1866. Conforme a normativa, nenhuma localidade poderia ser elevada à vila sem que seus habitantes se manifestassem por meio de requerimento. Além disso, era preciso provar a existência de edifícios para câmara e cadeia, cedidos gratuitamente, uma vez que a Província não tinha intenção de ter custos. O processo em questão, não partiu de solicitação popular, mas, de um político (LEIS DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1866).

Apesar das advertências, a sessão prosseguiu tendo sido registrado em ata que: “não havendo mais quem pedisse a palavra, foi approvedo o projecto e remetido para redacção definitiva” (PUBLICADOR MARANHENSE, 27 jul 1871).

Diante disso, a Lei n° 955 de 21 de junho de 1871, promulgada por José da Silva Maya<sup>68</sup>, vice-presidente da província do Maranhão, decreta a decisão da Assembleia

---

<sup>67</sup> Político maranhense que exerceu o cargo de deputado na Assembleia Provincial do Maranhão (MARQUES, 1970).

<sup>68</sup> Foi vice-presidente da província do Maranhão, exercendo a presidência interinamente três vezes, entre 1869 e 1871 (MARQUES, 1970).

Provincial: “Art 1º. Fica elevada à categoria de villa, a freguesia de São José de Penalva de Vianna” (PUBLICADOR MARANHENSE, 01 jul 1871).

Por meio do ofício nº 164 de 14 de dezembro de 1871 é organizada a arrecadação de receitas. Assim, refere o vice-presidente da Província: “auctoriso a crear uma collectoria na povoação de S. José de Penalva attenta a importância que vai tomando aquella localidade” (PUBLICADOR MARANHENSE, 23 dez 1871).

A vila tem instalada sua câmara em 1873 e um destacamento de polícia em 1875. Nessa dinâmica, é marcada pela alteração constante dos ocupantes de cargos públicos. Assim, avança lentamente em estrutura conforme as críticas de um suposto morador que escreve de Viana e assina como “Leandro, o pescador”<sup>69</sup>, na seção geral, “Correspondência particular” do Jornal Diário do MA em 18 de março de 1875:

Admira ver o desleixo, o abandono e miseria que por alli se encontra, apesar de ter sua subdelegacia, sua edilidade, collectoria, agencia de correio e ser de mais um feudo, que conta sua Baronía. Meia duzia de casas semeadas, cá e lá, por entre os matagaes; as ruas quaes ruas são trilhos estreitos, que para passar alguém, precisa ir abrindo os ramos dos matos para um e outro lado, ixi... quem quizer tomar um banho de respingos, não tem mais do que sahir depois de qualquer chuvasinha... xi... í...í... no entretanto, a camara - diz que - apura alguns cobritos, que desaparecem sem, que ao menos se abata uma rua [...] Saindo à rua, é morissóca a valer, businando mesmo atraz da gente. bú...ú...ú.... A igreja é uma pequena mei-agua, que Deus nos perdôe, é uma verdadeira porcaria, isto é, casa onde se deveria guardar cidadãos suínos; a nova que estão fazendo, e que querem que se denomine Matriz, pouco melhor será, pois que, existindo entre ambas uma immensa cruz de pau-d’arco. Tem um vigario: tem os vereadores, com toda a mais cohorte de falmergos politicões, que vivem num contínuo mexe-mexe, com o seu batalhão commandado por um Monjó; uma escola pública, com o seu professor; enfim só cousa para inglez ver no jornal. Eis ahi, meu caro, o que vem a ser o famoso feudo de S. José de Penalva. Leandro, o pescador. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 18 mar 1875).

Após quatro anos da elevação de Penalva de Freguesia à Vila, o relato do suposto morador evidencia a crítica à ação de cunho politiquero. A analogia ao feudo suscita reflexões sobre as reais condições do lugar em termos de estrutura para se configurar uma vila. Assim, permite conjecturar sobre as possíveis pretensões do legislador que apresentou o

---

<sup>69</sup> Buscando-se informações acerca desse comentador, nos documentos e jornais do período, não se obteve respostas quanto à sua identificação. Supõe-se ser a adoção de um pseudônimo por algum homem letrado do contexto: algo bem comum para a época. Segundo Licar (2012), configurava prática comum para fomentar críticas e debates jornalísticos. Sobre Leandro, o pescador, identificou-se outra crítica, dessa vez, a um morador da vila de Penalva por conta de questão particular: “Novo methodo de aproveitar a idade - Um viuvo novo e loiro, residente na freguezia de Penalva, enamorou-se de uma cidadã, e sem duvida por ajuste com ella, leva-a para sua companhia e manda uma carta ao pae da cuja, em que lhe dizia com ares de sentimento. Vendo que sua filha estava ficando relha, sem casar-se, trouxe a para minha companhia, e encarreguei-a da administração doméstica de minha casa, esperando que vme aprove este procedimento, filho unicamente da amizade sincera que de ha muito lhe tributo” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 30 mar 1875).

projeto, quanto a fomentar a criação de cargos públicos com a alteração administrativa. Além disso, leva a questionar sobre que avanços ocorreram no lugar com a atuação das instituições então estabelecidas, tais como a coletoria, na arrecadação financeira, por exemplo.

O processo de expansão da vila é marcado ainda, por questões de saúde pública tal como aponta O Jornal “Publicador Maranhense” ao tornar público, expediente da inspetoria de saúde pública de 9 de janeiro de 1877:

Tendo aparecido a varíola na villa de S. José de Penalva, conforme officio de 21 de dezembro de 1876, cumpre apresentar com urgencia directorio sobre o tractamento e dieta das pessoas acomecttidas da epidemia e indique os meios de debela-la e officio ao dr. commissario vacinador (PUBLICADOR MARANHENSE, 13 jan 1877).

Ainda nesse contexto, notícias mencionam a inserção de imigrantes cearenses na Vila de Penalva. Conforme Santos (2008a, p. 25), o governo da província estimulou o acolhimento a cearenses<sup>70</sup>: “retirantes nordestinos fugitivos da maldita seca apelidada de ‘seca dos três setes’<sup>71</sup> (1877, 1878 e 1879)”.

Mas, os retirantes sofreram com a falta de estrutura e adaptação às áreas rurais. Relatório do vice-presidente da Província, Dr. Carlos Fernando Ribeiro, sobre a Assembleia de 09 de maio de 1878 menciona o envio de socorro e suprimentos pelo governo: “Tendo se desenvolvido febres intermitentes e dysenteria entre os emigrantes cearenses remetidos para Coroatá, Codó e Penalva, mandei preparar medicamentos para o tratamento dessas moléstias” (O PAIZ, 16 maio 1878).

Ainda assim, os retirantes eram estimulados a se fixarem em áreas rurais. É o que se percebe na nota “A Veneza brasileira”, publicada no jornal Diário do Maranhão e assinada por cidadão que se nomeia “Um do povo”:

[...] com a forçada emigração cearense que temos tido, e vendo a maneira porque para ella tem attendido, o exm. sr. dr. Prado Pimentel, que de hoje se acha encarregado do timão governamental da província, não poupando sacrificio para melhorar a sorte de tantos desgraçados que nos são lançados por mar e por terra, vamos ajudar lembrando-lhe n’aquela comarca dois lugares muito apropriados para a criação de colonias, que nem só trará abrigo certo a esses infelizes, como concorrerá também para o augmento das rendas, por meio da lavoura [...] Na freguezia de Penalva, além do farto Lago Cajari, existe o campo Capivary [...] a criação de uma colonia nesses lugares seria de grande vantagem a esses lavradores, proporcionando aos emigrantes um lugar fertil e conmmmodo (DIÁRIO DO MARANHÃO, 21 ago 1878).

<sup>70</sup> Os retirantes partiam de suas cidades, por via do porto de São Luís ou pelo interior, através do Piauí. Vinham principalmente para a Capital da Província e apesar de serem paraibanos, pernambucanos, norte-riograndenses, piauienses e cearenses, eram todos identificados como se fossem do Ceará (FARIA, 2001.p.17).

<sup>71</sup> Foram montadas comissões de socorro que acolhiam “os cearenses”, fornecendo-lhes alimentação, moradia e vestuário (SANTOS, 2008a).

Nesse panorama, se acomoda o processo de expansão da Vila de Penalva enquanto “um lugar fértil e conmodo”. Com a transição do regime político da Monarquia para a República, em 1914 com Herculano Parga assumindo o Governo, é criada uma escola mista e outra do sexo masculino com nomeação de delegado escolar (BARROS, 1985). Registra-se entre os diletantes e nas versões oficiais propagadas pela representação municipal, bem como, na tradição popular que Penalva passou a ter autonomia político-administrativa, sendo elevada à condição de município em 10 de agosto de 1915. A referida data é considerada o dia do aniversário da cidade. Segundo Balby (2021), “Na sequência cronológica de criação dos municípios, Penalva foi o 17º município maranhense e o 5º na região da Baixada após Alcântara, Viana, Monção e São Bento”.

Todavia, não consta entre os levantamentos realizados, lei ou documento que eleve Penalva à condição de município na referida data. O IBGE faz referência à criação da Comarca de Penalva como marco para o seu desmembramento de Viana e elevação à categoria de cidade pela lei nº 45 de 29 de março de 1938 (BRASIL, 2022).

No cerne desta pesquisa, tal constatação representa uma desconstrução em nível pessoal, uma vez, que na formação escolar durante a infância, o aniversário da cidade em 10 de agosto sempre foi exaltado, e ainda constitui, um fato repassado como incontestável, além de caracterizar um dos maiores eventos penalvenses. Assim, o confronto com a ausência de documento que registre o ato formal da emancipação política de Penalva nessa data demonstra a existência de lacunas invisíveis à memória coletiva. São estabelecidos atos simbólicos como hasteamento à bandeira, execução do hino penalvense, desfiles, parabéns, corte do bolo, cerimônias religiosas e gincanas que reforçaram historicamente a celebração da elevação de Penalva à categoria de município em 1915. Mas, este é o lugar do historiador, da historiadora: se deparar com inquietações sobre a forma como a memória foi moldada no cerne da historicidade.

De modo geral, o processo de constituição histórica do município de Penalva-MA se insere na dinâmica conjuntural do Maranhão a partir do século XVIII, evidenciando práticas governamentais e arranjos políticos. Mas, para além de atentar a uma cronologia dos fatos legais que constituem esse território, é fundamental problematizar as interpretações que decorrem dessa trajetória e suas repercussões na formação identitária em articulação a narrativas ancestrais.

É visível na literatura local que aborda a história penalvense, a ocorrência de questionamentos como: o povoamento partiu de missão jesuítica, assim como Viana? Ou,

tratava-se somente de um aldeamento Gamela sem direcionamento jesuítico? Ou ainda, constituiu ação de desbravadores portugueses? Tais aspectos surgem como evidência da inexatidão de fatos, lacunas que suscitam uma diversidade de versões e percepções geralmente voltadas para a busca da origem da cidade. Há nesse processo, uma nítida perspectiva fundacional que se desdobra em relatos de diletantes e narrativas ancestrais centradas em justificar a atribuição do nome Penalva ao município.

A esse respeito, Barros (1985, p. 22) faz referência a uma espécie de “história sentimental da cidade de Penalva”. Por meio desse imaginário, são difundidas narrativas que de geração em geração, propagam versões fantasiosas sobre os primórdios do povoamento na região. As narrativas mais correntes, principalmente entre as crianças, abordam a origem do nome Penalva:

A tradição oral faz referência sobre uma lenda indígena: nos primórdios da colonização, milhares de garças, de alvas plumagens, espalhavam-se pelas margens do lago Cajari. Formando verdadeiros lençóis de cor alva. Um índio encontrou uma grande pena de coloração alva, surgindo da junção desses dois termos o nome Penalva (pena + alva) (BALBY, 2021, p. 86).

A narrativa se fundamenta na correlação entre a denominação da cidade e atributos da natureza local. Nota-se, portanto, o tradicional olhar idílico sobre a região enfatizando as riquezas naturais e o indígena como elemento humano cujo modo de vida natural apresenta harmonia com o ambiente. Relatos dessa perspectiva promovem o silenciamento das opressões impostas aos indígenas no contato com o europeu durante a colonização. Seguindo essa linha, outra narrativa articula o destaque à natureza da região aos elementos cristãos do processo de colonização:

Os primitivos habitantes encontraram, no início da colonização, uma imagem de Santo (São José), conduzindo a figura de uma pena-alva. A fusão dos dois termos teria dado origem à formação de um terceiro: Penalva (BARROS, 1985. p.22).

Nesta versão, além de atribuir significado à denominação Penalva, a narrativa elucida a origem do santo padroeiro da cidade, articulando ambas as questões ao cenário natural e ao indígena como sujeito contemplado com a revelação ao encontrar na natureza, a imagem de um santo. A narrativa suscita a ideia do indígena como “eleito” por Deus para a conversão, evidenciando a influência do colonizador na religiosidade, tendo como fundamento o *orbis christianus*<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> De acordo com Paiva (2006, p. 22), “O orbis christianus é uma imagem cristã medieval do mundo. Fundou-se na crença de que o mundo é de Deus, cujo representante na terra é a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto”. O *orbis christianus* colocava o

A referida percepção subsidia ainda, relato corrente de imaginário sobre o santo e sua ligação à região da “Boca do lago”. Segundo a tradição oral, “achado no leito do Cajari, o santo sempre voltava a sua igreja quando era removido para outro lugar” (BALBY, 2021, p. 119). A forte veneração de São José de Penalva com o Cajari é mencionada também por Lopes (2002).

Assim, a religiosidade é princípio fundador da narrativa que fortalece a escolha da “Boca do lago” para instalação da cidade, após a transferência do São Brás. Os aspectos estruturais e vinculações às ações comerciais são encobertos pelo discurso da predileção do santo padroeiro à proximidade do lago, no qual misteriosamente foi encontrado como uma revelação das águas, tal como outras narrativas de santos no Brasil.

As narrativas supracitadas deixam à mostra o caráter de subalternidade atribuído aos indígenas, nomeados pelos diletantes e documentos da época como “primitivos moradores da região”. Os mitos fundacionais mostram-nos como coadjuvantes, seja do santo, seja de um elemento natural como a garça. Historicamente, a região teve sua denominação São José do Cajari substituída por São José de Penalva, numa intervenção semântica que suprime um termo indígena em nome de outro que referencia um lugar do reino. Assim, a cultura indígena é silenciada pela sobreposição da marca europeia.

Os reflexos dessa ação histórica repercutem até hoje quando há questões sobre a origem do povoamento: se organizado por jesuítas ou simplesmente formado pelos Gamela. Nota-se que muitos autores, especialmente diletantes, buscam a primeira opção de modo a suscitar uma origem jesuítica para a cidade, tal como Viana, em vez, de um aldeamento marcado pelo *ethos* indígena apartado dos referenciais europeus de civilização.

Nesse sentido, as narrativas fundacionais sobre a cidade enfocam, sobretudo, sua denominação como Penalva. Além das versões lendárias supracitadas, é corrente na região, a atribuição dessa designação a uma vinculação histórica à cidade homônima de Penalva do Castelo<sup>73</sup>, localizada em Viseu, Portugal.

---

Cristianismo e o respeito às suas leis como verdades absolutas. Na sociedade européia, a religiosidade influenciava atitudes e posturas cotidianas. Com o encontro de culturas nas regiões americanas, a ordem cristã viu ameaçado seu caráter de única crença existente no mundo. Era necessário, portanto, anunciá-la, impondo seus preceitos através da conversão dos indígenas. Sendo assim, a tomada dos novos territórios voltou-se não apenas para interesses materiais. Aliou a esse objetivo, a manutenção da fé cristã pela conversão indígena sem considerar nenhuma ação intercultural (MARTINS, 2020).

<sup>73</sup> Penalva do Castelo é uma vila portuguesa do distrito de Viseu, região Centro e sub-região do Dão Lafões, antiga província de Beira Alta, fundada em 1240 e atualmente com cerca de 2000 habitantes. O topônimo Penalva do Castelo advém da existência de uma antiga fortaleza, que se localizava numa penha situada na margem esquerda do Rio Dão, da qual não resta qualquer vestígio e que deu nome à localidade de Castelo de Penalva. Entretanto, não se sabe porque e nem desde quando a vila vinha sendo chamada Castendo, só passando a ser denominada Penalva do Castelo a partir de 1957. Situado no coração do Dão, o Concelho de Penalva do

Mas para além das conjecturas da tradição oral, diferentemente das histórias supracitadas, a narrativa sobre Penalva ser “filha de além-mar” de Penalva do Castelo situa-se no contexto dos “homens de estudo”. Reconhecidos como intelectuais, filhos da terra, constituem penalvenses que se dedicam à tessitura da história da cidade enquanto historiadores diletantes. Entre eles, destacam-se Carlos Alberto de Sá Barros, Raimundo Balby, Gilmar Santos, Adonae Marques Martins, Galdino Arouche, Braz Mello, penalvenses que “tiveram estudo”, com vivências no *ethos* intelectual da capital São Luís, tornaram-se profissionais liberais e retornam à cidade para traçarem os meandros da memória do lugar em obras, geralmente, independentes e de circulação local.

Cabe ressaltar que as últimas décadas evidenciaram penalvenses que ao migrar para a capital, ingressaram na formação acadêmica e produziram pesquisas significativas sobre o município. Tais iniciativas, como as de Mendes Neto (2009) (2013), Mendonça (2019), entre outros, têm suscitado um olhar cauteloso e a problematização sobre representações que historicamente silenciaram aspectos da constituição penalvense.

Contudo, nessa mesma conjuntura, surge a obra de Martins (2014) intitulada “Penalva: história da fundação”. Nela, o penalvense se intitula descendente direto das famílias Marques e Sá, por ele consideradas pioneiras e fundadoras de Penalva. Assim, alega que como descendente tem conhecimento e autoridade para abordar o tema. Segundo o autor:

Esses saudosos parentes me transmitiram oralmente as histórias de suas vidas, origens, aventuras, e lutas dos nossos ascendentes pioneiros para a fundação de Penalva. Na ocasião lhes prometi e a mim mesmo que algum dia escreveria o que contavam. É o que faço agora, cumprindo a minha promessa. Trata-se aqui, pois, de uma obra memorialista, objetiva e educativa, abordando apenas o essencial, por meio de uma narrativa sucinta, encadeada e resgatadora da história de nossa terra, abrangendo o período compreendido entre 1854, quando ocorreu a fundação, e 1894, ano de sua constituição como município. Tal narrativa é desenvolvida sob a forma de romance histórico biográfico, para que possam os leitores vislumbrar toda a panorâmica da saga dos pioneiros fundadores na conquista da terra que abraçaram e nos legaram (MARTINS, 2014, p. 09)

Ressaltando sua privilegiada condição de “descendente dos fundadores”, Martins (2014) aponta Barros (1985) e Balby (1984) como pesquisadores locais que demonstram documentos e relatos significativos para fundamentar suas teorizações. Porém, considera os estudos inconclusivos em virtude de existirem lacunas e omissões em relação à “verdade fática de nossa história”, ou seja, à “fundação da cidade”.

---

Castelo, essencialmente agrícola e com boas condições agrônômicas, salienta-se entre os melhores produtores de Vinho do Dão, de frutas (é o “berço” da Maça de Bravo de Esmolfe) e do Queijo Serra da Estrela. (PENALVA DO CASTELO, 2014).

Martins (2014) acrescenta que para traçar o panorama desse evento, considera que não só de documentos se vale a história. Ressalta que a transmissão oral das tradições familiares e) comunitárias é instrumento essencial e a partir do qual teoriza sobre a constituição da cidade de Penalva. Assim, problematiza as seguintes questões:

Por que nossa principal praça e as mais importantes e centrais ruas de nossa cidade têm os nomes dos Marques e uma delas o de Cláudio Sá?” - “Por que os Marques são homenageados com os seus nomes em importantes escolas locais, como servem de exemplos a “Dr. José Joaquim Marques” e a “Caldas Marques?” - “Qual a origem do monumento erigido no meio da praça Dr. J. J. Marques?” - “Quem o construiu, quando, por que e para que?” - “Por que tal monumento permanece no inconsciente coletivo como algo histórico?” (MARTINS, 2014, p. 09).

Nota-se a vinculação estabelecida pelo autor entre monumentos e símbolos da cidade e núcleos familiares específicos do local. Percebe-se com isso, o *ethos* personalista em sobreposição ao âmbito coletivo.

Como ponto de partida de sua narrativa, são apresentadas informações sobre Penalva do Castelo, em Portugal. Neste ponto, Martins (2014, p. 09) afirma que “sem nenhuma dúvida, de lá provêm os nossos antepassados”. Contextualizada a “cidade mãe”, o relato do processo de fundação da “cidade filha” começa a se desdobrar, por meio de uma narrativa de traços românticos, com riqueza de detalhes e tons poéticos:

Castendo, 1853. Pequena vila portuguesa, bonita, bucólica e de gente trabalhadora, simples e alegre, que com orgulho conserva suas tradições, característica dos povos civilizados, educados e hospitaleiros do continente europeu. Pois bem, em setembro de 1853 [...] Pompeu da Gama Marques (meu bisavô materno), seus irmãos Joaquim Mariano da Gama Marques, José da Serra Marques e o amigo Cláudio de Sá (meu triavô também materno pelo lado de Sá), refestelados em cadeiras de descanso feitas de travessas cruzadas de madeira e de lona listrada, conversam animadamente na calçada [...] Há bastante tempo, porém, alimentam o sonho de se mudar para o Brasil com as famílias, para recomeçarem uma nova vida. O espírito aventureiro e desbravador, característico dos portugueses, que fez deles grandes navegadores da época dos descobrimentos, irresistivelmente os domina. Escolheram a Província do Maranhão, porque tinham notícias de que numa de suas regiões, rica de belezas e fertilidade, com muita água, por se tratar de região pantanosa, já existia uma freguesia chamada Viana, fundada pelos Jesuítas e colonizadas por portugueses de Viana do Castelo, cidade importante de Portugal (MARTINS, 2014, p. 21-26 grifos meus).

A primeira parte do relato enfoca uma caracterização que engrandece o europeu dentro dos ditos padrões de civilidade, ou seja, fundados no comportamento contido por normas e adequado ao sistema produtivo: “[...] gente trabalhadora, simples e alegre, que com orgulho

conserva suas tradições [...]”. Trata-se, assim, de uma percepção marcada pelo que o sociólogo Norbert Elias<sup>74</sup> denomina de processo civilizador.

Em sua teorização, Elias (2006), faz referência à civilidade como transformações no comportamento dos indivíduos da corte europeia. Realiza, portanto, “a análise da transformação psíquica dos indivíduos e das sociedades, pela disseminação de normas e controles” (CARVALHO, 2005, p. 102).

De acordo com a teoria eliasiana, a proximidade com a natureza modela o comportamento humano com ênfase para as emoções, pois, os desafios referentes à sobrevivência interferem no controle das emoções individuais. Mas este aspecto pode continuamente sofrer mudanças no cerne da vida coletiva. Os humanos, de acordo com Elias (2006), possuem uma disposição para o controle das emoções possibilitando um processo civilizador.

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições uma civilização, portanto, uma autorregulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões (ELIAS, 2006, p.21).

Esse processo busca, portanto, desviar o comportamento humano dos impulsos, condicionando a caracterização individual do ser às normas da coletividade. Nesse sentido, “a mudança no controle das paixões e conduta denominamos civilização” (ELIAS, 1993, p.54). Para as sociedades ocidentais, a noção de civilização atua como elemento diferenciador mediante outros grupos sociais.

Este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo [...] Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo do que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (ELIAS, 1994, p.23).

Historicamente esse conceito serviu para normalizar comportamentos e justificar a superioridade europeia em relação a outras sociedades. De tal forma, nota-se na percepção de Martins (2014), a civilidade do comportamento europeu como elemento de destaque no ponto de partida da narrativa referente à sua versão sobre a “fundação de Penalva”. Tal fato aponta para uma elaboração ideológica no sentido de situar o traço identitário da população penalvense, especificamente, das ditas famílias de destaque na sociedade. Com isso, a origem

---

<sup>74</sup> Sociólogo alemão cuja obra se tornou referência para os cientistas sociais e muito recentemente tem chamado a atenção de pedagogos. Seus estudos focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História abrindo caminho para a compreensão da formação do indivíduo e suas implicações com as apropriações dos objetos da cultura e dos efeitos produzidos pelos bens simbólicos no espaço social que permitem o aprendizado da vida em grupo (LEÃO, 2007).

da cidade repousaria na identidade nobre de seus fundadores, sobrepondo, suas vinculações à inicial população Gamela: considerada incivilizada pelos colonizadores.

O posicionamento de Martins (2014) reproduz um pensamento muito difundido no Brasil. A busca de percepções evolucionistas por uma identidade com “raízes” europeias para “superar” a mestiçagem, atender aos anseios da elite, buscar a adequação ao modelo civilizado, por meio de um passado europeizante, silenciando a memória indígena.

Na descrição do fato, Martins (2014) ressalta outro ponto que engrandece o europeu: “o espírito aventureiro e desbravador, característico dos portugueses”. Assim, ilustra a ética aventureira mencionada por Sérgio Buarque de Holanda<sup>75</sup> na obra “Raízes do Brasil”, ao tratar da sobreposição atribuída à influência lusitana no processo de construção da sociedade brasileira.

Segundo Holanda (1995) o português aventureiro foi reconhecido por ignorar fronteiras, desconhecendo obstáculos em busca de recompensas. Martins (2014) situa o português como elemento de destaque na dinâmica identitária de formação das famílias principais de Penalva, tomando como fundamento, sua vinculação à ética aventureira dos supostos portugueses “fundadores” da cidade. Tal percepção atribui o papel de líderes a essa pequena parcela da população e tal como refere Holanda (1995), sua inaptidão ao trabalho manual, faz com que este seja atribuição das camadas populares descendentes dos indígenas e afro-brasileiros, contribuindo assim, para legitimar um processo de divisão social: os que mandam e os que obedecem.

Martins (2014) evidencia ainda nesse trecho inicial do relato, os motivos que levaram seus ascendentes desbravadores a escolherem a região da Baixada Maranhense. Além da beleza e da fertilidade de suas águas, refere a existência de Viana como espaço colonizado por jesuítas e depois da expulsão destes, por “portugueses de Viana do Castelo, cidade importante de Portugal”.

Contudo, como já mencionado nesta seção, conforme Dornelles (2021), a atribuição de nomes portugueses às vilas não caracterizava um núcleo de portugueses vindos de cidades específicas, se tratava de um dos preceitos do Diretório Indígena para referendar o domínio português, sobre a memória indígena. Segundo Santos (2008, p. 175), “os nomes portugueses das novas vilas e lugares do Maranhão são referências aos topônimos de sua própria região de origem, o Minho. Monção, por exemplo, era sua cidade natal”.

---

<sup>75</sup> Historiador, sociólogo e escritor brasileiro. Foi também crítico literário, jornalista. É considerado um dos intérpretes do Brasil pela natureza de suas obras focadas na análise da estrutura social e política brasileira a partir das raízes históricas nacionais (MARTINS, 2017).

Assim, o governador português transformou a aldeia Carará em Monção (seu local de nascimento) e nomeou Maracu como Viana, em referência à Viana do Castelo terra natal de sua esposa (DORNELLES, 2021). A denominação está registrada no livro de “Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas (1757-1767)”, mas não há menção que referende se os colonizadores da vila de Viana eram portugueses de Viana do Castelo. Mais uma vez, Martins (2014) busca por origens portuguesas para ratificar a nobreza dos principais de quem descende.

O relato de Martins (2014, p. 26-31) prossegue evidenciando a chegada dos Marques e Sá ao território:

A viagem foi difícil, porque naquele tempo essas embarcações não tinham quase nenhum conforto, mas as famílias resistiram bem até São Luís [...] No final de janeiro de 1854 iniciaram a viagem para a Baixada, que foi feita em duas gabarras (pequenos barcos à vela, de fundo chato) [...] Velejando, entraram no Rio Mearim e adiante no Pindaré, principal afluente daquele, seguindo até o subafluente, denominado Maracu; navegaram por este até o Lago de Viana, atravessando-o no sentido oeste, entraram no Rio Cajari, que derrama suas águas para o lago, e ancoraram os barcos e a balsa na margem direita do referido rio, próximo da embocadura, no local que denominaram São José, seu santo de devoção, como gratidão pela boa viagem [...] Ali, no dia 03 de fevereiro de 1854, fizeram o seu primeiro acampamento, construindo logo uma pequena capela em homenagem a São Braz, porque no seu calendário era o santo do dia da chegada.

Martins (2014) não contraria os registros históricos que mostram a primeira povoação situada no São Braz. Mas, atribui a ocupação do lugar, a designação de São José como padroeiro e o estabelecimento da capela aos “desbravadores portugueses” das famílias Marques e Sá, desconsiderando o aldeamento Gamela mencionado nos registros de cronistas e jesuítas. Demonstra assim, personalismo ao atribuir a particulares, aspectos da memória coletiva.

Além disso, relata que após fixação do povoado, rumam a Viana em busca de um religioso para celebração de uma missa. Sua narrativa demonstra adesão à percepção dos colonizadores aliarem o simbolismo ao imperativo teológico por meio de cerimônias religiosas destacando rituais como missa, fixação da cruz e construção de capela (SEED, 1999).

Seguindo a narrativa romanesca, o autor se refere à transição do povoamento do São Brás para a Boca do Lago como ato simbólico de “fundação” da cidade de Penalva. Relata com tom teatral, a decisão tomada pelos seus antepassados e ratifica ainda, o ato como símbolo que deve ser considerado nas comemorações do aniversário da cidade.

Em maio de 1854, três meses depois de sua chegada ao lugar que denominaram São Brás, [...] Cláudio de Sá, Pompeu Marques e seus irmãos resolveram então, explorar e estudar a região e se puseram a navegar, embarcados numa canoa grande no sentido inverso à corrente do Cajari [...] No terceiro dia pararam do lado esquerdo na confluência do lago com o rio. Subindo para terreno mais alto, hoje Praça Dr. J.J. Marques ou de São José. Desse lugar dava para ver o lago e o rio. Nesse momento, Pompeu Marques, contemplando aquela paisagem, deslumbrado com tanta beleza, chamou seus amigos, exclamando, com seu sotaque português:

- Opá, ó Gajos! Olhem cá p'ra isto. Não acham vocês que encontramos um "pereíso"?!

- Pois, tens razão, ó Pompeu! Achamos que este é o lugar onde fincaremos pé e fundaremos a nossa Castendo ou Penalva do Além Mar – responderam os outros em coro. Armaremos nossas barracas e depois construiremos nossas casas e também, a de São José, nosso santo de devoção.

No dia 1º de agosto de 1854, vieram todos para o novo local dos sonhos, iniciando as construções das casas e de uma pequena igreja para São José, bem como escolhendo, também o nome que dariam a sua primeira povoação: "Freguesia de São José de Penalva". Por conseguinte, a data 1 de agosto é que deve ser considerada comemorada como da fundação da cidade (MARTINS, 2014, p. 35 - 39).

Nota-se a tentativa de adequação ao fato historicamente registrado de elevação de Penalva a Vila por meio de decreto governamental e pautado na transferência da sede da matriz. Entretanto, mais uma vez, a ação articulada coletivamente no cerne de uma conjuntura social e política, é interpretada por meio de versão que a atribui famílias pontuais, reforçando uma perspectiva de fundação.

Em toda a narrativa, é somente neste ponto, após atribuir a fundação de Penalva aos seus antepassados que o autor menciona os indígenas:

Atravessaram o rio e acompanhando a margem direita no sentido contrário à corrente, saíram na beira do lago e caminharam em direção a uma estranha fumaça que vislumbravam de longe. Era uma aldeia de índios sobre palafitas na margem do lago, no lugar hoje denominado Quebra Coco [...] Um mês depois, quando lá voltaram, encontraram a aldeia completamente abandonada; os índios haviam simplesmente desaparecido sem deixar rastro [...] eles estavam ocupando outra aldeia do mesmo tipo no Lago Capivari, depois outra no Lago das Lontras e, por último, outra no Lago do Formoso, dali sem embrenhando na mata e se dirigindo à região do Alto Turi [...] faltava amor à terra, não queriam os brancos por perto e à medida que estes se aproximavam, se afastavam para mais longe (MARTINS, 2014, p.40-41).

Percebe-se, portanto, o destaque ao isolamento dos indígenas, bem como, seu caráter de coadjuvante no povoamento da região. Martins (2014) destaca a ocupação de áreas afastadas da sede e o nomadismo como práticas indígenas diante do contato com o colonizador. Conjectura ainda, uma possível ausência de apreço pelo território diante das constantes mudanças, ainda que mencione o afastamento indígena em relação ao europeu.

Prosseguindo, antes de finalizar a narrativa com a genealogia de seus familiares, homens das famílias principais, o autor relata a organização topográfica de Penalva pelos seus antepassados fundadores.

Em janeiro de 1855, seis meses depois de sua descoberta do lugar ideal, as famílias já estavam instaladas em duas grandes casas de estilo português e já rezavam na pequena capela que haviam construído em homenagem a São José, santo de sua devoção na terra natal. Também erigiram um pedestal com uma grande cruz de madeira (o antigo cruzeiro) e mais adiante um mausoléu. Não esquecido de fundar aqui a sua Penalva de além mar, o futuro coronel José da Serra Marques concebeu e efetivou o plano urbanístico da cidade. Por isso, em homenagem a esses pioneiros e fundadores, grande parte das principais e centrais ruas da cidade leva os nomes do Marques e dos Sá (MARTINS, 2014, p. 43-45).

Ao responder seu questionamento inicial sobre a toponímia da cidade vinculada a seus antepassados, demonstra preocupação em referendar sua teoria da fundação. Além disso, aponta construções como marcos desse processo. A esse respeito, Lacroix (2002), ao tratar do mito da fundação francesa de São Luís, enuncia que as construções representam marcos físicos da implantação de um povoamento. Nesse sentido, Martins (2014) se preocupa em distinguir não somente atos simbólicos de seus antepassados, mas, construções que evidenciem o estabelecimento de uma cidade.

Nesse trecho, Martins (2014, p. 44) referencia ainda, vinculação das construções da então “Penalva de além-mar”, a elementos da cidade portuguesa de Penalva do Castelo. A esse exemplo, acrescenta nota mencionando que “a igreja original era bem parecida com a de Penalva do Castelo, só que com apenas uma torre”.

A respeito da vinculação com Penalva do Castelo, o próprio autor expõe uma contradição. Ao caracterizar a vila portuguesa, se refere a ela como Castendo, seu nome inicial e informa que só a partir de 1957, o local passou a se chamar Penalva do Castelo. Com isso, de que modo, a fundação da Penalva maranhense seria a reconstrução em terras brasileiras, da Penalva portuguesa se em 1854, Penalva do Castelo se chamava Castendo?

Para desmistificar este fato, em visita à câmara municipal de Penalva do Castelo, em 16 de julho de 2022, estabeleceu-se diálogo com a Sr<sup>a</sup> Sandra Marinho, técnica superior da unidade orgânica de comunicação, marketing, educação, assistência social e turismo responsável pelas políticas de patrimônio local. Ao ser questionada sobre Penalva no Maranhão como uma Penalva além-mar, fundada por famílias de Penalva do Castelo, a profissional declarou: “Não temos conhecimento de documento ou relato oral que faça

referência à relação entre a cidade de Penalva, Maranhão no Brasil e a vila de Penalva do Castelo em Portugal (Informação verbal)<sup>76</sup>

Nota-se, portanto, a elaboração de um mito de origem<sup>77</sup> a partir de uma narrativa sobre uma série de eventos que passam a fazer alusão aos Marques e Sá enquanto fundadores. Assim, em concordância com recentes pesquisas históricas, reafirma-se que a mudança do nome de São José do Cajari para São José de Penalva foi fruto de um processo político.

Ocorreu, portanto, no contexto em que vilas erigidas pelo governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa receberam nomes de lugares do reino como um dos preceitos para referendar o domínio português, sobrepondo-o à memória indígena (DORNELLES, 2021). Nesse sentido, o Governador José Telles, ao nomear São José de Penalva, fez referência à antiga fortaleza portuguesa localizada numa penha situada na margem esquerda do Rio Dão e não, a Penalva do Castelo, à época designada Castendo<sup>78</sup>.

A versão sobre a história da fundação de Penalva por Martins (2014) evidencia a importância de se atentar para as narrativas ancestrais na constituição da memória coletiva e da identidade de um povo. Tal questão fica nítida na afirmação do historiador diletante ao anunciar o propósito de sua obra:

Também ficaria muito feliz se as nossas crianças jovens fossem incentivadas a conhecer a procedência, as tradições e raízes desses pioneiros, das quais decorre a própria herança cultural de nossa gente, pois é essencial se conscientizarem do axioma: Aqueles que não valorizam suas origens, raízes e tradições, não amam verdadeiramente a sua terra e perdem, em decorrência, as próprias identidades e referências. Heróis, ícones e líderes do bem são necessários para inspirar em nosso povo, por seu exemplo, os valores morais, a força, a perseverança e todas as virtudes imprescindíveis ao nosso progresso material, social, fraternal e justo (MARTINS, 2014, p. 10).

Desse modo, é por meio de narrativas ancestrais que eventos históricos são interpretados e moldam práticas e tradições no senso histórico da população, percorrendo gerações. Nos mitos fundacionais aqui retratados, da natural pena alva da garça, cristianizada como pena alva de São José e aportuguesada no relato dos Marques e Sá, percebe-se o jogo de poder na sociedade em busca de protagonismo na historicidade de um território.

Por isso, na compreensão da narrativa de Martins (2014) a partir das histórias contadas por seus antepassados, cabe considerar a observação de Bloch (2001, p. 78) sobre o

---

<sup>76</sup> Depoimento retirado da fala da Sr<sup>a</sup> Sandra Marinho, técnica superior da Câmara Municipal de Penalva do Castelo em Portugal (16 de julho de 2022).

<sup>77</sup> O mito conta a origem de uma ideia, de uma prática, de uma cultura. Está, portanto profundamente ligado à noção de inconsciente coletivo, de memória e de tradição (CAMPBELL, 1990).

<sup>78</sup> Castendo, topônimo derivado de Castenetum (referente a castanha), designava a sede de concelho de Penalva do Castelo antes de 1957 (PENALVA DO CASTELO, 2014).

testemunho: “apegamo-nos com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender”. E, além disso, perceber que as narrativas se relacionam ao lugar-social de seus autores, tal como ressaltou Certeau (2007 p. 66-67):

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

Outro ponto de destaque na percepção sobre as versões da constituição histórica de Penalva consiste na atribuição de uma data para comemoração do aniversário da cidade. Em seu relato, Martins (2014) sugere o 1º de agosto de 1854 como data de fundação. No entanto, a comemoração é tradicionalmente realizada em 10 de agosto tendo como base, relato de “emancipação do município” em 1915 por Herculano Nina Parga. Ocorre que as pesquisas documentais não evidenciaram registros de tal ato, suscitando a conjectura de que a atribuição do dia 10 de agosto como aniversário pode ter sido definida como ato simbólico e não, oficial. A ausência de evidências documentais permite inferir que a ação pode configurar uma invenção de tradição.

Cabe ressaltar que colabora para essa hipótese, a configuração política e social maranhense no início do século XX. Após a proclamação da república e a adequação de instituições, cargos e nomenclaturas do modelo imperial para o republicano como, por exemplo, Província para Estado, Vila para município, ocorreu a busca de marcos e símbolos para a definição de uma identidade brasileira.

Em termos de Maranhão, é nessa conjuntura que em 1912 desponta a obra “O Estado do Maranhão” de José Ribeiro do Amaral. Por meio dela, o autor “elevou La Ravardière à condição de fundador de São Luís” (LACROIX, 2005, p. 60). Segundo os escritos de Amaral:

[...] os franceses deram começo à fundação da cidade e à construção dos primeiros edifícios que aqui houve [...] A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, é uma cidade de origem absolutamente francesa, ocupando, ainda hoje o mesmo lugar escolhido por seus fundadores (AMARAL, 2003, p. 33 - 39).

As alegações desse autor serviram de base para o argumento que a historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix denomina como “mito da fundação francesa de São Luís”. A partir da caracterização do forte enquanto cidade fundada por franceses, Amaral colabora para

a constituição de um mito de origem. Desse modo, surge uma série de eventos que passa a fazer alusão aos franceses enquanto fundadores de São Luís com destaque para a figura de La Ravardière (MARTINS, 2020).

Em 1912, ocorrem eventos em comemoração aos trezentos anos da fundação de São Luís por Daniel de La Touche. Verifica-se, nesse contexto, a criação de uma nova tradição: a sociedade letrada ludovicense saudou a chegada dos franceses à *Upaon-Açu* como marco comemorativo do aniversário de São Luís, (LACROIX, 2012).

É possível que tal conjuntura tenha repercutido em municípios do Maranhão. Mediante a transição de vila a município pelo modelo republicano, Penalva passa a comemorar seu aniversário a partir de 10 de agosto de 1915. O que se constata é que não há decreto oficial da emancipação, apenas a caracterização da data como feriado na lei orgânica da cidade (PENALVA, 1990). Os demais símbolos foram instituídos oficialmente em período posterior.

A bandeira, por exemplo, foi criada pelo artista gráfico e professor de artes da UFMA, Carlos Alberto de Sá Barros em 1986, após solicitação da Sra. Conceição Campos (Cici Campos), então Secretária de Educação do município. Mas, só se tornou oficial somente em 2002, após projeto de lei, proposto pelo então presidente da câmara municipal, o Sr. Edgardino A. Reis, aprovado e sancionado pelo então prefeito o Sr. Lourival Gama por meio da Lei 242, de 20 de fevereiro de 2002.

**Figura 17 – Bandeira de Penalva – MA**



Fonte: PENALVA. **Lei Orgânica do Município de Penalva-MA**. Penalva: Câmara Municipal de Penalva, 1990.

O hino é composição de José Arnold Pinto e Carlos Salomão Chaib. Por sua vez, foi instituído na administração do prefeito José Gonçalves e aprovado pela Câmara Municipal em 1976.

## I

Penalva minha terra querida,  
 Solo amigo que exalta tradição,  
 Encontrando a união fortalecida  
 De um povo que luta com emoção.  
 Na conquista gloriosa pela história,  
 Os filhos teus a receber exaltação  
 Penalva lendária memória  
 Monumento natural do Maranhão.

## II

Dos teus lagos e riachos a paisagem,  
 Do Lontra, do Formoso, e Cajari,  
 Que transmitem com encanto uma mensagem  
 Da natureza que te enleva a sorrir.  
 Penalva do progresso e da cultura  
 De vibrante juventude forte e pura  
 "A proclamar o amor, a paz e a fé  
 Com a proteção do glorioso São José."  
 (PENALVA, 1990).

Assim como a bandeira, a composição evidencia elementos “representativos da história e cultura penalvenses”, isto é, elementos evidenciados nas versões sobre a constituição histórica do município. A definição de uma data para comemoração do aniversário da cidade, hino e bandeira são exemplos da elaboração de rituais, símbolos oficiais, festividades: ações expressivas que apontam peculiaridades em busca de coesão social no território. Tais aspectos ilustram o que se considera ‘tradição inventada’:

O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo e se estabeleceram com enorme rapidez [...] por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras aceitas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWN & RANGER, 2012, p. 11-12).

As teorizações de Hobsbawn; Ranger (2012) acerca da invenção de tradições remontam ao período denominado “Era dos Impérios”, vinculado à expansão dos nacionalismos. Segundo Martins (2019), o processo de invenção das tradições articula passado, presente e futuro, subsidiando a gestação de mitos fundacionais e fundamentando projetos de sociedades em torno da coesão social.

Por meio deste conceito, compreendem-se como as tradições surgiram e se estabeleceram, sobrevivendo em meio às redefinições constantes para adequação às rupturas e permanências da historicidade. A inserção de uma nova tradição não requer, necessariamente,

a vinculação com um passado histórico remoto; ela pode estar ligada a aspectos conjunturais do contexto em que foi estabelecida.

Assim, a definição do dia 10 de agosto de 1915 como “nascimento” de Penalva, pode apresentar vinculações com a conjuntura que levou às comemorações do aniversário de São Luís pela “invenção” da fundação francesa. Do mesmo modo, a narrativa de Martins (2014) que entre os diletantes penalvenses é o único que apresenta uma fundação de Penalva, pode ser fruto das repercussões do aniversário de 400 anos da cidade de São Luís em 2012.

A esse respeito, é importante ressaltar como eventos comemorativos dessa natureza, acabam influenciando ações simbólicas. A esse exemplo, pode-se citar, o *boom* de eventos e publicações preparatórias para os 400 anos de São Luís, após o ano 2000 com as comemorações pertinentes aos 500 anos do “Descobrimento do Brasil”. As tradições inventadas se redefinem mediante aspectos conjunturais e nesse sentido, as narrativas dessa natureza atuam como estratégia de difusão das ressignificações, alcançando níveis intergeracionais e por isso, caracterizando-se também como ancestrais. Para tanto, a ‘tradição’ requer deliberadamente sua invenção e estruturação por sujeitos iniciadores utilizando a história na legitimação de ações direcionadas à coesão grupal, tal como, demonstra a versão de Martins (2014) sobre a história penalvense.

As versões sobre a constituição histórica de Penalva evidenciam, portanto, o papel dos homens de letras, historiadores diletantes, assim como dos *griôs*<sup>79</sup> no forjar de tradições sobre a cidade em busca de uma memória coletiva fundada na coesão de aspectos identitários. Nota-se neste breve panorama histórico, como as narrativas ancestrais encontram-se entremeadas às vivências da população penalvense, por meio de símbolos, fatos e imaginários.

É por meio das narrativas ancestrais que o imaginário social passa a constituir um corpo de conhecimentos considerados socialmente válidos, construído e reconstruído. Trata-se de um processo de fabricação social permeado por conflitos, rupturas e ambiguidades, tal como se pode notar no panorama apresentado. Assim, após perceber o entrelaçamento de narrativas ancestrais na dinâmica histórica de Penalva, serão abordadas a seguir, as interpretações do imaginário social sobre as estearias penalvenses.

---

<sup>79</sup> Griô (em francês: Griot), ou griote na forma feminina, e também chamados jali ou jeli (em francês: djeli ou djéli), expressão que refere a pessoa que na África Ocidental tem por vocação preservar e transmitir as histórias, conhecimentos, canções e mitos do seu povo (OLIVEIRA, 2007).

### 3 SOLO AMIGO QUE EXALTA TRADIÇÃO”: as estearias penalvenses

Tal como menciona o trecho do hino de Penalva que intitula esta seção: “Solo amigo que exalta tradição”, a história desse município evidencia o processo de elaboração de narrativas ancestrais na constituição de versões sobre eventos e fatos cotidianos do lugar. A produção desse corpus de imaginários atua para justificar ou lutar pela alteração de um determinado projeto, seja ele político, social ou cultural. É por meio desse processo, que grupos sociais constituem suas representações acerca do mundo apropriando-se delas para explicar a realidade.

De tal modo, percebe-se que as narrativas sobre Penalva enfocam os elementos naturais do local enquanto aspecto de destaque em sua formação como cidade. Trata-se de uma visão idílica marcada por relatos de bucolismo que destacam sua localização em meio à natureza representada pelos verdes campos, lagos de plácidas águas, mas, ao mesmo tempo, permeados de mistérios.

A tessitura histórica penalvense reporta ainda, a filhos que recebem exaltação. Assim, as narrativas fazem referência às famílias principais, bem como, ao progresso e à cultura, além de elementos da religião católica, especialmente no que concerne ao padroeiro São José. Neste ponto, nota-se a sobreposição da cultura europeia traçada historicamente mediante o silenciamento do indígena no processo de colonização.

De modo geral, a história do município exalta a tradição. Tal como refere o hino, o penalvense é retratado como “um povo que luta com emoção”. Resiste, portanto, ao paradoxo de um território paradisíaco, abundante em recursos naturais e, ao mesmo tempo, restrito em estrutura urbana e condições socioeconômicas. Ainda assim, mantem-se ligado às tradições e histórias de sua terra, exaltando-a por meio de narrativas ancestrais. Evidencia, portanto, no *ethos* narrativo sobre Penalva, o *pathos*, a marca da emoção, do sentimento vinculado aos valores, em sobreposição ao *logos*, à lógica dos argumentos sobre a realidade (ARISTÓTELES, 2005).

No processo de forjar tradições sobre o município de Penalva, as estearias também constituem aspectos interpretados pela população penalvense a partir do imaginário. As narrativas perpassam por concepções lendárias com transmissão ancestral no âmbito da comunidade. Apesar das pesquisas científicas de caráter arqueológico, a população ainda olha com desconfiança, a explicação das estearias como vestígio da presença humana anterior à ocupação portuguesa. Os vestígios arqueológicos fomentam a percepção de uma concepção fantástica acerca da formação da cidade.

Assim, nesta seção, são apresentadas as representações sobre a cidade de Penalva. Inicialmente, analisam-se as percepções a partir das quais Penalva é retratada em sua relação com as estearias por meio dos jornais e da literatura. Para tanto, consideram-se manchetes e artigos dos jornais “Publicador Maranhense”, “O Paiz”, “Pacotilha”, “Folha do Povo”, “Cidade de Pinheiro”, “O Viannense”, “O Imparcial”, “O Estado do Maranhão”, “Jornal do Brasil” e “Jornal Pequeno”, em números publicados durante o século XX. Além disso, escritos de Celso Magalhães e Antonio Lopes são apreciados no que concerne à menção sobre as estearias e ao imaginário em relação aos campos e lagos penalvenses na literatura local.

Na sequência, apresenta-se Penalva sob o olhar da ciência. Trata-se de uma revisão integrativa dos estudos arqueológicos sobre as estearias penalvenses tendo como ponto de partida, a iniciativa de Raimundo Lopes, perpassando as campanhas arqueológicas durante o século XX até as pesquisas do LARQ UFMA. Nesse sentido, busca-se destacar as interpretações da ciência sobre as estearias e a receptividade da população a essas teorizações. Prosseguindo, destacam-se as narrativas ancestrais penalvenses sobre as estearias. Trata-se do conjunto de histórias que caracterizam a explicação das pessoas que vivem nas comunidades próximas às estearias acerca da formação destes assentamentos indígenas e sua ancestralidade

A partir da pesquisa sobre obras de diletantes, os relatos são agrupados por categorias temáticas tais como *ethos* religioso e Sebastianismo, reminiscências indígenas, tradições afro-brasileiras, zoomorfismos e encantados. Além disso, serão evidenciados os registros dos relatos orais das sessões realizadas em grupo focal, retratando o olhar da comunidade. As reflexões sobre as versões registradas serão correlacionadas com documentos, considerando a contextualização histórica do município e registros de campanhas arqueológicas em períodos pontuais. Assim, como ponto de partida para o debate, expõem-se as representações evidenciadas sobre a cidade de Penalva na literatura e nos jornais. De tal forma, busca-se contextualizar o *ethos* narrativo na construção das percepções sobre a cidade e as estearias.

### **3.1 Penalva das estearias na literatura e nos jornais**

Ao retratar a constituição histórica de Penalva, nota-se na memória coletiva, o entrelaçamento de sua trajetória à cidade de Viana. Os documentos demonstram que o povoamento germinal se dá a partir de aldeamento Gamela que chegou a ser visitado por jesuítas. Por outro lado, versões diletantes referem a vinculação inicial de Penalva, à missão jesuítica do Maracu. Dessa forma, nota-se a necessidade de retratar a origem do lugar a partir da colonização europeia, sobrepondo-a ao povoamento indígena. Nesse processo, histórias, fatos e denominações entremeiam Penalva a Viana.

O periódico “O Jornal”<sup>80</sup> de 29 de agosto de 1917 traz em sua capa, o anúncio “Viagem de recreio”:

O veloz e comodo vapor “Brazil” da Companhia Fluvial Maranhense, seguirá na proxima sexta-feira, ás 22 horas, em viagem de recreio para a pitoresca cidade de Viana, levando a bordo um bem sortido botequim e uma afinada orquestra que deleitará os recreiantes durante o sedutor percurso. Reina o mais serio entusiasmo para esse esplendido passeio à formosa “Veneza Maranhense”, onde se está celebrando pomposamente, a tradicional festa de S. Benedito [...] A julgar pelas inúmeras simpatias de que goza o florescente berço de Celso Magalhães, é de esperar que o povo aflúa em massa para essa magnífica viagem (O JORNAL, 29 ago 1917).

A referência do anúncio à Viana toma como base a expressão “Veneza Maranhense” remetendo aos campos inundáveis no entorno da cidade. Ainda hoje é utilizada por membros da Academia Vianense de Letras (AVL) como Franco (2012), por exemplo.

Penalva e Viana dividem no imaginário popular, as designações: Princesa dos lagos, Capital dos lagos, Cidade dos lagos. Ressalta-se que neste trabalho, a utilização do termo “Cidade dos lagos” faz referência à vinculação dessa expressão a uma das interpretações populares atribuídas às estearias em Penalva, enquanto cidade inundada.

O jornal vianense “A Época”<sup>81</sup> em 3 de novembro de 1929, apresenta na poesia “O Lago” de Olympio Fernandes, representação sobre a região dos lagos:

#### O Lago

Perto da tua casa um lago existe,  
 Onde tu vais brincar desde pequena,  
 Olhando as aguas cada vez mais triste,  
 Linda mulher, ó pallida açucena!  
 Dizem que outrora um cavalheiro ingrato  
 Também passara ali horas inteiras...  
 E hoje só vês no lago o seu retrato  
 —As tuas esperanças derradeiras...  
 E é nesse lago de aguas mysteriosas  
 —Nesse formoso Lago —  
 Que vive a Nympha de olhos luminosos  
 Que tanto me seduz e prende e engana (A ÉPOCA, 3 nov 1929).

Ao retratar o ambiente lacustre, o texto refere aspectos de encantamento. De forma lírica, retrata as belezas naturais, destacando mistérios em meio a um tom de emotividade.

<sup>80</sup> Criado em 1914 na capital São Luís (MARQUES, 2008).

<sup>81</sup> Criado e dirigido por Ozimo de Carvalho em 1929 em Viana - MA (MARQUES, 2008).

Menções dessa natureza, já eram frequentes no Jornal “O Viannense”<sup>82</sup> ao final do período oitocentista. Em 16 de junho de 1881, identificou-se o anúncio intitulado “Passeio a Penalva”, assinado pelo agente Francisco Braga. O texto informa que “O Vapor Gonçalves Dias seguirá para Penalva no dia 17. Por isso, previne-se aos passageiros que quiserem gozar da pitoresca viagem” (O VIANNENSE, 29 ago 1917 grifo meu).

As referências utilizadas pelos jornais para anunciar os atrativos de Viana e Penalva enfatizam o caráter pitoresco da região. Enunciam o potencial de contemplação da cena paisagística marcada pelo inusitado, pela natureza idílica. Ainda no Jornal “O Viannense”, em 02 de julho de 1881, encontra-se registro específico sobre Penalva. Trata-se de nota a respeito da Festa de Espírito Santo, sob o título “A virgem altiva das campinas do Cajary”:

Terminou no dia 29 do mez findo a festa do Espírito Santo, que se solemnisou em Penalva, com o brilhantismo e pompa que eram de esperar da devoção da Exma. Juiza D. Eufemia da Serra Gama Marques. A pique na villa com suas ruas e praças adrede preparadas, parecia antes a filha da corte – risonha e alegre, do que a virgem altiva das campinas do Cajary – coroadada de flores agrestes, empunhando o arco e a flecha certa (O VIANNENSE, 2 jul 1881).

Nota-se na atribuição do caráter virginal à cidade, a percepção de destaque do isolamento do local em meio aos campos e lagos. A referência exalta o cenário paradisíaco, afastado, mas, permeado de civilidade no cerne da preparação da vila para o festejo em questão. Assim, é mencionado o aspecto da organização de corte, pautado em etiqueta, mas sem deixar de referenciar seu caráter natural no destaque ao arco e flecha em vinculação aos indígenas, os naturais da terra.

Sendo os homens da imprensa, letrados<sup>83</sup> e apreciadores da Literatura, os anúncios evidenciam escrita marcada por influências do Romantismo em sua primeira fase<sup>84</sup>. Com isso, nota-se no informativo, a representação da cidade como “virgem altiva”, demonstrando a postura de exaltação da figura feminina numa perspectiva de heroína, permeada com traços de religiosidade. Além disso, há personificação e exaltação do espaço natural, remetendo à ideia

---

<sup>82</sup> O Jornal “O Viannense”, criado na Vila de Vianna em 1876, designado em seu subtítulo como “Jornal litterario, instrutivo e noticioso”, além de ter circulado por um período mais longo que os anteriores, assumiu desde sua criação uma linha editorial elegante e objetiva (MARQUES, 2008).

<sup>83</sup> “O Viannense” surgiu com a montagem de uma “Typographia” pelo Sr. Antéro de Mattos que destacava o direito de comunicar os pensamentos por meio de um jornal literário, para facilitar “proveitosa e conveniente comunicação” (O VIANNENSE, 2 jul 1881).

<sup>84</sup> No Brasil, o movimento romântico surge em meados do século XIX. Após a independência do país, houve a necessidade de buscar uma arte realmente brasileira. Por esse motivo, esse período, que durou até fins do século XIX, focou nos temas nacionais, desde o povo, a linguagem, as regiões do país, dentre outros. A primeira geração romântica (1836 a 1852) está pautada no nacionalismo-indianismo, visto como a fase inicial para a busca de uma identidade nacional pela exaltação da brasilidade representada pelo indígena (MASSAUD, 2019).

de liberdade. Nota-se ainda, o entrelaçamento a uma espécie de brasileirismo na linguagem com a valorização de expressões regionais, emotividade, sentimentalismo e idealização.

Irmanadas na constituição de suas trajetórias históricas, Penalva e Viana seguem juntas sob a representação pautada no natural em obras da literatura. Nesse contexto, são retratadas por filhos ilustres, com destaque para Celso da Cunha Magalhães<sup>85</sup>: “uma das figuras mais importantes de sua geração, que exerceu sobre ela marcante influência” (MORAES, 1977, p. 159). Nascido em 11 de novembro de 1849 (Figura 19), segundo Moraes (1999, p. 24) sob “os grandes lagos de águas claras margeadas de verde, na fazenda Descanso”, Celso Magalhães tem praticamente, duplicada sua naturalidade. O atual povoado Descanso, à época de seu nascimento pertencia à Viana, mas, mediante alterações territoriais, passou a pertencer ao município de Penalva (COSTA, 2019).

**Figura 18 – Certidão de batismo de Celso Magalhães**

DIOCESE DE VIANA

Paróquia de: Nossa Senhora da Conceição  
Cidade (ou Bairro): Viana - Maranhão

CERTIDÃO DE BATISMO

Certifico que revendo os termos de assentamento de Batismo encontrei no livro nº 03 do ano 1850 Fis. 158 N.º 44 o registro de Celso nascido a 11 de Novembro de 1849 Filho de Jose Mariano da Cunha e da Maria Guilhermina Magalhães batizado a 06 de Januario de 1850 na Igreja Mãe de N. S. da Conceição de Viana Paróquia pelo Revmo. Fra Ricardo do Sepulcro Oadjun sendo padrinhos Antonio da C. Cunha Mendonça e Maria Cecilia Duarte Magalhães

Ita in fide Parochi

Viana, 11 de Junho de 1999  
C. Magalhães  
Pároco

NOTAS: Por decisão da autoridade Diocesana, esta certidão tem unicamente finalidade eclesial.

Fonte: MORAES, Jomar. (org.) **Livro do Sesquicentenário de Celso Magalhães** (1849-1999). São Luís: Ministério Público do Estado do Maranhão/ Academia Maranhense de Letras, 1999.

Apesar de sua certidão constar como natural de Viana, ambos os municípios o requisitam em sua história, como filho ilustre. Tal fato revela mais um aspecto que representa um elo entre Viana e Penalva.

Pela atuação de destaque no Direito, especialmente quanto à causa abolicionista, foi atribuído a Celso Magalhães (Figura 20), o título de patrono do Ministério Público do Estado

<sup>85</sup> Poeta, romancista, jornalista, advogado. Pioneiro do estudo do folclore no Brasil, adotando uma metodologia que lançou as bases do folclorismo nacional. Seu trabalho focou especialmente a poesia popular, mas ele incursionou por outras áreas como o teatro, a poesia, a ficção e a crítica. (MORAES, 1999).

do Maranhão. Sua produção como literato o tornou patrono de diversas cadeiras em Academias literárias tais como a Vianense, a Maranhense e a Ludovicense.

**Figura 19 – Retrato de Celso Magalhães no Jornal “O Mequetrefe” - RJ**



Fonte: MORAES, Jomar. (org.) **Livro do Sesquicentenário de Celso Magalhães (1849-1999)**. São Luís: Ministério Público do Estado do Maranhão/ Academia Maranhense de Letras, 1999.

No Jornal “A Pacotilha” de 10 de novembro de 1917, o sobrinho de Celso Magalhães e literato Antonio Lopes, a pedido de Fran Paxeco, por ocasião de homenagem promovida pela AML, apresenta um relato biográfico. Nesse sentido, denominou tal síntese como “notas vasadas um pouco atabalhoadamente, mas em que exarou com exactidão escrupulosa todos os dados da biografia do escritor, segundo o que pode recolher na família” (A PACOTILHA, 10 nov 1917).

Seu relato articula a formação intelectual de Celso, à criação pelo avô materno. Nesse ponto, destaca de que maneira o então nascido Celso da Cunha se torna Magalhães:

Nasceu Celso Tertuliano da Cunha [...] Foram seus pais o coronel José Mariano da Cunha e sua mulher d. Maria Quitéria de Magalhães Cunha [...] Pelo lado materno, Celso descendia de um português do norte, seu avô, cirurgião pela escola médica de Coimbra [...] Pelo lado paterno, o bisavô era igualmente luso, um dos capitães-mores do tempo colonial. Brasileira podemos garantir que fosse, pelo menos em parte, a sua avó materna, como é provável o fosse a do lado paterno, dada a preferência dos colonos pelas mulheres indígenas, sobretudo depois que algumas vantagens pecuniárias foram pela corôa portuguesa facultadas àqueles que com índias se cazassem. Não vêm ao caso, porém, estas investigações genealógicas. A existência de um compromisso, entre filha e pai de ciar o primeiro filho varão, que o velho queria educar, concorreram para indissolavelmente ligar o avô ao neto que por, vontade própria e com a devida licença paterna acabou por acrescentar

ao nome o sobrenome de Magalhães [...] Criou-se, pois, Celso na casa de avô (materno) e ai, sem dúvida com este estudou as primeiras letras (A PACOTILHA, 10 nov 1917, grifo meu).

Nota-se na composição dos laços familiares de Celso, o entremear dos vínculos entre portugueses e indígenas. É interessante notar o olhar patriarcal de Antonio Lopes sobre o lado paterno da genealogia de seu tio, ressaltando a intelectualidade, mencionando a Universidade de Coimbra, reconhecida pela tradição acadêmica e formação da elite maranhense<sup>86</sup>.

Entretanto, o trecho grifado, no qual Lopes evita relatar sobre o lado materno e indígena de Celso, permite criticar possíveis imaginários românticos em relação à união de homens portugueses e mulheres indígenas. Demonstra a existência das vantagens pecuniárias aos colonos que se cassassem com “índias”, evidenciando uma política de embraquecimento e violência simbólica de silenciamento do indígena pela sobreposição da cultura europeia.

A atuação intelectual de Magalhães é sintetizada por Costa (2019, p. 02):

Após as primeiras letras na terra natal, foi estudar na capital maranhense e, posteriormente, foi para Recife, onde cursou Ciências Sociais e Jurídicas, na Faculdade de Direito. Muito ativo e amante das artes, Celso Magalhães teve ativa vida cultural na capital pernambucana, participando de diversas atividades intelectuais. Após graduado, voltou para o Maranhão, sendo nomeado Promotor Público de São Luís. Foi nessa função que se tornou mais famoso, ao processar a senhora Ana Rosa Ribeiro, sob a acusação de haver assassinado um escravo. Após o estrondoso episódio, a acusada foi inocentada e o jovem promotor sofreu as consequências de sua ousadia, sendo demitido assim que Carlos Ribeiro, esposo de Ana Rosa, assumiu o governo da província [...] O escritor faleceu em 9 de junho de 1879.

A trajetória de Celso Magalhães tem sido objeto constante de estudo, englobando análises de sua atuação no campo jurídico e de suas obras literárias. Nesse sentido, Costa (2011) aborda os conflitos políticos sofridos pelo então promotor da capital maranhense. Moraes (1999), Cantanhede (2001) e Costa (2019) por sua vez, retratam a produção literária.

O referido literato é reconhecido como o fundador da pesquisa sobre o folclore brasileiro com o trabalho “A poesia popular brasileira”. Publicada em 1873 por meio de artigos do jornal “O Trabalho”<sup>87</sup> em Recife e no formato de livro, somente, em 1966 no Maranhão, a obra apresenta o entrecruzamento de elementos portugueses às práticas

<sup>86</sup> Pelos Avisos de 21 e 27 de outubro de 1799, Dom Diogo de Sousa Meireles governador e capitão-general do MA e PI (1798-1804) ordenava à Câmara de São Luís que enviasse ao Reino pessoas hábeis para, depois de aprenderem, voltar para esta Capitania a fim de exercer os empregos aos quais a Câmara devia estabelecer pensões alimentares enquanto estudassem na Universidade de Coimbra ou na Academia de Marinha de Lisboa. Tratava-se de uma política de incentivos que objetivava formar quadros técnico-científicos entre os habitantes da colônia (GALVES; BASILIO, 2014).

<sup>87</sup> Jornal estudantil dirigido por Antônio de Sousa Pinto e Generino dos Santos “que era de difícil acesso” (VIEIRA FILHO, 1972, p.4).

populares locais buscando historiar as manifestações culturais maranhenses a partir de observações: “As versões que aqui apontamos foram todas coligidas no Maranhão, onde parece-nos que se tem conservado por mais tempo os hábitos portugueses, as festas, as tradições e as lendas” (MAGALHÃES, 1966, p. 36).

Nesse panorama, o literato faz referência à elaboração de narrativas populares, ressaltando que “a tradição dos encantamentos foi muito guardada entre nós, é raro o conto popular onde ella não entra” (MAGALHÃES, 1966, p. 37). Assim, aponta no cerne da memória coletiva de um território, a elaboração do que este trabalho compreende como “narrativas ancestrais”, permeadas por imaginários e fantasias.

No âmbito da Literatura brasileira, Celso Magalhães é considerado o pioneiro do romance naturalista com a obra “Um estudo de temperamento”. Inicialmente veiculado na Revista Brasileira (1881) e recentemente reeditado pela AML, o texto possui lacunas devido ao extravio dos originais. Enquanto “O mulato” (1881) de Aluísio Azevedo remete ao ambiente citadino, o romance de Magalhães tem como foco o cenário interiorano dos campos e lagos. Assim, rivaliza com Azevedo no que tange ao pioneirismo do romance naturalista<sup>88</sup> enquanto rompimento com o Romantismo.

Sua veia literária se desenvolveu em meio ao convívio com o avô, destacando-se após sua ida para a capital a fim de prosseguir os estudos. Nesse contexto, Celso Magalhães retornava à cidade natal por ocasião de suas férias, realizando observações e produzindo os primeiros escritos que conforme Antonio Lopes, constituíam: “Digressões de estudante em férias à terra natal, em cujas belezas nunca assás decantadas de plainos verdes e lagos encantados, bebeu o mágico licor da poesia que nele se revelou num lirismo tão eminentemente pastoril [...]” (A PACOTILHA, 10 nov 1917).

Antonio Lopes refere ainda, que numa dessas ocasiões, Celso Magalhães, “durante uma revolução de pretos fugidos em Viana, conta o poemeto ‘Os Calhambolas’, escrito sob a impressão imediata dos acontecimentos” (A PACOTILHA, 10 nov 1917). Trata-se do episódio da “insurreição de escravizados” em Viana no ano de 1867<sup>89</sup>. Do poemeto, destacam-se os seguintes trechos:

---

88 Tendência estética e literária em voga no último quartel do século XIX, surgida na França prezando pela representação objetiva da realidade, utilizando uma abordagem biológica, científica, pautada em descrições minuciosas (MASSAUD, 2019).

89 Em 1867, sob o regime monárquico e governo do Imperador D. Pedro II, o Brasil estava em plena guerra contra o Paraguai. A Província do Maranhão era dirigida pelo presidente Lafayette Rodrigues Pereira e os principais municípios deviam remeter, periodicamente, grupos de voluntários para o campo de batalha. Com a saída constante de levas do contingente masculino, as populações das vilas e cidades ficavam desfalcadas de homens adultos, reduzindo-se assim, a grande maioria dessas populações, a mulheres, velhos e crianças. Os

Verde o campo se desdobra  
 de mil flores semeado  
 \_manto de pura esmeralda  
 por mão de fada bordado  
 [...]

O canto das marrecas  
 desperta a solidão  
o lago além se mira  
 do céu na vastidão  
 [...]

A cidade é bem pequena,  
 fica junto de um lago que se espraia  
 em ondas mansas, plácidas e serenas  
 [...]

Tive agora uma ideia: se petrarca tornou célebre  
 a fonte de vaclusa  
 e se da poesia um patriarca  
elevou-te as nuvens com sua musa  
 essa gruta de fingal decantada  
inda hoje na história tão falada:  
 Eu da mesma maneira  
 poderei celebrar nesta epopeia  
 a cidade que linda transparece,  
 como a imaginação a delinea  
 dizendo que eu ali tive o meu berço (MORAES, 1999, p. 82- 86).

Nos versos do poemeto, notam-se em meio à crítica social da escravidão, trechos descritivos de elementos do cenário dos campos, bem como, a exaltação da terra natal. Nesse sentido, Celso Magalhães evoca na literatura, a constituição de uma memória coletiva sobre seu torrão. Assim, é corrente nos escritos de Celso Magalhães, a descrição dos campos inundáveis. No Jornal “Folha do Povo”<sup>90</sup> de 2 de março de 1927, é publicado trecho do romance “Um estudo do temperamento”(1881) com exaltação dos “Campos do Maranhão”:

São os campos uma face por onde possa ser estudada a paisagem do norte do Brasil. Se têm elles, a vastidão dos pampas, falta-lhes aquella nudez que assusta e apavora, e o queimar do pampeiro é substituído pela frescura dos ventos geraes que sopram constantemente. Nos pampas não há um tom mais suave para amenizar a vista cansada de fitar o horizonte sem termos; nos campos, porém, as moitas as árvores isoladas, as lagôas e igarapés como que convidam o espectador a arriscar-se por aquelles plainos [...] Não se sabe então como será o campo mais bello, se inundado, se descoberto (FOLHA DO POVO, 2 mar 1927).

O cenário dos campos retratado por Magalhães revela o olhar objetivo na descrição sobre o espaço. Mas, ainda no romance, o capítulo “À beira d’água” dedicado à cidade de

---

escravizados, subjugados ao trabalho árduo das lavouras, perceberam que essas circunstâncias eram propícias para uma revolta armada contra os antigos senhores (ARAÚJO, 1994).

<sup>90</sup> De propriedade do médico Tarquínio Lopes Filho, fundado em junho de 1923 (SALGADO FILHO, 2015).

Viana, incrementa o retrato sobre os campos, referindo a história da região como “cheia de lendas e tradições, como acontece com todos os lugares, cuja origem foi devida ao gênio empreendedor e tenaz dos padres da Companhia de Jesus” (MAGALHÃES, 2019, p. 169).

Tomando por base a atuação jesuítica em Viana, o romance apresenta traços sobre a constituição da cidade e da região dos lagos. Nesse debate, o literato refere não deixar de lado a narrativa, ou seja, em suas observações passa a registrar versões da população sobre o imaginário da região. De acordo com Magalhães (2019, p. 170-171, grifo meu):

Conta aquela gente, por tradição oral ouvida de seus avós, que os jesuítas ali tiveram muitas riquezas e quem escreve estas linhas ouviu de um bom velho, história e contos largos sobre os ditos Padres da Companhia.  
 ‘Eu era bem pequeno \_ dizia-me o velho com voz arrastada [...] Lembro-me ainda daquilo como se fosse hoje. Meu pai servia aos padres da Companhia e eu acompanhava-o às vezes nos seus trabalhos [...] E foram aqueles bons padres enxotados, como se fossem bestas feras!’

Celso Magalhães retrata em seu romance o olhar sobre a tradição popular, evidenciando tal como no trecho grifado, o processo de elaboração de narrativas ancestrais. Neste caso, nota-se o imaginário instituído em torno dos padres da Companhia de Jesus como representação do sagrado e o sentimento de temor no relato sobre a expulsão dos religiosos.

O literato demonstra uma espécie de posicionamento etnográfico na escuta e observação dos populares. Mas, se pronuncia, expondo suas opiniões acerca do debate:

Eu deixava o bom velho José internar-se nas suas recordações de infância e chorar suas esperanças perdidas, sem querer abalar-lhe, nem ao de leve, as crenças que ele nutria para a Companhia de Jesus.  
 Julgava para comigo que seria espicaçar o coração do velho o ir-lhe provar as intenções sinistras dos jesuítas e a utilidade do ato do Marquês de Pombal. E ele que não seria capaz de convencer-se delas (MAGALHÃES, 2019, p. 172).

Assim, Celso Magalhães segue abordando o imaginário sagrado atribuído aos jesuítas, entremeado à tradição oral do lugar:

Como essa história, contava-me ele muitas. De uma vez, por exemplo, contou-me a espantosa lenda de um homem, que morrera na vila, e cujo corpo tinha sido achado intacto na sepultura, depois de passado muito tempo. Os jesuítas, então tiraram, às escondidas, o cadáver da cova e levaram-no para uma capela, hoje inteiramente demolida, que possuíam em Penalva (MAGALHÃES, 2019, p. 172).

A narrativa é permeada por um tom de mistério em relação ao processo de morte que em confronto com a versão religiosa tradicionalmente aceita, poderia suggestionar a população à santificação do morto mediante à conservação do cadáver. Diante disso, para evitar manifestações populares numa espécie de misticismo, a Companhia intercedeu de modo a

cercear qualquer especulação de santidade que pudesse concorrer com a sua. A partir desse trecho, com a menção à Penalva, Magalhães inclui o relato de uma senhora a respeito dos vestígios de uma cidade no fundo do lago:

Ninguém me convence, disse uma vez certa velha com quem entabulei conversação sobre coisas de Viana, de que a ida dos padres da Companhia não nos trouxe muitas desgraças. Veja o que aconteceu no Cajari! Vá lá ver a estearia que se encontra no fundo do lago, em tempo de seca puxada. Eu já vi com estes olhos no ano da seca grande. Parece tirada a cordão. Ferros, cascalho, cacos de louça, tudo se encontrou lá. No Redondo, fazenda que foi do capitão-mor Domingos da Cunha, ainda existe uma grade, na varanda, tirada do Cajari. Aquilo foi castigo de Deus, virem as águas cobrir a povoação que parece haver existido naquelas paragens. (MAGALHÃES, 2019, p. 172, grifos meus).

O intelectual maranhense refere interpretações do imaginário popular sobre as origens das estearias do Cajari, permeadas por aspectos da religiosidade, num *ethos* de hierofania. Conforme Franco Junior (1981) trata-se de uma forma de explicação da realidade por meio de manifestação do sagrado relacionada à natureza. Evidenciando permanências de uma estrutura mental típica do Medievo, cuja centralidade da ação humana era compreendida a partir da religiosidade, o relato evoca os vestígios da povoação como local invadido pelas águas como castigo divino. Nesse sentido, atribui o “cataclisma” como punição pela expulsão dos sagrados jesuítas.

Na interpretação do relato popular sobre as estearias, Celso Magalhães descreve em seu romance, breve observação realizada em visita à região dos lagos, em fins do século XIX:

Ao nordeste do lago Cajari, para junto da margem pode-se ainda hoje divisar, nos tempos de seca, uma quantidade de esteios alinhados, como se pertencessem a muitas casas reunidas. Podem ter a altura de um a dois palmos acima do álveo do lago, e quem escreve estas linhas, teve um dia ocasião de observá-los. Em um deles, caído a um lado havia uma escápula pregada (MAGALHÃES, 2019, p. 173).

O contato de Celso Magalhães com as estearias do Lago Cajari é um pouco mais descrito no conteúdo de uma carta do literato ao amigo Rangel de Sampaio publicada no Jornal “Diário do Maranhão” em 1º de outubro de 1878. Sob o título “Destroços no lago de Viana”, Magalhães descreve as habitações lacustres do Lago Cajary em Penalva.

Como sabes, a secca foi grande. Não adivinhas uma das razões que cá me trouxeram? Fui visitar, logo que cheguei, as habitações lacustres do Cajary e vi. Lá está tudo a descoberto. Tenho uma collecção curiosa, tirada por minhas próprias mãos, de destroços do fundo do lago \_ machados de sílex, carvão, louça de barro e até um esteio que arranquei. O exame é aborrecido e difícil, pois tem de se andar por dentro d’água, mas fi-lo em regra. Ainda nada pude escrever a respeito, mas fa-lo-hei, à vista das notas que tomei. Não imagina a quantidade de louça de barro, que existe no fundo do lago.

Literalmente piza-se unicamente em pedaços de louça. Nem um objeto de metálico foi encontrado, e noto que os moradores teem revolvido aquillo por lá, uns por curiosidade, a maior parte com esperança de encontrar algum tesouro, julgando ser habitação dos padres da Companhia. Em Penalva, uma villa que fica próxima não há morador que não possua seu pedaço de panela ou de alguidar de barro. No que escrever a respeito e que será dirigido a ti, farei uma narração exacta de tudo, mandando fotografar, se a despeza não fôr muito grande, os objetos mais importantes da minha coleção (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1º out 1878, grifo meu).

O relato de Magalhães ao amigo detalha além do cenário constituído pelos esteios no fundo do lago, a cultura material das estearias. O literato demonstra uma postura antiquarista (TRIGGER, 1989). De tal forma, descreve a coleta de vestígios para composição de coleção pessoal, tratando-os como aspectos de curiosidade local. Ainda nessa linha, narra o mesmo comportamento da população ao retirar do Lago Cajari, os “exóticos” vestígios evidenciados nos períodos de seca.

A apropriação dos vestígios do Lago Cajari pelos populares é aspecto evidenciado pelo relato de Magalhães. Contudo, no Jornal “O Paiz” de 9 de novembro de 1879 a coluna “Publicações Geraes” sobre a cidade de Vianna traz um relato de postura personalista de apropriação do referido lago. Por ocasião do “passamento do croné Antonio Lanzudo, barão de Carancanhas”, registra o jornal:

Vianna cobre-se de pesado lucto pela pungente dôr que a confrange! Chora a morte de um de seus mais dilectos filhos [...] O ilustre finado foi enterrado com todas as honras devidas ao seu alto cargo. Muitas pessoas atirarão punhado de terra e flores na cova do finado e outras davão gritos agudos chamando por ele a semelhança dos Egypcios com suas múmias. No cemitério ergueo-se soberbo mausoléo mandado fazer às expensas da municipalidade sob proposta do nobre vereador João Carlos [...] Ainda propoz o douto vereador que o lago Cajary, onde existem ossadas fossilíferas passasse a denominar-se lago do Croné (O PAIZ, 9 nov 1879).

Tal como as críticas anteriormente descritas neste estudo sobre a Vila de Penalva enquanto feudo, o relato demonstra a diversidade de formas de apropriação do Lago Cajari. Além da retirada de vestígios das estearias, havia a postura personalista de atribuir o local a um sujeito pela sua atuação paternalista e política na região. O relato chega a referir a existência de “ossadas fossilíferas”, não evidenciadas em estudos arqueológicos conhecidos, mas que podem na verdade, representar interpretações do imaginário sobre as estearias.

No que concerne a Celso Magalhães, os documentos demonstram que de forma breve, o intelectual manteve contato e realizou observações e registros em relação às estearias do Lago Cajari. Portanto, refutam o argumento de que ele não elaborou um posicionamento acerca dos vestígios.

Verdade, ou não, o que a velha contava-me não era de invenção sua. No entanto, nenhum documento possui a história que prove a existência de qualquer povoação naqueles lugares, e apenas a imaginação popular tem feito perdurar essa crença, passando-a de pais a filhos, de geração a geração. O certo é que por meio da lenda pode-se ir descobrir um ou outro laivo de verdade (MAGALHÃES, 2019, p. 173).

Na abordagem do romance, Magalhães refere a imaginação popular no fomento à crença sobre as estearias, enquanto aspecto que passa de geração a geração. Assim, evidencia no imaginário local, a noção de narrativas ancestrais tratadas por esta pesquisa.

Paralelamente, expõe seu posicionamento em relação às estearias, caracterizando-as como uma antigualha, pedaços de madeiramento presos no lago, que mediante a imaginação do povo servem de tema às crendices regionais. Sua percepção deixa evidentes traços do naturalismo que constituiu sua abordagem literária, além de aspectos do positivismo na formatação de uma postura científica ao retratar a sociedade. Segundo Antonio Lopes:

Celso não se deixara ficar de ronda aos campos da atividade puramente beletrística. Fôra além. Cultivara o seu espírito na filosofia de Augusto Comte e, estudara a ciência da linguagem e a mitologia comparada em Max Muller, alcançara os horisontes da renovação crítica do naturalismo, que embora, por índole e por educação literária, ainda preso a algum sentimentalismo, ia ensaiar no romance, o enveredar para as sciências novas do grupo sociológico com energia e sagacidade. Temos notícia de um estudo seu sobre a existência de habitações lacustres da época pré-histórica no norte do Brasil, o qual nunca podemos identificar [...]”(A PACOTILHA, 10 nov 1917).

Assim, em superação ao argumento de que a morte precoce impediu que Celso Magalhães realizasse considerações sobre as estearias, percebe-se que o intelectual realizou registros sobre a questão, evidenciando inclusive seu posicionamento. Como estudioso influenciado pelo positivismo, Magalhães se opõe à percepção lendária sobre as estearias, mas, ao considerar relevante a tradição popular, se mostra atento à apreciação de narrativas ancestrais como objeto de estudo sobre as formas de interpretação da população a respeito dos esteios.

Como sinaliza seu sobrinho Antonio Lopes em artigo escrito com Fran Paxeco, “Consta-nos terem se perdido [...] as notas que o lucido pensador possuía acerca de uma cidade lacustre, da qual dizem existir vestígios no lago Cajary” (A PACOTILHA, 20 mar 1902). Reforçando tal questão Costa (2019) e Moraes (1999) referem a existência de trabalhos esparsos do escritor perdidos em jornais e revistas, bem como a informação de que alguns textos seus, como O Habeas Corpus e O Padre Estanislau são considerados como extraviados.

Preliminarmente, os relatos de Celso Magalhães em seu romance naturalista evidenciam entre a população, a narrativa ancestral que interpreta as estearias do Cajari como vestígios de uma cidade inundada por cataclismo diante da expulsão dos jesuítas. Uma espécie de castigo divino, por fenômeno da natureza, pela afronta ao sagrado personificado na Companhia de Jesus e seus missionários.

Entretanto, o registro de Magalhães revela ainda, a narrativa ancestral que considera as estearias relacionadas a tesouros ocultos pelos jesuítas durante a expulsão da companhia:

Meu pai servia aos padres da Companhia e eu acompanhava-o às vezes nos seus trabalhos [...] Numa noite, chamou-me: \_Levanta-te e vai meter os bois no carro! Dirigimo-nos ao Maracu, da outra banda do rio [...] lá estão ainda as pedras e os alicerces... pode o patrão certificar-se com os próprios olhos. Foi então um carrear de joias e prataria, como nunca ninguém viu assim! [...] eu ouvia contar o dinheiro em moeda e mais a prata, que tudo vinha em sacos pesados para o carro. [...] O que eu, porém, não lhe posso dizer, patrão, é o lugar para onde tudo aquilo foi levado. Quando chegávamos ali por perto da Lajem, meu pai mandava-me ficar na casa do meu tio Tibúrcio e lá se ia com os padres. Para onde não sei, nem nunca me disse o velho. Ninguém é capaz de me tirar da cabeça que eles deitavam aquelas riquezas todas no rio para virem depois buscá-las. (MAGALHÃES, 2019, p.171).

Tal interpretação decorre do imaginário relacionado à busca pelo Eldorado que permeou o processo de colonização brasileira. Centrada na prática da exploração no cenário de desenvolvimento do Capitalismo, a colonização nutriu narrativas da busca por metais preciosos tais como na América Espanhola e no caso do Brasil, nas Minas Gerais. No Maranhão, as primeiras referências à questão reportam a Berredo (1988, p. 27, grifo meu) que destaca a região do Rio Pindaré:

Grande criador de gado vacum, caminha a leste de uns espaçosos lagos, onde se presume a sua origem, com a vizinhança de ricas minas de ouro, e no seu dilatado sertão há muito pau-cravo; porém o pouco fundo, que se lhe acha na subida, é também tão cheio de ásperos rochedos (a que os naturais chamam cachoeiras), que a navegação, que lhe dificultam no inverno, de verão se faz impraticável pela falta de água; contudo já se tem intentado o seu descobrimento por repetidas expedições, mas com pouca fortuna.

Berredo ressalta o Vale do Pindaré como espaço a ser desbravado, presumindo a existência de minas de ouro. No entanto, afirma a ocorrência de empreitadas sem muito sucesso, inter-relacionando a problemática à dificuldade de acesso à região pelos obstáculos naturais do relevo.

Em seguida, Gaioso (1970, p. 108-109, grifos meus) apresenta em seu compêndio considerações sobre metais preciosos no Maranhão do primeiro quartel do século XIX:

Pouca noticia tenho da qualidade de minas da capitania; porem consta com alguma certeza que há de ouro nos confins do Pinaré, habilitados todos de gentio, e por isso não se tem descoberto. Affirmão alguns Indios que na tal serra, chamada *Tiracambú*, aproveita o mesmo gentio as folhetas de ouro o que acha, no infeite do sexo feminino: outro sim consta haverem-se encontrado alguns vestígios, de que os padres de extincta Companhia de Jesus exportavão dali algumas porçoens d'aquelle precioso metal, que conduzião para esta cidade; o que se conhecêo pela estrada que seguia do rio Pinaré, e principiava no lago chamado *Cajamara*, onde se acharão á poucos anos indícios de caça; e huma grande canôa já quazi consumida pelo tempo, no mesmo lago, e que dali principiava a dita estrada pelo centro do mato, sem mais se comunicar com o rio, o que vários exploradores pertenderão seguir até chegar ao dito Tiracambú; porem o temor da imensidade do gentio os fez retroceder: o mesmo já havia acontecido a outras bandeiras, que pertendêrão entrar neste descobrimento.

Como se percebe, Gaioso remete à região do Vale do Pindaré, a existência de ouro, ressaltando as dificuldades de acesso ao local pela presença indígena. O cronista realiza ainda, a primeira referência documentada aos esteios do Lago Cajari como resquícios de habitação. Além disso, menciona a existência de uma canoa no lago que mais tarde se desdobrará em outras interpretações sobre os esteios, conforme Balby (2015).

A menção aos metais preciosos no Maranhão segue com Lago (2001, p. 20-21 grifos meus) que argumenta:

Minas abertas não há, porém, dizem ter-se já descoberto e tirado ouro nas cabeceiras do rio *Pindaré* que, como são terras infestadas de índios selvagens, nos são desconhecidas; é certo aparecerem restos de uma estrada que, para aqueles lugares fizeram os padres da Companhia, começada do lago *Cajari*, onde ainda em 1820 vimos sinais de alicerces que indicaram ter ali havido casas. (LAGO, 2001, p. 20-21, grifos meus).

Tal como Gaioso, além de referir sobre o ouro no Pindaré, Lago se reporta ao trabalho dos padres da Companhia de Jesus no beneficiamento de recursos naturais da região. Menciona ainda, o avistamento das estearias em 1820, conjecturando serem vestígios de habitação.

Ainda acerca do Pindaré, Souza (1977, 58-60, grifos meus) aponta com mais detalhes as ações jesuíticas:

Quem primeiro entrou no rio Pindaré, que também se dizia Pinaré, foi Bento Maciel Parente em 1616, enviado por Jerônimo de Albuquerque. Mas depois os jesuítas descobriram e devassaram seus afluentes e cabeceiras, não ficando recesso, por oculto e distante, que eles não conhecessem [...] Correram por essa época boatos de que havia ouro no alto do Pindaré. Forjaram-se lendas a respeito da exploração que faziam os jesuítas desse metal em seu proveito, o assunto revestiu aspecto agudo no tempo do Governador Alexandre de Souza Freire. Organizaram-se expedições, uma delas a cargo do padre Dom João da Cunha, egresso dos Agostinianos

descalços. Importunaram e até atormentaram fisicamente os índios para que lhes descobrissem o local onde se encontrava o precioso metal. E, como nada encontrassem, abandonaram o empreendimento. E desceu o Padre Dom João da Cunha, “saiu-se do Maranhão” – informa o P. José Vidigal -, e se acabaram as suas missões. Foram até lá os padres da Companhia, e efetuaram a missão (entre os Guajajaras), como costumam, porque os seus ouros são as almas.

Notam-se no relato, referências correntes às expressões “boatos” e “lendas” suscitando a percepção do ouro no Pindaré como imaginário. Além disso, na expressão “seus ouros são as almas” há o reforço da caracterização corrente dos jesuítas como missionários em busca da “conversão indígena”, ocultando o uso do trabalho na catequização para o beneficiamento de recursos naturais e a acumulação de riquezas.

Além da referência à busca de tesouros em obras de cronistas maranhenses, também há menções à questão nos jornais. Os relatos tratam de expedições realizadas pelo engenheiro João Henrique Cramer enquanto ação governamental de fomento à indústria de prospecção aurífera pela Companhia Maranhense de Mineração. A empreitada é referida por Marques (1970, p. 166) ao tratar no verbete Cajari, do “avistamento das estearias por Cramer”.

No jornal “Publicador Maranhense” em 23 de novembro de 1854 consta nota oficial de 16 de outubro de 1854 por Eduardo Olimpio Machado:

Partindo para: as minas de Maracassumé no termo do Tury-assú a commissao encarregada de explora-las e tendo o respectivo chefe, o cidadão José Rafino Rodrigues do Vasconcellos, com os engenheiros João Henrique Cramer e Augusto Sebraum, de passar por essa cidade; recommendo a Vmc, que haja de prestar-lhes todo o auxilio, de que por ventura houverem (PUBLICADOR MARANHENSE, 23 nov 1854).

O documento demonstra a composição de equipe para checagem das possibilidades de exploração aurífera no Maranhão. Dois anos depois, em 23 de julho de 1856, no mesmo jornal é publicado relatório do commendador Antonio Candido da Cruz Machado apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, no dia 9 de junho de 1856, com enfoque à indústria da mineração no Maranhão.

Comquanto fosse estreada nesta provincia sob os mais felizes, auspícios, sendo incompletas as explorações, tem encontrado graves tropeços em sua marcha. Depois do exame a que se procedeu nos terrenos auriferos comprehendidos entre o Gurupy e o Tury-assú, fizerão conceber: lisongeras e sedutoras esperanças de riquezas, e induzirão alguns capitalistas a formar ali a companhia denominada mineração maranhense com um capital de mil contos de reis. Segundo a opinião de dous homens practicos vindos do Minas Geraes, os irmãos Araujos, que por si mesmos observarão e fizerão, experiencias, as lavras são riquissimas; mas a falta d'agua, necessaria para continuação dos trabalhos, os impossibilita (PUBLICADOR MARANHENSE, 23 jul 1856).

O relatório expõe as conclusões da empreitada em busca de ouro no Maranhão. Demonstra que os relatos sobre as possibilidades de minas fomentaram a composição de empresa interessada na exploração do recurso. No entanto, a checagem evidenciou impossibilidade de extração por dificuldades estruturais na região entre o Gurupi e o Turiaçu.

O documento inclui referência às supostas minas de ouro no Alto Pindaré. Nesse sentido, as considera uma crença de tradição antiquíssima, geralmente aceita, mas, não evidenciada na expedição da equipe técnica. Sobre a empreitada, o relatório aponta as considerações do engenheiro da companhia Henrique Cramer sobre o Lago Cajary:

Assevera, e asseverão também os moradores de Viana, que no lago Cajary que parece ser o mesmo então denominado Cajarama, ainda vêem-se hoje muitos esteios lavrados, e, por ocasião de grandes secas, se descobrem e atestão a existência de antigas moradas que, pelo visível arruamento que ainda conservão, indicação ter feito parte de uma povoação que existio a margem de algum rio, cujos vestígios indubitáveis o mesmo engenheiro pretende ter reconhecido. Os moradores mais antigos do lugar, e os próprios índios descendentes dos primeiros povoadores, nenhuma noticia dão dessa povoação, que por certo foi habitada por gente culta; pois está averiguado que seus habitantes conhecião o uso do ferro pelos pregos e argolas para suspender redes, que se achão cravados nesses esteios; aceresce que em 1825, na boca do rio Cajary próximo d'alli, e que então secou, acharão-se cadinhos de fundição e borra de ferro e esmaltes produzidos pela fundição de metal (PUBLICADOR MARANHENSE, 23 jul 1856, grifos meus).

As observações do engenheiro Cramer ressaltam a presença dos esteios no Lago Cajari. Com destaque para a descrição dos vestígios, suas considerações retratam a percepção das ruínas como sinais de povoação. Ao mesmo tempo, o técnico atribui os resquícios de povoamento ao que considera “gente culta”, mediante a identificação de materiais produzidos tecnologicamente a partir do metal. Não há menção de interpretação fantasiosa, mas sim, o destaque ao desconhecimento evidenciado pela população local.

No relatório consta ainda, o debate sobre a prática de mineração pelos jesuítas:

Atento o exposto, não parece inverossimil, que os padres da companhia de Jesus tivessem junto às suas missões algum estabelecimento de mineração, e que conseguissem oculta-lo aos olhos de todos [...] Por ocasião de entregarem o governo temporal das missões, arrasarão, e que depois forão constrangidos a reedificar [...] Assim se explica o motivo, porque ainda hoje, os índios cautelosamente guardão o segredo, temendo como sempre lhes disseram os padres velhos, que serão reduzidos à escravidão ao momento em que descobrirem as lavras (PUBLICADOR MARANHENSE, 23 jul 1856).

O documento considera ter sido possível a prática de mineração pelos jesuítas considerando o uso do trabalho indígena e as normativas do regimento das missões que impediam a inserção de colonos nas aldeias. De tal forma, suscita que os padres da companhia disseminaram imaginários entre os indígenas no sentido de resguardar a localização das lavras

e da produção. Tal como no relato do popular a Celso Magalhães sobre o trabalho de seu pai na condução da produção aurífera, o relatório mantém a suposição de ouro na região do Maracu, Cajari e Pindaré.

Tal interpretação alimenta a produção de imaginário sobre as estearias, marcado por relatos que referem a existência de tesouros. As pesquisas arqueológicas não evidenciam a obtenção de objetos de metal, apenas cerâmicas, mas, as menções à localização de artefatos de ferro, tal como nos jornais e no romance de Magalhães, suscitam a proliferação de narrativas ancestrais, sobre a busca de riquezas nas estearias.

É corrente entre os mais velhos, histórias que retratam o encontro de tesouros escondidos pelos jesuítas, tendo como cenário, os campos, áreas de mata, margens de lagos e rios e as regiões de esteios. Conforme a narrativa, a pessoa contemplada é avisada por um padre que aparece em sonho, indicando o local onde o tesouro está escondido.

Para proceder com o resgate, é preciso ir sozinho ao local, seguir as instruções para a retirada do objeto precioso (puxar correntes, cavar o solo, cortar galhos, retirar esteios), em seguida, deixar uma moeda de ouro e uma vela em honra à alma do padre que enterrou o tesouro para assim, liberta-lo do purgatório<sup>91</sup>.

Caso as instruções não sejam seguidas, o tesouro desfaz na imagem de insetos e animais ferozes. Com isso, a pessoa segue a vida, permeada pela má sorte numa espécie de “maldição” pela desobediência às normas do resgate<sup>92</sup>.

A narrativa ancestral demonstra permanências de estruturas mentais medievais. Nota-se a hierofania na vinculação de fenômenos e elementos da natureza ao comportamento humano. Há ainda, o contratualismo e a belicosidade que perpassam por uma espécie de compromisso entre a pessoa contemplada com o tesouro e o resgate da alma do religioso que o enterrou, ilustrando a luta do bem contra o mal (FRANCO JR, 2004).

Nota-se menção à terra como submundo, retratada no castigo do religioso pelo enterramento de riqueza. Sinaliza, portanto, a percepção do apego às riquezas mundanas como falta responsável pela condição de pecador, acarretando punições. Com isso, representa

---

<sup>91</sup> O Purgatório é destino de pecadores médios e ordinários, que não merecem a salvação direta, mas que, contudo, também não terão suas almas levadas ao Inferno. Antes de seu nascimento, o Purgatório não tinha um lugar no imaginário social, pois os indivíduos medievais viviam com a certeza da morte que os levaria consequentemente para o céu ou para o Inferno a depender de como foi o seu comportamento em vida. Porém, com o passar dos séculos, a necessidade humana de explicações maiores acerca do além fez, antes do século XII, cogitar-se um terceiro lugar. Toda uma estrutura de como era esse lugar e suas funções foram difundidas para os cristãos católicos pela Igreja, tomando por base os estudos de teólogos medievais, como Santo Agostinho que é considerado por “o verdadeiro pai do Purgatório” (LE GOFF & SCHIMTT, 2002).

<sup>92</sup> Referência a depoimento retirado da fala do Sr. Humberto Martins, meu pai, coletado em março de 2019, por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa para a seleção no curso de doutorado, antes de seu falecimento em agosto de 2019.

permanência do pensamento medieval pelo qual a salvação é caracterizada como preocupação para evitar o castigo e não, pelo anseio do Céu: “representa uma árdua batalha para a alma humana entre o desejo dos prazeres e o temor do abismo infernal” (ZIERER, 2003, p.161).

Nesse panorama, a aparente dicotomia entre bem e mal presente na compreensão do Além<sup>93</sup> mostra-se encarnada na percepção do baixo, da terra como submundo: “O Paraíso está no alto, é o lugar da transcendência, sede das entidades celestes e morada de Deus e o baixo, é o Inferno, lugar de castigo dos condenados do Além”. (ZIERER, 2003, p.143). O Inferno é representado pelo mundo subterrâneo: local para onde se destinavam as almas dos pecadores. Bakhtin (1999) contextualiza a questão ao tratar de cultura popular na Idade Média e no Renascimento demonstrando como imagens grotescas do corpo, os chamados baixos corporais, eram associadas ao contato das pessoas com o mundo, ilustrando as vinculações de seus atos com o céu e o subterrâneo: o bem e o mal na obediência às regras.

O cenário natural das narrativas ancestrais sobre os tesouros jesuítos incorpora ainda, entidades sobrenaturais e batalhas. Como manifestação do aspecto sagrado, o sobrenatural representa a influência do maravilhoso (*mirabilia*) no cotidiano. Segundo Le Goff (1994) o maravilhoso constituiu no medievo, relações que envolviam o imaginário no ambiente terreno e o Além. Por sua vez, Franco Jr (2004, p. 134) acrescenta: “O referencial de todas as coisas é o sagrado, fenômeno psicossocial típico das sociedades agrárias, muito dependentes da natureza e, portanto, a mercê de forças desconhecidas e não-controláveis”.

Nesse panorama, destaca-se a floresta como espaço em que se manifestam símbolos, fatos e viagens imaginárias. Do mesmo modo, o sonho é outro domínio presente nas narrativas como canal de comunicação das almas punidas por Deus. Assim, ao não resistir à sedução do dinheiro, os relatos pontuam aparições dos religiosos em sonho, buscando auxílio para o perdão, pelo arrependimento de seus atos pecaminosos.

As narrativas ancestrais que vinculam as estearias a tesouros enterrados pelos jesuítas referem à existência de estátuas de jacarés confeccionadas em ouro, cipós e correntes de prata sob a forma de cobras, potes com moedas de ouro, vasilhames e fornos em ouro. Com isso, aventureiros percorrem os lagos penalvenses atraídos pela fortuna, explorando a região, cavando buracos e arrancando esteios.

---

<sup>93</sup> O Além Cristão se dividia em dois reinos opostos: o Céu e o Inferno (LE GOFF & SCHIMTT, 2002).

Tal aspecto se mostra encarnado na literatura de Antonio Lopes da Cunha<sup>94</sup> e suas menções a Penalva. Sobrinho de Celso Magalhães, o literato destaca as “coisas do povo” como criações imemoriais, demonstrando em seu *ethos*, a marca do olhar sobre a tradição popular.

**Figura 20 – Antonio Lopes**



Fonte: ACADEMIA VIANENSE DE LETRAS. **Antonio Lopes**. 2023. Disponível em: <http://avlma.com.br/site/antonio-lopes/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Em sua obra “Presença do romanceiro” de 1948:

Lopes considera fundamental a coleta junto ao povo, como uma espécie de prova de fidedignidade do romanceiro. Ele entende que a poesia popular, ao mesmo tempo, transforma-se e revela a índole do povo. Longe de ser resultado de transformações históricas ou culturais, as criações do povo resultariam dos atributos psicológicos que o povo traz em si [...] pretende continuar a obra de seu tio, Magalhães, ampliando a coleta sobre o romanceiro maranhense. Assim como Magalhães, Lopes se detém nas contribuições das três ‘raças’, brancos, negros e índios, para a formação da nação. Relaciona o povo aos pobres incultos em oposição aos ricos (BARROS, 2010, p. 212).

Em seus escritos, situados como estudos de folclore no Brasil, Lopes ressalta a importância da literatura oral, nas variadas formas, para a Antropologia, a Sociologia e a Linguística. Considera, portanto, a trama de narrativas como aspecto basilar para a compreensão da cultura brasileira. Nota-se em sua percepção, a sobreposição das influências portuguesas na constituição das narrativas. Segundo o literato, o Brasil possui uma rica literatura oral, tradicionalmente portuguesa, mesclada de elementos africanos e indígenas:

---

<sup>94</sup> Ensaísta, biógrafo, jornalista, bacharel em direito, professor catedrático Liceu Maranhense e antiga Faculdade de Direito do MA, político, membro da Academia Maranhense de Letras, membro fundador IHGM. Nasceu em Viana a 25 de maio de 1889. É uma das nossas mais vigorosas mentalidades (VALE, 1937).

“Pôr vezes, no elaborar suas versões, o povo maranhense resumiu ou sintetizou a mais não poder, o romance que lhe viera de além-mar” (LOPES DA CUNHA, 1967, p. 12).

Antonio Lopes menciona elementos vinculados às narrativas ancestrais penalvenses na obra “Alcântara - Subsídios para a História da Cidade” (1957). A produção retrata seu olhar sobre a referida cidade enquanto símbolo de contraposição entre a opulência do passado e as ruínas do presente, representando o quadro econômico e social do Maranhão no início do século XX.

Nessas praças e ruas transitaram governadores e capitães-generais do Estado, capitães-mores de Cumã, Maranhão, Pará, Cameté e Caeté, ouvidores, comissários, provinciais, provisores, ou residentes de três grandes ordens religiosas, capitães ou almirantes de França, Portugal, Espanha e Holanda, senadores, barões e viscondes ou chefes de partidos da Província no tempo do império, sábios, poetas. Os denegridos muros das casas apalaçadas são hoje espectros a lembrarem a quem os contempla um fausto para sempre perdido e guardam inviolados segredos de altas e baixas intrigas políticas e o mistério de tenebrosos dramas de famílias. (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 23).

Alcântara é representada, portanto, a partir do “contraste entre o passado e o presente da cidade e no seu incerto futuro” (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 23). A análise enfoca as construções do lugar, tais como casarões, praças, igrejas e ermidas. Nesse ponto, há destaque para a capela de Nossa Senhora do Livramento protetora dos navegantes<sup>95</sup>, localizada na Ilha do Livramento<sup>96</sup>:

Na ponta que avança para a baía de São Marcos, o terreno eleva-se subitamente [...] No topo dessa ponta, a capela de Nossa Senhora do Livramento, humilde, acaçapada, de arquitetura tosca, um avarandado ou alpendre tendo em seguida a nave com o seu paupérrimo altar de madeira ao fundo, e, no nicho, mimosa imagem da Virgem [...] Para a gente do mar e de terra, nos recôncavos de São Marcos e Cumã, a Senhora do Livramento socorre o nauta em perigo no meio das tormentas (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 310).

---

<sup>95</sup> A origem deste título dedicado a Virgem Maria remonta a cultura religiosa portuguesa e está envolta em poesia e devoção remontando aos tempos históricos da União Ibérica, no século XVI. Um representante da Espanha mandou, na ocasião prender a todos os nobres portugueses que se recusassem a prestar homenagens aos espanhóis. Entre os presos estava Rodrigo Homem de Azevedo. Sua esposa, devota de Nossa Senhora, durante a novena que fazia, sonhou com a Virgem Maria que lhe dizia: “não te preocupes, eu que tudo posso, o livrarei. Se poderes, edificar-me-ás uma casa”. Ao ser recebida a graça, Rodrigo Homem mandou esculpir uma imagem, conforme descrição da esposa em seu sonho: “Vestido branco. Os cabelos loiros soltos. O Menino Jesus no braço esquerdo e a mão direita em sinal de amparo”. E porque Nossa Senhora disse “Eu o livrarei”, deu-lhe o nome de Nossa Senhora do Livramento e construiu uma capela. (SUESS, 1979).

<sup>96</sup> Localizada ao norte do Maranhão, território pertencente a Alcântara, distando da sede municipal somente 650 metros, separados por um dos canais fluviomarinhos que a bordejam. Esta ilha é formatada por uma estrutura altamente rica no tocante a sua composição geomorfológica, geológica e biológica (MASULLO et al, 2008).

Ao retratar a ermida, Lopes enuncia o aspecto lendário que circunda a Ilha do Livramento. A partir do seu olhar sobre as “coisas do povo”, expressas na literatura oral, busca as origens das narrativas populares a respeito do lugar. Assim, categoriza o imaginário sobre o local como narrativas piedosas e trágico-marítimas, guardadas na memória do povo e com traços de tradições da Europa, da era dos descobrimentos, ligadas às navegações. Assim, exemplifica a questão com o relato sobre Nossa Senhora do Livramento:

Alguns portugueses, surpreendidos por um tufão em alto mar, durante a travessia do oceano, viram-se em perigo de vida tão extremo que, desesperados de todo poder humano, apelaram para a divina providência. Passageiro da caravela trazia pequena imagem da Virgem do Livramento [...] transidos de medo, prosternaram-se ante ela e oraram fervorosamente, prometendo o capitão edificar-lhe santuário no porto aonde chegassem a salvamento. O navio perdeu-se, assoberbado pela fúria da tempestade. Alguns tripulantes e passageiros salvaram-se num batel e foram tomar terra na ilhota hoje chamada do Livramento, onde desembarcaram mais mortos que vivos, conduzindo piedosamente a imagem (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 310-311).

O literato refere que o imaginário sobre a Ilha do Livramento é repassado de geração a geração pelos moradores mais antigos de Alcântara. Além da narrativa sobre a origem e denominação do lugar, acrescenta em sua análise outro relato, relacionado à ermida:

O povo afirma que por motivos outros, inclusive meros caprichos de bispos, párocos, zeladores da capela e até políticos, a imagem miraculosa ainda foi removida para Alcântara a fim de ficar guardada numa das igrejas da localidade. Tantas vezes, porém, a levaram, outras tantas, voltou no dia seguinte à sua ilha, sem que ninguém a reconduzisse (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 311).

De tal modo, com o desgaste da construção, da qual hoje só restam ruínas, a imagem da santa passou a ser levada diversas vezes para Alcântara. Porém, como indicam os relatos populares, ao amanhecer do dia seguinte, retornava misteriosamente ao rústico altar da Ilha do Livramento.

Neste ponto da obra, para demonstrar o entrecruzamento de influências portuguesas na tradição oral maranhense, Lopes realiza a vinculação da narrativa de Nossa Senhora do Livramento a outras versões maranhenses sobre santos. Cita a de São José de Ribamar e inclui em sua obra menção à narrativa de São José de Penalva. Segundo Lopes da Cunha (2002, p. 312), o relato do Livramento, “guarda similitude à de São de Penalva, achado na antigualha da cidade inundada, no fundo do rio Cajary e restituído por seu próprio milagre à sua igreja, sempre que o removem desta para outro lugar”.

O literato conjectura sobre o caráter circular da estrutura narrativa quanto ao retorno das imagens de santos aos seus locais de origem, mediante o desenvolvimento das cidades e a

mudança nos prédios religiosos. Acrescenta que “são frequentes, aliás, em vários países, as histórias de imagens migradoras, como referem folcloristas” (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 312). Destaca, portanto, a religiosidade numa espécie de percepção popular da relação dos santos com locais sem suntuosidade, evidenciando valores como a humildade, típicos da formação religiosa católica predominante na colonização brasileira.

Ao referir o relato de São José de Penalva, Antonio Lopes faz referência às estearias quando aponta o local onde foi encontrada a imagem do santo. Tal como seu tio Celso Magalhães, ele denomina os vestígios de antigualha, destacando sua localização no fundo do rio Cajary. Assim, evidencia a interpretação popular sobre as estearias como a cidade inundada no fundo do lago.

Lopes demonstra em sua breve, mas, representativa menção às estearias, a filiação à perspectiva de estudo de Celso Magalhães, voltada para o mapeamento da tradição oral maranhense. Nesse sentido, Barros (2010, p. 210-211) chama atenção para a perspectiva de que: “a obra de Magalhães é continuada por seu sobrinho, Antonio Lopes [...] entendendo a tradição oral como reveladora do gênio, da índole e do caráter do povo, ‘um documento de sua vida, da sua vitalidade’”.

Ao finalizar suas considerações sobre a questão, Lopes da Cunha (2002, p. 312) ainda acrescenta: “até aqui as lendas. Agora os fatos históricos”. Assim, expressa a filiação positivista na análise de objetos da cultura, típica de seu contexto histórico, buscando tratar as narrativas populares a partir do cruzamento com informações contidas em documentos oficiais.

Além disso, em sua perspectiva de estudo na Antropologia, podem-se identificar marcas do difusionismo. Trata-se de abordagem diacrônica para explicar a diversidade cultural numa postura retrospectiva e prospectiva, levantando as relações entre fatos, buscando identificar o que veio antes e o depois.

A tradição oral maranhense é compreendida, portanto, a partir de contribuições diversas no processo de contato pela colonização com as grandes navegações, enfatizando-se a cultura europeia. Supõe-se nesse referencial, uma espécie de parâmetro narrativo de mitos, apreendidos no contato com o europeu. Trata-se de um processo de difusão de elementos culturais que adquirem conotações locais, mas mantêm traços originalmente europeus. No caso das narrativas retratadas por Lopes da Cunha (2002), evidencia-se a religiosidade católica, oriunda da supervalorização do elemento europeu, cristão e pressupondo uma falta de inventividade por parte dos demais grupos étnicos.

Até aqui as referências à Penalva das estearias surgem no âmbito de produções literárias, evidenciando-se nesse campo, Celso Magalhães e Antonio Lopes: ambos intelectuais dedicados a propalar o torrão da Baixada Maranhense. Suas produções constituíram obras literárias, divulgadas em jornais maranhenses da época, sempre focadas em retratar com lirismo, os traços naturais dos campos da baixada. Pertencentes ao mesmo núcleo familiar, ambos se constituíram pioneiros do estudo das tradições orais no Maranhão.

Completando esse grupo, está o também sobrinho de Magalhães e irmão de Antonio Lopes, o geógrafo Raimundo Lopes<sup>97</sup>: “um dos mais destacados intelectuais do Maranhão, da primeira metade do século XX” (SILVA MENDONÇA, 2019, p. 30). Filho de Manuel Lopes da Cunha<sup>98</sup> que atuou como governador do Maranhão (1902/1906), Raimundo Lopes desde muito cedo contou com uma formação pautada em erudição.

**Figura 21 – O jovem Raimundo Lopes**



Fonte: ACADEMIA VIANENSE DE LETRAS. **Raimundo Lopes**. 2023. Disponível em: <http://avlma.com.br/site/raimundo-lopes/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Aos 17 anos, escreveu sua primeira obra: “O Torrão Maranhense”<sup>99</sup>, publicado em 1916, traçando um panorama do Maranhão de modo a inseri-lo nos anais da Ciência:

<sup>97</sup> Raimundo Lopes nasceu no seio de uma família tradicional maranhense, em 28 de setembro de 1894, em Viana. Frequentou escolas em São Luís e no Rio de Janeiro, inclusive sendo professor da mais importante escola maranhense daquela época e uma das mais antigas do país, o Liceu Maranhense, dedicando-se a disciplina de Geografia e História do Brasil. Casou-se em 27 de junho de 1930 com Graziella Rabelo da Costa, uma grande incentivadora de seus trabalhos, com a qual teve duas filhas. Bacharel em Letras (chegou até a cursar o 4º ano de Direito), Raimundo Lopes foi intelectual eclético de sua época, autor de múltiplas obras e de centenas de artigos em jornais e revistas, polígrafo em diversas áreas de conhecimento (SILVA MENDONÇA, 2019, p. 33).

<sup>98</sup> Manuel Lopes da Cunha nasceu na Vila de Penalva em 25 de julho de 1855. Cursou as primeiras letras no Seminário das Mercês, depois prosseguiu seus estudos no Liceu Maranhense. Formou-se bacharel em Direito, em Recife, no ano de 1883. Retornando ao Maranhão, logo é nomeado Promotor Público da Comarca de Viana (1884/1888), posteriormente exerce o cargo de Juiz Substituto. Casou-se com Maria de Jesus Sousa Lopes durante seu período de permanência em Viana, de cujo matrimônio nasceram os ilustres irmãos Antônio e Raimundo Lopes. Foi eleito Governador do Estado para o quadriênio 1902/1906, sob as rédeas do poderoso oligarca Benedito Leite (BARROS, 1985).

<sup>99</sup> Um dos maiores clássicos da geografia maranhense (LOPES, 2017).

Observa-se, de um lado, o esforço dos especialistas ou mesmo simples viajantes europeus e de um número relativamente pequeno de brasileiros; do outro, a rotina, senão a indiferença da maioria, criando-nos, diz Euclides da Cunha, ‘um exílio subjetivo’, dentro dos esplendores da natureza magnífica do país. No conjunto das terras brasileiras, o Maranhão, deixado à margem pela maioria dos cientistas, é uma das menos conhecidas, à luz do critério moderno. É preciso sair deste estado de coisas, abrir caminho para uma intuição mais racional dos fatos, romper afoitamente a rotina. Ponha-se em foco, com mais amor e à luz de critério mais amplo, a nossa terra, a nossa vida. Aplicar, na medida do possível, os princípios da geografia moderna a este recanto do país – não é outro o método destes ensaios. Um método, mais do que um motivo, porque do amor da terra, mais do que da doutrina, procede o havermos feito este livro. E quem nos condenaria? (LOPES, 2017, p. 14).

Nota-se na perspectiva de Raimundo Lopes, um senso nacionalista permeado pelo sentimento regional de foco nas potencialidades do Maranhão, resgatando-o do “exílio”, conduzindo-o à pauta científica nacional. Para além de retratar de forma idílica a região, trata-se de aprofundar esse movimento, já esboçado na literatura local, evidenciando as riquezas maranhenses na agenda da Ciência brasileira. Com isso, demonstra uma percepção clássica em relação às ciências humanas como ferramenta de abordagem de eventos ou objetos sociais, por meio do enaltecimento e forjando uma memória social marcada pela singularidade.

Segundo Leite Filho na obra “Seleta de dispersos”<sup>100</sup> produzida pela AML:

O Torrão Maranhense causou de imediato grande surpresa entre o meio científico da época. Era quase inacreditável que um jovem de tão pouca idade pudesse ser autor de uma obra, na qual se debruçava sobre seu estado natal, aplicando-lhe pleno conhecimento da ciência geográfica (LOPES, 2017, p.09).

Em relação ao seu irmão, Raimundo Lopes se volta para estudos de caráter mais técnico e científico em sobreposição à veia literária. Envereda pela Arqueologia tomando como ponto de partida, as influências de seu tio Celso Magalhães no breve relato a respeito da observação da cidade lacustre no lago Cajari. A esse respeito, traça considerações iniciais em “O Torrão Maranhense” caracterizando-a como: [...] uma antigualha que ainda não nos consta ter vindo à discussão. É, numa enseada de um dos lagos do grupo do Maracú – o lago Cajari – uma série de alinhamentos de barrotes, cuja ordem indica serem restos de habitações. (LOPES, 2017, p. 181).

Suas primeiras impressões reproduzem a percepção de Celso Magalhães, inclusive com o uso do termo “antigualha”. Em oposição ao tio, o geógrafo não menciona as narrativas

---

<sup>100</sup> Coletânea com a produção avulsa de Raimundo Lopes. Escritos em diversas áreas, publicados em boletins, revistas e jornais (LOPES, 2017).

orais dos ribeirinhos. Demonstra em sua análise, um direcionamento mais técnico, buscando compreender a origem dos esteios, considerando aspectos naturais da região:

Várias hipóteses podem ser formuladas. A povoação de que aí estão os restos, seria construída em terra firme, e, depois invadida por um crescimento ou deslocamento das águas? É muito mais simples comparar a ruína lacustre do Cajari às casas girais; não precisamos para isso idealizar toda uma civilização lacustre pré-histórica: trata-se de uma forma de moradia ainda hoje vulgar na região. (LOPES, 2017, p. 181).

Diante do *ethos* marcado pelo Positivismo, Raimundo Lopes situa como necessária para a interpretação sobre as estearias, a realização de observação sobre os achados. Define assim, uma espécie de “testagem”, de verificação *in loco* de suas hipóteses, mediante o quadro natural do lugar:

Mas só o estudo direto e à luz da investigação arqueológica poderá precisar se essas ruínas datam dos tempos coloniais propriamente ditos, ou, mais provavelmente, da época dos jesuítas, não sendo de todo impossível que representem um produto exclusivo do selvagem. A sua destruição não se precisa explicar por cataclismos. Conhece-se a rápida decadência das construções simplesmente abandonadas, no regímen dos climas quentes e úmidos. Dois ou três séculos de abandono seriam mais que bastantes para reduzir a antiga aldeia lacustre à ruína atual. E nada mais natural do que admitir, nessa antigualha, a existência de tão característica habitação, sugerida pela própria natureza local, nessas áreas de inundação, onde água e a terra se substituem e misturam, no espaço e pelo tempo, e onde tudo depende – solo, ser vivo, fato humano – dessa complexa associação. (LOPES, 2017, p. 181-182, grifos meus).

Refletindo o pensamento científico de sua época, nota-se no geógrafo, a concepção de Evolucionismo Social ao contrapor as hipóteses das estearias como resquícios coloniais ou produtos do “selvagem”. Além disso, a postura positivista se sobressai quando busca desmistificar a destruição das habitações, considerando fatores ambientais, sobrepondo versões cataclísmicas, difundidas na tradição oral popular.

Nesse contexto, segundo Marques, (2008, p. 142):

Em 1919, visitando as regiões dos campos e lagos do baixo Pindaré, onde nascera, o jovem geógrafo maranhense estudou a antigualha do lago Cajari, ponta da Tracoeira, verificando tratar-se de uma verdadeira aldeia ou cidade lacustre e retirando do fundo do lago e suas cercanias, esteios, cerâmica, armas e outros artefatos de pedra. Encontrou outras antigualhas no pequeno lago Urubuquicaua e no Igarapé do Baiano, tributários do lago Cajari. Mais tarde, explorou outras habitações primitivas semelhantes à “estearia”\_ nome regional que a arqueologia adotou para essa espécie de jazida arqueológica.

Como se pode notar, Raimundo Lopes empreende trabalho de campo e segue para Penalva em janeiro, mas, na temporada das chuvas, para sua frustração, os esteios estavam

cobertos. Retornando em novembro, o período de estiagem possibilitou-lhe a observação: “Em um mês de permanência naquela vila, ocupado principalmente em pesquisas, conseguimos não só colher numerosos fragmentos de cerâmica apresentando similitude com a dos índios extintos do Pará, como também objetos de pedra polida” (LOPES, 2017, p.191).

Na descrição de sua primeira viagem ao Lago Cajari, o estudioso retrata a identificação de achados arqueológicos, aproveitando-se da grande seca que deixou à mostra os esteios. Segundo Lopes (2017, p. 157-159):

Ficou assim olvidada a tão notável ruína, chamada pelos moradores estearia, termo que corresponde à palavra italiana palafitti, designativa das cidades lacustres europeias<sup>101</sup>. O pouco que se podia depreender em 1916, resumimo-lo no livro *O torrão maranhense*; hesitando entre as hipóteses da civilização especial ou de aldeamento jesuítico, mostrávamos não ter ideias a priori no assunto. Foi em 1919 que iniciamos as nossas pesquisas. Em novembro desse ano, enfim, o lago Cajari revelava-nos inteiramente os aspectos de sua estearia, bem visível, graças à seca excepcional.

Seu relato inicial destaca a abundância de artefatos, mas acrescenta ter encontrado muitos já fragmentados e atribui a questão ao manejo inadequado e trânsito corrente de pescadores. Com isso, aponta certa falta de vinculação dos ribeirinhos aos esteios enquanto achados científicos. Na ocasião, Raimundo Lopes delimita suas suposições a respeito do que poderiam representar os esteios na constituição histórica do lugar, incluindo a versão sobre o aldeamento jesuítico ou cidade extinta. Mas no geral, concentrava-se em descrever a grandiosidade do achado. A partir de então, ele expõe os estudos sobre as estearias do lago Cajari, com a mediação do Museu Nacional.

Em maio de 1923, sob os auspícios dessa renomada instituição, Raimundo Lopes realizou no Rio de Janeiro, a Conferência “A civilização lacustre do Brasil”, publicada em boletim científico, no ano de 1924. O referido evento ganhou ampla divulgação na imprensa, com direto à uma espécie de contagem regressiva pelo jornal “Pacotilha” que acompanhou os passos do intelectual em sua empreitada de inserção do Maranhão nos quadros da Ciência brasileira. Assim, na edição de 12 de dezembro de 1922, o anúncio “Pequenos telegramas” menciona Penalva, ao apresentar a abertura ofertada pelo Museu Nacional aos achados nas estearias:

---

<sup>101</sup> Segundo Silva Mendonça (2019, p. 19-20): “Os assentamentos humanos em ambientes aquáticos ocorreram (e ainda ocorrem) em âmbito mundial”. Estudos apontam que na Europa, no período Neolítico compreendido entre 5.000 a 800 a.C, grupos humanos também construíram moradias suspensas em alguns lagos. Podemos citar sítios desse tipo encontrados na Itália, Áustria, Suíça, França, Alemanha e Rússia.

O Professor Raimundo Lopes levou ao Museu Nacional curiosos objetos de pedra, artefactos da indústria humana primitiva, encontrados em Penalva, no lago Cajari, os quais foram examinados, sendo reconhecida a sua importância para o estudo do homem brasileiro. O museu pretende realizar explorações sistemáticas. Os jornais falam com louvor da dedicação de Raimundo Lopes às ciências histórico geográficas (PACOTILHA, 12 dez 1922, grifo meu).

Como se percebe, a Penalva das estearias transita da produção literária regional para as páginas dos jornais. Nesse movimento, não há menção a narrativas ancestrais sobre os esteios, e sim, sua caracterização enquanto cenário de relevante descoberta arqueológica, conduzindo o Maranhão ao debate científico na constituição da nacionalidade brasileira.

Na etapa preparatória de Raimundo Lopes para a conferência no Museu Nacional, o jornal “Pacotilha”<sup>102</sup> segue evidenciando as expectativas da sociedade científica do Rio de Janeiro sobre as estearias. Na edição de 14 de fevereiro de 1923 reproduz entrevista do então conceituado geógrafo ao jornal carioca “Imparcial” sob o título: “O que diz a imprensa do Rio das suas investigações sobre a pré-história brasileira, nos lagos do Maranhão”:

Sob a epígrafe – Teve o Maranhão civilização lacustre?-- interessantes achados de arqueologia americana – o ‘Imparcial’ publica o seguinte, acompanhado do retrato de Raimundo Lopes e fotografias da estearia do lago Cajari: ‘Está nesta capital, Raimundo Lopes que vem tratar da apresentação ao público culto de interessantes dados sobre a arqueologia do país’ (PACOTILHA, 14 fev 1923).

A publicação destaca a apresentação como evento direcionado à apreciação pelo que denomina “público culto”, ou seja, grupo constituído por “homens da ciência”, responsáveis por traçar o panorama da nacionalidade brasileira. Assim, traz em seu corpo, as questões da entrevista realizada com Raimundo Lopes:

*É certo que encontrou nos lagos do Maranhão, uma população pré-histórica? Sim. Encontrei numerosos vestígios dum povo de pré-colombiano. Até 1918 nada constava sobre a arqueologia indígena no estado. Ouvindo, porém, falar de uma estearia existente no lago Cajari, junto a Penalva, no vale do Pindaré, em termos, aliás, que nada adiantavam sobre o seu verdadeiro carácter, resolvi após ligeira visita em época menos apropriada, aproveitar a sêca intensa de 1918 para explora-la. Verifiquei que se tratava duma ruina apresentando aspecto de palafita e contendo louça de barro artisticamente feita, mas em geral danificada pelo perpassar das embarcações, e objetos de pedra polida (machados, cortadores etc). Não se me depararam também ossos (PACOTILHA, 14 fev 1923).*

---

<sup>102</sup> Jornal fundado pelo jornalista Victor Lobato, em outubro de 1880, como um diário abolicionista e republicano. Remanescente do período imperial e atuando até 1938, a Pacotilha contribuiu efetivamente para a renovação da imprensa maranhense. (LOPES; RODRIGUES, SILVA, 2017, p. 18).

A arguição inicial enfoca o caráter pré-histórico dos achados, aspecto, que ilustra o chamado “mito das origens” do Positivismo que busca mapear um objeto definindo sua origem. Além disso, traduz postura recorrente nos estudos históricos no contexto inicial do século XX quando se buscava traçar uma noção de brasilidade após a proclamação da República (BARROS, 2010). Prosseguindo, o Jornal questiona:

*Há semelhanças entre essas antigualhas e as cidades lacustres na Suíça? Sim, mas apenas quanto ao tipo de povoação. Também não se confundem propriamente com a civilização extinta de Marajó, embora se aproximem por muitos aspectos de sua indústria. As conclusões até agora alcançadas farão objecto de uma conferência [...] procurarei sem vaidade, resolver os complexos problemas a que o feliz achado se liga e apresentar o quadro da cultura daquela primitiva população, certamente anterior aos colonizadores e que parece ter se estendido por toda a baixada maranhense (PACOTILHA, 14 fev 1923).*

Nota-se a percepção corrente naquele contexto histórico de traçar a identidade brasileira, vinculando-a a raízes europeias. Raimundo Lopes desmitifica a questão, ressaltando a peculiaridade das estearias e reafirma sua proposição de caracterizar o povo das estearias, como anterior ao contato com o europeu. O geógrafo menciona ainda, os subsídios ofertados pelo Museu Nacional quanto ao suporte técnico e intelectual com destaque para Roquette Pinto e Alberto Childe.

**Figura 22 – Visita de Albert Einstein ao Museu Nacional<sup>103</sup> (7/05/1925)**



Fonte: MUSEU NACIONAL. **Personalidades.** 2023. Disponível em: [http://www.museunacional.ufrj.br/semear/Galeria\\_de\\_Fotos/Personalidades/foto3.html](http://www.museunacional.ufrj.br/semear/Galeria_de_Fotos/Personalidades/foto3.html). Acesso em: 22 dez. 2022

<sup>103</sup> Identificados, em pé, ao fundo, da esquerda para a direita: 1) Raimundo Lopes da Cunha, antropólogo do Museu Nacional; 2) Eduardo May, do Museu Nacional; 3) não identificado; 4) A. Getúlio das Neves (?), do Clube de Engenharia; 5) Alberto José de Sampaio, botânico do Museu Nacional; 6) Júlio César Diogo, botânico do Museu Nacional; 7) Inácio Azevedo do Amaral, da Escola Naval; 8) Henrique Morize, da Escola Politécnica. Na frente, da esquerda para a direita: 9) Alberto Childe, arqueólogo do Museu Nacional; 10) Edgard Roquette Pinto, diretor do Museu Nacional; 11) Albert Einstein; 12) Alípio de Miranda Ribeiro, zoólogo do Museu Nacional (11); 13) Alberto Betim Paes Leme, geólogo do Museu Nacional; 14) Isidoro Kohn, do Clube de Engenharia. (MUSEU NACIONAL, 2023).

A entrevista é encerrada com o jornal expressando as expectativas quanto à divulgação dos estudos: “As explorações realizadas pelo jovem professor, como se vê, têm tido os mais promissores resultados. É de esperar que terminando os seus trabalhos, faça à nossa época talvez a mais sensacional revelação sobre a vida do Brasil primitivo” (PACOTILHA, 14 fev 1923). Assim, o texto reforça a perspectiva de contribuição dos estudos à noção de brasilidade a partir do resgate das origens do país.

Após as declarações, Raimundo Lopes publica o boletim “As Populações Lacustres do Brasil Primitivo” na Revista da Semana, de 24 de fevereiro de 1923. Explicita no texto, considerações preliminares sobre o estudo dos vestígios arqueológicos. Afirma que “o Maranhão como a Amazônia, possuiu uma raça artística” ao tratar da cerâmica coletada junto aos esteios e ressalta que “as cidades lacustres do Maranhão são as nossas Troias indígenas, a que faltam Homeros” (LOPES, 2017, p. 184-185). O geógrafo evidencia mais uma vez, o senso de resgate ao Maranhão do “exílio”, no contexto da ciência brasileira, reportando-se a Homero como referência no processo de forjar a memória coletiva.

Dando continuidade à cobertura da passagem de Raimundo Lopes pelo Museu Nacional, “A Pacotilha” de 7 mar 1923, apresenta a crítica do literato maranhense Humberto de Campos<sup>104</sup>. O redator do jornal carioca “Imparcial” se pronuncia sobre os estudos de Raimundo Lopes no cerne constitutivo de uma Arqueologia maranhense:

Está no Rio de Janeiro, há um mês, um maranhense ilustre, portador de uma interessantíssima descoberta: Raimundo Lopes, escritor brilhante que assinalou a existência no interior maranhense de populações lacustres, isto é, de uma civilização que floresceu como as água pés, à superfície espelhante dos lagos. Para documentar essa verdade, trás o notável profissional dezenas de fotografias, em que se vêem as pilastras das últimas habitações, e, retirados do fundo dos lagos, pedaços de louça, restos de utensílios originais, que patenteiam o conhecimento da cerâmica por parte daqueles antepassados pré-históricos. As revelações que o jovem cientista vai fazer em sua conferencia no Museu Nacional provarão, talvez, que o Norte possuiu, antes do Sul, a civilização. É um consolo que lhe restará nesta época de abandono, de olvido, de esquecimento. O ilustre conferencista, glória jovem de sua terra, há de provar que o Norte possuiu os seus núcleos de civilização imemorial, que o tempo sepultou no fundo silencio dos lagos. O Maranhão, minha terra, é civilizado até debaixo d’água (PACOTILHA, 7 mar 1923).

Humberto de Campos evidencia em seu posicionamento, percepção positivista de História quando caracteriza o achado de Raimundo Lopes enquanto “verdade”, documentada

---

104 Humberto de Campos (1886-1934) foi um escritor, jornalista e político brasileiro. Escreveu crônicas, contos, ensaios, poemas e crítica literária. O jornal “O Imparcial”, onde trabalhavam como redatores importantes escritores, entre eles, Rui Barbosa, Vicente de Carvalho, José Veríssimo, entre outros. Começa a se destacar no meio literário. Foi eleito para a cadeira nº 20 da Academia Brasileira de Letras (MASSAUD, 2019).

pelos artefatos arqueológicos. Além disso, traz à tona o embate entre as regiões Norte e Sul na constituição da identidade nacional. A diversidade do extenso território brasileiro repercutiu no processo histórico de colonização evidenciando diferenças. Nesse panorama, o Norte privilegiado por Portugal à época da colônia, na república nascente, enfrenta o ostracismo em meio a um contexto de crise econômica.

Tal como os literatos de sua geração, o autor exalta essa conjuntura conflituosa ao mencioná-la como “época de abandono, de olvido, de esquecimento” e destaca o passado áureo do Norte, marcado pela suntuosidade gerada pela economia agroexportadora. Ao referir que “O Maranhão, minha terra, é civilizado até debaixo d’água” faz uso do discurso pautado na civilização no sentido de retomar a importância da região Norte na constituição nacional. Para tanto, elabora seu argumento tendo como fio condutor a busca das origens maranhenses, incutidas nas estearias como símbolo de uma civilização primeva no norte do Brasil.

Finalmente, na edição de 21 de maio de 1923, o jornal “Pacotilha” anuncia a realização da conferência:

O Sr. Raimundo Lopes realizará quarta-feira, à tarde, na Sociedade de Geografia, uma conferência sobre a civilização lacustre do Brasil, sob os auspícios da Sociedade de Geografia e do Museu Nacional, ilustrada com projeções luminosas. O Sr. Roquete Pinto, diretor da secção antropológica do museu apresentará o Sr. Raimundo Lopes, ao auditório. O mundo científico aguarda com interesse a conferência (PACOTILHA, 21 maio 1923).

Após meses de referências ao evento, o jornal segue ressaltando a espera do mundo científico pela apresentação. Busca, portanto, suscitar o olhar sobre a descoberta como objeto de atenção na interpretação da história nacional.

Sobre a conferência, a Revista da Semana, de 2 de junho de 1923 reproduz trechos da apresentação de Raimundo Lopes com ênfase para a descrição dos achados: [...]a estearia apresentava-se toda visível, com os seus milhares de esteios, numa perspectiva belíssima, impressionante, esponteando com seus troncos negros, como se fosse imensa floresta morta, à face argentada das águas [...] ocultando a cidade extinta (LOPES, 2017, p. 159). Além disso, emite considerações sobre o conteúdo da conferência e sua receptividade pelos intelectuais:

Evidenciou a relativa antiguidade daquelas ruínas, à luz do abalizado e vestuto Estado do Maranhão. A dissertação que foi precedida de lisonjeiras palavras de apresentação proferidas pelo eminente etnólogo brasileiro sr. Dr. Roquette-Pinto, produziu intensa repercussão nos meios científicos (LOPES, 2017, p. 157).

Em 14 de julho de 1923, o jornal “Pacotilha” publica considerações de sobre a inserção do Maranhão na Arqueologia brasileira a partir da conferência de Raimundo Lopes, exaltando:

A especial e profícua solícitude dêsse incançável e distinto representante da nossa terra, pela causa de investigador das nossas primitivas civilizações [...] o Maranhão não abandonará quem estudar a terra natal nem os generosos filhos de Penalva e de Pinheiro, os municípios onde se fizeram as explorações. O nosso confrade que acaba de regressar á sua terra após oito meses de estudo e de uma ampla propaganda do nome maranhense, através dos seus achados arqueológicos, disse-nos algo que completa os informes dados à imprensa carióca, a respeito dos seus trabalhos e investigações: procurara, na apresentação dos seus trabalhos, exaltar o nome maranhense (PACOTILHA, 14 jul 1923).

A publicação evidencia um detalhe não diretamente enunciado por Raimundo Lopes, mas, evocado no processo de divulgação jornalística de sua apresentação no Museu Nacional: a ampla propaganda e exaltação do Maranhão. O referido aspecto não é revelado pelo intelectual em suas declarações, apesar de que se pode percebê-lo no sentido atribuído ao papel dos estudos no cenário científico. Assim, o jornal desvela a referida questão que somente após alguns anos de trajetória na Arqueologia, passa a ser verbalizada por Lopes (1957).

O jornal “Pacotilha” encerra o processo intenso de divulgação dos achados de Raimundo Lopes na edição de 28 de julho de 1923 quando documenta o retorno do geógrafo ao Maranhão:

É esperado depois de amanhã, nesta capital, vindo do rio, o geógrafo e escritor maranhense Raimundo Lopes, que acaba de revelar aos grandes meios científicos do país os seus achados de Arqueologia brasileira do Maranhão. Temos registado todos os passos dessa revelação de tanta importância para a arqueologia nacional e o interesse que despertou lá fora. Volta Raimundo Lopes ao Maranhão depois, como se vê, de ter feito a inteligência maranhense viver um dos seus momentos brilhantes lá fora, com os seus estudos arqueológicos. O Maranhão já faz uma idéa do que foi mais essa afirmação da capacidade para os altos estudos do nosso patricio e a propaganda que fez do Maranhão, hoje, graças aos esforços de nobres filhos, esquecido, como que a caminho de recuperar os grandes dias do seu passado. Bem hajam todos aqueles que lhe põem o nome em foco, através de esforços dignos e elevados (PACOTILHA, 28 jul 1923, grifos meus).

Assim, destaca Lopes a partir de seu lugar social: o intelectual público com causas e posições. Nesse contexto, revela sua vinculação ao movimento ateniense que se propôs a evidenciar o Maranhão pela produção intelectual em meio ao contexto de crise econômica durante a república nascente.

Com o retorno para o Maranhão, os trabalhos de Lopes seguem na catalogação dos vestígios coletados nas estearias. Assim, em 24 de maio de 1924, um ano após a conferência inicial, o intelectual organiza no salão do “Jornal do Commercio”, no Rio de Janeiro, uma exposição exibindo artefatos pré-históricos, destacando suas hipóteses acerca dos achados. Diante disso, em 1925, recebeu convite do então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Artur Neiva, para ingressar no quadro científico da conceituada instituição, como naturalista (LOPES, 2017). Os achados foram comunicados ao mundo científico por meio da memória ‘La civilisation lacustre du Brésil’. O relato foi apresentado no XXI Congresso Internacional dos Americanistas reunido em Gotteborg, Suécia, e pelo mesmo conclave etnológico, aprovada e publicada nos seus anais:

A enorme extensão - cerca de dois quilômetros em algumas direcções - da estearia leva-nos a crer que se trata de uma antiga povoação ribeirinha e a massa de cerâmica e objectos de pedra evidencia a actividade de uma população numerosa e organizada. O encontro de alguns vestígios dessa antiga civilização no local denominado Urubuquiçaua, acima do nível das águas invernais, mostra que a estearia, sendo centro e refúgio, não excluía outras formas de ocupação. Os cronistas não falam de povo comparável ao da estearia. Pode-se objectar que, se a estearia fosse seguramente pré-colombiana, o tempo e o clima quente e úmido teriam quase destruído os restos. É, no entanto, a água e a lama que preservaram as estacas, enquanto as partes expostas ao ar desapareceram completamente<sup>105</sup> (MARQUES, 2008, p. 143).

Nessa conjuntura, Lopes amplia suas observações aos esteios, passando a visitar os sítios encontrados no município de Pinheiro. Expande suas pesquisas, mas, encontra dificuldades diante da falta de incentivo do poder público tal como menciona no jornal “Cidade de Pinheiro”<sup>106</sup>:

Esperamos, contudo, que diante dos resultados da excursão, que acabamos de realizar, não nos seja difícil, desta vez, obter dos poderes competentes mais recursos e auxiliares para realizar a grande exploração que almejamos fazer pelo rio Pindaré e Tury, completando a exploração das ‘estearias’ lacustres [...] Desta vez, fiz o melhor que pude no tempo e com os elementos de que dispuz ajudado, apenas, da minha fé, do meu amor ao trabalho, pela sciencia e do concurso de alguns amigos (CIDADE DE PINHEIRO, 2 Jan 1927).

<sup>105</sup> No original: *Lénorme extension relative\_ à peu près deux kilomètres dans certaines directions\_ de l'estearia nous a amenés à la conviction qu'il s'agit d' une qancienne bourgade lacustre et l amasse de céramique et d'objets em pierre montre l'activité d'une population considérable et organisée*”. La recontre de quelques vestiges de cette vieille civilisation au lieu dit Urubuquiçaua au dessus du niveau des eaux de l'hiver, montre que l'estearia, étant un centre et un refuge, n'excluait pas d'autres formes d'occupation. Les chroniqueurs ne parlent d'aucun peuple comparable à celui de l'estearia. On pourrault objecter que, se l'estearia était sûrement precolombienne, le temps et le climat chaud et humde em aurait a peu près détruit les vestiges. C'est, pourtant, l'eau et la vase qui ont conserve les pilotis, tandis que les parties exposées à l'air ont entièrement disparu (MARQUES, 2008, p. 143).

<sup>106</sup> De 1921, idealizado pelo desembargador Elisabeto Barbosa de Carvalho (MARQUES, 2008).

Os estudos de Lopes colocaram em evidência, o território maranhense no cerne da Arqueologia. São considerados fundamentais para tirar o Maranhão de uma página em branco na história da ciência brasileira. Conforme Marques (2008, p. 142):

Com as estearias Raimundo Lopes acrescentou um capítulo novo à arqueologia brasileira. Os achados foram comunicados ao mundo científico em conferência e exposição que Raimundo Lopes realizou no Rio de Janeiro, patrocinada pelo Museu Nacional, e na memória ‘La civilisation lacustre du Brésil’, que apresentou ao XXI Congresso Internacional dos Americanistas reunido em Gotteborg, Suécia, e pelo mesmo conclave etnológico aprovada e publicada nos seus anais.

Apesar disso, suas declarações no jornal “Cidade de Pinheiro” evidenciam a falta de incentivo do poder público para a continuidade das investigações. Nessa conjuntura, o intelectual atribui ao seu próprio esforço e ao incentivo de amigos, o prosseguimento dos estudos na região de Pinheiro. Portanto, nota-se o movimento de exaltação do Maranhão como fruto da parcela intelectual da sociedade e a ausência de ações governamentais em relação à cultura local. Tal fato suscitou o interesse de Raimundo Lopes para ações, em anos posteriores, ligadas à defesa do patrimônio histórico:

[...] iluminando sua participação no debate e construção do nascente campo do patrimônio cultural nacional [...] pioneiro na defesa da regulamentação e divulgação dos trabalhos arqueológicos no Brasil, escrevendo artigos alertando para a importância de programas educacionais e da divulgação de informações sobre sítios arqueológicos no país. (LOPES; RODRIGUES, SILVA, 2017, p. 15 e. 27).

Por destacar-se em áreas diversas, como História, Geografia, Antropologia, Etnologia e Arqueologia Raimundo Lopes era considerado “um sábio maranhense” por Luís de Castro Faria<sup>107</sup>, antropólogo de renome e seu parceiro no Museu Nacional (CASTRO FARIA, 2010). Segundo Lopes; Rodrigues, Silva, (2017), André Prous, em “Arqueologia brasileira” (1922), classifica esse período no qual o geógrafo atuava, como intermediário entre 1910-1950, marcado por iniciativas pessoais de investigações, falta de recursos e de formação acadêmica específica. Apesar disso, Raimundo Lopes transcendeu as limitações impostas, suscitando importantes reflexões sobre as estearias, revelando-as como objetos simbólicos, utilizados pela elite intelectual maranhense na “invenção de tradições”.

---

<sup>107</sup> Antropólogo, arqueólogo, professor e museólogo brasileiro. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia (MARQUES, 2008).

O Maranhão naquele período apresentava um sistema produtivo em crise, decadente, marcado pelo endividamento, apesar do fomento de um pequeno parque industrial têxtil. “Com a abolição da escravatura, a economia agrária foi abalada em seus alicerces: fazendas e engenhos foram abandonados e a nobreza rural emigrou para São Luís, sobrevivendo o fracasso da porfia industrial” (MEIRELES, 1980, p. 320). Tal como destaca o nobre colega doutorando Martins (2004), a intelectualidade classificava a sociedade ludovicense como berço da tradição literária no Brasil, mesmo diante de tantas crises que levaram à decadência no setor econômico expostas nas “rachaduras solares” do centro da capital.

Raimundo Lopes viveu na difícil virada do século dezenove, a fase em que a classe dirigente, a elite de comerciantes que havia erguido uma metrópole na linha do equador, com seu surpreendente conjunto de arquitetura e urbanismo, com fruto de um determinado modelo de economia remanescente do período colonial, teve de abdicar de mordomias e do ambiente vetusto dos palácios recheados de alfaias e pratarias e se mudar para os bangalôs do Caminho Grande, hoje Avenida Getúlio Vargas, primeira expansão urbana nas primeiras décadas do século vinte. (LOPES; RODRIGUES, SILVA, 2017, p. 7).

Assim, os estudos de Raimundo Lopes foram apropriados pelo movimento da *intelligentsia* neoateniense. O referido grupo foi composto por intelectuais que se autointitulavam herdeiros da produção cultural maranhense do século XIX.

Um momento crítico da história intelectual ludovicense, na passagem do século XIX para o XX, quando começaram a forjar com mais intensidade determinadas construções míticas em torno de um ideal de singularidade existente no Maranhão, posto como Estado no qual era inerente a vocação literária, não tardando a ser proclamado, pelos grupos letrados, como a Atenas Brasileira (BORRALHO, 2000, p. 67).

Desse modo, na primeira década republicana marcada pela crise econômica na sociedade local, os literatos atuaram na elaboração de concepções acerca da identidade regional. Trataram de reafirmar o desenvolvimento cultural maranhense apesar dos problemas econômicos do Estado.

Nessa conjuntura, a Penalva das estearias nos jornais retrata as descobertas de Raimundo Lopes. Em virtude de sua atuação atrelada a práticas positivistas, Raimundo Lopes na obra *Antropogeografia* (1957)<sup>108</sup>, censura interpretações fantásticas a respeito das estearias:

Essas interpretações errôneas constituem uma contribuição, não pequena, para a deseducação nacional. E assim se misturam lendas, ideias místicas, ficções literárias, exibições de falsa ou mal orientada ciência, trazendo confusão aos espíritos desprevenidos, imaginando, sem base concreta,

---

<sup>108</sup> Publicação póstuma e escrita em período bem posterior à divulgação de suas descobertas.

idades do Atlantes e expedições salomônicas à Amazônia [...] A ficção deve ser contada como ficção, e para isso é que existem gêneros literários como o conto, o romance e a história de fadas... (LOPES, 2007, p. 257-258).

Na Revista da Semana em 24 de janeiro de 1925, ao abordar aspectos da região das estearias em Penalva, tece críticas ao imaginário que vincula vestígios arqueológicos aos tesouros jesuíticos. A esse respeito, assevera:

Na pura ingenuidade, o matuto não repara que os padres, se tinham aqui o que esconder, não o poriam em cofre de ferro exposto à oxidação [...] Lendas de arrepiar, enfim, são contadas [...] Para as populações oriundas dos antigos catecúmenos, o tempo dos padres da companhia é uma era lendária [...] com o retinir estonteador das dobras e dos luzentos ostensórios áureos guardados sob os enormes, férreos cadeados. Tudo se foi, só vós, ò árvores, ficastes eretas, impassíveis, guardando, entre as vossas raízes, o melhor tesouro, o da tradição, das velhas lendas, das memórias dos tempos idos (LOPES, 2017, p. 150-151).

Tomado pelo espírito positivo, Raimundo Lopes enfoca a tradição oral, censurando a ação depredatória das ruínas e classificando as narrativas ancestrais da população, como “lendas extravagantes”. Interpreta como obsessão no espírito da gente rústica, superstição dos pescadores que lançam a tarrafa e acreditam que podem resgatar do fundo das águas, riquezas ocultas (LOPES, 2017). Para tanto, busca nas evidências científicas, a constatação de ser improvável a ocultação de tesouros no fundo das águas.

Mesmo desconsiderando a tradição popular na abordagem das estearias de Penalva, Raimundo Lopes não tem seus estudos incólumes à invenção de tradições por meio de narrativas ancestrais. De tal modo, as estearias acabam vinculadas à elaboração do mito da singularidade maranhense a partir do discurso da intelectualidade, pelo qual “o Maranhão é positivamente salubre, da salubridade comum das terras civilizadas” (LOPES, 2017, p. 80).

Com o decadentismo, no Maranhão, o sentido de formação identitária se aliou ao que Lacroix (2002) chama de “ideologia da singularidade” ao abordar o mito da fundação francesa de São Luís quando analisa Meireles (1982) classificando São Luís como “diferente de suas irmãs”. Pela visão exagerada de todo um questionável esplendor desse passado, o maranhense passou a ser representado como superior ao restante do país e para tanto, foram buscadas diferenças especialmente em suas origens.

Nesse viés, pode-se inserir a abordagem de Raimundo Balby<sup>109</sup>, autor diletante fundamental ao reconhecimento das estearias penalvenses nos anos de 1980. No início da década de 1980, por ocasião de extenso período de estiagem, os esteios ficaram à mostra no lago Cajari e o jovem odontólogo mostrou interesse em visita-las:

---

<sup>109</sup> Odontólogo penalvense, historiador diletante que demonstra interesse pelo estudo arqueológico das estearias.

A partir do momento em que eu olhei, eu fiquei impressionado e me veio logo a ideia de escrever um livro. Agora eu não entendo de Arqueologia! Ai comecei a me interessar pelo assunto e procurar pegar tudo que eu via de Arqueologia. No Maranhão, Raimundo Lopes. Ai eu fui pesquisando, e com as fotografias parti para publicar o trabalho. Na época o único apoio que eu tive, quer dizer, teve um amigo meu que me impulsionou: o escritor Carlos Alberto Sá Barros, professor da UFMA (Informação verbal)<sup>110</sup>.

O relato de Balby faz referência a seu primeiro livro sobre as estearias: “A Cultura Neolítica de Penalva” (1984). Nele, a partir dos registros de imagens e coleta de artefatos, o dileitante afirma:

A estearia do lago Cajari, a poucos metros da cidade de Penalva apresenta milhares de esteios espalhados pelo lago, Somente visível em épocas de grandes secas, esses esteios, os fragmentos de cerâmica e artefatos de pedra ali encontrados constituem provas da passagem de homens neolíticos pela região de Penalva onde se fixaram e fizeram uma autêntica civilização lacustre (BALBY, 1985, p. 34).

Considerando os estudos de Raimundo Lopes, Balby relata sua percepção em relação às estearias como habitações de povos primevos na região. Assim, prossegue realizando registros sobre a cultura penalvense, destacando sempre em seus livros, as estearias.

Cabe ressaltar que o contato desta pesquisadora com a referida obra, durante a infância, foi fundamental para o interesse pelas estearias. Aos oito anos, segue marcante a memória do primeiro contato com a obra e do sentimento de curiosidade em relação ao termo “povos neolíticos”. Tal menção despertou surpresa ao suscitar a percepção de que “homens pré-históricos” tal qual nos filmes e desenhos da TV, haviam construído uma “civilização” em Penalva, onde era difícil, por exemplo, assistir aos desenhos japoneses da extinta TV Manchete, uma vez que o único canal disponível na cidade era a TV Globo. Enquanto pesquisadora, analisando as próprias memórias sobre as estearias, nota-se a repercussão na imaginação infantil, da vinculação entre civilização, tecnologia e desenvolvimento como aspectos arraigados às representações sociais.

As leituras da obra de Balby suscitaram nesta pesquisadora, a percepção de que Penalva tinha algo de diferente e que levava ao questionamento do “porquê” essa história não era divulgada. Ao ingressar na universidade, durante a realização do primeiro projeto de pesquisa, indubitavelmente escolheu-se o tema das estearias, mas, ouviu-se da professora de pesquisa, que “o curso era de História e não, Arqueologia”. Tal fato postergou em 12 anos, os estudos sobre as estearias e no contexto deste doutorado, se pode verificar sua viabilidade diante das pesquisas realizadas pelo LARQ UFMA. Este *addendum*, para relatar a experiência

---

<sup>110</sup> Referência a depoimento retirado da fala do Sr. Raimundo Balby, coletado em dezembro de 2022, por ocasião de entrevista prévia sobre a formação do grupo focal.

pessoal em relação às estearias, demonstra a repercussão no imaginário, da interpretação diletante de Balby, no contexto de uma cidade pequena, trazendo à tona uma espécie de valorização do senso de pertencimento à cidade de Penalva.

A produção diletante de Balby seguiu em 2015, com a publicação da obra “Fenícios no Maranhão: realidade ou lenda?”. Nela, a menção às estearias, refere a narrativa ancestral de que “os habitantes antigos de Penalva falavam de uma lendária cidade tomada pelas águas do lago Cajari. Sobre ela, contavam histórias estranhas dos muitos “tocos” que resgavam as redes dos pescadores e dos “cacos de telha no fundo do lago” (BALBY, 2015, p. 19).

Para além das considerações já tecidas na obra inicial, Balby insere em sua interpretação, a hipótese da presença fenícia na região. Num olhar retrospectivo, aponta relatos míticos de cidades perdidas em obras de Platão, Homero e Sólon, bem como, do potencial de navegação dos fenícios. Relata que “no Maranhão, segundo algumas fontes, eles estiveram após a guerra de Tróia, onde fundaram colônias e construíram estaleiros para suas embarcações nos lagos da Baixada” (BALBY, 2015, p. 18).

Balby desenvolveu interesse pelo tema quando encontrou menção aos fenícios na Baixada Maranhense como construtores de estaleiros de embarcações. Além disso, levou em consideração, em contato com a obra de Meireles (1980, p. 19), a referência de que “povos navegadores teriam passado pelo atual território brasileiro, já bastante conhecido na antiguidade por suas habilidades, como fenícios ou cartagineses”.

Seguindo com a hipótese da presença fenícia no Maranhão, Balby (2015) recorre às teorizações do pesquisador austríaco Ludwig Schwennhagen e do jornalista espanhol Pablo Villarrubia. O primeiro, autor do livro “Antiga História do Brasil” (1928) sobre pesquisas no começo do século XX no Norte e Nordeste, realiza inferências a partir de questões linguísticas. De acordo com ele, por exemplo, os fenícios tinham em seu território o rio Pinaré, com grafia similar ao maranhense, Pindaré.

O segundo estudioso, no artigo “O Maranhão submerso” pela revista Kalunga, afirma sobre a região dos lagos da Baixada Maranhense: “a água oculta alguns sítios arqueológicos mais fascinantes e menos explorados do País, como a cidade perdida de Maiandeuá”. (BALBY, 2015, p. 61). Para subsidiar sua afirmação, Villarrubia aponta pontos fluviais dos antigos navegadores nos lagos Maracu, Verde e Assu, caracterizados por esteios petrificados, para compor os estaleiros fenícios. (BALBY, 2015, p. 61).

O dileitante caracteriza como quimérica a hipótese das estearias lacustres da Baixada serem indícios de estaleiros de embarcações ou vestígios da cidade perdida de Maiandeu<sup>111</sup>. Do mesmo modo, não reconhece a existência de objetos de cultura fenícia localizados nas estearias. Porém, segue seu relato acrescentando que “quando a lenda é melhor que a verdade, o melhor é contar a lenda”. (BALBY, 2015, p. 62-63). Tal conjectura se reporta a outra narrativa que suscita suposições acerca dos fenícios no Maranhão: o relato da grande canoa preservada no fundo do lago, por Gaioso (1970):

Uma velha e grande embarcação localizada na segunda década do século XIX, no lago Cajari, em Penalva, poderia ser, com uma boa dose de imaginação, um dos vestígios da passagem dos fenícios no Maranhão. O lugar, hoje, é conhecido dos pescadores locais como “Canoa Velha” e fica nas proximidades da enseada do Taconeiro. José de Sousa Gaioso, em livro publicado em 1818, faz referência a ela: ‘uma grande canoa já quase consumida pelo tempo’ (BALBY, 2015, p. 63).

Ainda sobre a questão, Emile Adet, intelectual francês radicado no Rio de Janeiro e que esteve no Maracu, fez comentários sobre ruínas das casas no fundo de um lago que havia secado. A repercussão se deu em revistas geográficas de Paris, no ano de 1845: como a descoberta da cidade perdida dos fenícios, Maiandeu, localizada do outro lado do Atlântico.

Em relação às estearias, Balby segue em consonância com os estudos de Raimundo Lopes, atribuindo-lhes o caráter de civilização lacustre. No entanto, não as considera fruto da presença fenícia:

Levantei até mesmo a hipótese de que as “Estearias Lacustres da Baixada” pudessem vir a constituir um desses vestígios. Todavia, pesquisando in loco, constatei que as mesmas não guardam qualquer relação com a cultura fenícia – o que não invalida a fascinante tese de sua provável presença em território maranhense (BALBY, 2015, p. 17).

Ainda assim, é preciso relativizar teorizações que referem à passagem fenícia pela região. Tal perspectiva ilustra a concepção eurocêntrica de questionamento do grau de inteligência dos povos indígenas como se fossem incapazes de produzir grandes feitos. Ao final do século XIX, André Prous (2007) refere que os nativos do Brasil eram vistos como muito primitivos, sendo incapazes de elaborar belas cerâmicas e esculturas. Dessa forma, tal função era atribuída aos gregos e fenícios que por aqui desembarcaram.

A abordagem sobre a presença de fenícios no Maranhão ilustra o que Langer (2002) refere como elaborações epigráficas e arqueológicas, posteriormente, identificadas enquanto fraudes:

---

<sup>111</sup> Cidade encantada submersa no fundo do lago e cheia de riquezas dos relatos míticos ligados à Amazônia na região do Pará (LANGER, 2002).

Desde o século XVI abundavam ideias sobre as origens atlantes, gregas, árabes e romanas dos habitantes do Brasil e Américas. Mas os dois povos preferidos pelos difusionistas (que pregavam a difusão das culturas mediterrânicas pelo mundo antigo) sempre foram os fenícios e os vikings, talvez por terem sido os que mais aperfeiçoaram a navegação até o advento dos portugueses. Com a popularidade da arqueologia em meados do Setecentos, proliferaram por todos os cantos do Novo Mundo a descoberta de supostas "inscrições" ou letreiros, que comprovavam a teoria dos europeus em nossa pré-história. Entre as dezenas de fraudes epigráficas e arqueológicas (LANGER, 1996, p.67).

As chamadas fraudes epigráficas ilustravam a percepção eurocêntrica de subjugação do nativo. Assim, fortaleciam o argumento, pelo qual o caminho mais fácil de entender o ameríndio era a partir da história europeia:

No momento em que completava um ano de existência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou uma expedição para reproduzir e estudar as denominadas "inscrições da Pedra da Gávea". Desde o período colonial existiam rumores sobre essas estranhas formações no Rio de Janeiro. A dita expedição não conseguiu chegar a uma solução, o que não impediu as inscrições se tornarem mundialmente célebres. Enquanto Roch Schuch (1839) interpretou os sinais como runas vikings, Emile Adêt (1845) e La Hure (1865) defendiam a tese fenícia. Recentemente uma equipe multidisciplinar composta por geólogos, arqueólogos e historiadores comprovou definitivamente que as inscrições são formações naturais (LANGER, 1996, p.69).

A permanência moderna de tais versões desperta o senso de contemplação de um passado glorioso, monumental e "civilizado" tais como as culturas andinas e mesoamericanas. Desse modo, fortalece o sentimento de diferenciação no imaginário popular, tal qual ilustra o relato pessoal sobre as estearias na obra de Balby (2015). No âmbito nacional, as fraudes epigráficas evidenciam um passado almejado: tão formoso quanto as nações mais prósperas da Europa. Raimundo Lopes, por exemplo, permeado pelo senso do positivismo e do difusionismo, deixa muito claro que a criação de relatos, de falsificações tais como as fraudes epigráficas enfraquecem na verdade a percepção sobre a importância da cultura local.

O lado dos monumentos culturais verdadeiros, cumpre falar dos supostos ou duvidosos, quase sempre monumentos naturais, onde a miragem das lendas e abusões, o amor do maravilhoso, veem cidades e leem em petroglifos toscos, inscrições ilustres, de povos clássicos.... Casos típicos, além da Gávea, aqui em nossa capital, são, na região da Ibiapaba, a gruta de Ubajara – já visitada por Capanema, da Comissão de Exploração, dita “das borboletas” – no Ceará, e as chamadas “Sete Cidades” de Piracuruca, no Piauí, que, afinal, não passam, provavelmente, de um caso de relevos ruiformes, o que é mais evidente ainda, na chamada “Vila Velha” do Paraná. (LOPES, 2007, p. 257).

Assim, fragiliza a descoberta dos vestígios e as análises do que de fato eles podem ter representado em termos de cultura material. Além disso, Lopes (2007, p. 257-258) refere que: “A ciência não pode negar a possibilidade dessas e outras suposições; o que, porém, lhe é também imposto pelas suas normas críticas, é não aceitar – sem provas cabais – revelações sensacionais”. (LOPES, 2007, p. 257). Diante de sua postura positivista, o geógrafo se opõe a narrativas fantasiosas e traça considerações sobre o repasse dessas questões às crianças de modo a quebrar imaginários: “É muito mais interessante, além de ser a verdade, dizer à criança o que é uma autêntica ruína colonial, ou um aspecto curioso da natureza, do que encher-lhe a cabeça de ideias falsas, sobre esses fatos” (LOPES, 2007, p. 258).

De modo geral, na obra de Balby, a menção aos fenícios refere a narrativa ancestral da cidade no fundo do lago. Porém, está inclusa no corpo de versões que representa o pensamento evolucionista e eurocêntrico pelo qual populações indígenas não teriam inventividade para constituir objetos sociais diferenciados como os europeus. Tal fato evidencia a violência simbólica sobre o indígena, silenciando e subjugando-o. Narrativas dessa natureza revestem historicamente a sociedade brasileira, fundamentando violências visíveis, tais como o genocídio ao qual foi submetido o povo Ianomâmi nos últimos quatro anos do governo federal, exposto recentemente pela imprensa brasileira<sup>112</sup>.

A produção literária, diletante e a imprensa retratadas nesta seção traduzem, portanto, o movimento intelectual focado na invenção da tradição de uma singularidade maranhense. Valorizando aspectos linguísticos e forjando versões na historiografia, reverberou na busca de um cabedal diferenciado do maranhense. Assim, notam-se três perspectivas apresentadas: a obra de Celso Magalhães, trazendo à tona relatos sobre tesouros jesuíticos, Antônio Lopes com as narrativas de santos e Raimundo Lopes com suas descobertas científicas engendrando o mito da singularidade maranhense, tal como a abordagem de Balby. Tais produções demonstram vinculação à busca de uma origem europeia para populações colonizadas, evidenciando o silenciamento das populações indígenas.

A Penalva das estearias na literatura e nos jornais é retratada por narrativas ancestrais fundadas na intelectualidade que buscam diferenciar o elemento maranhense por origens vinculadas à Europa. Assim, cabe perceber como a ciência contribuiu para o fortalecimento dessas narrativas nas pesquisas sobre as estearias durante o século XX. E, além disso, reconhecer que narrativas são forjadas pela população, não necessariamente considerando padrões científicos, mas sim, a partir de suas vivências pela interação com os vestígios.

---

<sup>112</sup> Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64417930>. Acesso em 25 jan 2023.

### 3.2 Sob o olhar da Ciência: uma Arqueologia das estearias penalvenses

A pesquisa sobre as estearias nos jornais e na literatura maranhense demonstrou o pioneirismo de Raimundo Lopes a partir do olhar de precursores como seu tio Celso Magalhães. No Maranhão em pleno início da República, a busca pela reafirmação de uma identidade brasileira, permeada pela singularidade maranhense reforçou a formação naturalista de Lopes. Com isso, elevou-se o senso de pesquisa para definição de aspectos que evidenciassem a modelagem dessa identidade ao longo da história do país e na constituição da região.

Após situar o olhar dos literatos e da imprensa, cabe, portanto, identificar que percepções foram difundidas a partir do contato com os sítios de estearias. Nesse sentido, este trabalho evidencia duas questões: as interpretações da ciência e os olhares dos penalvenses. No contexto científico, situa-se um breve panorama a respeito das pesquisas desenvolvidas durante o século XX e com o início do século XXI. Evidencia-se de que modo a ciência retrata em iniciativas pontuais, as estearias do município de Penalva. Assim, parte-se do pioneirismo de Raimundo Lopes, passando pelas incursões de pesquisadores durante o século XX, até o estabelecimento do LARQ na UFMA.

As referências iniciais sobre habitações palafíticas foram identificadas nos relatos de cronistas e viajantes dos séculos XVII e XVIII (BANHOS; NAVARRO, 2022; NAVARRO; GERMANO, 2020). No reconhecimento da região pelos portugueses, foram realizadas descrições sobre as populações indígenas do Maranhão.

A primeira referência às estearias foi encontrada no livro do itinerário da viagem realizada pelo Coronel Bernardino Pereira do Lago<sup>113</sup> em 1820, com o propósito de analisar a região em seu aspecto natural. A serviço do Estado, o Coronel registrou em seu diário de viagem sua impressão sobre os esteios.

É numa enseada de um dos lagos do grupo Maracu, na região do Pindaré que confirmo ter visto esteios que se assemelham a casas-jiraus. Na beira deste lago, em partes que de inverno se cobre d'água, aparecem restos e sinais de que ali havia edifícios e até alinhados em forma de rua. Esta antigualha parece ter sido destruída por algum tipo de cataclismo (LAGO, 2001, p.65).

---

<sup>113</sup> Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, desde 1805 no Brasil, acompanhado de seu desenhista, Joaquim Cândido Guilhobel, considerado por muitos pela sua grande habilidade. Uma de suas incumbências atribuídas pelo governador da capitania, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819 – 1822), era levantar uma carta topográfica do Maranhão. Partindo de São Luís, saiu percorrendo várias regiões (distritos, vilas, aldeias e povoações) do Maranhão, boa parte da atual Baixada Maranhense (MARQUES, 1970).

O militar caracterizou a Baixada Maranhense, em especial, as vilas de Viana e Monção, descrevendo aldeamentos indígenas. Na ocasião, ressaltou a presença dos vestígios que ele denominou de restos construtivos no Lago Cajari.

César Marques no “Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão” (1870), ao descrever o verbete “Cajari” referente ao lago constituinte da bacia do Pindaré, menciona as estearias. Para tanto, relata que “o engenheiro da Companhia de ‘Mineração Maranhense’ Henrique Cramer assevera existirem nesse lago, muitos esteios lavrados, os quais por ocasião de grandes secas ficam descobertos e assim atestam a existência de antigas moradas” (MARQUES, 1970, p. 166).

Consideram-se estes relatos, os primeiros registros narrativos sobre as estearias nos quais se percebem conjecturas acerca de sua formação. É importante ponderar que tais descrições oficiais constituem importantes fontes para percepção sobre as populações indígenas do Maranhão naquele contexto. Porém, não apresentam cunho arqueológico, ou seja, a prática de estudo de sociedades passadas por meio da análise de vestígios materiais, como artefatos (LIMA, 2011).

A trilha sobre o caminho percorrido pelos estudos arqueológicos das estearias no Maranhão perpassa pela compreensão da ciência em nível nacional. Trata-se de perceber o referido panorama no quadro da sociedade brasileira, considerando-se que “a ciência não progride apenas no campo científico em si, mas sempre mediada pelas relações sociais e a Arqueologia só pode ser compreendida em sua historicidade” (FUNARI, 2019, p.23).

As pesquisas, portanto, não se estruturam somente por meio de descobertas empíricas, requerem também aceitação pela sociedade. Assim, é primordial traçar o cenário da Arqueologia brasileira para perceber a inserção das estearias nestes estudos.

Levando em conta a historicidade do pensamento arqueológico no Brasil, destacam-se as teorizações de Prous (1992) e Funari (1999) a respeito da organização das pesquisas. O primeiro estudioso estabeleceu períodos, articulando a produção do conhecimento e a formação dos profissionais atuantes. O segundo, por sua vez, associou os estudos ao contexto nacional, conforme eventos históricos significativos no quadro político do país. Diante disso, ambos traçaram didaticamente o quadro da Arqueologia Brasileira:

**Figura 23 – Quadro de classificação dos períodos da Arqueologia no Brasil.**

<b>PROUSS</b>	<b>FUNARI</b>
<p><b>Início da arqueologia brasileira (1870-1910)</b>  <b>Período intermediário (1910-1950)</b>  <b>Período formativo da pesquisa moderna (1950- 1965)</b>  <b>Período das pesquisas recentes (1965-2003)</b></p>	<p><b>Império (1822-1889);</b>  <b>República (1889-1920);</b>  <b>Anos de 1920-1940;</b>  <b>Pesquisa universitária (1950-1964);</b>  <b>Período militar (1964-1985);</b>  <b>Tendências atuais (1985-2003).</b></p>

**Fonte:** Elaborado pela autora

Neste trabalho, a percepção sobre as pesquisas que enfocaram as estearias leva em consideração o percurso formativo dos profissionais atuantes e os objetivos das incursões. Além disso, situa o contexto nas quais as campanhas aconteceram.

Funari (2019) ressalta que a introdução da Arqueologia no Brasil ocorreu durante a chegada da família real portuguesa e o estabelecimento da corte no Rio de Janeiro. Com o Império, seguiu com o caráter nobiliárquico. Numa sociedade marcada pela escravidão e pelo patrimonialismo. Segundo Ferreira (2010, p.161), “a Arqueologia nobiliárquica marca o rastreamento, no solo nacional, de um índio ‘nobre’, de uma majestática civilização, passível de figurar numa narrativa nacionalista”.

Os intelectuais do Império nortearam suas investigações com base no referencial fornecido pelo Evolucionismo<sup>114</sup> na busca do entendimento da constituição das “raças”<sup>115</sup> que formaram o Brasil. Toda essa preocupação surge como pano de fundo na montagem de uma identidade nacional para o país.

Tratava-se de organizar uma espécie de política indigenista que situasse o papel do indígena na sociedade brasileira imperial bem como na representação histórico-coletiva da nação. Na arqueologia brasileira Imperial, há a tentativa de elaboração de um lugar social para esse indígena, considerando, todavia, uma classificação que tem o europeu como referência. (MARTINS, 2021).

<sup>114</sup> O evolucionismo cultural se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, com base em Charles Darwin (1809-1882), através do livro *Origem das espécies e da teoria da seleção natural*. Assim, parte do princípio de que as diferenças entre os diversos povos representariam estágios de desenvolvimento distintos. Tais culturas poderiam ser hierarquizadas em uma escala que identificaria a marcha do progresso da humanidade (DORTIER, 2010).

<sup>115</sup> Construto social, usado para distinguir pessoas a partir de características físicas. Muito vinculado a perspectivas evolucionistas (DORTIER, 2010).

Com a República, despontam o nacionalismo e as iniciativas humanistas. Dentre elas, ações de Paulo Duarte (1899 a 1984)<sup>116</sup>, os irmãos Vilas Boas<sup>117</sup>, Darcy Ribeiro<sup>118</sup> e Florestan Fernandes (1920 a 1995)<sup>119</sup>. Funari (2019, p. 25) destaca esse “movimento humanista pro-índio” como processo que articulou a inserção de profissionais franceses no treinamento de brasileiros para atuação no campo da Arqueologia.

No período fronteiro entre Império e República, ocorrem como retratado na seção anterior, as observações de Celso Magalhães, poeta natural da Baixada Ocidental Maranhense que insere em 1870 uma passagem sobre as estearias em sua obra “Um estudo do temperamento”. O trabalho trata da formação humana na região, descreve os usos e costumes da população, assim como, as crenças e as origens de cada cidade. Em relação às estearias, Magalhães (2019, p.173) ressalta que: “Os esteios do Cajari fazem parte de uma antigualha. São pedaços de madeiramento presos no lago e diante da imaginação do povo, servem de tema às credices regionais”.

Seu breve relato supõe a formação dos esteios do Lago Cajari com base em representações fantásticas sobre um cataclismo e compõe o registro inicial de narrativas populares. Somente a partir de Raimundo Lopes, identificam-se registros que caracterizam os esteios com base na perspectiva da Arqueologia. O referido geógrafo, pioneiro foi pioneiro nessa ação por meio de seu trabalho no Museu Nacional cujas ações suscitavam a tentativa de elaboração de uma identidade nacional a partir da formação humana brasileira. O Boletim "Civilizações Lacustres no Brasil" apresenta as estearias conforme Lopes (1924, p.21):

As estearias do Lago Cajari são ruínas de palafitas onde viveram populações numerosas do período pré-colonial. A maioria dos artefatos encontrados está na parte mais afastada das margens. A conservação dos sítios se dá pela ação natural do lago. É espantosa a sua existência visto que dois ou três séculos de abandono seriam mais que bastantes para reduzi-la ao desaparecimento.

As considerações de Raimundo Lopes foram registradas sob o formato de artigos no Jornal “A Pacotilha” entre 1912 e 1926. De tal modo, os boletins científicos eram

---

<sup>116</sup> Humanista que impulsionou o desenvolvimento da Arqueologia acadêmica no Brasil. Participou da criação da Universidade de São Paulo e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN). Cf. <https://www.lap.nepam.unicamp.br/paulo-duarte-2/> Acesso em 20 maio 2023.

<sup>117</sup> Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1988) e Leonardo Villas-Bôas (1918-1961) entraram para a história como os Irmãos Villas-Bôas, três dos mais importantes sertanistas brasileiros: pessoas que se especializaram em conhecer partes ainda inexploradas dos territórios (DORTIER, 2010).

<sup>118</sup> Antropólogo, historiador, sociólogo, escritor e político brasileiro, filiado ao Partido Democrático Trabalhista e conhecido por seu foco em relação aos indígenas e à educação no país. Suas ideias de identidade latino-americana influenciaram vários estudiosos latino-americanos (DORTIER, 2010).

<sup>119</sup> Patrono da sociologia brasileira sob a lei nº 11 325, é um dos intelectuais brasileiros mais influentes do Século XX. Defendia a inclusão social e o desenvolvimento das classes mais pobres da sociedade, especialmente na área da educação (DORTIER, 2010).

apresentados à sociedade ludovicense por meio dos jornais e ampliados para o contexto museológico nacional.

Como se observou na seção anterior desta pesquisa, ampliando as iniciativas acerca do entendimento sobre a chamada “região tropical”, título do livro de suas incursões iniciais, Raimundo Lopes debruça seu olhar sobre as estearias. Celso Magalhães evidenciou de forma bem rudimentar a partir de contatos breves, sua percepção dos esteios como uma antigualha. Lopes, por sua vez, enfocou a cultura material a partir de um olhar norteado pela ciência positivista.

Para tanto, buscou identificar a importância desses indícios arqueológicos para a região: tratou os esteios como vestígios. Nesse sentido, realizou registros em suas incursões aos sítios no cenário da nascente república brasileira.

Os registros jornalísticos demonstram a difusão sobre as pesquisas de Lopes por meio de jornais renomados e de sua atuação vinculada ao Museu Nacional no Rio de Janeiro. Tal como o estabelecimento da História do Maranhão nos currículos oficiais da educação secundária, nota-se nos jornais, a propagação de discursos sobre as estearias como um “tesouro” que evidencia o *ethos* civilizatório na constituição maranhense. Considera-se que tal questão fez parte da série de estratégias para situar o Maranhão politicamente no contexto da república nascente.

Entre as instituições que nortearam a atuação desses intelectuais, destacam-se: a Escola Normal (1890), o Liceu Maranhense (1893), A Escola Modelo (1896), a Biblioteca Pública (1898) e a Escola de Música (1902). Conforme Martins (2006), no campo literário, surgem a Oficina dos Novos (1900), a Academia Maranhense de Letras (1908) e posteriormente, o Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) (1926).

A respeito desse coletivo institucional, Humberto de Campos proclamou: “O maranhense é um povo de intellectoaes, isto é, predisposto como os gregos de uma determinada época, a pensar, a ter intensa actividade mental” (CAMPOS, A Pacotilha, 16 jul. 1909). De tal modo, as elites imprimiram suas versões sobre a formação histórica local e propiciaram a absorção desses valores pelos setores da sociedade regional.

No cenário científico, cultural e literário no Maranhão, destaca-se a Academia Maranhense de Letras (AML)<sup>120</sup> com articulação junto à imprensa e outros setores da

---

<sup>120</sup> A Academia Maranhense de Letras (AML) foi fundada em 10 de agosto de 1908, por um grupo de literatos, liderado por Antônio Lobo, Alfredo de Assis Castro, Astolfo Marques, Barbosa de Godóis, Fran Pacheco, Godofredo Viana, Ribeiro do Amaral e Armando Vieira da Silva, entre outros. Esta associação era composta, inicialmente, por quarenta assentos. Tem sua sede própria na rua da Paz, 84, em São Luís – MA (MARQUES, 2008).

intelectualidade maranhense. Além dela, o Instituto de História e Geographia do Maranhão, posteriormente renomeado como Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão<sup>121</sup>. Nesse despontar de entidades científicas e culturais, “Raimundo Lopes foi membro fundador da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), além de pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro” (BANDEIRA, 2013, p. 24).

Com a fundação do IHGM, membros passaram a fomentar a Arqueologia, estimulando a constituição de acervos. A esse respeito, Vaz (2011, p. 3) afirma que “a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, naquele ano de 1925 demonstra que havia, sim, interesse no desenvolvimento dessa ciência”. Enquanto Raimundo Lopes atuava no Museu Nacional, no IHGM Antônio Lopes, João Braulino Carvalho<sup>122</sup> e outros intelectuais coletavam material arqueológico (BANDEIRA, 2013).

O regimento de fundação do IHGM aponta entre as atribuições da agremiação, o fomento a pesquisas arqueológicas no Maranhão:

Artigo I – Fica fundada nesta cidade de São Luíz uma associação científica para o estudo e diffusão do conhecimento da historia, geographia, ethnographia, ethnologia e archeologia, especialmente do Maranhão, para o incremento à comemoração dos vultos e factos notaveis do seu passado e a conservação dos seus monumentos [...].

Artigo III. – Promoverá o Instituto:  
e) Explorações geográficas e archeologicas [...].

Artigo VI – Os socios que faltarem para se completar o numero de trinta membros effectivos serão eleitos dentre as pessoas que se dediquem a estudos geographicos, históricos, ethnographicos, ethnologicos e archeologicos sobre o Maranhão e o Brasil [...] (LOPES DA CUNHA, 1926, p. 61-62 grifo meu).

Nessa perspectiva, publicação de 1926 descreve o acervo arqueológico da instituição e entre os itens, vestígios das estearias:

Modesta coleção de material archeologico, historico, ethnographico e geographico do Maranhão e, para esse fim, já se poz em campo, nomeando em alguns pontos do Estado agentes incumbidos de angariar esse material, todos escolhidos entre pessoas cultas e dedicadas [...] Esteios ou fragmentos encontrados fincados em lagos ou rios. (LOPES DA CUNHA, 1926, p. 79-80).

<sup>121</sup> O Instituto de Historia e Geographia do Maranhão, posteriormente Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão foi fundado em 20 de novembro de 1925, sob a liderança de Antônio Lopes. Em sessão inicial na livraria do Sr. Wilson Soares, reuniram-se os intelectuais maranhenses: Justo Jansen, Ribeiro do Amaral, Domingos Perdigão, José Abranches de Moura, Arias Cruz, João Braulino Carvalho, tendo como apoiadores, o próprio Raimundo Lopes, Fran Pacheco, Carlota Carvalho, entre outros (LOPES DA CUNHA, 1973)

<sup>122</sup> Ilustre médico maranhense, João Braulino de Carvalho (um dos primeiros sócios do IHGM e fundador da Cruz Vermelha no Maranhão). Cf. <http://ihgm1.blogspot.com/>. Acesso em 23 maio 2023.

De acordo com o exposto, nota-se que a elite letrada maranhense moldada até então, pela formação acadêmica portuguesa desejava nesse contexto, notoriedade, além da legitimidade para a constituição de uma intelectualidade local. Além disso, buscava permitir aos pensadores “reivindicar, o lugar de intelectual e o seu espaço no aparelho burocrático do Estado” (OLIVEIRA, 2007, p. 138). Os “filhos da terra” proclamavam discursos que atribuíam ao Maranhão, especialmente a São Luís, o epíteto de “Atenas Brasileira” pela sua produção cultural.

A efervescência intelectual gerou a constituição do grupo maranhense pertencente ao Romantismo literário brasileiro: os poetas Gonçalves Dias, Trajano Galvão, Sousândrade, o jornalista João Lisboa, o humanista Odorico Mendes, o matemático Gomes de Sousa e o filólogo Sotero dos Reis. Posteriormente destacam-se os irmãos Aluísio e Artur Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha, Raimundo Corrêa e Celso Magalhães (BORRALHO, 2000, p. 34).

Os intelectuais que exaltaram o Maranhão e suas tradições culturais na nascente República constituem o movimento representado pelos Novos Atenienses. Esse grupo de letrados proclamou a reapropriação do ideário da Atenas Brasileira. Para tanto, proclamou a revitalização do cenário cultural maranhense com base em padrões europeus e a difusão de discursos voltados para a modernização pela ciência (BORRALHO, 2000).

Paralelamente, os neoatenienses atuantes em instituições locais propalavam elementos simbólicos pautados na singularidade “timbira”. Assim, forjavam discursos que apregoavam o valor de ser maranhense exaltando a trajetória histórica local. Os intelectuais da época reafirmaram “mitologias pretéritas consagradoras de uma posição singular atribuída ao Maranhão no universo intelectual brasileiro” (MARTINS, 2006, p. 148).

De acordo com Martins (2006, p. 174). “Tais instituições [...] foram direcionadas por esses letrados ao cumprimento de produzir um Maranhão moderno renovado e reinscrito nos fóruns mais salientes da vida nacional”. No enfrentamento às provações do campo econômico, os novos atenienses se pautaram em concretizar suas aspirações, institucionalizando-as.

Após a ênfase na pesquisa arqueológica da Primeira República, os anos subsequentes, no período de 1930 a 1960, registram relatos escassos de estudos arqueológicos no Maranhão. Entre eles, Fernandes (1947) relata a identificação de sítios na baixada maranhense. Em 1956 o geógrafo maranhense Olímpio Fialho publica artigo sobre grafismos do município de São Domingos, a partir de pesquisas realizadas em 1934 (LIMA, 1989).

Segundo Bandeira (2013, p. 44), “a partir da década de 1960, os institutos e agremiações científicas perderam espaço na produção do conhecimento para as recém-criadas universidades”. No Maranhão, foi reduzida a atuação do IHGM, ocorrendo inclusive a transposição de intelectuais para as faculdades.

Nesse contexto, despontam as pesquisas de Olavo Correia Lima<sup>123</sup>. Seu interesse em localizar sítios arqueológicos no Maranhão até os anos 1990 o tornou autor de um livro dedicado à pré-história maranhense. No prefácio da obra, Ramiro Azevedo<sup>124</sup>, professor da UFMA, situa a atuação docente de Lima, como bela e dignificante, (LIMA, 1989). Em suas aulas de campo, ele e seus alunos buscavam vestígios, suscitando a retomada da arqueologia maranhense nos moldes de Raimundo Lopes.

Com o período militar, a arqueologia brasileira é marcada pela implantação de um programa articulado pelo *Smithsonian Institution* dos Estados Unidos. A perspectiva humanista é substituída por pressupostos interpretativos deterministas, colonialistas e racistas assim como técnicas de campo questionáveis (FUNARI, 2019).

Ocorre, com isso, a implantação do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA)<sup>125</sup> com o apoio do CNPQ na década de 1965 a 1975, sob a orientação do casal norte-americano Clifford Evans e Betty Meggers<sup>126</sup>. Os objetivos do PRONAPA consistiram em selecionar áreas para prospecção. Dentro delas, sítios arqueológicos identificados seriam catalogados, mapeados de forma a gerar amostras por meio de coleções. Além disso, deveriam ser realizadas datações em Carbono-14 para classificação de fases ou culturas arqueológicas no modelo classificatório taxonômico norte-americano (BANDEIRA, 2013).

---

<sup>123</sup> Professor titular de antropologia social da UFMA sócio do IHGM e pediatra. Durante sua passagem na antropologia maranhense sucedeu o professor Dr João Brulino na década de 1960 (MARQUES, 2008).

<sup>124</sup> Professor de Letras e pioneiro do Curso de Comunicação Social da UFMA (BAHURY, 2017).

<sup>125</sup> A primeira iniciativa sistemática para investigação das ocupações humanas pré-coloniais em todo o território brasileiro surgiu em decorrência de um seminário na Universidade Federal do Paraná, em 1964, coordenado por Betty Meggers e Clifford Evans, ambos do *Smithsonian Institution*. A principal diretriz desse encontro foi a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA. O planejamento indicou um esforço conjunto de universidades e pesquisadores por cinco anos, iniciando-se em 1965 e se estendo até 1970; contando com 11 instituições de ensino e pesquisa, com o copatrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas e da *Smithsonian Institution* e apoio do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN. Contudo, pela falta de profissionais e condições adequadas de pesquisa, o PRONAPA se concentrou, inicialmente, nos Estados onde existiam arqueólogos, a exemplo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte. A região amazônica era compensada por estudos prévios realizados por Meggers e Evans, Hilbert e Simões, bem como de tantos outros naturalistas que percorreram essa imensa região (BROCHADO, 1969).

<sup>126</sup> Nos anos de 1960, Betty Meggers, Clifford Evans e outros arqueólogos brasileiros fundaram o PRONAPA e o PRONAPABA. Foram os responsáveis pela criação de uma geração de arqueólogos em todo o Brasil (BANDEIRA, 2013).

No Maranhão, os trabalhos foram coordenados por Mário Ferreira Simões<sup>127</sup>, arqueólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi<sup>128</sup>. Na Portaria nº 76, de 14 de outubro de 1971, o Diretor do referido Museu, Luiz Miguel Scaff, autorizou Mário Simões e equipe a empreenderem pesquisa no Maranhão:

Autorizar o pesquisador-chefe Mário Ferreira Simões a viajar com destino ao Estado do Maranhão, a partir de 16 do corrente e pelo prazo aproximado de 50 (cincoenta) dias, chefiando a equipe de Arqueologia desse Museu constituída de: Pesquisador – Auxiliar: Conceição de Maria Gentil Corrêa. Auxiliares de Pesquisa Ana Lúcia da Costa Machado e Renato Sampaio Corrêa, Auxiliar Daniel Florência Fróes Lopes e motorista Nível 8-A, Henry Pedro Lorenz, a fim de proceder pesquisas arqueológicas na Baixada Maranhense (Projeto Cajari) e Ilha de São Luís (Projeto São Luís) (SCAFF, 1971, p. 1.).

Os trabalhos de campo iniciaram em 1971 e contaram com o acompanhamento de Olavo Correia Lima que já havia realizado incursões em busca de vestígios arqueológicos. A equipe pesquisou dois sítios de estearias: Cacaria e Igarapé do Baiano (Tacoieiro) no Lago Cajari cujas prospecções evidenciaram artefatos que ficaram de posse do Museu Emílio Goeldi. Segundo Corrêa; Machado; Lopes (1991, p. 102), “o projeto visava tentar resolver controvérsias sobre a origem e a antiguidade dos remanescentes culturais encontrados por Raimundo Lopes em 1919 nas estearias do Lago Cajari, bem como, estabelecer uma sequência cronológica local”.

A prospecção subaquática de Simões nas estearias do Cajari, foi realizada na estação seca. Foram localizados restos dos antigos esteios de sustentação das palafitas, bem como, delimitada a área de ocupação da aldeia e coletada no fundo do lago, grande quantidade de artefato. “A análise de todas essas evidências resultou no reconhecimento da Fase Cajari<sup>129</sup>, relacionada à cultura das estearias maranhenses” (CORRÊA; MACHADO; LOPES, 1991, p. 103).

Em seu relatório, Mário Simões apresenta os projetos realizados no Maranhão:

Objetivos: São Luís - a) promovermos primeiros contatos com a Fundação Universidade do Maranhão, Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Maranhão (SUDEMA) e outros órgãos oficiais do Estado Maranhão, visando colaboração para as pesquisas arqueológicas nas estearias do Lago Cajari (Projeto Cajari), patrocinadas pelo IPHAN e Museu Goeldi; (SIMÕES, 1971, p.2)

<sup>127</sup> Arqueólogo nascido no Rio de Janeiro que desenvolveu pesquisas na região amazônica, no contexto do PRONAPA com vinculação ao Museu Paraense Emílio Goeldi (BANDEIRA, 2013).

<sup>128</sup> Instituição museológica e científica pública com parque zoológico brasileiro, fundada em Belém- PA, no ano de 1911 (BROCHADO, 1969).

<sup>129</sup> Fase é um termo definido como “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionados no tempo e no espaço, em um ou mais sítios” (Chmys, 1976), bastante utilizada na arqueologia amazônica brasileira (BARRETO; LIMA; BETANCOURT, 2016).

Os resultados dessas pesquisas foram divulgados em 1978 por meio dos artigos de Mário Simões nas publicações avulsas do Museu Paraense. Segundo Martin (1996, p. 141), a respeito dos sítios lacustres, essas pesquisas “devem continuar por muitos anos, pois, se trata de um trabalho penoso e difícil, quase sempre feito na água e na lama”.

De tal modo, as publicações asseveram que:

O patrimônio arqueológico tem como principal componente os locais dos antigos assentamentos- os sítios arqueológicos. Na Amazônia, existem diversos tipos como os sítios de terra preta; os sambaquis; as pinturas e gravuras rupestres; os sítios em grutas, além de outros mais raros como os aterros artificiais, na ilha de Marajó e as estearias ou palafitas, no Lago Cajari (MA) (CORRÊA, 1994, p.49).

Na ocasião, foi realizada a primeira datação de uma estearia com C14, a partir de um fragmento de esteio. Conforme Barros (1985), o teste registrou datação de (1380+95 anos AP - antes do presente), ou seja, por volta de 570 anos da nossa era. O artefato pertence à coleção em exposição pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (LEITE FILHO, 2010).

As incursões de Simões pelo PRONAPA representam as primeiras ações no âmbito da Arqueologia científica ou acadêmica no Maranhão. Foram marcadas pela proposição de hipóteses e problemas de investigação, verificados por meio de escavações arqueológicas e da divulgação dos resultados obtidos. Apresentam, portanto, as estearias como sítios arqueológicos formalizados no cerne da política de estado.

Mediante os resultados obtidos com o PRONAPA, entre 1965 e 1970, no segundo semestre de 1976, ocorre a implementação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), com duração prevista de 3 a 5 anos e, foco na Amazônia Legal Brasileira.

Impulsionado pelos trabalhos de Simões, Olavo Correia Lima, professor de Antropologia da UFMA, nas décadas de 1970 e 1980 mapeou estearias como atividade de extensão. Em seus estudos, levantou a hipótese de que esses sítios foram ocupados por indígenas que viviam em beira de rios e lagos, costumavam fazer estearias para fugir de enchentes e, eram excelentes oleiros. Assim, estes povos teriam sido expulsos por Tupis (possivelmente Guajajara), encontrados na região no período de colonização (LIMA, 1989).

Em 1980, o antropólogo retornou às estearias do lago Cajari, acompanhado por seus alunos, realizando aulas in loco. Os artefatos eram devolvidos à área, restando-lhes apenas fotos em anotações acerca do assunto. Com a identificação e estudo de sítios no Maranhão, Lima publicou artigos, entre a década de 1980 e 1990, a exemplo de: Ameríndios Maranhenses (1985a); Homo Sapiens Stearensis (1985b);

Neles, Olavo atribui a origem das estearias ao *Homo Sapiens Stearensis* como denominou os indígenas lacustres e a extinção das estearias tendo sido causada por ataques sofridos a partir das Tribos Tupis Guaranis. Traçou o panorama de seus estudos no livro “Pré-História Maranhense”, publicado em 1989 e reuniu acervo arqueológico, sob sua guarda até sua morte, em 1997. Conforme Bandeira (2013), o material arqueológico e sua biblioteca particular foram doados ao Governo do Estado do Maranhão, compondo o acervo do CPHNAMA.

Ainda na década de 1980, identificam-se as primeiras produções do município de Penalva sobre as estearias. Além da historiografia regional, nos municípios do Maranhão há representativa produção de historiadores diletantes, isto é, moradores que sem formação universitária ou profissionalização em História produzem obras sobre a origem, memória e trajetória dos municípios e comunidades locais (SOUSA FILHO, 2013). Nesse movimento, as produções diletantes difundem a história da região e permitem a percepção das epistemologias locais sobre eventos e fenômenos. No contexto dos historiadores diletantes que abordam Penalva e fazem menção às estearias, destacam-se: Barros (1985), Balby (1984; 2015; 2021), Santos (1990) e Martins (2014).

O pesquisador Raimundo Balby<sup>130</sup>, por exemplo, efetuou a partir das décadas de 1980 e 1990, registros de imagens e coleta de artefatos cerâmicos, considerando que:

A estearia do lago Cajari, a poucos metros da cidade de Penalva apresenta milhares de esteios espalhados pelo lago. Somente visível em épocas de grandes secas, esses esteios, os fragmentos de cerâmica e artefatos de pedra ali encontrados constituem provas da passagem de homens neolíticos pela região de Penalva onde se fixaram e fizeram uma autêntica civilização lacustre (BALBY, 1985, p. 20).

Balby em parceria com o fotógrafo penalvense João Francisco Nunes (1950-), conhecido como “Gurão” registrou fotografias dos esteios em 1983. Além disso, realizou um dos primeiros registros audiovisuais das estearias nos lagos Cajari e Capivari em estado aparente devido à forte seca.

Nesse período, o prefeito João Mendes<sup>131</sup>, numa ação paliativa, erigiu uma barragem no povoado Araçatuba, na região vizinha ao lago de Viana. A medida buscou impedir o avanço da água do mar, prevenindo com isso, impactos ambientais como a mortandade de peixes e do rebanho de gado.

---

<sup>130</sup> Odontólogo penalvense que realizou estudos amadores no Lago Cajari durante as secas de 1981 e 1983 realizando registros fotográficos e filmagens, além da produção de obras locais apresentando considerações sobre as estearias (SALDANHA, 2001).

<sup>131</sup> João Francisco Mendes, comerciante da terra, ocupou a prefeitura de 1979 a 1982 (BARROS, 1985).

Diante disso, nos anos subsequentes à incursão de Balby às estearias, a área tornou-se submersa em virtude da construção de barragem que aumentou o nível do lago. Ao referir o contato com os esteios, Balby (1984, p.14) declara ter tido a oportunidade de observar “os restos da famosa e lendária cidade do lago”. Deixa pairando uma atmosfera fantástica na percepção sobre as estearias. A partir dessa experiência, o diletante produz em 1984, o livro “A Cultura Neolítica de Penalva – (Estearias)”. Na obra, o autor ressalta os estudos pioneiros de Raimundo Lopes para inserção das estearias de Penalva na pauta da ciência brasileira:

Se hoje o nosso município é quase sempre citado em livros de Arqueologia no Brasil, devemos a esse emérito maranhense, que pesquisou com detalhes e com brilhantismo os vestígios das cidades lacustres, publicando trabalhos sobre o assunto: “A Civilização Lacustre do Brasil”, “Entre a Amazônia e o Sertão” e “Uma Região Tropical”. Até então, as estearias no Brasil, eram consideradas ‘coisa lendária’ ou produto da imaginação do povo’ (BALBY, 1985, p. 13).

Balby evidencia ainda, as ações de Lopes como ponto de partida para o desenvolvimento do olhar da ciência sobre as estearias. Além disso, menciona a anterior interpretação de Celso Magalhães dos esteios como “coisa lendária”. Seu itinerário pelos lagos penalvenses englobou observações sobre as estearias Trizidela, Cacaria, Tacoeiro, Capivari e Mãe-Rosa (BALBY, 2021).

O diletante se filiou à hipótese traçada por Lima (1989) que considera as estearias como vestígios de populações indígenas originárias da Amazônia. Acredita que tais grupos adentraram no espaço maranhense ao cruzar o Rio Gurupi na divisa com o Pará, alcançando o Rio Turi. Nesse processo, construíram habitações palafíticas e percorreram a região até chegar aos lagos de Penalva. Sobre o desaparecimento dessas populações, Balby compartilha da percepção que aponta o choque de cultura e conflitos com outros grupos indígenas enquanto força motriz para o abandono das estearias, migração e dispersão dos grupos no território maranhense (BALBY, 2021).

Outro diletante que faz referência às estearias foi o penalvense Carlos Alberto de Sá Barros (1947-2004)<sup>132</sup>, conhecido em Penalva como Cabé. Em meio a obras literárias, ele escreve “Elementos para a Reconstituição Histórica de Penalva” (1985). A obra foi estruturada “após buscas exaustivas e paciente pesquisa sobre esse velho burgo da baixada maranhense [...] para aclarar pontos duvidosos da História de Penalva e quiçá, do Maranhão” (BARROS, 1985, p.13-14).

---

<sup>132</sup> Penalvense, professor do Departamento de Artes da UFMA, foi diretor da Rádio Universidade FM, tendo exercido a função de secretário de Educação do Penalva nos anos 1990. Destacou-se como escritor, compositor e cantor, interpretando canções de sua autoria sobre a cidade e suas vivências (BALBY, 2021).

Nessa obra, o escritor destaca as estearias, caracterizando-as como primeira povoação e apresentando suas percepções à luz da investigação arqueológica. Apesar disso, afirma que “para muitos, a estearia é considerada tema de credices e superstições regionais” (BARROS, 1985, p.24). Não há detalhamento de narrativas ou versões populares pelo autor, apenas a menção de que elas existem. Cabé faz referência aos estudos de Balby (1984), considerando-o um “abnegado pesquisador na identificação dos sítios de estearias” (BARROS, 1985, p.26).

Balby (1984) afirma que Cabé foi importante incentivador dos seus estudos em busca dos sítios de estearias. Ambos evidenciam ao final dos anos 1980, o *ethos* diletante com a preocupação de traçar narrativas históricas sobre o município de Penalva: prática que reverbera décadas depois com os trabalhos de Santos (1990) e Martins (2014).

Com o processo de abertura política e a redemocratização, a década de 1990 é marcada pela revitalização da Arqueologia no Brasil. Despontaram assim, pesquisas baseadas em análises mais críticas, evidenciando um movimento de transição de estudos técnicos para percepções mais humanas e sociais. Conforme Funari (2019, p.27):

Ocorreu a elaboração de legislações de proteção ambiental e políticas de cuidado, além da expansão de cursos de graduação e pós-graduação. O clima de liberdade introduziu uma diversidade de temas e suscitou a criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) em 1980. Os congressos passaram a abordar como a arqueologia mostrava que os índios produziam alta cultura há milênios.

Nesse contexto, surgem os trabalhos do arqueólogo Deusdedit Carneiro Leite Filho, vinculado ao IPHAN no Maranhão. Em parceria com sua esposa, também arqueóloga, Eliane Gaspar Leite, realizou estudos sobre o acervo arqueológico maranhense, publicando-os no boletim da comissão maranhense de Cultura. Entre as pesquisas, destaca-se o cadastramento de sítios rupestres e o debate sobre a ausência de políticas de proteção ao patrimônio.

Com isso, as pesquisas arqueológicas no Maranhão entram em processo de institucionalização. Para além de diletantes ou profissionais de humanas e sociais interessados na temática, os sítios arqueológicos passam a figurar entre estudos realizados no campo da Arqueologia com vinculação a instituições de pesquisa e salvaguarda do patrimônio histórico.

No raiar do século XXI, as ações empreendidas por Leite Filho repercutiram no governo estadual que apoiou a criação do CPHNAMA. O espaço vinculado à Secretaria estadual de Cultura, passa a agregar exposições sobre Paleontologia e Arqueologia. Nesta última, há exibição de peças que compunham acervos particulares doados ao órgão por benfeitores como Olavo Correia e Lima e Nascimento de Moraes (BANDEIRA, 2017).

**Figura 24 – Artefatos retirados das estearias em exposição no CPHNAMA**



**Fonte:** Registro pela autora

Mas além de contar com parte do acervo proveniente de doação, Leite Filho apresenta seus estudos sobre as estearias enquanto “grandes aldeamentos palafíticos”. Nesse sentido, situa-os especialmente nas bacias dos rios Pindaré, Turiaçu e Pericumã:

“Os assentamentos, tradicionalmente conhecidos como estearias, refletem um planejamento estratégico no que se refere à subsistência e a segurança, ressaltando-se a semelhança de tal hábito em sociedades haliêuticas<sup>133</sup> caracterizadas pela escolha de locais de fácil acesso e que assegurem a sua sobrevivência” (LEITE FILHO, 2016, p. 58). Portanto, centra suas considerações sobre o sistema construtivo dos sítios destacando o caráter de segurança e longa permanência no ambiente aquático.

O pesquisador realiza ainda, a coleta de cultura material nos sítios, atribuindo-a a pescadores, caçadores, horticultores e ceramistas. De tal forma, considera tal população de cunho marcadamente amazônico e refere nos vestígios, a observação de zoomorfismos entre outras evidências de práticas rituais e tradições.

<sup>133</sup> Referente à sobrevivência pela pesca (AULETE, 2022).

Na compreensão sobre os povos das estearias, Leite Filho (2016) ressalta as limitações das evidências percebidas, para sustentar a hipótese das estearias como sociedade complexa. Em sua percepção, o adensamento populacional, a dispersão regional e a cultura material não sinalizam a existência de um sistema regional hierarquizado marcado por comunidades satélites em relação a um poder centralizado. O estudioso infere que as estearias situam-se em estágio intermediário de complexificação, similar às descritas pelos cronistas que abordam a Amazônia Central (LEITE FILHO, 2016, p. 91).

Sob esse viés, Leite Filho segue nas primeiras décadas do século XXI, como gestor do CPHNAMA, fomentando a institucionalização de um espaço dedicado à exposição de acervos arqueológicos e subsídio a pesquisadores:

Reconhece a responsabilidade de conhecer, valorizar e preservar o patrimônio arqueológico estadual. O órgão vem atuando, por intermédio do seu corpo técnico, em parcerias com instituições regionais e nacionais objetivando o melhor conhecimento do patrimônio arqueológico local e orientando os primeiros profissionais e técnicos da nova geração que hoje trabalha em Arqueologia no Estado, contribuindo com dissertações de credenciamento e constituindo suas próprias firmas de arqueologia (GASPAR LEITE, 2011, p.10).

Nesse movimento, estagiários e pesquisadores de iniciação científica se inserem nos estudos em Arqueologia no Maranhão. Surgem, com isso, monografias em História, tais como, “Um Estudo Sobre a Arqueologia Pré-Histórica no Maranhão” (2001) de Marcos Saldanha, graduado da UEMA. Nela, é realizado um “breve histórico das pesquisas da ‘pré-história’ maranhense” (SALDANHA, 2001, p.12).

Em meio a essa estruturação inicial da arqueologia maranhense, os escassos profissionais da área passam a atuar em processos de licenciamento ambiental. De tal forma, com a implantação de empreendimentos com potencial impacto ambiental, são desenvolvidas ações de salvaguarda e educação patrimonial. Segundo Funari (2019):

Indígena e afrodescendentes passaram a figurar nos textos da década de 1990. Houve a multiplicação de estudos arqueológicos como resultado da legislação ambiental e patrimonial e de projetos acadêmicos. Surge a preocupação com a arqueologia pública e a educação patrimonial que representou o incremento dos dados empíricos e diversidade de interesses e perspectivas.

As políticas de formação profissional avançam no Brasil e com elas, as práticas de internacionalização. Tal processo repercute em avanços na arqueologia brasileira, ampliando a produção científica e suscitando um olhar interdisciplinar e inclusivo nos estudos realizados,

dissipando em grande parte, o referencial europeu de contraposição entre selvagem e civilizado. Nesse movimento, chega ao Maranhão para atuar como docente no contexto do Departamento de História da UFMA, o arqueólogo Alexandre Guida Navarro. Seus estudos formativos realizados no exterior, no campo da Antropologia, enfocaram a Mesoamérica. Segundo Funari (2019, p. 29):

Com a abertura política, os estudos arqueológicos passaram a se preocupar com relações de poder, de gênero, estratificação social e atuação junto às comunidades. Houve uma ampla renovação da arqueologia amazônica integrada à agenda mundial que beneficiou arqueólogos como Alexandre Navarro na retomada dos estudos sobre a baixada maranhense.

Após estabelecer-se no Maranhão e com o início da atuação docente, Navarro percebe o potencial da região nas pesquisas arqueológicas, especialmente a Baixada Maranhense. Assim, empreende estudos que destacam em suas obras, o riquíssimo patrimônio cultural material e imaterial dos sítios arqueológicos na representação “da identidade cultural das sociedades que formaram o povo brasileiro” (NAVARRO, 2019, p. 15).

Diante disso, ocorre a criação do Laboratório de Arqueologia (LARQ-UFMA)<sup>134</sup> que inicia as atividades em 2011, mas, tem sua inauguração oficial realizada em 2014. Segundo Navarro (2022, p. 294):

O Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ-UFMA) é o primeiro laboratório de arqueologia de uma universidade maranhense. Foi construído em 2011 para atender as minhas pesquisas arqueológicas, como recém-docente concursado na Universidade. O cenário era incipiente, mas promissor, uma vez que a UFMA e o próprio estado do Maranhão careciam de pesquisas arqueológicas .

O trabalho técnico no laboratório representou o fomento à pesquisa e formação de recursos humanos, promovendo a articulação entre docência, iniciação científica e parcerias institucionais: “Diversos docentes nacionais e internacionais contribuíram com a formação dos estudantes, que ingressam no LARQ como estagiários e depois como alunos de Iniciação Científica. Alguns deles hoje são mestrandos e doutorandos em renomadas instituições nacionais” (NAVARRO, 2022, p. 293).

Em 2012, Navarro retoma a pesquisa arqueológica no Maranhão com projeto sobre “antigas aldeias descritas na documentação histórica a partir da relação dos seus nomes com

---

<sup>134</sup> Vinculado ao Departamento de História (DEHIS) da UFMA, com atividades acadêmicas na Pós-Graduação em História (PPGHIS). Localizado no prédio anexo ao Centro de Ciências Humanas (CCH) da UFMA ao lado das salas de pesquisas dos professores (NAVARRO, 2022).

os atuais bairros da cidade de São Luís” (NAVARRO, 2022, p. 296). Dessa forma, produz a Carta arqueológica dos sítios Tupis-guaranis na ilha de São Luís. Em meio a esse processo, o olhar do arqueólogo se desloca para a Baixada Maranhense:

Nesse ínterim ocorreu algo que mudou completamente o rumo da minha vida acadêmica, no qual estou inserido até hoje. No fim de 2012 houve uma seca expressiva no Maranhão e alguns lagos da região estuarina da Baixada Maranhense secaram. Na cidade de Olinda Nova do Maranhão, a 250 km de distância de São Luís, pude vislumbrar, pela primeira vez, uma grande estearia, sítio arqueológico pré-colonial construído sobre palafitas. Havia 80 anos que este lago não secava e, então, pude ver os milhares de esteios fincados no torrão sofrido da terra em meio às carcaças de peixes e tartarugas mortos pela seca [...]Ali nascia um novo projeto de pesquisa e um novo capítulo de minha vida (NAVARRO, 2022, p. 296).

Navarro mergulha no estudo sobre as estearias da Baixada Maranhense. Sua pesquisa aprofunda a compreensão sobre os vestígios de sociedades estabelecidas há mais de mil anos em meio às zonas úmidas dos estuários maranhenses. Como ressalta Ana Roosevelt no prefácio de uma das obras decorrentes da pesquisa:

Essa era uma cultura de pessoas que habitavam lagos e rios e construíam seus assentamentos em amplas plataformas erguidas sobre esteios de madeira maciça. Os esteios permanecem lá como sentinelas múltiplas nos assentamentos abandonados ainda sobre os sedimentos e águas das planícies de inundação (NAVARRO, 2019, p. 23).

Inicialmente retratadas por Raimundo Lopes e observadas por incursões pontuais no decorrer do século XX, as estearias foram caracterizadas como vestígios de moradias lacustres arquitetadas com esteios de madeira. São consideradas palafitas pré-históricas tal como os sítios localizados em regiões da Europa datados entre 5 mil a 800 a.C., cuja catalogação atual aponta para a identificação de mais de mil sítios desta natureza (RENFREW; BAHN, 2007).

Os sítios palafíticos surgem de forma pontual na América do Sul, mas, são frequentes em países como Itália, França, Alemanha e Suíça. As mais conhecidas ficam na região que circunda os Alpes, com destaque para o sítio do povoado de Obermelein às margens do lago Zurique na Suíça e as do lago Constança na Alemanha (EBERSBACH, 2013). Na Europa, essas moradias retratam o período Neolítico e foram interpretadas pelos estudos arqueológicos como estratégia de defesa e subsistência por meio da pesca (BAHAMÓN E ÁLVAREZ, 2009). As pesquisas apontam que na Europa, o abandono dessas construções se dava na medida em que ocorria o aumento do nível das águas.

O processo de datação evidenciou que as sociedades palafiteiras do Maranhão são posteriores às da Europa. Situadas entre os séculos 8 e 9 d.C. desenvolviam sua dinâmica social no período do feudalismo na Europa e do processo de colapso dos maias na Mesoamérica. Conforme Funari (2019, p. 165):

A ocupação deu-se, no século IX d.C., período que coincide com o período de consolidação das três grandes religiões monoteístas no Velho Mundo (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo), mas também com declínio Maia na Mesoamérica e com o colapso do governo centralizado na China; alguns relacionarão tudo isso a mudanças climáticas. Na Amazônia oriental, no atual Maranhão, povos indígenas construíram aldeias com arquitetura complexa, muito bem adaptadas ao médio aquático, em comércio com sociedades distantes, no Caribe.

Os estudos da cultura material coletada nos sítios de estearias da Baixada Maranhense demonstram uma população de exímios ceramistas. Além disso, evidenciam práticas de contato estruturadas por meio de trocas:

Os povos comercializavam o objeto de luxo ou de prestígio chamado muiraquitã, amuletos de Jade geralmente representando o sapo como animal associado a fertilidade, com povos de regiões distantes não somente da Amazônia mas provavelmente do Caribe e América Central. Alguns estudos apontam que o muiraquitã era utilizado como colar de chefes supremos ou como adornos de cabeça por mulheres poderosas. Ouso dizer que a rede de comércio destas pedras verdes chegou até mesmo à Costa Rica (NAVARRO, 2019, p. 43).

As pesquisas subsidiadas pelo trabalho realizado no LARQ/UFMA desencadearam o aprofundamento dos estudos das estearias que até então eram pouco estudadas na Arqueologia brasileira (PROUS, 1992; MARTIN, 1996; BANDEIRA, 2005). Nessa perspectiva, Navarro desenvolve o Programa Carta Arqueológica das estearias da porção centro-norte da Baixada Maranhense realizando o mapeamento dos sítios utilizando para tanto, tecnologias e parcerias com pesquisadores de diversas universidades brasileiras. Assim, o estudioso detalha o desenvolvimento do estudo:

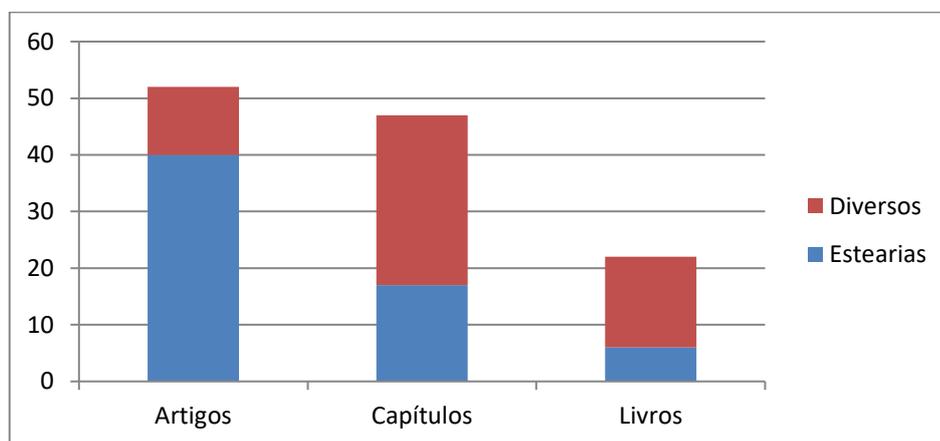
Em primeiro lugar visitaremos a região na época de seca, ou seja, no segundo semestre de cada ano, dado que a zona permanece inundada na época das chuvas (primeiro semestre). Faremos prospecções intensivas na região com o objetivo de registrar e catalogar os sítios com o GPS e Geographical Information System (GIS), com o objetivo de criar um mapa topográfico das estearias. Uma vez catalogados os sítios, criaremos um banco de dados para entender o processo de ocupação da zona lacustre bem como sua expansão na paisagem circundante. Além disso, nos sítios que estiverem em lagos secos, utilizaremos a Estação Total como um método que fornecerá um modelo de distribuição espacial das estearias

e a configuração espacial dos esteios ao longo dos lagos. Com isso, saberemos o tamanho exato destes esteios, sua altura, circunferência e distância entre os mesmos. É a partir do inventário de sítios que poderemos entender como o espaço lacustre do centro-norte da Baixada Maranhense foi ocupado ao longo do tempo (NAVARRO, 2013b, p. 61).

A pesquisa se pautou em identificar, semelhanças e diferenças do registro arqueológico de cada estearia, conforme as peculiaridades de seus contextos (HODDER, 1994; NAVARRO, 2007). Durante oito anos, os projetos constituíram cinco pesquisas a partir do Programa Carta Arqueológica das estearias. Com fomento pelo CNPq e da FAPEMA, foram captados R\$ 709.599,60 (NAVARRO, 2022).

Além disso, a pesquisa possibilitou a publicação de diversos artigos, capítulos e livros, com aspectos significativos em relação às estearias maranhenses.

**Figura 25 – Publicações de Alexandre Navarro a partir de 2013**



**Fonte:** Plataforma Lattes. Acesso em 10 ago 2023.

Ao fomentar o reconhecimento das estearias na Arqueologia brasileira, os estudos de Alexandre Navarro, um século depois de Raimundo Lopes, recolocaram em destaque, o cenário científico maranhense. Suas iniciativas permitem a articulação com outros centros de produção científica do país, especialmente na realização de pesquisas interdisciplinares. Nesse sentido, o pesquisador busca o fomento por meio dos editais de instituições como CNPq, IPHAN e FAPEMA suscitando a intersectorialidade nas pesquisas.

Na FAPEMA, seus projetos renderam o Prêmio Professora Odete Fátima Machado da Silveira<sup>135</sup>, do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), na subcategoria "Ciências Humanas" da categoria "Pesquisador Destaque". O quesito contempla trabalhos de relevância social que contribuem para aproximar a comunidade do fazer científico. Para ser contemplado, Navarro evidenciou projetos que

<sup>135</sup> A premiação é uma iniciativa da CONFAP e conta com patrocínio exclusivo da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e apoio do CNPq. Cf. <https://portalpadrao.ufma.br/>. Acesso em maio 2023.

suscitaram a participação popular no campo de pesquisa, contando com a ajuda de pessoas que residem na região, pescadores além da articulação com estudantes de iniciação científica do LARQ/UFMA.

Em seu processo de pesquisa, a questão norteadora dos estudos de Navarro perpassa pela compreensão desses povos quanto à escolha de morar em meio a ambientes aquáticos.

A partir do mapeamento que fizemos de quatro sítios arqueológicos localizados no rio Turiaçu, no município de Santa Helena, mostram que esses povos não estavam escolhendo morar nos lagos e rios somente por causa da obtenção de peixe. Todos esses sítios citados estão localizados em curvas de rio e nunca ficam na margem deles, ou seja, estão sendo construídos no leito aquático sem qualquer comunicação coma terra firme. (...) Possivelmente tem a ver com aspectos defensivos. Viver no meio dos lagos poderia ser mais seguro e mais difícil de ser atacado pelos inimigos. Aliás, esses locais não são somente acampamentos, são verdadeiras moradias, pois as madeiras que foram utilizadas para construir as aldeias são todas de lei, como o pau d'arco (ipê), pois era necessário que a madeira fosse de boa qualidade para durar dentro desse ambiente aquático. (NAVARRO, 2018, p.43).

O arqueólogo se opõe às percepções de estudiosos anteriores que caracterizavam os povos das estearias como populações nômades, em processo de constante migração com média complexificação social. Navarro destaca a escolha pelo ambiente aquático em virtude de possibilitar acesso à diversidade de peixes, subsidiando a obtenção de alimentos. Paralelamente, aponta a distância das palafitas em relação às margens como estratégia de segurança. Acrescenta que os assentamentos pela sua ampla dimensão evidenciam organização estruturada e a cultura ceramista aponta para produção material sofisticada. “A grande dispersão dos grupos e a localização das aldeias no centro dos lagos, assim como as estatuetas, indicam sociedades complexas e populosas do tipo cacicado ou chefias regionais, sociedades hierarquizadas” (FUNARI, 2019, p. 165). Diante disso, tal como Raimundo Lopes, Navarro se reporta as estearias como uma cidade lacustre. No meio dos lagos, em formato elíptico com vários núcleos habitacionais em torno de um maior ao centro, indicando presença de hierarquização na aldeia. Com base nas demarcações da carta arqueológica, Navarro (2019, p. 41) esclarece:

Nesse período, existiam aproximadamente 13 grandes aldeias espalhadas numa área de aproximadamente 26.000 km quadrados: 6 ficavam na bacia do Rio Pindaré no município de Penalva. Tanto Lopes quanto outros pesquisadores que vieram postularam que esses grupos estavam em constante migração para justificar a existência desse sítios numa extensa área da Baixada. Graças às 25 datações radiocarbônicas feitas pelo LARQ/UFMA, podemos dizer que esta premissa é falsa. os sítios são contemporâneos e estão circunscritos em dois grandes nichos ecológicos: um no norte da Baixada no rio Turiaçu e outro no sul no Pindaré.

Os estudos de Navarro articulam ainda, o olhar arqueológico à diversidade de epistemologias. Considerando registros na cultura material, o arqueólogo analisa concepções míticas e cosmológicas dos povos das estearias. Tomando como fundamento, Eliade (2012) e Reichel-Dolmatoff (1971) que problematizam a questão nas culturas amazônicas, Navarro suscita a necessidade de se compreender as representações desses povos considerando além das conexões com outros povos, um sentido de história global que evidencia tais epistemologias como elementos característicos das formações humanas e presentes em diversas sociedades. Assim, declara:

Nós acreditamos que a ciência deva promover, além da busca do conhecimento, a interação das pessoas em suas diversas esferas sociais, congregando o diálogo com a diversidade. Além disso, o nosso laboratório não é um espaço somente técnico, ao contrário, é um local de aprendizagem e transformador dos conhecimentos (NAVARRO, 2019, p.15).

A abordagem das estearias pelos estudos de Navarro no LARQ/UFMA, nas duas primeiras décadas do século XXI evidencia o fortalecimento da profissionalização da Arqueologia no Maranhão. Além disso, demonstra uma abordagem interdisciplinar, articulada à História, estreitando os laços de fronteiras tão fortemente demarcadas na trajetória de constituição do campo epistemológico das Ciências Humanas.

Muito mais do que tabular questões técnicas a partir da cultura material, as pesquisas suscitam a compreensão das singularidades dos povos das estearias abrangendo aspectos sociais, políticos e rituais. Para tanto, a investigação busca perceber como os artefatos eram utilizados pelas comunidades em articulação ao seu modo de vida e de conceber a realidade.

Recorrendo novamente às considerações de Ana Roosevelt sobre as pesquisas de Alexandre Navarro, ressaltamos sua concepção de pesquisa arqueológica como “uma ação social integrada e não como uma disciplina ultrapassada criada em sociedades coloniais e pós-coloniais, que analisam o passado de culturas desaparecidas” (NAVARRO, 2018, p. 12). Trata-se de uma abordagem que supera a comparação entre culturas a partir de visões eurocêntricas que estabelecem padrões. Com isso, evidencia a relevância da cultura dos povos das estearias em sua organização social.

A atuação do LARQ/UFMA no mapeamento arqueológico das estearias revolveu o olhar sobre esses sítios na região da Baixada Maranhense. A própria vivência de Navarro nas campanhas arqueológicas reverbera episódios nos quais a população no entorno dos sítios se manifesta com relação aos vestígios arqueológicos a partir de outros olhares e interpretações para além da Ciência.

Considerando os diversos sentidos sociais que surgem no trabalho com a cultura material, cabe considerar a diversidade de epistemologias que circula entre as comunidades no entorno dos sítios de estearias. Do mesmo modo em que o olhar de Navarro se direciona aos aspectos místicos que os povos palafiteiros retratavam em suas produções enquanto ceramistas é imprescindível retratar as narrativas ancestrais da população do tempo presente sobre as estearias no forjar de uma cultura imaterial.

Até este ponto do estudo, discutiram-se os processos interpretativos presentes na constituição de narrativas ancestrais, evidenciando-se o processo de constituição do município de Penalva-MA, traçando seu panorama histórico, geográfico e social e percebendo os esteios nas fontes escritas. Após evidenciar o olhar da ciência sobre as estearias, evidenciam-se a partir deste ponto, as narrativas ancestrais da população penalvense sobre as estearias.

### **3.3 Mapeando as epistemologias penalvenses sobre as estearias**

Tal como Navarro (2022) sinaliza no contato com populares durante uma de suas incursões, relatos místicos sobre os esteios ressoam entre a população ribeirinha. Nesta etapa do trabalho, enfoca-se a percepção das interpretações da população penalvense sobre as estearias. Trata-se de se perceber que mesmo diante de teorias científicas sobre os esteios, elaboradas por estudiosos, há epistemologias dos penalvenses a respeito desses vestígios arqueológicos, atreladas à memória social e ao estabelecimento de tradições.

Tais interpretações constituem as narrativas ancestrais que são o foco desta pesquisa e se inter-relacionam com aspectos da identidade local, entre outras questões suscitadas pela comunidade no contato com a realidade do seu território. Nesse sentido, aborda-se a recepção social da população penalvense sobre os estudos arqueológicos dos esteios, sua percepção acerca da cultura material e como esse processo desencadeia a constituição de uma cultura imaterial norteada por concepções diversas em relação às estearias. Para tanto, em articulação com o estudo documental, realizou-se pesquisa de campo na coleta de depoimentos sobre as estearias.

A análise de documentos, produções literárias e diletantes sobre Penalva constituiu o ponto de partida do conhecimento acerca das narrativas ancestrais sobre as estearias. Para contextualização, foi realizada pesquisa de campo na perspectiva de fomentar, por meio do contato com a população penalvense, a visualização de aspectos que apontam seus processos interpretativos sobre as estearias. Trata-se de considerar a articulação entre as fontes documentais e o contexto de produção das narrativas ancestrais:

A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado nos mais diferentes aspectos de uma determinada realidade (CARVALHO, 2013, p. 154).

Nesse processo, foi realizado o procedimento de observação científica:

Entendida como uso sistemático de nossos sentidos na busca de informação sobre um objeto específico de estudo, permitindo a percepção ativa da realidade exterior para obter informações consideradas de interesse para a investigação, é um procedimento sistemático, orientado por um roteiro com indicação de aspectos importantes a considerar na observação (SILVA, 2013, p. 95).

A coleta de impressões da população sobre as estearias foi realizada a partir da técnica do grupo focal. O objetivo central foi “identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto” (DIAS, s/d e l, p. 3). Caracteriza, portanto, um procedimento da pesquisa social qualitativa. Nesse sentido, se pauta no exame de informações, considerando o ponto de vista a respeito de um tema, de diferentes sujeitos que, no entanto, apresentam interesses e identidades similares (JOHNSON, 1994). Conforme Roche (2000), tal procedimento congrega pessoas com vivência sobre um tema central em estudo, fomentando discussões e a expressão de vivências pelos sujeitos.

Na constituição da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, os grupos focais surgiram em 1920, nos Estados Unidos a partir da prática de escuta em grupo. Caracterizam "entrevistas focais" buscando testar reações de grupos a eventos e fenômenos sociais. O grupo focal possibilita observar a percepção de sujeitos isolados, articulada a crenças e representações constituídas por meio da interação, em contextos específicos de comunicação social. Articula-se por meio de discussões coletivas com os participantes sobre um tema, a partir das intervenções de um(a) moderador(a). Nesse processo, são verbalizadas experiências, crenças, opiniões, representações, valores entre outros elementos manifestados na coletividade (PÁTARO; CALSA, 2020).

Assim, o procedimento de pesquisa busca a compreensão da construção social de percepções de um grupo diante de um tema. Em Ciências Humanas, o grupo focal prioriza as relações sociais nos processos de comunicação, permitindo a emergência de pontos de vista e processos emocionais. Além disso, enfoca experiências comuns entre os participantes e a emergência dos valores que as subsidiam.

Nesta pesquisa, ocorreram ainda, entrevistas semiestruturadas individuais com historiadores diletantes da cidade de Penalva - MA e questionário no formato de formulário

do *Google* com professores da rede municipal de ensino, constituindo assim, um *corpus* de procedimentos de coleta numa proposta multimétodo.

O grupo focal foi formado por 10 participantes, residentes no município, considerando-se o lugar social dos sujeitos, a partir de sua atuação no mundo do trabalho. A amostra intencional foi constituída por 7 (sete) homens e 3(três) mulheres, selecionados pela pesquisadora, considerando indicações realizadas nas entrevistas com os diletantes. Entre essas referências, só estavam participantes homens. Assim, considerando-se a conjuntura do município em termos de setor produtivo, foram inclusas mulheres nas categorias trabalhadora do lar, professor e agricultor.

**Tabela 6. Composição do grupo focal**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>
Professor	03
Pescador	02
Agricultor	02
Comerciante	01
Político	01
Trabalhadora do lar	01
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Fonte:** Levantamento elaborado pela autora.

A sessão do grupo focal foi realizada em junho de 2023, à noite, das 19h às 21h em espaço coletivo. O encontro teve duração de 120 minutos, conforme a seguinte pauta:

**Tabela 7. Pauta da sessão do grupo focal – Junho 2023**

Acolhida: recital com músicas penalvenses;
Leitura compartilhada e assinatura do TCLE;
Preenchimento no aplicativo <i>Mentimeter</i> de nuvem de palavras sobre as estearias e narrativas;
Realização do roteiro de questões sobre as estearias e narrativas;
Reza e lanche típico.

**Fonte:** Elaboração pela autora

Por ocasião da fundação da Academia Penalvense de Letras e Artes, estando os participantes do grupo focal relacionados ao evento, realizou-se uma segunda sessão em

outubro de 2023, das 8h às 11h. Com o grupo motivado ao fomento cultural a partir da constituição de uma instituição acadêmica, buscou-se suscitar nesta ocasião, mais alguma percepção sobre as narrativas relacionadas às estearias. Além disso, objetivou-se observar possíveis menções à questão da educação patrimonial.

**Tabela 8. Pauta da sessão do grupo focal – Outubro 2023**

---

Acolhida com documentário “A civilização lacustre de Penalva” (BALBY);
Preenchimento no aplicativo <i>Mentimeter</i> de nuvem de palavras sobre patrimônio;
Realização do roteiro de questões sobre ações para as estearias;
Apresentação cultural e lanche típico.

---

**Fonte:** Elaboração pela autora

A dinâmica previa duração de 60 minutos, reservando-se média de 10 minutos para a fala de cada participante. Porém ambas acabaram por se estender para 120 minutos evidenciando-se o aspecto da flexibilidade na mediação pela pesquisadora.

Conforme Gondim (2003, p. 151), “o moderador de um grupo focal assume uma posição de facilitador do processo de discussão, e sua ênfase está nos processos psicossociais que emergem, ou seja, no jogo de interinfluências da formação de opiniões sobre um determinado tema”. A dinâmica foi orientada pela pesquisadora enquanto moderadora numa perspectiva facilitadora que fomentasse aos participantes, evidenciem relatos sobre as narrativas relacionadas às estearias de Penalva, suscitando a expressão de pontos de vistas e a participação de todos os membros, evitando julgamentos.

“As menções e categorias são organizadas em núcleos temáticos que dão suporte a linhas de argumentação, que revelam o modo como os participantes dos grupos focais se posicionam diante do tema, foco da discussão” (GONDIM, 2003, p. 155). Para tanto, a realização do grupo focal, tomou como base, roteiro previamente elaborado (Apêndice D). Apesar disso, a mediação considerou a postura flexível, permitindo o surgimento de ideias e o fluxo de informações relevantes.

As impressões apresentadas foram gravadas em áudio por meio eletrônico, posteriormente transcritas a partir do aplicativo *Transcriptor*, considerando-se a permissão dos participantes do grupo, assegurando-lhes anonimato e uso exclusivo dos registros para as finalidades da pesquisa. Gondim (2003, p. 151) refere que “a unidade de análise do grupo focal é o próprio grupo. Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo”.

Diante disso, a análise das informações não se restringiu à reprodução de falas, evidenciando interpretações e problematizando acerca da percepção dos participantes sobre as narrativas e as estearias, além de considerar a emissão de comportamentos não verbais registrados (expressões faciais, gestos, etc.).

A investigação contou ainda, com a realização de entrevista semiestruturada, gravada em áudio por meio eletrônico, posteriormente transcrita e analisada. Conforme Triviños (2008), este modelo permite que o entrevistado tenha liberdade nas suas respostas (RICHARDSON, 1999). As perguntas disparadoras retratam os mesmos pontos do roteiro do grupo focal (Apêndice D). As entrevistas individuais semiestruturadas foram direcionadas a cinco diletantes penalvenses com obras sobre as estearias e narrativas ancestrais. Para garantir o anonimato, os entrevistados serão nomeados como diletantes.

Aos participantes da pesquisa foram asseguradas as questões éticas na obtenção das informações. O grupo foi sensibilizado quanto aos objetivos do estudo e os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa receberam carta de apresentação e assinaram Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), garantindo-se informações sobre a proposta e perspectivas de devolutivas do estudo (Apêndices A e B).

A partir do relato sobre a coleta de impressões do grupo focal, apresenta-se um panorama do que os participantes retrataram em suas falas sobre a cidade de Penalva e as estearias. Os depoimentos possibilitam na sequência do estudo, o entrecruzamento com as entrevistas aos diletantes e a pesquisa documental no detalhamento das narrativas ancestrais.

A primeira seção do grupo focal foi iniciada pela acolhida aos participantes sob o som da música “Tributo a Penalva” de Carlos Alberto de Sá Barros que consta na epígrafe deste trabalho. A canção suscitou um clima de saudosismo pelas referências à história e à natureza de Penalva com base no olhar idílico sobre o local. Na cadência do samba, a melodia estimula o aflorar de sentimentos sobre a cidade. Para ouvir a canção, basta acessar o *qr-code*:

Figura 26 – *Qr-code* da canção “Tributo a Penalva”



Fonte: Elaboração pela autora.

Em suas poesias musicadas, o penalvense rememora sua trajetória pessoal e nesse movimento, exalta Penalva em suas belezas enquanto sua terra de origem. Nessa atmosfera, os participantes demonstraram na chegada, um misto de emoções, curiosidade, interesse e disponibilidade em relação à pesquisa:

Olha, eu nunca tinha participado de uma pesquisa assim antes, sobre a história da nossa cidade. E quer saber? Me sinto feliz de fazer parte disso, contribuir com a história de Penalva. Às vezes, na correria de cuidar da casa e da família, a gente nem percebe o quanto a cidade é rica. (Informação verbal, grifo meu)<sup>136</sup>.

É interessante! Participar dessa pesquisa meio que me fez perceber que a minha opinião conta, que a minha experiência docente importa. Às vezes, a gente se sente meio invisível, né? Mas aqui, vou falar sobre as coisas que vivi, e sinto que estou contribuindo de alguma forma com a história da cidade. (Informação verbal, grifo meu)<sup>137</sup>.

É importante participar. Como político, é uma chance de deixar uma marca em algo que pode ser significativo lá na frente. (Informação verbal, grifo meu)<sup>138</sup>.

Vou falar do que eu vivo, no campo. A senhora sabe né: não sou estudado. Só sei traçar meu nome. Não sei muito dos livros. Sei do rio, do lago. Há muito tempo a gente tira daqui o sustento e aprende os causos que as águas contam (Informação verbal, grifo meu)<sup>139</sup>.

As falas iniciais retratam o olhar dos participantes sobre as contribuições na pesquisa à história de Penalva. Nota-se a relação entre o ser social e a consciência social permeada pelas questões materiais. Os relatos evidenciam a percepção dos sujeitos alinhada à sua identificação com um lugar social demarcado pelo exercício de uma atividade produtiva.

<sup>136</sup> Depoimento retirado da fala de trabalhadora do lar no grupo focal.

<sup>137</sup> Depoimento retirado da fala de professora no grupo focal.

<sup>138</sup> Depoimento retirado da fala de político no grupo focal.

<sup>139</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

A sessão teve sequência com a leitura compartilhada e assinatura do TCLE para registro da concordância sobre a participação no estudo. Ainda na etapa de mobilização, cada participante do grupo realizou no aplicativo *Mentimeter*, o registro de três palavras sobre a cidade de Penalva e as estearias, compondo uma nuvem de palavras. Os vocábulos registrados pelo grupo demonstraram as percepções iniciais dos participantes antes da aplicação do roteiro de investigação. Assim, transitam por aspectos da natureza, história, cultura, do imaginário e do povo penalvense, ressoando conexões nas representações sobre a cidade.

**Figura 27– Nuvem de palavras sobre estearias**

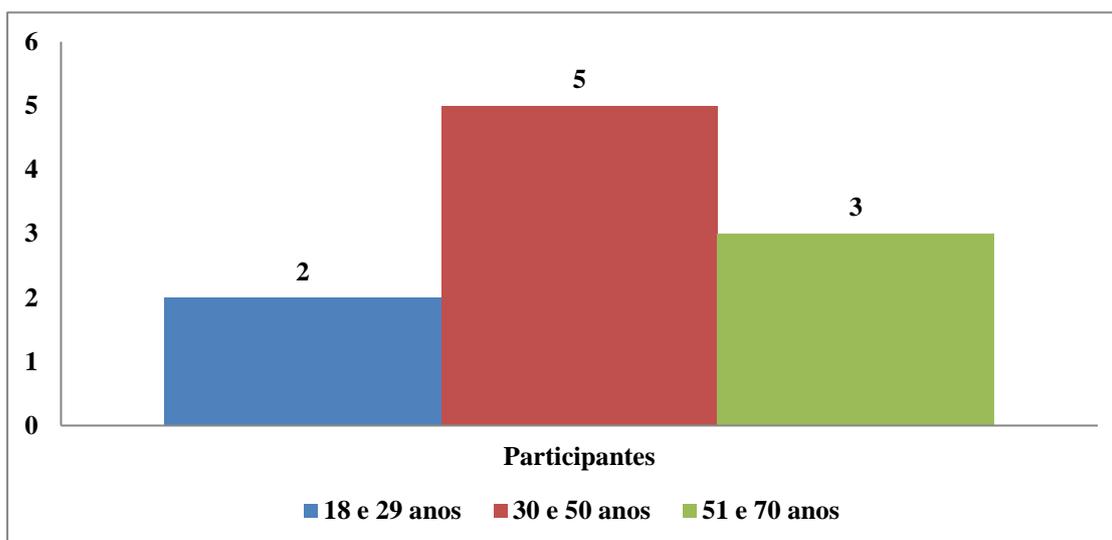


**Fonte:** Registro pela autora.

As palavras Arqueologia e vestígios que aparecem com maior destaque na nuvem indicam os registros mais frequentes. Notam-se ainda, expressões que evidenciam carga emocional, tais como orgulho cuja presença aponta sentimentos dos participantes em relação à cidade e às estearias. A partir das palavras evidenciadas na nuvem formada, reforçaram-se esclarecimentos sobre a temática da pesquisa em questão. Com isso, iniciou-se a mediação do roteiro de questões junto ao grupo focal. Os participantes realizaram a apresentação de dados pessoais como idade, religião, escolaridade e ocupação. Além disso, todos se declararam naturais de Penalva, residindo no município.

Quanto à faixa etária, os participantes apresentaram o seguinte panorama:

Gráfico 8 – Faixa etária dos participantes do grupo focal

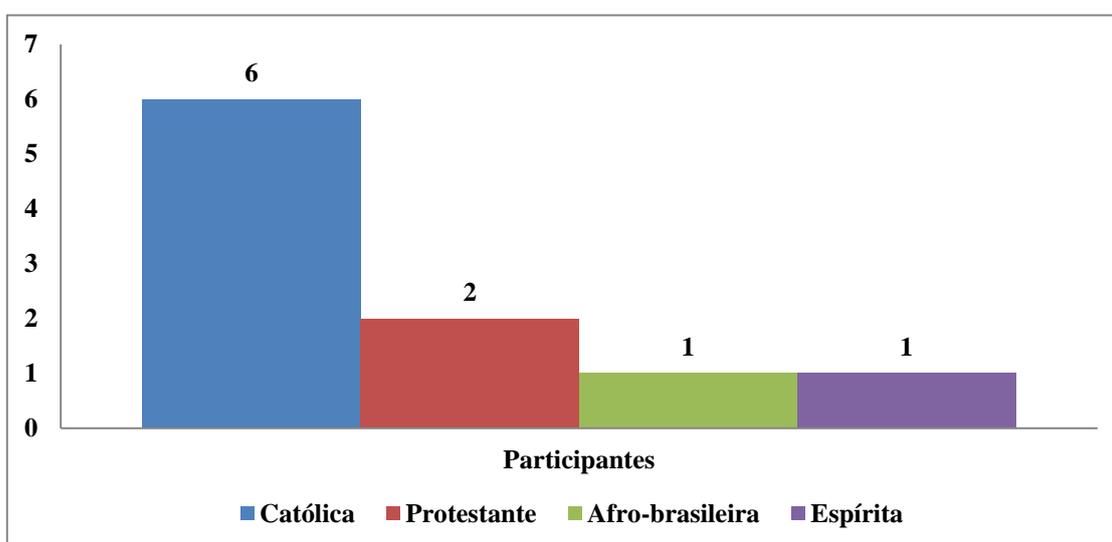


Fonte: Elaboração pela autora.

O grupo demonstra participação de pessoas em três faixas etárias de desenvolvimento. Mescla, portanto, percepções de jovens, adultos e idosos suscitando a diversidade de olhares sobre a cidade e as estereótipos bem como, as relações intergeracionais.

Sobre a religião, a maioria se declara católica, seguida pelos protestantes e pessoas de religião afro-brasileira e espírita.

Gráfico 9 – Religião dos participantes do grupo focal



Fonte: Elaboração pela autora.

A pequena parcela da população representada no grupo focal evidencia diversidade de práticas religiosas. Porém, prevalece o predomínio do Catolicismo, denotando o traço do processo colonizador da região.

Acerca das narrativas ancestrais, todos os participantes declararam que têm conhecimento de histórias sobre a cidade de Penalva:

Cresci ouvindo meu pai contar sobre os mistérios dos campos de Penalva. Tem aquela da serpente que o povo morre de medo. Ela pode afundar a cidade. (Informação verbal)<sup>140</sup>.

A noite na pescaria, os mais velhos contavam. Tinham umas que faziam a gente tremer de medo. (Informação verbal)<sup>141</sup>.

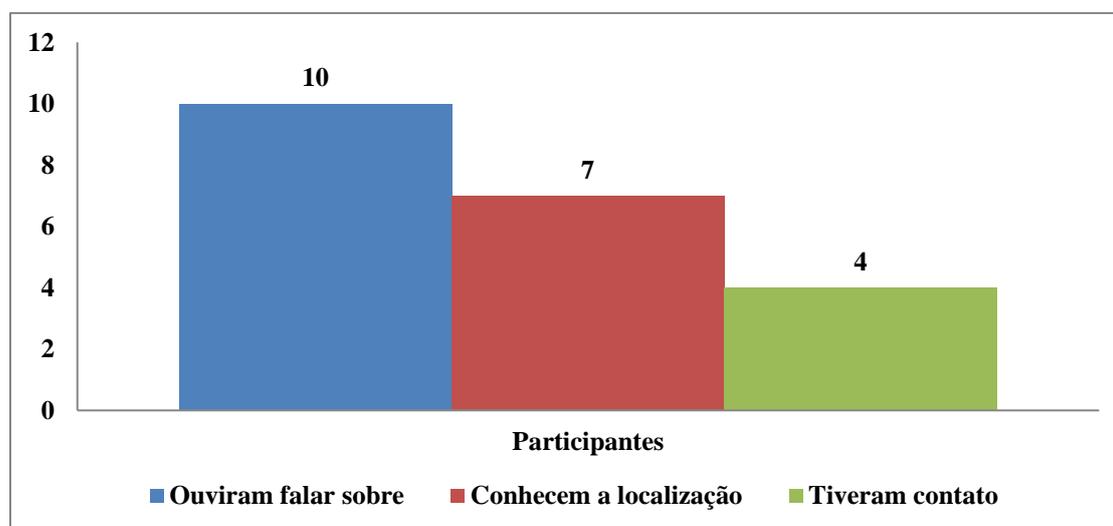
Na hora do almoço, quando para a lida da roça, sempre descansamos contando dos mistérios de Penalva (Informação verbal)<sup>142</sup>

O povo conta. Passo o dia na quitanda e vez por outra, no burburinho dos clientes, escuto uma história sobre Penalva (Informação verbal)<sup>143</sup>.

Os participantes expressam a conexão com a cidade por meio de suas narrativas que transitam paralelamente à história “dita oficial” de Penalva. Evidencia-se dessa forma, o papel dessas epistemologias na constituição da identidade local.

No que se refere ao conhecimento dos participantes sobre as estearias:

**Gráfico 10 – Conhecimento sobre as estearias pelos participantes do grupo focal**



**Fonte:** Elaboração pela autora.

Quanto mais o conhecimento das estearias sai do nível teórico para a *práxis*, ou seja, da escuta sobre elas para o contato com os vestígios, diminui a recorrência da declaração dos participantes. Nota-se assim, a ênfase das narrativas para a difusão de informações sobre a existência dos esteios uma vez que o acesso a eles não é algo comumente experienciado.

<sup>140</sup> Depoimento retirado da fala de professor aposentado no grupo focal.

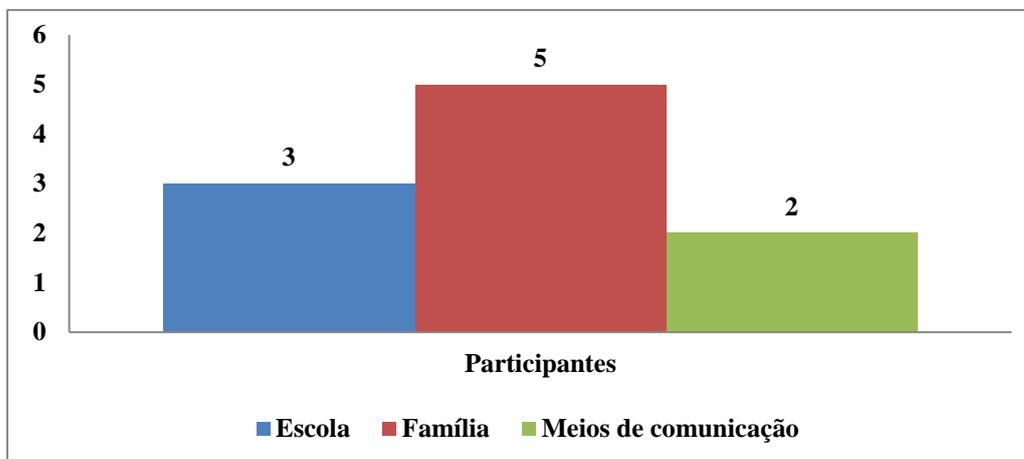
<sup>141</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>142</sup> Depoimento retirado da fala de agricultor no grupo focal.

<sup>143</sup> Depoimento retirado da fala de comerciante no grupo focal.

Ao serem questionados sobre como tiveram conhecimento das estearias, os participantes informaram:

**Gráfico 11 – Onde tiveram conhecimento das estearias**

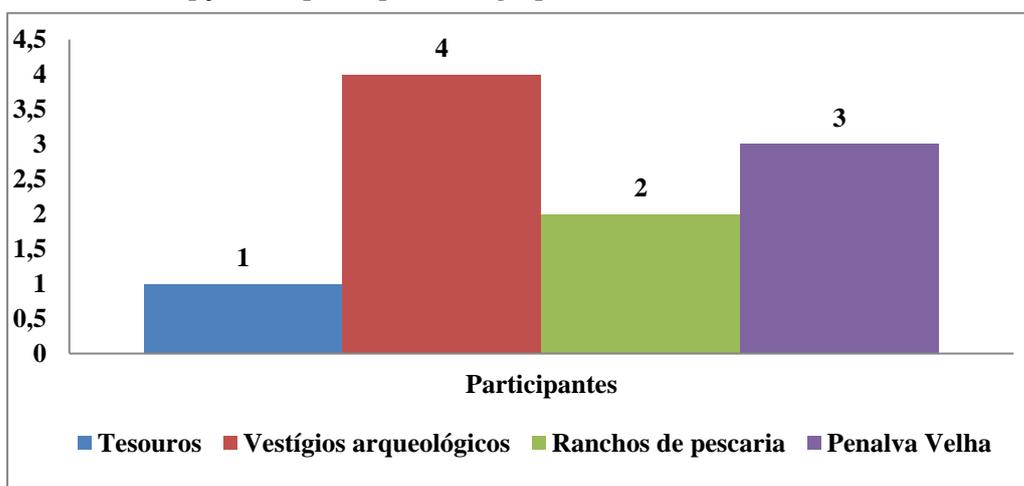


Fonte: Elaboração pela autora.

O maior número de referências ao ambiente familiar denota a vinculação dos saberes acerca das estearias ao processo de aprendizado intergeracional pela via das narrativas entre parentes e membros da família. Em seguida, a menção à escola evidencia a inserção do tema como objeto de conhecimento do currículo em nível local: algo propalado nos documentos norteadores do ensino brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI. Chama atenção ainda, as respostas que apontam os meios de comunicação, evidenciando a inserção das mídias nos processos de difusão de narrativas em meio à coletividade e ainda, a divulgação científica a respeito das estearias.

Os participantes expressaram suas percepções acerca do que acreditam ser as estearias. Nessa perspectiva, transitaram do imaginário dos campos às concepções científicas:

**Gráfico 12 – Percepções dos participantes do grupo focal sobre as estearias**



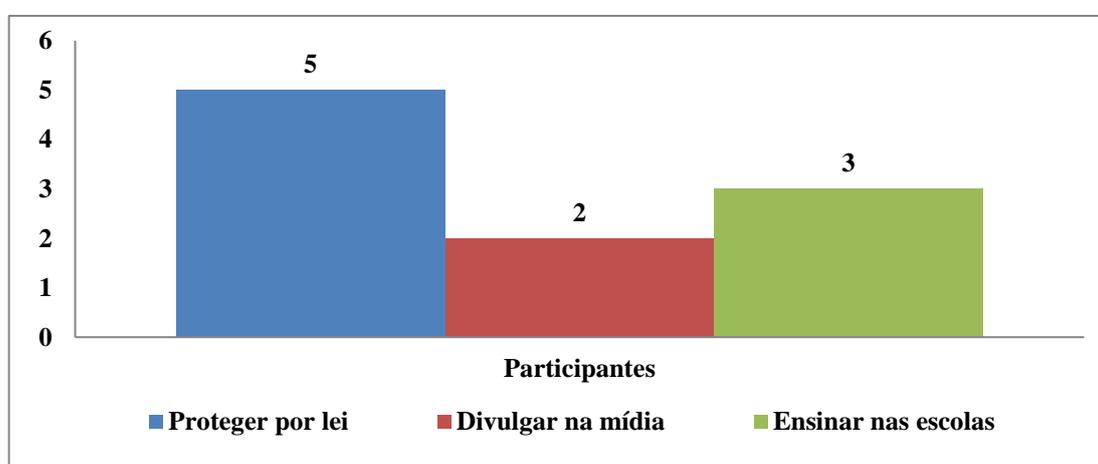
Fonte: Elaboração pela autora.

Entre as falas, predominou a percepção dos esteios como vestígios arqueológicos de moradias indígenas, sinalizando para o alcance das pesquisas científicas no que tange à Arqueologia e à mudança de percepções sobre o protagonismo indígena nos processos históricos. Ainda assim, entre os relatos obtidos, percebeu-se uma quantidade significativa de menções à narrativa da “Penalva Velha”, isto é, à concepção das estearias como o primeiro povoamento, inundado pelas águas do lago durante cataclismo. Houve referência de imaginário que considera os esteios como espaço de tesouros e ainda, como restos dos ranchos de pescadores.

As informações coletadas demonstram aspectos semelhantes a menções das entrevistas realizadas. A vinculação das estearias a restos de ranchos compõe um dos argumentos relatados em entrevistas a serem apresentadas a seguir. Do mesmo modo, a referência à narrativa da “Penalva velha” presente nos relatos de Balby ao se reportar a interpretações da população sobre os esteios. Outro ponto é o imaginário que os considera como tesouros. Essa perspectiva é percebida nos relatos populares presentes na obra de Celso Magalhães entre outras fontes diletantes sobre a história da região tal como retratado na seção 2 deste trabalho.

Os participantes apontaram ações que devem realizadas com as estearias:

**Gráfico 13 – Percepções sobre ações envolvendo as estearias**

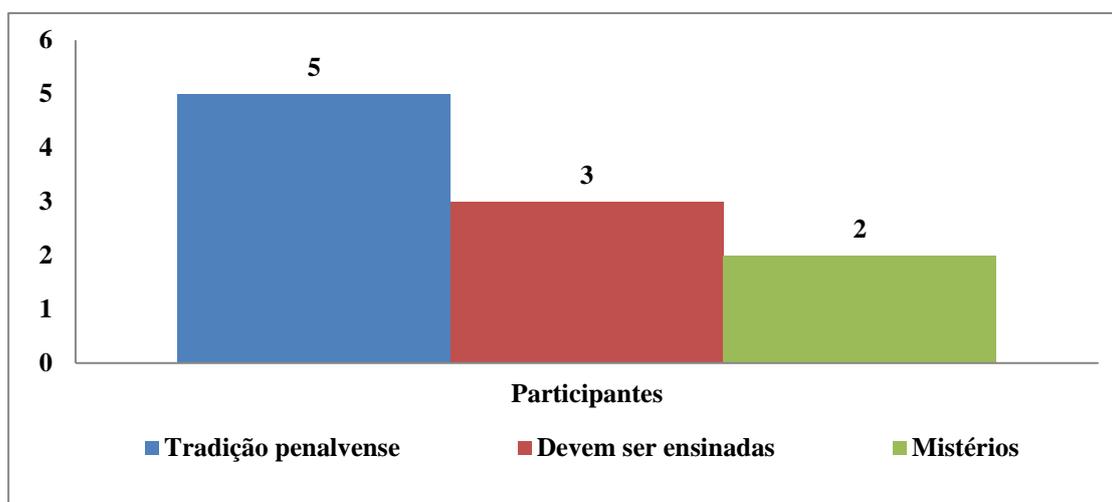


**Fonte:** Elaboração pela autora.

Enquanto ações de destaque foram mencionadas, a proteção dos esteios pelo poder público, o ensino sobre eles nas escolas e a divulgação na mídia. A ênfase na institucionalização de ações sobre as estearias demonstra a inserção da concepção científica dos estudos arqueológicos entre os sujeitos. Além disso, permite perceber a carência de ações de educação patrimonial na comunidade.

No grupo focal, identificou-se a percepção dos participantes sobre narrativas da população acerca das estearias:

Gráfico 14 – Percepções sobre histórias envolvendo as estearias

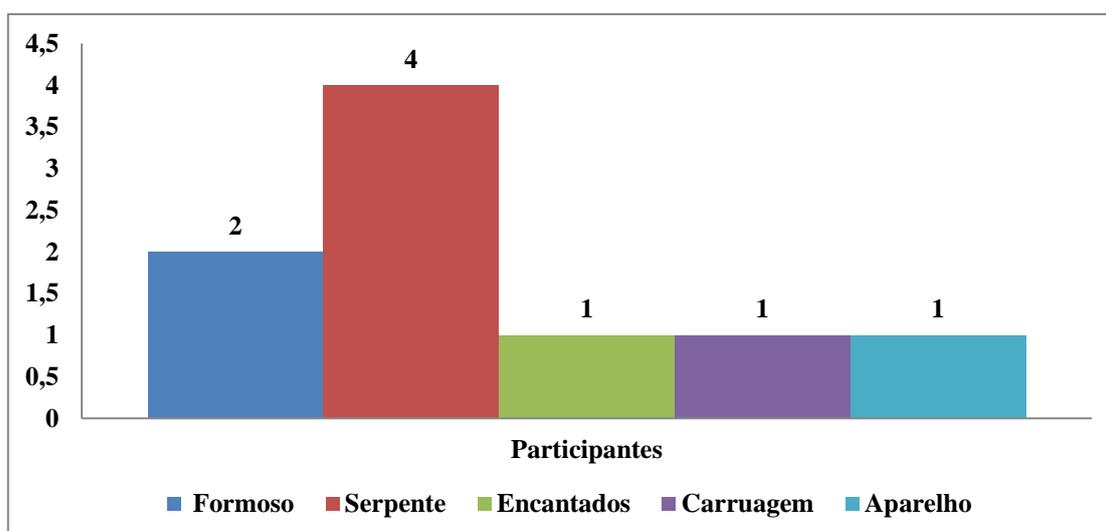


Fonte: Elaboração pela autora.

Os registros evidenciam a amplitude de declarações que consideram as narrativas da população sobre as estearias, elementos vinculados à formação da memória penalvense. Foram realizadas menções que categorizam os relatos como mistérios, ou seja, elementos do imaginário. Contudo, houve menção das narrativas como aspectos a serem ensinados entre a população. A referência a processos de interpretação, repasse e educação evidencia a composição de uma epistemologia local acerca dos esteios na memória social da historicidade penalvense.

Os participantes mencionaram uma diversidade de narrativas sobre a cidade:

Gráfico 15 – Narrativas sobre Penalva relatadas pelos participantes do grupo focal



Fonte: Elaboração pela autora.

Dos temas enfocados sobre Penalva, sobrepõe-se a narrativa da serpente nos subterrâneos da cidade: “Existe uma serpente que o dia ela se mexer Penalva afunda. Passa por debaixo do rio e da cidade, indo até Viana. Se a mesma se mexer ou for agredida, a cidade será afundada completamente” (Informação verbal)<sup>144</sup>.

A cabeça da serpente fica sob o altar da Igreja Matriz São José de Penalva e o rabo na Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viana. O animal adormecido, se acordado, promoverá um cataclismo que afundará Penalva no lago.

Em seguida, destaca-se entre as menções, a Ilha do Formoso, como local cercado de mistérios que se desloca pelas águas do lago: “Na ilha flutuante do Formoso tem visagem de noite, falam de um navio, de tambores e um boi pretinho que se alguém dominar, a ilha se transforma em uma cidade. Ela é encantada” (Informação verbal)<sup>145</sup>. Nela, forças místicas atuam em proteção à natureza: “Já olhei muita coisa no Formoso! Tem que pedir licença pra entrar” (Informação verbal)<sup>146</sup>. Além dos encantados, tesouros podem ser encontrados, tal como se retratou na seção 2 deste trabalho.

Houve referência aos chamados encantados, considerados pelos participantes como elementos da natureza ou objetos dotados de características humanas ou místicas. Uma delas é a “Árvore chorona”: “Dizem que a mangueira que chora na Praça de São José e anuncia quando a cidade afundará” (Informação verbal)<sup>147</sup>. Conforme o relato, a mangueira tem ação premonitória e seu choro é sinal do colapso da cidade.

Há ainda, a narrativa do “Couro velho”: um pedaço de couro de boi que se arrasta pelas ruas durante a madrugada: “É assim: ele assusta as pessoas, um barulho junto com fedor horrível e aí todo mundo procura suas casas e não fica pela escuridão” (Informação verbal)<sup>148</sup>.

Entre os relatos, está o da “Camboa fantasma”, um grupo de pescadores avistado no lago que desaparece misteriosamente.

Nós morava [sic] lá no Abelim. Cedo ainda. A lua era uma beleza. A gente foi na direção do lago, perto do Jacuíca e vimos gritar. De longe se viu: era uma camboa, um monte de homem de branco, aquela conversa, facho de luz, tinha até zoadada de tarrafa jogada na água. Fomos atrás pra ver quem era e paramos na beira do lago, perto do cemitério, lá tudo sumiu: era visagem. No outro dia, amanheci com muita dor de cabeça e se olhar essa camboa de novo, num vou mais atrás (Informação verbal)<sup>149</sup>.

<sup>144</sup> Depoimento retirado da fala de professor no grupo focal.

<sup>145</sup> Depoimento retirado da fala de agricultora no grupo focal.

<sup>146</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>147</sup> Depoimento retirado da fala de professor aposentado no grupo focal.

<sup>148</sup> Depoimento retirado da fala de comerciante no grupo focal.

<sup>149</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

A narrativa refere a elementos como cemitério e pessoas vestidas de branco remetendo concepção de “visagem”. Trata-se da aparição do espírito de pessoa falecida que assusta os transeuntes, geralmente durante a noite. Neste caso, encantados na região dos lagos penalvenses.

Sobre esse mesmo cenário, outra narrativa é mencionada: “A curacanga”, tocha de fogo que vaga pelos rios perseguindo quem a encontrar.

Era de noite, lua nova e eu tava na canoa jogando rede, perto da Trizidela. Queria pegar qualquer coisinha pra levar pra casa e ai no escuro vi um facho, de longe aquela bola de fogo. Um fogo azulado dançando na água e vinha chegando perto. Fui logo tirando a canoa dali. Croacanga é coisa séria, eu respeito e não quero conversa com ela (Informação verbal)<sup>150</sup>.

A curacanga é elemento comum nas produções regionais com histórias dos campos da Baixada Maranhense. Os relatos retratam a interpretação popular sobre as bolas de fogo que aparecem no cenário dos campos.

Houve referência ainda, ao relato de uma carruagem assombrada que percorre as ruas da cidade nas madrugadas, conduzida por uma mulher amaldiçoada: Ana Jansen. Em virtude das maldades realizadas em vida, a nobre senhora ao falecer foi encarcerada ao castigo eterno de vagar a noite, assustando moradores.

“Ali perto do cemitério, dia de sexta meia noite era certo ver a carruagem em disparada. Era ela, Ana Jansen. De longe, a mulher branca vinha assustando quem encontrasse na rua” (Informação verbal)<sup>151</sup>.

Este relato coincide com a narrativa tradicional da cidade de São Luís. Sua vinculação a Penalva é atribuída ao fato de uma família de sua descendência residir na cidade, tendo inclusive, atuação de destaque no carnaval local na Agremiação Beira Mar do Samba que agrega pescadores.

Durante a sessão, um dos relatos mencionou os chamados “Aparelhos”:

De tempo em tempo eles aparecem de noite e até mesmo de dia. Eu já vi. É uma luz estranha no céu. Diferente de avião, de estrela, voa rápido. Era na sede e na zona rural, no campo, no lago. Vão chegando a noite como ponto de luz no céu. De dia, vem rápido e joga o facho de luz. Teve até o caso de um menino que sumiu e depois voltou ali perto do Cacau. Depois disso, o povo sempre olha pro céu antes de sair pra ver se tem aparelho (Informação verbal)<sup>152</sup>.

<sup>150</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>151</sup> Depoimento retirado da fala de comerciante no grupo focal.

<sup>152</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

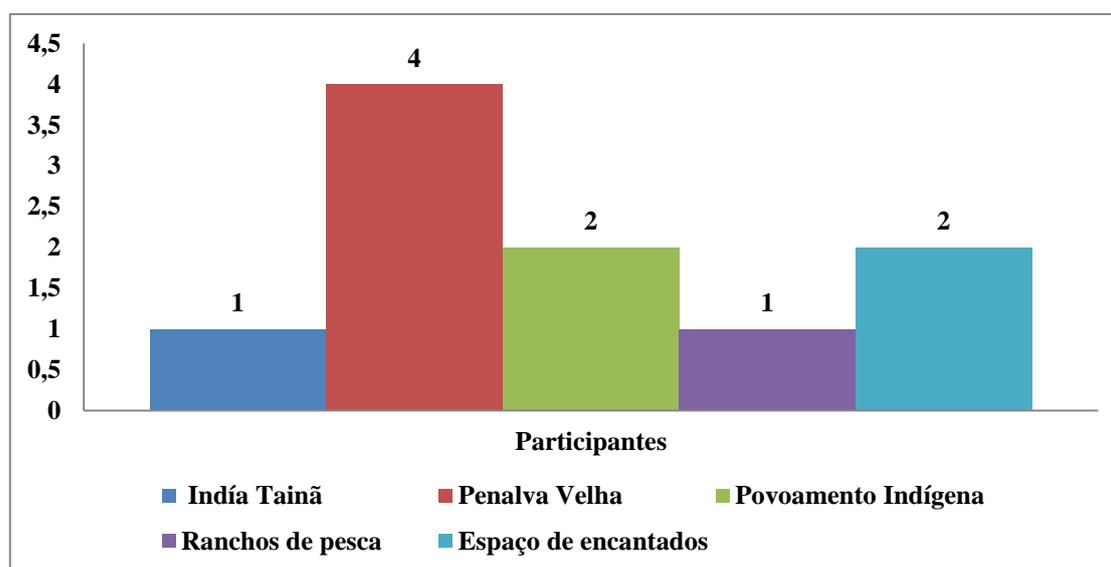
A expressão aparelho utilizada pelo participante faz referência a pontos luminosos, objetos não identificados que surgem no céu da cidade. Os relatos falam de avistamentos que assustam moradores com fachos de luz, gerando inclusive episódio de desaparecimento, conforme será relatado posteriormente neste trabalho.

Este panorama evidencia a diversidade de narrativas e a circularidade de temas presentes em tradições orais do Maranhão. De modo geral, engloba relatos relacionados à história e cotidiano da cidade de Penalva e a partir dele, os participantes foram questionados se conheciam narrativas ancestrais relacionadas às estearias. O grupo declarou ter conhecimento de narrativas ancestrais permeadas por mistérios sobre as estearias.

Alguns participantes ressaltaram que ainda assim, compreendem que os esteios são vestígios arqueológicos e, portanto, estudados pela ciência. Sobre esta constatação, mencionaram os estudos do LARQ/UFMA, de Raimundo Balby e Raimundo Lopes, como fonte para a obtenção do conhecimento sobre o tema.

Nesse movimento, foram referidas as seguintes narrativas sobre as estearias:

**Gráfico 16 – Narrativas dos participantes do grupo focal sobre as estearias**



**Fonte:** Elaboração pela autora.

Entre as menções, um dos participantes que referiu a explicação científica sobre as estearias ressaltou considera-las indícios do povoamento inicial da região por indígenas Gamelas.

Os esteios são vestígios arqueológicos. São fruto dos nossos primeiros habitantes: os indígenas. Nessa região eram os gamelas. Os portugueses tomaram o território e só agora bem recente, esse povo luta pra voltar. Os remanescentes. Eles sofrem muita violência dos fazendeiros (Informação verbal)<sup>153</sup>.

Percebe-se neste ponto, a retomada da referência a esta etnia, silenciada na denominação dos espaços desse território e cujas lutas pela demarcação da terra na região vem aflorando nas últimas décadas, tal como sinalizam as placas que famílias remanescentes fixaram na estrada de acesso ao município. Contudo, outro participante mencionou que as estearias constituem vestígios indígenas, mas, da presença Inca na região:

A ciência já mostrou. As estearias são a prova de um povo neolítico. Penalva é muito importante por ter isso e deveria ser valorizada. É a história da humanidade. Dr. Raimundinho mostrou, Raimundo Lopes também. Os incas passaram por aqui e deixaram seus sinais. Os fenícios também. Dr. Raimundinho fala até de um barco. Povos importantes estiveram em nossa cidade (Informação verbal)<sup>154</sup>.

A menção sinaliza, portanto, a vinculação entre as estearias como fruto da ação dos povos das chamadas terras Altas da América do Sul, ressoando a percepção de hierarquia entre os indígenas a partir do uso da tecnologia. Ao justificar tal interpretação, o participante faz referência aos escritos de Balby que retratam a presença fenícia e de outros povos nos lagos penalvenses. Evidencia, portanto, permanências de interpretações evolucionistas.

Uma das menções concebe as estearias como restos de ranchos de pescadores construídos durante o período da seca. A prática é de fato realizada pelos ribeirinhos que costumam fazer uso dessas palafitas em meio aos rios e lagos, para beneficiar o pescado com a secagem.

Esses esteios são restos de rancho. Coisa de pescador pra secar peixe. Quando o campo tá seco, eles tinham costume de fazer com madeira e palha. Depois de pescar, salga o peixe e deixa secar no sol pra vender. Na semana santa é tradicional a torta de traíra seca. Então pra mim, as estearias são os ranchos abandonados. Porque também se perdeu esse hábito de fazer com o tempo (Informação verbal)<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> Depoimento retirado da fala de professora no grupo focal.

<sup>154</sup> Depoimento retirado da fala de professor aposentado no grupo focal.

<sup>155</sup> Depoimento retirado da fala de comerciante no grupo focal.

Segundo o participante, após o uso, esses espaços são abandonados, o que o faz pensar que os esteios remetem a esse processo. Entretanto, as pesquisas demonstram o grande porte das estearias em termos de simbolismo, estrutura e material apontando para construções complexas e interligadas, diferente dos ranchos temporários para pescaria. Ainda assim, há referência a essa perspectiva na interpretação popular sobre o que seriam os esteios, tanto neste caso do grupo focal quanto em uma das entrevistas.

Acerca das estearias, tomando por base os processos de contato durante a colonização, participantes referiram o conhecimento da narrativa da indígena Tainã. Segundo tais referências, esses espaços isolados no meio dos lagos são o local de encarceramento da jovem indígena conhecida como “a louca das estearias”.

Tainã era filha de um comerciante português com uma índia. Quando ela tinha dezessete anos foi violentada. Depois engravidou de um italiano, tomaram o filho dela e com o trauma sem chance de arranjar casamento, ela fugiu para as estearias. Ela vive nas estearias lá pras bandas do Taceiro. Um lugar longe, isolado, distante da cidade. Por isso lá é o refúgio final da índia. Ela ficou louca com tanto sofrimento e durante a lua cheia grita de desespero e assusta os curiosos com seu choro (Informação verbal)<sup>156</sup>.

O participante mencionou conhecer essa narrativa na obra de Balby (2000) que posteriormente, elucidada em sua entrevista se tratar de ficção por ele elaborada. Nota-se que apesar da visão arqueológica difundida nas obras, o *ethos* diletante permeia os escritos, dando espaço para a geração de relatos ficcionais acerca dos esteios, considerando neste caso, o isolamento em relação à sede do município.

Outro elemento mencionado no grupo focal foi a caracterização das estearias como espaços de encantados. Neste caso, são realizadas alusões a sinais e achados que suscitam indícios da vinculação desses espaços a seres misteriosos.

Não é bom mexer nesses lugares. Tem gente que tira pote e leva de enfeite pra casa. Sem demora tá doente. Sei de gente que morreu de febre ou ficou doído. Lá pras bandas do Formoso então! Esteio é danado pra rasgar rede. Tem pescador que não gosta. Já ouvi falar de gente que tentou cortar, mas não deu jeito e no outro dia tá doente (Informação verbal)<sup>157</sup>.

Eu nunca fui lá. Mas um parente já foi [...] lá pelo Formoso e diz que tem que pedir licença pra entrar. Aquilo não tá lá à toa. Ali é encantado. A noite se escuta música, tambor. Já ouvi dizer que é um castelo encantado. Tem rei, rainha (Informação verbal)<sup>158</sup>.

<sup>156</sup> Depoimento retirado da fala de professor no grupo focal.

<sup>157</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>158</sup> Depoimento retirado da fala de agricultora no grupo focal.

Associado à loucura, o adoecimento por febre e a morte aparecem nas narrativas dos participantes acerca daqueles que acessam os espaços das estearias sem permissão dos encantados ou para a exploração predatória de recursos naturais e retirada de esteios e cerâmica. Vinculam com isso, as estearias a elementos misteriosos como forças sobrenaturais que guardam o lugar.

Entre os participantes, sobrepôs-se a narrativa que considera as estearias, os vestígios do primeiro povoamento: a chamada “Penalva Velha”: “a antiga cidade que afundou então, as estearias estão sob a água” (Informação verbal)<sup>159</sup>. Portanto, os relatos evidenciam concepção migratória em relação aos povos das estearias: “São a primeira cidade que afundou e os moradores se mudaram para o local onde fica a atual cidade de Penalva (Informação verbal)<sup>160</sup>.

Em meio a essa concepção, surgem interpretações que inserem elementos fantásticos na narrativa:

Penalva ficava lá na estearia da Trizidela. A cidade afundou. Uns dizem que foi a serpente e se ela acordar vai acontecer de novo (Informação verbal)<sup>161</sup>.

Uns outros dizem que foi castigo. Só sei que as pessoas abandonaram suas casas e foram embora. Dizem que fugiram porque a mangueira chorou avisando que algo ruim ia acontecer. Também já teve um surdo que avisou de um novo afundamento, mas não aconteceu. De vez em quando a história se espalha de novo (Informação verbal)<sup>162</sup>.

Os relatos evidenciam como os processos históricos de constituição da cidade de Penalva ressoam entre a população na formação da memória. O remanejamento do povoamento inicial da região do Tramaúba para a chamada Beira do Lago a fim de facilitar a circulação de pessoas e o aspecto econômico pode ser considerado um evento que mediante outras perspectivas epistemológicas foi reinterpretado nas narrativas. Do mesmo modo, a releitura pode considerar a circularidade de relatos que apontam cataclismos na região após a expulsão dos jesuítas, como sinalizado por populares na obra de Celso Magalhães. Assim, este panorama inicial sobre o grupo focal demonstra a ocorrência entre a população, de narrativas que buscam elucidar a presença das estearias na região e circulam de forma intergeracional em processos de elaboração de conhecimentos sobre a cidade. Cabe agora retratar as epistemologias penalvenses elaboradas sobre as estearias.

---

<sup>159</sup> Depoimento retirado da fala de agricultor no grupo focal.

<sup>160</sup> Depoimento retirado da fala de político no grupo focal.

<sup>161</sup> Depoimento retirado da fala de trabalhadora do lar no grupo focal.

<sup>162</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

### 3.4 Narrativas ancestrais penalvenses sobre as estearias

Mesmo após as pesquisas e datações arqueológicas a respeito das estearias, a comunidade de Penalva olha com desconfiança a explicação da presença humana anterior à ocupação portuguesa. Segundo Navarro; Martins; Gouveia Neto (2021), uma das características do trabalho arqueológico nas estearias é a imersão nas histórias ancestrais relacionadas aos sítios. A história oral local é bastante rica em relação aos sítios e suas vinculações com o entorno, evidenciando uma diversidade de versões. A cultura das comunidades tradicionais destaca a estreita ligação entre a imaginação e o mundo natural. As narrativas ancestrais desempenham um papel significativo na maneira como as pessoas interagem com o contexto social.

Lévi-Strauss (1984) enfatiza que a cultura é percebida na maneira como as pessoas se relacionam com o mundo ao seu redor, constituindo um conjunto de conexões mediadas por elementos simbólicos, como crenças e histórias, que estimulam a criatividade e deixam impressões duradouras na memória. Nesse sentido, Geertz (2011) argumenta que os símbolos desempenham um papel crucial na orientação das pessoas em relação ao ambiente natural, auxiliando no aprendizado de comportamentos que regulam normativamente a vida em uma sociedade organizada. De acordo com Diegues (2008), a criação de representações simbólicas revela uma interdependência profunda entre a humanidade e o entorno natural, influenciando a vida diária das comunidades rurais.

A população penalvense apresenta diversidade de interpretações sobre as estearias. Diante disso, é essencial compreender essas narrativas ancestrais e de que modo se relacionam às tradições da cidade. Nessa conjuntura, há produções diletantes que retratam os sítios de estearias pelo olhar da Arqueologia. Mas ainda assim, evidenciam a presença de interpretações populares, com elementos fantásticos. A esse respeito, o Diletante 1 esclarece:

Quando eu vim estudar em São Luís no Liceu, na biblioteca da instituição, entrei em contato com alguns livros de geografia antigos e vi menções ao Lago Cajari, falavam de estearias do Lago Cajari. Na seca de 1981, inclusive já morando em Penalva não tava (sic) nem lembrando de estearia e chegou um rapaz, um colega meu e aí conversamos sobre a seca que estava muito forte e ele disse que os esteios tinham aparecido e se eu já tinha ido olhar. Eu pensei que por incrível que pareça eu não tinha ido lá, na Enseada do Taceiro. Fui onde o fotógrafo para ele tirar fotografia dos esteios e fiquei a partir do momento que eu olhei, eu fiquei impressionado e me veio a ideia de escrever um livro (Informação verbal).<sup>163</sup>

---

<sup>163</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 1.

O diletante demonstra em sua trajetória, a prática de parte das famílias penalvenses abastadas em enviar os filhos para a capital em busca de estudos. Evidencia, assim, o acesso à cultura letrada de intelectuais maranhenses como ponto de partida para seu letramento científico, ou seja, seus olhares sobre as estearias. A respeito desse processo, ele destaca sua imersão no universo da Arqueologia:

Comecei a ler sobre o assunto, no caso Raimundo Lopes: uma das maiores autoridades do Maranhão. Minha irmã trabalhava na biblioteca do Congresso em Brasília e me enviou a biografia dele e o livro “Civilização lacustre do Brasil. Ela tirou uma cópia e mandou para mim. Fui pesquisando e com as fotografias que tirei com Gurão, eu parti para organizar o trabalho. Existia publicação espalhada, cada autor falava uma coisa e como eu sou ligado a Penalva eu disse: vou escrever só sobre Penalva. Aí fui pesquisar, saber se não tinha outra estearia além dessas de Raimundo Lopes. Na seca de 1983, eu fui ali atrás de Taceiro. Coincidiu de secas muito próximas. E já haviam localizado o da Trizidela, Cacaria, Mãe Rosa e procurei me informar se não haveria outras. Meu sogro que morava no Capivari me indicou que existia outro esteio e me levou lá no Capivari. Fotografei, só que o tempo estava muito chuvoso e as fotografias não foram boas. Encontrei artefatos de pedra tipo machado, fragmentos de cerâmica lá na Cacaria e um objeto de madeira no formato de uma careta que já perdi, foi dada por um morador da Trizidela. Acho até que era um muiraquitã (Informação verbal).<sup>164</sup>

As incursões do diletante 1 evidenciam seu interesse em narrar a história da região. Inspirado em Raimundo Lopes, com uma prática autodidata, este penalvense percorre as estearias, mapeando, produzindo registros imagéticos, coletando artefatos com o auxílio de moradores de áreas circunvizinhas, ainda que sem o devido cuidado com o patrimônio arqueológico. De tal modo, ele contribuiu com a difusão de informações sobre as estearias por meio de suas obras e acerca desse processo, comenta a postura do poder público.

Não tive contato na época do meu livro com órgãos de proteção ou patrimônio. Eu procurei o secretário estadual de cultura. Na época, era Jomar Moraes, mas ele não mostrou o interesse. O único apoio que tive foi do escritor Carlos Alberto Sá Barros professor da UFMA que olhou meu trabalho e disse que tinha que ser publicado. Eu publiquei e depois ele publicou também e a prefeitura comprou 100 exemplares foi o único apoio (Informação verbal).<sup>165</sup>

Tal como Raimundo Lopes evidenciou em registros dos jornais de sua época, o Diletante 1 considera suas produções sobre as estearias como ação pessoal, sem vinculação ou financiamento do poder público. Apresenta dessa forma, uma crítica velada quanto ao descaso governamental a respeito desses sítios arqueológicos. Suas obras, apesar de representarem sistematizações locais sobre as estearias, não alcançaram a população de forma ampla:

<sup>164</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 1.

<sup>165</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 1.

tiveram aquisição restrita a famílias de posse, ditas tradicionais da cidade. No máximo, foram adquiridas profissionais em atividade docente nas escolas do município.

Mesmo com o trabalho do Diletante 1, boa parte da população penalvense acredita que as estearias eram moradas de pescadores das regiões vizinhas que posteriormente seriam fundadores da cidade de Penalva. Outros populares referem que ali se localizava “Penalva velha” que fora afundada. Há aqueles que consideram os esteios, restos de uma habitação portuguesa localizada no meio do lago para se proteger dos ataques indígenas.

Um exemplo dessa percepção aparece não só entre participantes do grupo focal, mas também, nos relatos do Diletante 2, fotógrafo que sempre esteve presente nas incursões de Diletante 1 às estearias. A partir de seu contato com os sítios, o profissional apresenta sua interpretação sobre a questão:

Fotografei em 1994, durante a última grande seca. Apareciam de 3 em 3 anos no verão. Conversei com Seu Paixerá, um senhor de 93 anos, que me contou uma história contada por seu bisavô de que naquele local não havia um lago. Ali foi um povo que veio pra cá para Penalva, antes de já ter o nome Penalva. E a história que achei mais bem contada foi essa. Eles moravam nesse Igarapé. Por um motivo ou por outro, eles se mudaram de lá e ficou a estearia lá (Informação verbal).<sup>166</sup>

Tomando por base um habitante local que relata uma versão a partir da transmissão intergeracional, o fotógrafo evidencia a percepção das estearias como vestígios de populações que migravam na região lacustre. A interpretação popular, neste caso, acaba por compartilhar da percepção migratória, retratada nos estudos arqueológicos realizados no decorrer do século XX. Diante disso, o Diletante 2 se posiciona sobre as versões do livro do Diletante 1:

Eu não concordo por dois motivos: o livro cita umas pedras históricas, tipo machadinha, pedras de muito tempo, cerca de 500 anos. Ele acha que isso aí foi os índios muito antigos que cortavam ainda com pedra. Aquilo é história, aquelas pedras foi por um acaso que os índios encontraram. Com certeza não eram índios, até as urnas que faziam eram de barro e o cemitério era do outro lado do lago, não tinha nada aqui em Penalva (Informação verbal; grifo meu).<sup>167</sup>

O Diletante 2 reforça sua percepção em relação às estearias como evidências dos primeiros habitantes, considerando-as moradas dos portugueses no período inicial da colonização. Reverbera em sua concepção, um traço já apresentado na segunda seção deste trabalho sobre a constituição histórica de Penalva: a compreensão da população em considerar Penalva, fruto da atuação portuguesa.

<sup>166</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com Diletante 2.

<sup>167</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com Diletante 2.

Tal aspecto reforça a negação à cultura indígena disseminada entre os penalvenses, mostrando que se sobrepõe a postura de considerar o elemento português superior na constituição do território. Ressoa, portanto, no transcorrer da longa duração, a estratégia do colonizador de utilizar denominações portuguesas para marcar a posse e silenciar os povos originários. Tal questão é corroborada quando o Diletante 2 é suscitado a apresentar sua percepção sobre quem seriam os povos das estearias:

Eu não acredito que aquilo foi índio porque índio não tinha instrumento de cortar madeira nesse tempo. O instrumento de índio era a madeira que o índio usava na oca, que ainda usa até hoje: são de pau fininho, madeira fina e lá tem esteio de quase um metro de diâmetro e com três de comprimento. Eu assisti lançarem os esteios lá em perfeita qualidade, em bom estado, essa história a gente sabe. Lá dessa cidade, dessa história do começo de Penalva. Era português: essa é minha opinião. Esses paus eram morador antigo, que vieram para cá e começaram (Informação verbal; grifo meu).<sup>168</sup>

Ainda na percepção dele, nota-se o processo de constituição da memória coletiva. Há articulação entre relatos intergeracionais e o estabelecimento de tradições nas interpretações sobre processos históricos do território.

Eu não quero interferir nas pessoas que escreveram livros contando a história desses esteios. Nem ser contra eles. Só que cada um olha de uma maneira e eu aqui morador de Penalva, fotógrafo há 35 anos, já me informei das pessoas mais velhas e o único jeito que eu acredito foi desse senhor que me contou (Informação verbal; grifo meu).<sup>169</sup>

Essa menção reforça, portanto, a justificativa da adoção do termo “narrativas ancestrais”. Assim, utiliza-se essa expressão em referência às epistemologias locais sobre as estearias, retratadas nesta pesquisa.

Após estudo documental articulado aos depoimentos dos participantes da pesquisa nas entrevistas e grupo focal, notou-se no âmbito das interpretações da população penalvense sobre os esteios, aspectos norteadores das narrativas. Entre eles, destacam-se elementos de religiosidade, zoomorfismo, encantaria<sup>170</sup>, representações da cultura indígena e afro-brasileira dos hibridismos que compuseram o território. Além disso, foram notados elementos ficcionais relacionados à cultura de massa, especialmente do gênero ficção científica<sup>171</sup>. Diante disso, a partir deste ponto, aborda-se de que forma as narrativas ancestrais suscitam interpretações sobre os sítios de estearias pautadas na aura fantástica dos campos penalvenses.

<sup>168</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 2.

<sup>169</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 2.

<sup>170</sup> As entidades sobrenaturais no Maranhão e na Amazônia são também denominadas de encantados, pois vivem num mundo ou reino especial, a encantaria (FERRETI, 2013).

<sup>171</sup> Um gênero da ficção especulativa, que normalmente lida com conceitos ficcionais e imaginativos, relacionados ao futuro, ciência e tecnologia (DORTIER, 2010).

### 3.4.1 Religiosidade

Um dos principais eixos norteadores identificados nas narrativas ancestrais do município de Penalva – MA é a vinculação a elementos da religiosidade cristã, reverberando as conexões com a colonização portuguesa nas epistemologias locais. Assim, enfoca-se neste trecho do trabalho, a percepção do fenômeno da circulação cultural entre as populações ribeirinhas em sua relação com a natureza no interior do Maranhão.

Os relatos demonstraram a referência recorrente da aparição de “visagens” nas estearias. No grupo focal, houve a seguinte menção:

Tinha um boi preto, novinho, gordinho. Ele atravessava da ponta da Laje pro Tacaoiro. Uma vez eu tava com a canoa amarrada botando rede quando eu vejo aquele bicho. Passou bem encostado de mim. Era um bozinho pretinho do chavelho alvinho com uma estrela brilhosa na testa. Passou cortando água. Diversas pessoas viam esse boi também (Informação verbal)<sup>172</sup>.

Entre as entrevistas, o Diletante 3 com atuação na comunidade do Formoso relata:

Lá no Formoso tem muito esteio. Lá é descoberta nova perto dos outros. Mas, além desse que tão estudando, tem mais do outro lado. Os pescadores de lá comentam. Dizem que esse esteio do formoso, o povo fala que é um lugar encantado. Que de noite, madrugada na lua cheia, aparece cavaleiro cortando o lago, um navio todo iluminado no lugar da ilha. A estearia é o castelo afundado. Se alguém quebrar o mistério, ele aparece cheio de riqueza com rei, rainha e sua corte (Informação verbal).<sup>173</sup>.

Há escritos da literatura regional afirmando que segundo moradores: “Aventureiros ficam apavorados ao avistarem um navio iluminado viajando nas águas do Formoso. O susto e o pavor aumentam quando ouvem estranhas conversas no interior do navio” (SANTOS, 1990, p.26).

Nota-se nas falas do grupo focal e da entrevista, bem como, na produção diletante sobre a região, referência a aparições no Formoso, onde se localizam esteios. São realizadas descrições de um bozinho preto com estrela na testa, um cavaleiro e um navio iluminado cortando o lago. Além da menção das estearias como um castelo encantado no fundo das águas.

Diante do passado colonial brasileiro a partir das influências de Portugal, uma das concepções identificadas nesses relatos é o sebastianismo. Segundo Hermann (1998), o referido fenômeno é uma das manifestações do messianismo, ou seja, o mito da espera de um messias sob a figura de um rei encantado que traz a salvação ao povo.

<sup>172</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>173</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 3.

O sebastianismo representa as narrativas de caráter messiânico que estão presentes em Portugal e algumas regiões que foram colônias portuguesas. Apesar de ter formas diferentes, há elementos que as caracterizam. O principal é ter como personagem central Dom Sebastião que foi um rei lusitano desaparecido em uma batalha que voltaria e traria prosperidade local. No caso do Maranhão, esse monarca se metamorfoseia em touro (COSTA JÚNIOR, 2021 p.36).

Dom Sebastião I ocupou o trono de Portugal no contexto do império Ultramarino. Sua ascensão ao trono português ocorreu quando ele tinha apenas três anos de idade. Reverenciado como “O Desejado” pelo caráter de sucessão do trono português presente em seu nascimento, teve uma educação permeada pela religiosidade cristã para o desenvolvimento de virtudes. Sua Majestade deveria incorporar, portanto, o modelo de cavaleiro perfeito na defesa do bem, ilustrada pelo comportamento de retidão.

Aos 24 anos, o monarca partiu para a luta de conversão dos mouros ao Cristianismo. Em 1578, na batalha de Alcácer Quibir seu corpo desapareceu. A sucessão no trono português foi realizada por seu idoso tio, o Cardeal Henrique de Évora que pouco tempo depois, veio a falecer.

Com isso, Portugal ficou sob o domínio de Espanha por meio da chamada União Ibérica. Tal fato despertou o desejo da população pela retomada do poder político, suscitando o imaginário do encantamento do rei no deserto e a espera por seu milagroso retorno, para a restauração do trono português. Tal como a narrativa fundada no mito do Rei Arthur<sup>174</sup>, a trajetória do rei português Dom Sebastião ilustra o imaginário de redenção da população por um rei. Conforme Zierer (2017, p.33):

Muitas lendas foram, então criadas pelos crédulos e otimistas, todas alimentando o sonho de que um dia ele retornaria à sua terra para libertá-la do domínio espanhol, restaurando dessa forma o império português. Seu nome faz referência a um santo chamado São Sebastião pelo fato do rei ter nascido no dia desse santo.

A concepção do Sebastianismo em Portugal é compreendida como repercussão do declínio do império português diante da crença na predestinação desse monarca. Com seu desaparecimento no Marrocos, a narrativa foi difundida também nas colônias portuguesas e nesse processo, sua essência foi adaptada aos diversos contextos culturais.

Conforme Ferreti (2013), em Cururupu, no litoral norte do Maranhão, a Ilha dos Lençóis é o cenário mais conhecido das aparições de Dom Sebastião na oralidade popular. O monarca surge nas areias da ilha assumindo a forma de um touro negro com uma estrela

---

<sup>174</sup> Cf. ZIERER (2004).

brilhante na testa. Os avistamentos ocorrem durante as noites de sexta-feira em períodos relevantes no cerne da religiosidade popular. Destacam-se o mês de junho durante as festas de bumba-meu-boi, agosto pelo aniversário da batalha de Alcácer-Quibir e janeiro, por ocasião do festejo católico de São Sebastião.

Na literatura, Montelo (1981) aponta relatos sobre aparição de Dom Sebastião na forma de um cavaleiro dentro de um navio ou metamorfoseado em touro negro. Por sua vez, Braga (2001) acrescenta descrições com elementos que evidenciam o maravilhoso, no Maranhão. Dom Sebastião encantado surge à meia-noite do dia 24 de junho, no São João sob a forma de um touro negro com uma estrela brilhante na testa e fogo saindo pelas narinas.

A narrativa propaga a versão de que se alguém atingir a estrela na testa do touro libertará o rei do encanto, trazendo a tona seu navio das profundezas do oceano com sua reluzente corte real e seu exército fazendo com que a cidade de São Luís do Maranhão afunde sob as águas. O relato ressalta que o rei Dom Sebastião retorna com toda sua riqueza trazendo a redenção da população na superação das dificuldades econômicas (NAVARRO; MARTINS; GOUVEIA NETO, 2020).

O cenário das aparições de Dom Sebastião encantado é a paisagem natural de regiões maranhenses. Sua encarnação sob a imagem de um touro reporta ao comportamento difícil. Assim, atingir a estrela brilhante em sua testa é domá-lo, diferente do novilho da narrativa do bumba-meu-boi que representa paciência e passividade. (COSTA JÚNIOR, 2021; LURKER, 2003).

De acordo com Braga (2001) a narrativa apresenta o enfrentamento do desafio de golpear o encantado para trazer Dom Sebastião à forma humana e encontrar suas riquezas, tornando a região rica. Em suas variações, a narrativa para além da Ilha dos Lençóis, aparece em São José de Ribamar na Praia do Caúra e acrescenta que o touro possui uma coleira dourada. Se alguém consegue tirá-la, torna-se muito rico.

Para Costa Júnior (2021), a estrela na testa do touro traduz simbolicamente o messianismo judaico. A narrativa proclama com isso, a vinda do Messias que salva a nação, estando presente na história de Portugal e do Brasil.

Tal como as essências presentes nas narrativas medievais e cristãs como o mito arthuriano e a busca pelo Graal<sup>175</sup>, as influências portuguesas trazem a perspectiva do messianismo para terras maranhenses. No cerne dos hibridismos culturais da colonização, o cenário rico em natureza, mas, escasso em qualidade de vida e marcado pela pobreza instiga

---

<sup>175</sup> Cf. ZIERER (2013).

na oralidade popular, narrativas que suscitam a busca por dias melhores com a vinda de um Messias e suas riquezas. Nota-se a religiosidade ocidental presente no campo das interpretações populares que vinculam os sítios de estearias ao aparecimento de Dom Sebastião.

Na constituição do sebastianismo destaca-se a vinculação ao meio ambiente, e no Maranhão, de forma marcante aos aspectos naturais do litoral em cenários com ilhas, praias e mar. Os relatos do grupo focal e da entrevista, bem como, a literatura diletante em Penalva permite perceber a narrativa sebástica vinculada ao cenário lacustre, especialmente ao Formoso, na região das estearias.

O Formoso é uma formação lacustre de águas escuras, localizada a 27 km da sede do município de Penalva. A região é reconhecida pelo seu conjunto de ilhas que com a estação chuvosa no período entre janeiro e junho, flutuam pelo lago na direção contrária aos ventos. As ilhotas caracterizam uma espécie de aterrado, constituído a partir do entrelaçamento de raízes e resíduos orgânicos acumulados:

Um tipo de vegetação particular de áreas de águas quase paradas e pantanosas. Nestes ambientes, o substrato que sustenta as matas é resultado do continuado acúmulo de matéria orgânica sem conteúdo significativo de frações e minerais (Histosolos). São substratos tipicamente úmidos com lençol freático alto e camada orgânica de 40 cm a 2 metros de espessura. Neste tipo de vegetação se desenvolvem palmeiras como Buriti (*Mauritia flexuosa L.*) e Juçara (*Euterpe edulis Martius*), além de uma grande variedade de espécies arbóreas (ARRAES et al., 2015, p. 281).

Como se pode notar, o movimento das ilhas no Lago do Formoso é compreendido à luz da ciência. Mas, as comunidades do povoado Caetetú consideram a região como espaço dos encantados. As ilhas flutuantes se movimentam pela força dos encantados que surgem por meio de “visagens”.

Nas narrativas identificadas nesta pesquisa, nota-se a vinculação de Dom Sebastião ao Formoso enquanto espaço do encoberto. Conforme Silva (2010, p. 102-103):

O rei Sebastião só poderia estar encoberto num lugar ermo, também escondido, fruto do sobrenatural. Seria uma ilha encoberta, isso porque o encoberto vive retirado numa ilha que também é encoberta. Essa ilha encantada, invisível, impossível de se localizar de maneira definitiva, e que não figura em nenhum mapa, surge, contudo, das brumas diante dos navios em apuro; desse modo, o sebastianismo é filho das ilhas.

No estudo de Arraes et. al (2015) os fenômenos avistados no lago são caracterizados como fruto de forças sobrenaturais. Entre os relatos registrados, a “História de um navio encantado” pode ser considerada uma narrativa sebástica:

A visão durante a travessia noturna em noite de lua cheia no Lago do Formoso, de um grande navio, uma embarcação fascinante, em festa com banquete, luzes brilhantes e um rei com tesouros reluzentes que se move lentamente, sem fazer barulho. Ao ser avistado, o ofuscante navio desorienta os navegantes, despertando medo e fazendo com que remem para fugir do local, mas apesar dos esforços, os pescadores se perdem e depois de muito remar, retornam para o mesmo porto onde embarcaram, não atingindo os locais aos quais se destinavam (ARRAES et al.,2015, p. 290).

Os relatos dos moradores descrevem um suntuoso navio sob o comando de um rei que carrega seus tesouros e se revela no Lago do Formoso nas noites de lua cheia. Nesse sentido, este relato apresenta a compreensão popular de que a ilha, por mover-se no lago, é um navio encantado.

Seu controle está com um rei, detentor de tesouros que protege a região. Além das riquezas, a descrição ressalta o navio como cenário de um banquete, ilustrando fartura, numa região de riquezas naturais, mas, economicamente sustentada por atividades primárias e marcada pelo baixo IDH. Com elementos sebásticos, o rei encantado tem sua representação vinculada à redenção da carente comunidade.

Arraes et. al (2015) cita o avistamento de um cavaleiro tal como no grupo focal:

Meu pai falava que em tempos de fazer rancho, pros lados do Formoso, aparecia um homem um cavaleiro com roupa brilhante, montado num cavalo majestoso todo de ouro e parecia flutuar sobre o lago. Um pescador sempre contava que falou com ele. Tinha que cuidar do lago, ser temente a Deus e aí a pescaria farta era certa (Informação verbal)<sup>176</sup>.

Na entrevista, o Diletante 3 relatou: “Tem um cavaleiro vestido de branco na ilha. O homem oferece proteção a quem protege o lugar”. (Informação verbal)<sup>177</sup>.

Os relatos sobre o cavaleiro do Formoso remetem a elementos sebásticos com permanências medievais. Percebe-se uma espécie de contratualismo, a relação de direitos e obrigações ilustrada na conduta de retidão em troca de proteção ou da obtenção de bons frutos no uso do ambiente.

As narrativas retratadas evidenciam o que Franco Jr (2004) caracteriza como estruturas mentais medievais<sup>178</sup> e que se mostram como permanências na religiosidade popular no tempo presente. Assim, nota-se a dicotomia entre bem e mal como referencial de conduta no cotidiano e projetando a existência humana a partir de normativas na relação com a realidade.

<sup>176</sup> Depoimento retirado da fala de trabalhadora do lar no grupo focal.

<sup>177</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 3.

<sup>178</sup> Franco Jr (2004, p. 155) acrescenta que “após os exageros denegridores dos séculos XVI-XVII e os exaltadores do século XIX, hoje temos uma visão mais equilibrada sobre a Idade Média”. O período foi durante muito tempo caracterizado como Idade das trevas pela sobreposição do aspecto religioso em relação à razão, pressupostos ressignificados mediante as mudanças na produção historiográfica.

Além disso, o mesmo sujeito permeado pela belicosidade na luta contra o mal demonstra temor a ambientes misteriosos, especialmente à noite para não ficar à mercê da ação do sobrenatural.

A figura de Dom Sebastião permeia os relatos dos ribeirinhos do Formoso. Com isso, apresenta adequações ao contexto lacustre, mas evidenciando o papel do redentor pela riqueza. Nos processos de colonização, a narrativa se reconfigura pelos hibridismos, assumindo outras feições, especialmente pela ênfase nos encantados.

### 3.4.2 Encantados

As narrativas ancestrais que fazem referência ao Formoso evidenciam a interpretação popular acerca das estearias como espaço de encoberto. Conforme Luca (2010), um lugar permeado pelo oculto, envolto em mistérios. Assim, Santos (1990, p. 53) destaca enquanto diletante que “moradores relatam a presença de monstros, coisas, pessoas andando por cima das águas e sons de tambores e ruídos estranhos. Falam do desaparecimento de pescadores, embarcações e caçadores”.

Em entrevista, o Diletante 3 declarou:

Falavam que viam monstros, coisas invisíveis como pessoas que andavam por cima das águas do lago e se ouviam sons de tambores ao longe e ruídos estranhos de animais e objetos. Contavam de canoas que desapareciam. Há casos de caçadores que desapareceram na ilha (Informação verbal).<sup>179</sup>

Os moradores relatam que o lago do Formoso foi descoberto por caçadores por volta do ano de 1930 (SANTOS, 1990). A região conhecida por seus mistérios compôs em 1980, pauta de reportagem do programa Fantástico na Rede Globo. Sob a condução do repórter Odilon Coutinho, a matéria foi ao ar em 22 de Junho de 1980 contando com a colaboração do Jornalista José Raimundo Rodrigues da TV Difusora à época, afiliada da Rede Globo no Maranhão. Acerca desse fato, o Diletante 4 em entrevista, acrescenta:

Lembro que durante a filmagem pela TV Difusora para Rede Globo de televisão no Fantástico, o jornalista José Raimundo Rodrigues e sua equipe tiveram vários equipamentos danificados. Os moradores diziam que a ilha não queria ser filmada (Informação verbal).<sup>180</sup>

No grupo focal, participantes relataram:

A ilha é encantada. Uns falam de uma embarcação outros, que é uma cidade e os esteios seus restos que de vez em quando rasgam as redes. A noite tem muito batuque e visagem (Informação verbal).<sup>181</sup>

<sup>179</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 3.

<sup>180</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 4.

<sup>181</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

As pessoas não têm medo da ilha e a despeito do encantamento, o que elas têm é uma espécie de respeito. Ao adentrar tem que cumprimentar e pedir licença. Dizem que a ilha é como uma mãe e precisa ser respeitada (Informação verbal)<sup>182</sup>.

Quando eu vou lá, sinto-me um pouco insegura como se eu estivesse sendo vigiada por alguém. É como uma filha observada pela mãe (Informação verbal)<sup>183</sup>.

Santos (2013) retrata por meio da música, o Formoso e seus mistérios. No CD “Formoso Natureza”, a faixa 3 (três), intitulada “Ilha Flutuante” faz referência ao corpus de narrativas ancestrais sobre a região.

Ilha Encantada Tesouro da Baixada  
 imensos aterrados dádiva de Deus  
 [...] ilha que flutua no Lago Formoso  
 É o mistério que assombra o mundo  
 Beleza rara brasileira  
 que se transforma em navio  
 nas noites de lua cheia  
 tambores rufam sem parar  
 para afastar os maus espíritos e  
 amedrontar os humanos do lugar  
 Tritões com suas lanças afiadas  
 vão te proteger  
 hão de te guardar  
 croacanga  
 alma penada  
 e noturnas ninfeias deslumbrantes  
 [...] peões e cavaleiros  
 que não voltam mais

Sobre a música, o Diletante 4 elucida que:

Os esteios são ‘lanças afiadas’, como as armas dos Tritões<sup>184</sup>. Os esteios aparecem nos relatos dos pescadores como materiais que danificam as redes de arrasto, como se buscassem proteger a natureza da pesca predatória. Um deles pegou uma canoa, remou até a ilha para amarrá-la com uma corda. Ele ficou louco falando frases desconexas e morreu alucinado pouco depois (Informação verbal)<sup>185</sup>.

A loucura também permeia o imaginário sobre as estearias como castigo aos que realizam a pesca predatória. Conforme os moradores de Penalva, Santos (1990, p.12) refere que:

Ao puxar a tarrafa lançada no lago, a mesma retorna cortada de maneira silenciosa e com uma precisão que causa assombro, obrigando o pescador a

<sup>182</sup> Depoimento retirado da fala de político no grupo focal.

<sup>183</sup> Depoimento retirado da fala de professora no grupo focal.

<sup>184</sup> Personagens da mitologia grega que protegiam as águas doces (LURKER, 2003).

<sup>185</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 4.

deixar o local, pois sua vida corre perigo. Ao recolher a tarrafa e afastar-se do local, mesmo remando forte, não consegue sair do lugar tendo seu remo levado pelas águas. Se consegue nadar, dias depois vem a falecer com fortes dores no ouvido em consequência das águas que penetraram lhe nos tímpanos levando-o a loucura.

Associada à loucura, o adoecimento por febre e a morte aparecem nas narrativas dos ribeirinhos acerca daqueles que acessam as estearias do lago sem permissão dos encantados ou para a exploração predatória de recursos naturais e retirada de esteios. Os relatos dos moradores de Penalva apontam a possibilidade de atividades para subsistência na região das estearias, mas considerando-se a proteção dos encantados. O Diletante 3 acrescenta sobre a questão, que:

A ilha causou a morte de um morador, um senhor veterano. Com o movimento das ilhotas, esse cidadão já tinha sofrido por várias vezes esse problema com grandes prejuízos na pesca de rede, pois quando as ilhotas passavam por cima, rasgavam-nas. Ele pensou em uma estratégia para evitar o fato que poderia também ser uma solução para todos: amarrara pequena Ilha. Isto feito, ele saiu todo feliz dizendo que ele nunca mais rasgava suas redes: chegou em casa sentindo forte dor de cabeça e no outro dia faleceu daí ficou a história de que a ele os Encantados castigaram (Informação verbal)<sup>186</sup>.

A epistemologia popular sobre o Formoso considera as estearias como espaço de encantados que atuam na proteção área, penalizando aqueles que ousarem danificar o ambiente. Os castigos vão desde a perda de utensílios de trabalho, visões assustadoras, doenças e até mortes misteriosas.

Diz a lenda que um grande lamento de dor ecoa todas as noites pela imensidão do lago do Formoso. Um grito dilacerante, vindo do ventre da escuridão, provocando arrepios e assombrando pescadores que amedrontados afastam se do local. Para conter a fúria dos pescadores que chegam com suas tarrafas, os encantados puxam as canoas para o fundo do lago e deixam os pescadores para serem devorados pelos jacarés e pelas perigosas piranhas. Há ainda, um enorme peixe com uma cauda que fica numa das margens e a cabeça na outra, só aparecendo a parte superior de suas costas. Seu nome é quilhudo, uma ameaça constante aos pescadores, pois a qualquer momento pode afundar as canoas (ARRAES et al.,2015, p. 290).

O trabalho arqueológico nas estearias é envolto por mistério ao despertar na população, as narrativas ancestrais. Navarro menciona que entre 2012 e 2013, uma grande seca evidenciou em Nova Olinda do Maranhão, o sítio de estearias do Coqueiro e seus artefatos. Durante inspeção, o arqueólogo observou um morador devolvendo peças que

---

<sup>186</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 3.

outrora havia levado para sua casa. Questionado sobre a ação, ele relatou que familiares adoeceram após ter colocado as peças como enfeite na estante de sua casa.

O próprio Alexandre Navarro ao realizar pesquisas nas estearias do Formoso, sempre ouviu comentários de moradores sobre os mistérios do local. Em 2019, após uma das incursões, adoeceu: foi submetido a uma cirurgia de emergência e correu risco de vida devido a uma apendicite supurada. Como cientista, buscou as intervenções necessárias e cuidou da saúde, mas, ainda assim, ressoaram em sua memória, os relatos dos ribeirinhos sobre os encantados do Formoso. Mesmo diante da ciência, a aura de mistério acaba por mobilizar o sujeito pesquisador.

Nas narrativas sobre encantados, as pessoas que adentram o Formoso sem pedir licença são acometidas pela loucura. A punição é representada pelo adoecimento mental: a perda da razão e contato com a realidade, gerando a incapacidade de cuidar de si mesma, repercutindo como uma ameaça à comunidade (GOFFMAN, 2001).

A pescaria no lago normalmente é tranquila a não ser se é de tarrafa ou se esteios são arrancados, fazendo gritos ecoarem na noite pelo espírito de revolta dos encantados das estearias fazendo com que pescadores se afastem do local, pois se insistir em ficar podem ser perseguidos pelos espíritos encantados e serem atingidos pela maldição sendo acometidos por fortes febres podendo até perecer. Um pescador lançou sua rede no lago e amarrou com cipó num esteio. Ao voltar para casa, começou a sentir febre, falecendo dias depois (ARAUJO et.al., 2015, p.281)

A referência aos batuques e ao espaço do Formoso como encantado também está presente nas produções culturais penalvenses. Como exemplo, destaca-se o trecho do samba-enredo “Penalva: da serpente à Ilha Encantada” de Cláudio Serra para a agremiação Pau d'água, vice-campeã do desfile carnavalesco de 1989:

Tem uma ilha no Formoso Encantado  
É maravilhosa foi televisionada  
Lá tem tambor de crioula  
Quem ouve são os vizinhos ao amanhecer  
(BALBY, 2005, P.121).

No grupo focal, foram notados relatos nesse sentido:

A Ilha é encantada: guarda seus mistérios. Os moradores fazem rituais com oferendas. Tem que pedir licença, levar pequenas quantidades de fumo em oferenda, cachaça para deixar lá nos esteios. Uma vez ficamos presos porque a ilha fechou a passagem da lancha e tivemos que pernoitar. Era difícil dormir. Um silêncio danado e de madrugada os toques, batidas fortes,

tambores como se fosse cura ou uma festa. Sei que era um batuque. De manhã cedo tratei de voltar pra sede (Informação verbal)<sup>187</sup>.

O corpus de narrativas sobre o Formoso demonstra no cenário dos campos, a vinculação dos lagos aos Encantados. Tais entidades exercem controle sob a natureza e estão frequentemente associados às epistemologias do mundo afro-ameríndio. Nos relatos, a menção aos batuques e tambores suscita a relação dos esteios e do Formoso com populações afro-brasileiras. No âmbito da diversidade cultural, está presente, o que Sergio Ferreti denomina de encantaria maranhense, isto é, o corpus de epistemologias híbridas do processo de contato entre africanos, indígenas europeus.

No Maranhão, conforme Costa Júnior (2020, p.40), a própria narrativa de Dom Sebastião se reconfigura, sendo o monarca referenciado como ser sobrenatural também nos cantos afro-brasileiros do Tambor-de-mina. Tem como filho, João Una, navegador que ao se aproximar dos mares maranhenses apaixonou-se por uma divindade que o tornou um ser encantado. Pescadores das praias de Olho de Porco, Araçagi e Raposa afirmam ver o belo navio de João de Una em noite de lua cheia e ele transformado em um lindo touro negro.

Outra versão das narrativas menciona que as aldeias, termo que os moradores comumente usam ao se referir às estearias, são restos de moradias de escravizados: “Olha! A noite tem batuque e corrente de ferro arrastando. É coisa dos escravos que fugiram pro Formoso e se esconder da maldade de branco” (Informação verbal)<sup>188</sup>.

Nas representações contidas no imaginário brasileiro, é comum perceber a menção a elementos da cultura afro-brasileira. Contudo, as versões propaladas se baseiam em percepções tradicionais que destacam a hegemonia do europeu, ressaltando os afro-brasileiros enquanto escravizados.

Desde o século XVI a presença de povos e culturas africanas é uma das variáveis da gênese da formação histórica do Brasil. A formação cultural brasileira resultou de um complexo processo de aculturação envolvendo a articulação entre os resíduos culturais de povos europeus, africanos e dos nativos da terra, daí porque se fala em diversidade cultural. Ao longo século XX, no entanto, o que se verifica é a quase completa invisibilidade da presença africana e, por conseguinte, do povo negro na formação histórica brasileira. Em geral, a representação destes é feita sob uma única forma – escravos (PEREIRA, 2009, p. 68).

Os relatos enfatizam a exploração dos africanos pelos europeus justificando a necessidade dessa postura pela utilização de mão de obra na obtenção das riquezas do território. O enfoque apresenta elementos de uma visão estereotipada de África, privilegiando

<sup>187</sup> Depoimento retirado da fala de agricultor no grupo focal.

<sup>188</sup> Depoimento retirado da fala de professor aposentado no grupo focal.

somente o viés europeu de “conquistador”. Diante disso, permanecem os estereótipos que caracterizam os afro-brasileiros como escravizados. Sua contribuição cultural é geralmente ignorada, reduzindo sua importância ao papel de coadjuvante na formação histórica brasileira,

Com uma cosmovisão oposta à ocidental, a compreensão dos fenômenos culturais baseada em matrizes africanas foi reprimida pelas concepções eurocêntricas que definiam as práticas de conduta e relações na sociedade brasileira.

Esse espaço temporal de adormecimento nos contatos com a África pode ser explicado por dois conjuntos de fatores. O primeiro seria de ordem interna e estaria ligado a um complexo e interligado circuito de elementos históricos e ideológicos: o fim do tráfico de africanos escravizados para o Brasil; a concentração das principais conexões comerciais brasileiras com o eixo do Atlântico Norte (EUA e Europa) e com a própria América; e os discursos assumidos pelos intelectuais acerca da construção da identidade brasileira, baseados muitas vezes nas releituras das teorias raciais europeias, ou de perspectivas científicas eurocêntricas. Tais fatores acabaram por afastar o continente africano de seus “herdeiros” americanos, tanto geográfica, como imaginariamente. O segundo conjunto de ingredientes que compõe a face externa desse “esquecimento” sinaliza para os efeitos dos novos e difíceis tempos vividos em África – seja com a instalação dos domínios coloniais europeus no final do XIX, seja com as dinâmicas internas e externas no período pós –independência (OLIVA, 2009, p. 03).

Santos (1990) menciona relatos sobre escravizados que entraram na floresta e chegaram até a região dos lagos. Observando os mistérios das estearias, passaram a tocar tambores para os encantados protetores do lugar. No grupo focal, registrou-se: “Isso é coisa de cura, magia dos negros fugidos. Pode ser que hoje ainda tenha parente que bata tambor pra eles. Mas acho que é só pra dança. Não é mais como antes que os fugidos batucavam pra espírito” (Informação verbal)<sup>189</sup>.

As linguagens artísticas afro-brasileiras “são lidas como folclore ou cultura popular sugerindo tratar-se de algo de segunda categoria. As concepções e vivências do sagrado, por sua vez, são demonizadas pelo rótulo de macumba e feitiçaria” (PEREIRA, 2009, p. 68). Entretanto, os estudos recentes problematizam a referida questão apontando práticas de resistência no âmbito do escravismo.

Os ‘escravos’ longe de serem submissos, ou simplesmente rebeldes, criaram formas próprias de integração no mundo da escravidão, procurando espaços de autonomia e de liberdade, por meio não só da fuga, da rebelião ou do quilombo, mas também negociando, barganhando (PEREIRA, 2001, p. 20).

Na trajetória histórica brasileira, não se deve considerar o afro-brasileiro como passivo, “figura híbrida do africano/escravizado” (OLIVA, 2009, p.07). Suas ações o

---

<sup>189</sup> Depoimento retirado da fala de trabalhadora do lar no grupo focal.

caracterizam enquanto sujeito histórico, ou seja, responsável por construções e desconstruções no âmbito da complexidade representada pelo sistema escravista.

As representações preconceituosas construídas, por europeus, acerca de povos e culturas africanas atuaram como uma estratégia, cuja finalidade era assegurar a realização de seus interesses econômicos em relação às riquezas (de seu ponto de vista) existentes no continente, pois, uma vez que os configurava como sendo a negação de seu nível cultural, se justificava a ação civilizadora de tirá-los do estágio de barbárie e selvageria integrando-os à civilização impondo-lhes os padrões culturais por meio da evangelização, do modelo de educação formal entre outras formas de dominação (PEREIRA, 2009, p. 71).

Na ressignificação da historiografia recente que problematiza a questão afro-brasileira na formação cultural do país, um dos conceitos que se destaca é o de Atlântico Negro. Segundo Gilroy (2001), trata-se de uma referência metafórica às estruturas transnacionais instituídas na modernidade, suscitando um sistema de comunicações globais marcado por fluxos e trocas culturais. Nesse processo, a estruturação de tal rede em meio à diáspora africana, permitiu às populações africanas, o hibridismo cultural, ou seja, elaborações culturais que não se definem como marca exclusiva de uma nacionalidade. Pode-se falar com isso, de uma cultura do Atlântico Negro, híbrida que não se encontra circunscrita às fronteiras étnicas ou nacionais. Considerar tal perspectiva consiste em evidenciar:

[...] recursos para que se escrevam histórias, ainda não escritas nem pensadas, sobre uma visão transcultural negra. [...] nos leva necessariamente não só a terra, onde encontramos o solo especial no qual se diz que as culturas nacionais têm suas raízes, mas ao mar e a vida marítima, que se movimenta e que cruza o oceano Atlântico, fazendo surgir culturas planetárias mais fluidas e menos fixas (GILROY, 2001, p.14-15).

Fundamentado nesse pressuposto, os estudos recentes consideram ainda, a noção de diáspora. O termo, fundado em significação judaica, é utilizado para contextualizar a política e a história afro-brasileira. Cabe ressaltar que não caracteriza menção a uma forma de dispersão catastrófica, e sim, um processo que redefine a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Com base nas relações estabelecidas em meio à diáspora, ocorre a formação de circuito comunicativo que suplanta fronteiras étnicas e nacionais, evidenciando entre as populações dispersas, interações e trocas culturais. Os elementos afro-brasileiros nas narrativas ancestrais do Formoso devem ser compreendidos em meio à geração da malha de tradições interconectadas no cerne da diáspora.

Porém, segundo Navarro; Martins; Gouveia (2020), pesquisas arqueológicas no sítio do formoso não apontam para a ocorrência de objetos que apontem vestígios de escravizados.

Apesar disso, é no imaginário de comunidades ribeirinhas, as estearias foram habitadas por afrodescendentes enquanto locais de refúgio das fugas que praticavam. Isto coaduna com a visão tradicional de percepção do afro-brasileiro a partir da condição de escravizado.

Há narrativas ancestrais que atribuem a aparição do navio nas estearias, a Donana Jansen<sup>190</sup>. Nesta segunda versão, o navio representa o meio de fuga da poderosa senhora maranhense conhecida por ser impiedosa com seus escravizados.

Assim, para a população local, o navio representa o signo de ostentação do poder e riqueza do branco em sua dominação sobre o afrobrasileiro. Na perspectiva de Atlântico Negro conforme Gilroy (2001, p.38), O navio representa “um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento que coloca em circulação, ideias, ativistas, artefatos culturais e políticos”.

As narrativas ancestrais sobre as estearias do Lago do Formoso ilustram como a compreensão sobre o afro-brasileiro é situada a partir da condição de escravizado em submissão ao europeu. Como refere Oliva (2009, p.08):

Menosprezar, desqualificar e, em alguns casos, apagar as possíveis contribuições africanas presentes na sociedade brasileira, seriam ações que acabariam por espelhar os tipos de representações geradas sobre os africanos: primitivos, preguiçosos e atrasados.

As populações africanas desterritorializadas estão fortemente vinculadas ao imaginário brasileiro. Mesmo no contexto da cidade de Penalva, há referência sobre Ana Jansen:

Na praça do cemitério Velho era danado para aparecer coisa: muita gente viu. Na Rua São Benedito viram numa sexta-feira por volta de meia-noite uma carruagem descendo a toda velocidade. Assim que puderam reconhecer seu condutor, disseram tratar-se de uma mulher branca e corpulenta. Os crédulos achavam que só podia ser dona Ana Jansen uma perversa a dona de escravos que vagava por ruas e becos de cidades do Maranhão pagando todas as atrocidades que fizera em vida. Entre tantas, matava negro e jogava no poço. Quem não acreditasse que fosse andar nas ruas depois da luz apagada. Verdade ou mentira, certo é que muita gente tinha pavor da Escuridão em Penalva (BRAZ MELO, 2021 p. 13)

---

<sup>190</sup> Nascida em São Luís, capital do Estado do Maranhão em 1787, chamava-se Ana Joaquina de Castro Muller Albuquerque. Após o seu primeiro matrimônio passou-se a chamar Ana Joaquina Jansen Pereira, e posteriormente, Ana Jansen Pereira Leite, em virtude do seu segundo matrimônio. Falecida no dia 11 de abril de 1869, com 82 anos de idade (NOVAES, 2012). Por sua atuação na sociedade maranhense em oposição à submissão da mulher, Ana Jansen protagoniza imaginários. Sua caracterização permeia uma abordagem mítica baseada nas representações sobre “Donana” no imaginário popular. É descrita com admiração à sua garra e temida pela sua crueldade. Segundo Ribeiro (19995, p. 15), Donana era uma megera, cruel com os escravos, dominadora. Quando seus negros se revoltavam, ela mandava enterrá-los vivos ou atirava-os no poço de seu sítio no Bacanga. Não satisfeita com os amantes, reunia os melhores negros e dormia com mais de cem, numa mesma noite. Por isso que sua alma penada percorre as noites de lua cheia. Donana teve seus home, por alguns perdeu a cabeça. Açoitava e castigava seus negros, mas era também capaz da maior bondade praqueles que dava vida pelos seus.

Gilroy (2001, p. 125) destaca que “o modo como essas populações continuam a fazer uso criativo e comunicativo da memória da escravidão aponta, para além das posições equivalentes”. Mas, conforme Corrêa (2006), as versões tradicionais do etnocentrismo europeu se projetam sobre as narrativas propagando uma polarização entre bem e mal:

No que se refere ao imaginário coletivo, esse expediente de redescobrir a África, continua restrito a uma parcela muito específica da sociedade brasileira, formada pelos indivíduos ligados aos movimentos negros organizados, ou pelos intelectuais e especialistas (OLIVA, 2009, p. 05).

São notados ainda, discursos situados a partir do ponto de vista desenvolvimentista, civilizatório. Assim, as interpretações se constituem sob a égide do progresso vinculado à economia (PEREIRA, 2013).

Para moradores do Formoso, as estearias são resquícios dos escravizados. Mas, conforme Navarro; Martins; Gouveia (2020), nunca foram encontrados, objetos de ferro como correntes e gargalheiras que apontem vestígios de escravizados nas estearias. Ao mencionar que esses locais foram habitados por indígenas, os ribeirinhos reagem com espanto. Para alguns deles, os indígenas não seriam capazes de construir as estearias. Suas técnicas “primitivas” não abarcariam o manejo dos grossos troncos que compõe os esteios. Para esses moradores, as estearias remetem a esconderijos erguidos pelo trabalho dos escravizados. A narrativa coaduna com a perspectiva tradicional que atribui ao indígena, pouca habilidade para o trabalho e atraso no domínio de técnicas e beneficiamento de recursos naturais. Este discurso ultrapassa a geografia das estearias (CARNEIRO DA CUNHA, 1992). Diante disso, cabe identificar como se estruturam as narrativas ancestrais que vinculam o elemento indígena a interpretações sobre as estearias.

Assim como as representações atribuídas aos afro-brasileiros, a abordagem sobre os indígenas é marcada por silenciamentos, induzindo à ideia de que eles não existem ou não têm status de conhecimento a ser transmitido.

No último quartel do século XVI começaram a produzir relatos sistemáticos com o intuito de descrever e classificar as populações indígenas [...] dentro do contexto histórico do final do século XVI e, segundo no contexto historiográfico do século XIX, quando suas descrições detalhadas e suas classificações esquematizadas foram absorvidas na qualidade de fatos etnográficos pelas primeiras gerações de historiadores nacionais. Os relatos buscavam estabelecer uma imagem estática de sociedades prístinas, como se não tivessem sido atingidos pelo contato com os europeus (MONTEIRO, 2003, p.110-111).

Imagens estereotipadas foram criadas, oriundas de uma concepção padronizada demasiadamente simplificada e com falsos juízos a respeito dos indígenas com ideias de

selvageria e barbárie. As abordagens relacionam o indígena como inferior mostrando a justificativa dessa condição pela religião, que levaria salvação e evolução aos “povos atrasados”. Citam também o europeu, como civilizado, na justificativa da disseminação dessa civilização branca pelo mundo.

Esta versão evidencia o imaginário do indígena como elemento a ser dominado com vias ao alcance da civilização. Reflete a trajetória de abordagem tradicional do indígena na sociedade brasileira sob o olhar eurocêntrico com o agenciamento discursivo do imperativo teológico da colonização<sup>191</sup>. De acordo com Pinsky (2002, p. 09), “o discurso religioso, ou seja, a justificativa do domínio europeu pela necessidade de catequizar os indígenas, fazê-los conhecer a verdadeira fé, o Cristianismo”. As abordagens relacionam o indígena como inferior mostrando a justificativa dessa condição pela religião, que levaria salvação e evolução aos “povos atrasados”. Citam também o europeu, como civilizado, na justificativa da disseminação dessa civilização branca pelo mundo.

Sob a égide da perspectiva derrotista de história indígena, relacionada às estearias de Penalva evidencia-se a narrativa sobre a “louca das estearias”. De acordo com Balby (2000), Tainã, a filha de um comerciante português com uma índia, aos dezessete anos fora violentada por um rico senhor de engenho no povoado Tramaúba. Após o trauma, sem possibilidades de arrumar um casamento, a jovem escolheu as estearias como o refúgio final de seus momentos de desespero. Assim, com seu choro, assusta os curiosos, vagando em meio aos esteios, às margens do lago na enseada do Quebra Coco. Em noites de lua cheia seus gritos desesperados são ouvidos entre as estearias.

Sobre a narrativa, no grupo focal, registrou-se: “Quando ela tinha dezessete anos foi violentada por um senhor. Depois engravidou de um italiano, tomaram o filho dela e com o trauma sem chance de arranjar casamento, ela fugiu para as estearias do Quebra Coco” (Informação verbal)<sup>192</sup>.

A narrativa retrata a percepção social da loucura como processo estigmatizante. Permeada pela evidência de comportamentos não aceitos socialmente, a loucura leva a pessoa a ser apartada do convívio em comunidade (GOFFMAN, 2001). Nesse sentido, as estearias são situadas como espaço de isolamento pelo afastamento em relação à área urbana do município ocupada pela comunidade: um local para confinamento dos que fogem aos padrões aceitos socialmente.

---

<sup>191</sup> Expressão utilizada por Frank Lestringant para definir a conciliação da religião com a política e a história de modo a definir condições para os campos de aplicação destas últimas (DAHER, 2007).

<sup>192</sup> Depoimento retirado da fala de professora no grupo focal.

Em entrevista, o Diletante 1 esclarece: “A história de Tainã se trata de uma ficção que criei depois de estudar os esteios. Ai pegou e o povo passou a contar. Às vezes dizem que é um texto do Gilmar porque ele colocou na internet. Mas fui eu que criei”. (Informação verbal)<sup>193</sup>.

A narrativa ilustra a concepção de objetificação da mulher indígena. A descrição da indígena carrega de detalhes que evocam a sensualidade “a mais linda e de seu tempo. Cabelos longos, pernas bonitas, olhar malicioso, seu tipo físico deixava os homens enlouquecidos” (BALBY, 2000, p.20).

Suas vestimentas, práticas culturais e características físicas eram exploradas de maneira a destacar a diferença, muitas vezes para fins de entretenimento e curiosidade dos colonizadores. A narrativa demonstra a concepção eurocêntrica de subalternidade das mulheres indígenas como objeto de exploração sexual e violência por parte dos colonizadores. Nesse contexto, a percepção derrotista do indígena em relação ao europeu é mencionada ainda com destaque para a mestiçagem, numa interpretação que aprofunda o discurso de dominação ao evidenciar a caracterização feminina da personagem.

Durante o grupo focal e as entrevistas, não foram relatadas outras narrativas protagonizadas por indígenas. Como já apresentado, algumas falas evocaram os estudos arqueológicos e destacaram as estearias como vestígios dessas populações. Mas, em termos de imaginário, mesmo quando remetem aos encantados, se sobrepõe a vinculação às populações afro-brasileiras.

Os discursos evidenciados pelas narrativas em questão remetem à tradicional formação cultural brasileira que situa o indígena como elemento social silenciado. Tal fato reverbera no desconhecimento sobre a importância dessas comunidades.

As ações dos sujeitos indígenas devem ser observadas a partir das suas experiências sociais e culturais específicas, com objetivos próprios [...] compreender o indígena como sujeito histórico que age conforme sua leitura de mundo, baseada tanto em códigos socioculturais quanto nas experiências desencadeadas pelo contato. (WITTMAN, 2015, p.17)

Reduzir a experiência indígena à simples caracterização de comunidades vítimas das iniquidades do branco é cometer mais uma injustiça. Conforme Monteiro (1999) a abordagem da história indígena sofre entraves como lacunas na documentação escrita, e com isso, possibilidades de investigação a partir do uso da oralidade, mas que esbarra em posturas arraigadas. Tal como refere Isla (2009), o que chamaríamos de ruínas arqueológicas, vestígios são signos vivos interpretados em meio ao hibridismo cultural brasileiro.

---

<sup>193</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 1.

Nesse sentido, desvelar as narrativas vinculadas às estearias do município de Penalva pode possibilitar a ampliação da percepção sobre a história indígena ao evidenciar discursos agenciados a partir do olhar eurocêntrico. Representa iniciativa essencial para que se ampliem as pesquisas relacionadas aos indígenas. Por meio do caráter problematizante pode ressignificar as representações das narrativas no imaginário popular.

Segundo Arruti (2001), trata-se de evidenciar a questão da identidade étnica superando a abordagem dualista permitindo uma confrontação cruzada. Consiste, conforme Johnson (2003), em problematizar os agenciamentos discursivos estabelecidos em relação à categoria mistura na sociedade brasileira. A abordagem das narrativas sobre as estearias, evidenciando os indígenas possibilita focar a historicização da relação entre território e população pela etnia.

Nesse contexto, esse olhar problematizante vem sendo propalado pelos trabalhos de Navarro por meio do LARQ/UFMA ao evidenciar os registros da cultura indígena nos artefatos das estearias. Entre os estudos, destacam-se os que retratam o zoomorfismo entre esses povos cuja percepção ainda reverbera nos relatos da população local no tempo presente, ainda que com releituras suscitadas pelo processo colonizador.

### 3.4.3 Zoomorfismo

Nas narrativas sobre as estearias, são comuns as referências a animais. A pesquisa arqueológica evidencia principalmente na cerâmica coletada junto aos esteios, aspectos da arte ameríndia. As estatuetas e vasilhas possuem apliques além de pinturas com grafismos de natureza simbólica que retratam animais (NAVARRO, 2022).

Nos relatos, entrevistas e na literatura diletante, observou-se a conformação de animais como protagonistas no desenrolar dos enredos. Navarro; Martins; Gouveia (2020), ao retratar a literatura penalvense mostram que a população menciona riquezas submersas no Formoso, protegidas por encantados das estearias. Nessa epistemologia local, as ilhas flutuantes se movem isolando os aventureiros no fojo<sup>194</sup> do aterrado e deixando-os sob o ataque de animais.

Certa vez, um grupo com cinco aventureiros foi separado, e três deles desapareceram, sendo seus corpos encontrados em uma vala aberta no aterrado. Mas após vinte e quatro horas, os corpos não exalavam nenhum cheiro e suas faces continham um estranho sorriso. Os homens que restaram se embrenharam na mata e acessaram as águas do lago enfrentando em suas profundezas, cardumes de peixes como uma barreira de guardiões. Então, chegaram a um lugar de águas límpidas, grande beleza e enorme cratera que chamou atenção pela emissão de um brilho forte. Os homens ficam

---

<sup>194</sup> Armadilha para caça de animais ferozes que consiste em um buraco profundo, cavado no chão e disfarçado com ramos e galhos. Neste caso, a expressão reporta a buracos entre raízes dos aterrados (BRAGA, 2014).

fascinados ao perceberem que eram metais preciosos, se precipitam a pegar o tesouro. Mas junto aos valiosos metais, foram surpreendidos por jacarés desconhecidos que ameaçando devorá-los, afastaram os intrusos para longe das riquezas do lago (SANTOS, 1990, p.39).

Nos relatos dos participantes desta pesquisa surgiram referências a animais que protegem os esteios:

Lá é comum, pescador que usa malha fina ter a rede cortada pelos esteios e também se perder com ataque de peixe. O cardume vem rolando, aquele monte de peixe e já teve canoa que até afundou no redemoinho. Caçador nem se fala. Aparece jacaré, cobra, tudo gigante e bota eles pra correr (Informação verbal)<sup>195</sup>.

Ali é lugar de bicho encantado. No aterrado já teve gente que afundou. Tem que ter cuidado porque tem cobra gigante protegendo o fundo. Já vi pedaço de pote pintado igual cobra (Informação verbal)<sup>196</sup>.

Nessa perspectiva, evidenciam-se as conexões da ancestralidade ameríndia e suas circularidades na longa duração de modo a presentificá-la por meio da memória nas epistemologias penalvenses sobre as estearias. Ainda que seja propagado o discurso de Penalva enquanto cidade de origem portuguesa diante dos apagamentos suscitados pelo colonizador europeu, os relatos populares sobre os esteios que retratam elementos de zoomorfismo evidenciam as marcas ameríndias na cultura local.

Nas pesquisas arqueológicas sobre as estearias, Leite Filho (2016, p.72) destaca “a riquíssima fauna amplamente ilustrada em recipientes cerâmicos, destacando-se peixes-boi, mucuras, macacos, corujas, morcegos, onças, capivaras, arraias, peixes e tartarugas das mais variadas espécies”. Por sua vez, Navarro (2022, p. 66) aponta que no Sítio do Formoso, os povos das estearias “preferiram pintar os vasilhames com apliques de animais e de seres humanos” retratando aspectos da paisagem circundante e grafismos que evidenciam a cobra como animal reverenciado.

Os povos das estearias, em seus grafismos, registraram representações de animais como expressão de suas crenças na atribuição de sentido à realidade, tecendo a memória coletiva. Tais seres, ainda hoje povoam as narrativas sobre as estearias, denotando o caráter ancestral das interpretações e ressoando a importância atribuída aos animais dentro da cadeia das relações antrópicas com o meio ambiente. Nesse processo, a figura da cobra repercute de forma significativa nas narrativas ancestrais sobre as estearias e suas vinculações à cidade de Penalva, especialmente na interpretação sobre a origem dos esteios.

---

<sup>195</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 3.

<sup>196</sup> Depoimento retirado da fala de agricultora no grupo focal.

Navarro (2021b) decifra a expressividade dos grafismos encontrados nos esteios, destacando as circularidades com a representação da serpente na construção de cosmologias. Para tanto, se fundamenta nas pesquisas da etnologia indígena por meio de autores como Reichel-Dolmatoff (1971) que discute a divindade da serpente no universo ecológico das culturas ameríndias. Com isso, evidenciam uma diversidade de interpretações que destaca a complexidade das relações entre essas comunidades e a fauna ao seu redor.

De acordo com Navarro (2021b, p. 2-3), entre os povos pré-colombianos:

Em Cahokia, uma cultura mississipiana do século X ao XIV, as serpentes estão associadas ao mundo aquático ou inframundo [...] Na Mesoamérica, a mais conhecida delas é a serpente emplumada em Teohitucán e em Chichén Itzá, estiveram vinculadas ao poder político [...] Nas civilizações andinas, na sociedade mochica, o motivo ofidiano está associado, dentre vários significados, à criação.

No contexto dos povos amazônicos, a serpente é representada pela anaconda<sup>197</sup> estando associada a diversos simbolismos e protagonizando cosmologias. Suas representações evocam a interconexão entre os seres humanos e a natureza.

Em suas considerações sobre os grafismos das estearias, Navarro (2021) se reporta aos estudos de Lana e Lana (1995) e Reichel-Dolmatoff (1971) ao demonstrarem que a serpente entre os Desana, da família linguística Tukano oriental está presente no mito da cobra-canoa. Nessa narrativa, a serpente é considerada a mãe dos peixes na cosmovisão amazônica que interpreta a criação da humanidade e norteia as relações entre as comunidades e o mundo.

A Arqueologia demonstra que o cenário lacustre suscitou a inserção deste ser nos grafismos dos povos das estearias. Mas, além disso, a serpente é protagonista da principal narrativa que permeia a memória social da população penalvense sobre os esteios. Nos relatos dos participantes desta pesquisa, a serpente é referenciada constantemente, a partir de releituras realizadas nos processos ancestrais de repasse da narrativa articuladas à constituição histórica do território.

O dileta penalvense Carlos Alberto de Sá Barros menciona em sua reconstituição histórica sobre a cidade, a narrativa ancestral sobre os esteios, como os vestígios do primeiro povoamento que teria sido inundado pelas águas do lago. Essa referência suscita interpretações que atribuem o ocorrido à ação de uma serpente que repousa nos subterrâneos. O relato surge de tempos em tempos, chegando a tomar proporções significativas em termos de evento, por retratar o fim da cidade.

---

<sup>197</sup> *Sucuris*, serpentes do gênero *Eunectes*, da família *Boinae*, sendo quatro as espécies existentes: *E. murinus*, *E. notaeus*, *E. beniensis* e *E. deschauenseei*, sendo a *E. murinus* a espécie mais comum na Amazônia (MATTISON, 2007) (ver Figura 1). (BRAGA, 2014).

A partir de uma visão, um pescador anunciou a destruição de Penalva, por meio de uma inundação com o despertar da serpente adormecida. A cabeça do animal repousa na igreja matriz de Penalva e o rabo na matriz de Viana. O movimento da serpente inundará a cidade, tal como o primeiro povoamento, cujos restos formam as estearias do lago Cajari. O temor sobre o anúncio profético gerou episódios de grande alvoroço influenciando pessoas a venderem casas a baixo preço e viajarem para cidades próximas, buscando abrigo, distantes das áreas lacustres penalvenses (BARROS, 1998).

Em Balby (2000, p.25), há referências sobre dois episódios nos quais a narrativa da serpente repercutiu na cidade:

Foi em 1976, apareceu um mudo escrevendo que a cidade ia desaparecer. Pânico generalizado e alguns tratam de arrumar as malas. Uma velhinha para fugir, se dá mal, cai do cavalo no caminho do Jatobá e quebra a perna. Em 1981, novamente a velha história do fim do mundo. Dessa vez no dia de São João, já não houve tanto pânico. Mas, um grande comentário e na capital, penalvenses perguntavam quando a cidade iria para o Beleléu.

No grupo focal, os participantes relataram:

O povo fugiu no dia em que se espalhou que Penalva ia afundar igual a cidade dos esteios (Informação verbal)<sup>198</sup>.

Penalva tem uma cobra enorme e no dia que ela se mexer a cidade afunda igual lá a dos esteios (Informação verbal)<sup>199</sup>.

Tem aquela que diz que Penalva era onde é hoje o lago Cajari. Ela foi inundada quando a serpente acordou e seus restos são as estearias (Informação verbal)<sup>200</sup>.

A narrativa também foi mencionada nas entrevistas:

Moradores foram avisados dessa tragédia por meio de visões e sonhos. Vários correram para comunidades como Enseada Grande, Jacaré, Centralzinho, São Joaquim, Goiabal, Capivari e até para a capital. Abandonavam suas casas e para fugir da maldição (Informação verbal)<sup>201</sup>.

Um senhor veio de um povoado fazer compras e ao chegar na praça de São José tinha um cano quebrado. A água jorrava com muita força passando por cima da mangueira. Então espalhou que a serpente estava avisando que a cidade estava começando a afundar. Muita gente pegou suas coisas e saiu da cidade (Informação verbal)<sup>202</sup>.

<sup>198</sup> Depoimento retirado da fala de professor no grupo focal.

<sup>199</sup> Depoimento retirado da fala de agricultor no grupo focal.

<sup>200</sup> Depoimento retirado da fala de trabalhadora do lar no grupo focal.

<sup>201</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 4.

<sup>202</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 3.

O anjo avisou um homem que Penalva iria afundar, mas se ele falasse para alguém ele ficaria mudo. Assustado o homem começou a escrever bilhetes avisando da inundação (Informação verbal)<sup>203</sup>.

Tomando a ousadia de dar uma pausa no lugar de pesquisadora e transitando pelo lugar social de penalvense na infância, relembra-se que por volta dos 8 anos, entrou-se em contato com esse relato. Era junho de 1991 e o contexto do curso primário, durante a 3ª série remete às lembranças do burburinho na hora do recreio sobre a história de que a cidade estava para afundar. Os filhos dos comerciantes comentavam que seus pais passariam alguns dias na capital enquanto se asseguravam se o fato aconteceria ou não. Particularmente, rememora-se a sensação de temor uma vez que era bem raro vir à capital devido o custo da viagem.

Como referiu Balby (2000, p. 25) “O mudo perdeu o cartaz junto à população”. Então, em meio ao disse-me-disse, os ânimos foram acalmados em conversas com familiares que relatavam ser aquela, uma história vez por outra propagada que não chegava a se concretizar.

A narrativa da serpente em Penalva, diferente da expressividade ameríndia que a considerava uma divindade protetora, ressalta o caráter catastrófico. A regulação social a partir do relato se dá pelo temor, de forma muito contígua ao *ethos* do colonizador português. Não é à toa que a serpente protagoniza narrativas relacionadas à formação de cidades portuguesas como as da região do Alejentejo.

No relato que interpreta o surgimento de Coimbra<sup>204</sup> em Portugal:

Há muito tempo, no reino à beira de um rio de Águas Lindas, uma serpente gigantesca medonha aterrorizava a população [...] A princesa Neiva convenceu seu pretendente a enfrentar o monstro [...] Os dois lutaram por muito tempo mas a cobra era brutal, ágil, cheia de energia e Gastão estava cansado apertado pelos anéis da cobra até que investiu sua espada e a gigantesca serpente ficou no chão. Então, nunca mais se espalharia o terror [...] Diz a lenda que o tempo foi transformando aquele lugar dando casas pontes e daí o poder do tempo com foi dando origem à bela cidade de Coimbra (CARDOSO, 2022, p.10).

A circularidade dessa perspectiva intimidadora é perceptível também em relatos da tradição oral brasileira. Cascudo (2002) chama atenção para relatos do Norte e Nordeste do Brasil que retratam a figura da serpente: Boitatá, a serpente de fogo dos campos, Boiúna, a serpente negra dos rios, a Cobra Honorato e sua irmã gêmea Maria Caninana dos habitats dos rios da Amazônia.

<sup>203</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 5.

<sup>204</sup>

No Maranhão, são diversas as epistemologias vinculadas à simbologia da serpente como força destruidora. Moraes (1977, p.143) identifica narrativas sobre serpentes em municípios do Maranhão no entorno dos grandes rios e na capital:

Ao redor de São Luís haveria uma descomunal serpente sempre a crescer, até que um dia sua cauda alcançasse a cabeça. Na ocasião que isso acontecer, o monstro reunirá todas as suas forças, para num abraço estupendo, comprimir a porção de terra envolvida, provocando o completo desaparecimento de São Luís, que será tragada pelo oceano.

As cidades da Baixada Maranhense apresentam outras versões da narrativa. Em Vitória do Mearim, a serpente habita um caminho subterrâneo que se estende desde a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré até o Rio Mearim e seu despertar marcará a destruição da cidade. A serpente de Viana tem a sua cabeça localizada sob o altar da igreja matriz Nossa Senhora da Conceição de Viana e a cauda no morro do Mocooca no qual, foram realizadas tentativas frustradas de construção de uma igreja. Em São João Batista, a serpente tem sua cabeça posicionada sob a Igreja Matriz e a cauda se estende até o Lago do Coqueiro, atraindo animais e desorientando pescadores. Para além da Baixada, há ainda, a serpente de Grajaú cuja narrativa não menciona igrejas, mas, reforça o imaginário de sua presença assombrosa no rio que assusta banhistas.

Na cidade de Alcântara também há relatos de uma serpente no subterrâneo da Igreja Matriz. Porém, neste lugar, a serpente é descrita como um monstro alado que pode levar a cidade ao colapso caso levante voo. Por isso, a população se resguarda realizando a procissão anual de Nossa Senhora do Livramento para que as penas das asas da serpente caiam e ela não possa voar. O relato retrata a procissão de Nossa Senhora do Livramento como ritual que assegura proteção à cidade.

Em Alcântara, há ainda o relato do dragão da Baía de São Marcos sobre um indígena que para salvar uma donzela, mata um dragão perigoso. Notam-se no relato, elementos cristãos vinculados ao texto do Apocalipse que evidenciam a serpente como demônio, monstro do mal.

Em Penalva, o cenário não se mostra diferente. O levantamento das narrativas ancestrais entre a população apresenta a predominância do relato sobre a serpente. Neste caso, com a cabeça na Igreja Matriz de São José de Penalva e o rabo na matriz de Viana e cujo despertar levará a cidade a afundar no lago. As interpretações dos moradores conjecturam que com esse cataclismo os sítios de estearias são sinais do primeiro povoamento da cidade inundada com o despertar da serpente em tempos antigos.

A narrativa da serpente nos subterrâneos da igreja retrata a tradição judaico-cristã na qual a serpente aparece como ser amaldiçoado, símbolo da traição e desobediência: “Então, o Senhor Deus disse à serpente: Visto que isso fizeste, maldita és entre todos os animais domésticos e o és entre todos os animais selváticos; rastejarás sobre o teu ventre e comerás pó todos os dias da tua vida (BÍBLIA, 2023, p.05). Nesse referencial, há vinculações da serpente com o feminino, apontando para a imperfeição: “E disse o Senhor Deus à mulher: Por que fizeste isto? E disse a mulher: A serpente me enganou, e eu comi” (BÍBLIA, 2023, p.05).

Na cultura cristã, a serpente representa um ser ameaçador, voltado para a destruição. No caso das narrativas locais, símbolo de cataclismo. Para os ameríndios, no entanto, retrata a cosmogonia no contexto marcado pela riqueza de elementos naturais, mostrando cosmovisões opostas quanto ao elemento cristão, em relação à mesma simbologia.

No panorama das narrativas maranhenses, a serpente está sempre com a cabeça sob a igreja Matriz suscitando a vinculação ao texto bíblico no qual Deus anuncia que a mulher sempre ferirá a cabeça do animal. Trata-se da representação cristã da Virgem Maria que pisa a cabeça da serpente, quando anunciou seu sim ao Arcanjo Gabriel, simbolizando o mal sendo subjogado e tornando-se corredentora da humanidade. O papel da virgem surge como vinculação à santidade, ao comportamento regrado e assim, deveria ser para as populações desses territórios onde a Santa madre Igreja preconizou seus discursos no processo colonizador português.

As serpentes maranhenses das narrativas de cunho cristão estão ligadas aos subterrâneos remontando a ideia de lugares sombrios. Assim, as cabeças das serpentes localizadas embaixo dos altares das igrejas simbolizam a Igreja Católica pisando no que se opõe ao modelo de santidade da civilização europeia. Trata-se de uma metáfora viva, cultura material e imaterial remodelada sob a égide do discurso religioso cristão silenciando as perspectivas de compreensão da realidade dos ameríndios.

As narrativas ancestrais relacionadas às estearias de Penalva até aqui apresentadas afloram da interpretação popular, formando o corpus de uma epistemologia local. Apontam para processos de formação de memória permeados por aprendizado intergeracional e ressignificação de enredos no âmbito da longa duração. Considerando a historicidade do território e o próprio saber arqueológico difundido sobre as estearias, passam a surgir versões atreladas à ficção sob influência da literatura diletante e da difusão da informação pela mídia.

### 3.4.4 Ficção

No cerne da historicidade, as narrativas ancestrais são reconfiguradas. O relato sobre Tainã é um exemplo de releitura sobre as estearias moldada a partir do movimento ficcional estimulado pela literatura nos processos de difusão do conhecimento. Inicialmente, pela via do livro físico, o relato se disseminou na comunidade, tomando maior alcance a partir de sua publicação na rede mundial de computadores, a Internet<sup>205</sup>. Nesse processo, até mesmo seu autor refere que são cometidos equívocos na atribuição da autoria do conto.

Diante desse exemplo recente suscitado com base na ficção, retrocede-se para a segunda metade do século XX a fim de tratar das referências do grupo focal e das entrevistas acerca dos chamados “aparelhos”: Objetos Voadores Não Identificados (OVNIs)<sup>206</sup> em avistamento próximo à estearia do Tacoeiro. Esses relatos se fortaleceram a partir do desaparecimento de um menino e seu retorno após alguns dias alegando ter sido abduzido por seres de outro planeta enquanto colhia frutas nessa região. Balby (2001) se refere ao evento em questão, como o caso do menino e o disco voador:

Aconteceu em 1978: o menino Luiz Carlos Serra, estudante da sétima série apanhando frutas, próximo ao Bacurau é raptado por um disco voador. Ao voltar do passeio misterioso, ele não fala, não come e se mostra diferente aos seus familiares. Escreve que foi levado por um aparelho e teve até alguns dentes arrancados pelos extraterrestres (BALBY, 2000. p.42).

Desde 1956, havia registros de relatos dessa natureza em jornais de São Luís. Um exemplo é a matéria “Mistério ou meteoros: discos voadores ou simples balões de estudos? o fenômeno visto em Ribamar, São Luís e Bacabal” publicada no Jornal “O Globo”:

Está em Foco no momento, o assunto da Bola de Fogo e do demorado Relâmpago que foram vistos por dezenas de pessoas no interior e na capital. Reina geral apreensão entre certos grupos crentes nos discos voadores e nas invasões interplanetárias. De Ribamar, em nossa redação esteve dias atrás, o senhor Antônio Santana que nos contou uma história fascinante: um estranho corpo luminoso na forma aproximada de um saco se precipitava para o solo às vistas de perplexa multidão, logo ao bater de encontro ao chão,

<sup>205</sup> Sistema global de redes de computadores interconectadas que utilizam o Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo de Internet (TCP/IP) para conectar bilhões de dispositivos em todo o mundo. Essa infraestrutura de comunicação permite a troca de informações, dados, serviços e recursos entre usuários, organizações e dispositivos em diferentes locais geográficos (AULETE, 2023).

<sup>206</sup> O termo refere-se a qualquer objeto voador que tenha sido avistado e não possa ser imediatamente identificado como um objeto convencional conhecido. O conceito de “não identificado” implica que testemunhas, observadores ou sistemas de detecção não conseguiram reconhecer ou categorizar o objeto com base em características visíveis, comportamentais ou técnicas. Não implica automaticamente que o objeto seja de origem extraterrestre. Ele simplesmente indica que a natureza ou a origem do objeto não pôde ser determinada com base nas informações disponíveis naquele momento. O objeto pode ser um fenômeno natural, uma aeronave experimental, um dispositivo militar, ou até mesmo um erro de identificação (SCHRAMM, 2016).

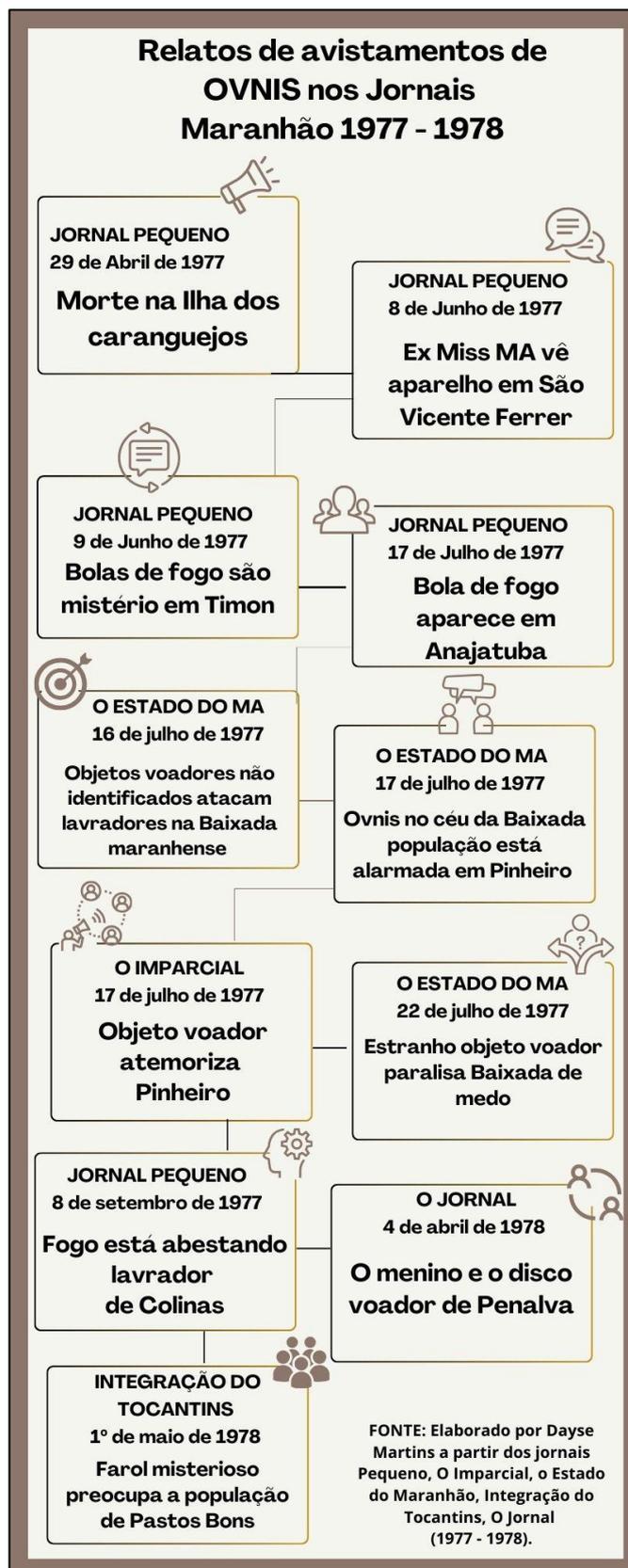
desapareceu sem deixar qualquer vestígio. Também em São Luís foram vistos fenômenos da mesma espécie (O GLOBO, 3 nov de 1956).

Mas a forte propagação desses relatos surge com a misteriosa morte de pescadores na Ilha dos Caranguejos:

Fato estranho teria provocado a morte de uma pessoa e deixado duas outras feridas no interior de uma pequena embarcação ancorada na Ilha dos caranguejos situada no município de Alcântara. Os quatro ocupantes do pequeno barco estavam dormindo às duas da madrugada quando um deles foi despertado por gemidos e um estranho ruído o que o levou a pensar em um fato sobrenatural. A tripulação do barco ao despertar, verificou que um dos componentes estava morto e os outros desmaiados. O ruído fez muita gente acreditar na presença de disco voador. Todos apresentavam queimaduras, fora do comum e havia manchas escuras no fundo da embarcação. Pareciam ter sido provocadas por raios luminosos (JORNAL PEQUENO, 29 abr de 1977).

Ainda que em décadas anteriores já tivessem sido registrados relatos de avistamentos, o episódio da Ilha do Caranguejo se tornou marcante. A partir dele, jornais maranhenses publicaram uma série de notícias sobre a questão:

Figura 28 – Infográfico sobre notícias de ÓVNIS em Jornais Maranhenses



Fonte: Elaboração pela autora.

No “Jornal Pequeno”, nos meses de junho e julho de 1977, são apresentadas ocorrências em municípios da Baixada.

Um A.C.E. (Aparelho de Características Estranhas) aterrissa constantemente nas proximidades da ponta do Pascoal, município de São Vicente Ferrer. A senhora Vilma Sales, ex-miss Maranhão que reside no Rio de Janeiro, veio passar dias com seus genitores no João Paulo e resolveu visitar parentes em São Vicente Ferrer, viu o aparelho. Falou à reportagem que ele se apresenta promovendo forte barulho e possui cor amarela. Acrescentou que aterrissa no meio do campo ficando por alguns momentos. Em seguida, decola em velocidade extraordinária com outra cor azulada e desaparece no firmamento. Aparece diariamente por volta das 21 horas ficando por muito tempo naquela localidade (JORNAL PEQUENO, 8 jun de 1977, grifo meu).

O advogado Victor de Jesus Lobato natural de Palmeirândia contou que em Santana, município de Anajatuba vem aparecendo nos céus, um estranho fenômeno: um objeto incandescente que vem atemorizando a população. Uma senhorita de 17 anos foi encontrada desacordada no campo, apresentou sinais visíveis de forte abalo psíquico. Contou que quando se achava no campo viu uma bola de fogo e caiu desmaiada. Esta bola de fogo tem amedrontado muita gente (JORNAL PEQUENO, 17 jul de 1977, grifo meu).

O Jornal “O Estado do Maranhão” também evidencia nesse mesmo contexto, relatos de avistamentos: “Inúmeras pessoas em Pinheiro, Cajapió, São Vicente Ferrer e São Bento tiveram a oportunidade de ver a estranha bola de fogo conhecida como ‘luz do diabo’. Dizem que a luz tira as forças deixando também uma espécie de psicose” (O ESTADO DO MARANHÃO, 16 jul de 1977, grifo meu).

Com o tempo, os relatos passam a retratar além do avistamento, a descrição de impactos no bem-estar físico e mental nos moradores a partir do contato com os objetos:

Esse objeto estranho passa sobre campos e lagos e até estradas. Pode chegar próximo de pessoas desde que elas estejam isoladas ou em pequenos grupos e lança nesses momentos uma fortíssima luz vermelha que chega a queimar a pele e deixa a pessoa meio tonta. O óvni sobre a baixada à noite criou pânico na região e as pessoas fora das cidades não tem coragem de sair mais à noite (O ESTADO DO MARANHÃO, 17 jul de 1977, grifo meu).

Por sua vez, “O Imparcial” acrescenta informações sobre repercussões dos avistamentos no cotidiano das comunidades: “As escolas do Mobral estão vazias em Pinheiro, Bequimão, Santa Helena, Guimarães e Peri Mirim, pois todos têm medo de sair à noite, não se arriscando a encontrar o objeto a noite” (O IMPARCIAL, 17 jul de 1977, grifo meu).

Nesse período, os relatos sobre avistamentos nos jornais apontam para a ocorrência do fenômeno em diversos municípios maranhenses:

Figura 29 – Manchete da 1ª Página de “O Imparcial” 17.07.1977



Fonte: Registro pela autora.

Figura 30 – Manchete da 1ª Página de “O Estado do Maranhão” 31.07.1977



Fonte: Registro pela autora.

Figura 31 – Infográfico sobre relatos de avistamentos no Maranhão (1977 – 1988)



Fonte: Elaboração pela autora.

A série de avistamentos de óvnis no Maranhão constitui o ponto de partida para a realização da investigação militar brasileira chamada Operação Prato<sup>207</sup>. Tendo como epicentro, o incidente da Ilha do Caranguejo, os fenômenos passaram a ser observados na Baixada Maranhense seguindo nos municípios até a divisa com o estado do Pará, na região do Rio Gurupi. Em setembro de 1977, os avistamentos se concentraram na cidade de Viseu, percorrendo o litoral e alcançando em outubro, a Baía do Marajó e a capital Belém. Os eventos repercutiram em ampla cobertura da imprensa, do rádio e da televisão que divulgavam os encontros dos habitantes de vilas e povoados com os objetos, evidenciando o clima de temor da população (SCHRAMM, 2016).

No Maranhão, em meio à cobertura jornalística, foram mobilizadas discussões em busca de conjecturas que explicassem o fenômeno:

Temos a impressão nítida de que a modesta a polícia do Maranhão não tem condições de desvendar o mistério da Ilha do Caranguejo. Está mais ou menos provado que andam pelos céus do Brasil, aparelhos estranhos que soltam raios luminosos e que são considerados discos voadores. Todavia, na sombra dos discos voadores podem existir aparelhos de fabricação estrangeira deste planeta, atormentando, capaz de descer em qualquer ilha ou recanto pouco habitado como se fossem helicópteros para ver a procedência e o lançamento de descida. É o caso da gente perguntar: será que a Ilha do Caranguejo não é um campo de pouso desses bichos destinados a extrair minério ou coisa de valor do solo brasileiro? Será que na hora da propulsão, não se deu o caso das faíscas atingirem os pobres homens que dormiam serenamente à beira da praia? Achamos que a Ilha do Caranguejo deveria ser visitada inspecionada para apuração do caso (JORNAL PEQUENO, 1º maio de 1977).

Os argumentos evidenciados na reportagem mostram uma interpretação que articula os fenômenos à conjuntura mundial da chamada Guerra Fria, no campo das disputas entre Estados Unidos e União Soviética. Após a Segunda Guerra Mundial, entre 1947 e 1991, este evento se manifestou por meio de competição global, influência em países, corrida armamentista e disputas ideológicas (FARIA; MIRANDA, 2003). Diante disso, os avistamentos poderiam ser interpretados como ações de monitoramento da região maranhense, na busca de riquezas ou até mesmo na checagem de suas condições geográficas favoráveis à corrida espacial.

---

<sup>207</sup> Missão militar conduzida pela Força Aérea Brasileira (FAB) entre setembro de 1977 e março de 1978 na região amazônica, mais especificamente no estado do Pará. O acervo documental da Operação Prato é constituído por registros oficiais da FAB, do Serviço Nacional de Informações (SNI), divulgados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), estando sob a custódia do Arquivo Nacional. Parte dos relatórios e imagens fotográficas foram tornados públicos principalmente nos anos 1980 e 1990 e mais recentemente em 2017 (SCHRAMM, 2016).

O clima de inquietação mobilizou os jornalistas a ponto de solicitarem o parecer de um perito da Academia Nacional de Polícia em Brasília. Assim, foi publicada entrevista ao perito Jucílmo Salazar:

Perguntado se existiria algum fenômeno capaz de produzir os efeitos apresentados nas vítimas das misteriosas ocorrências da Ilha do Caranguejo, Salazar respondeu: ‘No campo científico da minha especialidade, sou de parecer que um físico ou outro técnico responda com mais precisão. Entretanto, sou sabedor da existência de fenômenos físico-químicos que produzem iguais efeitos e podem aparecer vagando visualmente e dando ideia de disco como nos parece a lua cheia. Ainda há de ser admitir que delírios resultantes da intoxicação venham a formar imagens dessa natureza’. Sobre estes últimos, Salazar ressaltou o fenômeno físico que é um agregado de eletricidade em forma de bola de fogo vagando no espaço parecido com fogo, porém mortífero por ser muito tóxico. Existe ainda que os que são resultantes da criação dos monóxidos e que podem produzir conduta involuntária. Finalizando, afirmou que considera o caso da Ilha, uma descarga elétrica proveniente de fenômeno natural obedecendo à lei da física (JORNAL PEQUENO, 14 maio de 1977).

Em busca de fundamentos científicos, o perito analisa o evento da Ilha do Caranguejo retratando o fenômeno do fogo-fátuo: luz que aparece à noite em áreas pantanosas e de rios e lagos. Tal fato é fruto da decomposição de material orgânico depositado no fundo das águas que gera substâncias como metano e fosfina (ROELS, J.; VERSTRAETE, 2001). No ambiente dos campos, avistamentos de luzes sempre fizeram parte das narrativas locais:

A curacanga é uma assombração representada por uma bola de fogo que vagueia pelos campos e lagos da Baixada e que, consoante a crença popular, persegue viajantes, canoeiros e vaqueiros. Diz a lenda que quando uma mulher tem sete filhas, a última delas vira curacanga, a cabeça sai do corpo e, à noite, assume a forma de uma bola de fogo, que sai girando à toa amedrontando quem encontra (SOARES, 2012, p.68).

Em Penalva, Braz Melo (2021, p. 38) retrata um encontro com a curacanga:

Todo mundo sabia que curacanga botava o sujeito para correr. Ninguém se meteria a ficar zanzando a noite pelos campos de Penalva porque poderia sofrer mal bocado. Contavam que na Santa Rosa, povoado depois do Cacau, morava um sujeito chamado Baratão que gostava de fumar à noite. Isso porque ela era pescador e no frio para acender um cigarrinho, quando riscou o fósforo a chama foi avistada por uma curacanga que estava por ali à procura de uma vítima. Ela veio com tudo para cima dele e a briga começou e ele num ato de bravura, puxou o facão e partiu ao meio a cabeça dela. Com a morte dessa curacanga, as outras desapareceram melhorando a vida dos pescadores noturnos. Era o que contava.

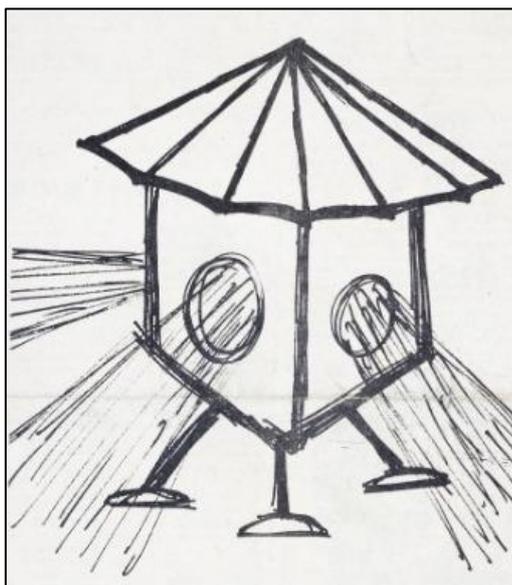
O cenário aquático das estearias é propício para a criação e difusão de enredos sobre essas bolas de fogo que cortam a lâmina de água dos rios e lagos: “Nas estearias do Formoso

aparece uma luz que persegue pescadores em suas embarcações” (Informação verbal)<sup>208</sup>. Percorrer trechos em direção aos esteios também é uma ação suscetível ao avistamento de luzes: “O povo fala desses lados do Cacau, Bacurau, perto do Jacuíca, pros lados de onde vai pras estearias, na Trizidela, também. É doido pra aparecer tocha de fogo e botar o pessoal pra correr no campo” (Informação verbal)<sup>209</sup>.

Os relatos desta pesquisa mostram que as epistemologias do povo baixadeiro, em meio à diversidade da constituição dessa região, já apresenta narrativas ancestrais sobre o avistamento de luzes. Evidenciam formas intergeracionais de compreensão da relação entre as pessoas e a natureza: “Os mais velhos costumavam assustar as crianças ao afirmar tratar-se de espíritos malévolos que perseguiram os viajantes, enquanto outros viam essas aparições como prenúncios de morte” (SOARES, 2012, p.68).

Mas, o que se pode perceber em relação à conjuntura dos avistamentos dos anos 1970 retratados pelos jornais é o contato com a cultura de massa redimensionando os processos interpretativos dessa população, mesclando-os a elementos de ficção científica: Tal aspecto pode ser notado quando “O Estado do Maranhão” apresenta um desenho do objeto, traçado a partir da descrição dos moradores de Pinheiro: “é algo com semelhança é um módulo lunar americano, um bloco de quatro faces emitindo um raio de cada face com cores de várias cores e cobertura semelhante a um guarda-chuva metálico” (O ESTADO DO MARANHÃO, 17 jul de 1977, grifo meu).

**Figura 32– Desenho de ÓVNI pela da descrição dos moradores de Pinheiro – MA**



**Fonte:** O ESTADO DO MARANHÃO, 17 jul de 1977. Acesso em 15 jun 2023.

<sup>208</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 4.

<sup>209</sup> Depoimento retirado da fala de agricultor no grupo focal.

A representação do objeto remete ao módulo lunar americano *Eagle* utilizado pelos astronautas da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), na missão Apolo para chegada à superfície lunar. O evento foi televisionado ao vivo em 20 de julho de 1969 ressaltando o avanço tecnológico como meio de encurtar distâncias e conectar pessoas ao redor do mundo. Além disso, reverberou no imaginário popular pelas representações relacionadas à ficção científica.

Conforme Eco (1989), nesse gênero discursivo, há especulações que extrapolam, linhas de tendência do mundo real para possibilidades do mundo futurível. Com isso, tal perspectiva norteia produções audiovisuais e literárias que tematizam a produção científica, influenciando na esfera sociocultural. Nesse movimento, os avistamentos no Maranhão ocorrem em meio à expansão dos meios de comunicação de massa nas comunidades e aos alinhamentos políticos e comerciais entre o governo brasileiro e os Estados Unidos, influenciando em releituras culturais.

Nessa conjuntura, o fenômeno dos óvnis também é registrado em Penalva. O fato ocorrido, foi noticiado em São Luís no periódico “O Jornal”, edição 305 de 4 de abril de 1978. O menino ao lado da reportagem, de sua mãe, médicos e funcionários do hospital repetiu a mesma história que vinha contando por escrito durante o tempo que passou sem fala:

Disse ele que se encontrava apanhando frutas por volta do meio-dia próximo à enseada do Cajari quando foi surpreendido por um forte clarão vermelho que o puxou para o interior de um estranho aparelho em forma de pilão. As pessoas eram três que estiveram com ele durante todo o tempo em que permaneceu acordado, muito pequeno, pois grande parte dos três dias esteve desfalecido. Tinham um pouco mais de um metro de altura, vestiam roupas metálicas com botas e luvas de borracha, falavam numa língua que ele nunca conseguiria entender e não mostraram sua verdadeira face. Tinham permanentemente um capacete de metal sobre a cabeça com visor de vidro que cobria todo o rosto. Para desmaiá-lo eles lhe deram para beber um líquido amarelo sem gosto definido e o mantiveram durante todo o tempo sentado numa cadeira de metal. Logo que chegaram no local estranho, pareceu uma ilha onde não havia ninguém. Foi colocado numa mesa de pedra pela descrição parecendo retangular onde novamente desfaleceu e só voltou a ter consciência quando foi mandado de volta à terra exatamente no local onde foi encontrado tendo sentido dores nos dentes resultado de uma extração (O JORNAL, 4 abr de 1978).

Diante do ocorrido, ele recebeu o apelido de aparelho. A partir de então, os moradores relatam que passaram a temer os avistamentos.

No grupo focal desta pesquisa, participantes apontaram que as estearias são locais marcados por aparições de luzes. Entre os fatos, mencionaram o avistamento de aparelhos e o episódio do “menino abduzido”. Alguns participantes acrescentaram que com o caso, passaram a ter o hábito de olhar para o céu antes de sair de casa.

Lá pros lados do lago onde estão os esteios, o menino sumiu. Aparelho pegou ele e depois devolveu. Voltou abestado e estava sem alguns dentes. Ali tem mistério, não é lugar pra criança brincar. Ainda mais na sexta-feira santa, meio dia (Informação verbal)<sup>210</sup>.

A história se espalhou rápido. Sempre a gente ouvia causo de luz no campo a noite na pescaria. Facho de fogo que corre atrás de gente no campo. Mas dessa vez foi de dia mesmo, perto de onde vai pras estearias e ainda levou o garoto (Informação verbal)<sup>211</sup>.

Lembro de quando aconteceu.. Lá perto da estearia. O povo comentando dos aparelhos. Eu fiquei com medo e antes de sair de casa eu sempre me benzia. Desde esse dia eu olho pro céu também (Informação verbal)<sup>212</sup>.

O aspecto ficcional passa a compor as narrativas mais recentes sobre os esteios. Além do contato da população com a literatura diletante, diante deste caso, nota-se a questão perpassando pela repercussão dos meios de comunicação de massa. No desenvolvimento tecnológico, do rádio, transitando pela TV, o cinema e no século XXI, a internet. Os referidos canais na difusão massiva de informações, representações artísticas e hibridismos culturais passam a repercutir na configuração da memória coletiva.

Acerca desse movimento, Balby (2021) refere que em 1958, “é inaugurado o primeiro cinema em Penalva: o Cine Trianon com a exibição do melodrama mexicano ‘A mulher que eu perdi’ (*La Mujer que yo perdi* - 1949)”. Anos depois, a população entrou novamente em contato com o cinema. Em 1962, a cidade de Penalva recebeu a equipe da Petrobrás para prospecção de petróleo em região próxima às estearias. Segundo Balby (2021, p. 178): “A Petrobras acampa na Trizidela para localizar jazidas petrolíferas no Lago Cajari. Durante a permanência da empresa eram exibidos à noite, filmes de longa-metragem para a população”.

Esse fato demonstra ter correlação com um relato mencionado no grupo focal sobre a região da Trizidela, onde se situa uma estearia:

Certo dia bateu na casa de uma família que morava a beira do rio, muito pobre um viajante que ninguém conhecia que pediu hospedagem. Então, a família ofereceu tudo o que tinha para que ele se alimentar. No dia seguinte ao se despedir, ele olhou para a lagoa, próximo a Trizidela, onde aparecem pontas de esteios e disse que por causa da família que lhe

<sup>210</sup> Depoimento retirado da fala de trabalhadora do lar no grupo focal.

<sup>211</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>212</sup> Depoimento retirado da fala de comerciante no grupo focal.

acolheu sem lhe conhecer, aquele lugar seria abençoado. Então partiu e a lagoa se transformou em um rio com águas correntes e peixes em abundância e nunca mais secou, para dar às famílias o seu sustento (Informação verbal)<sup>213</sup>.

Após esse período, os prefeitos começaram a realizar drenagens lacustres para facilitar a navegabilidade e o comércio. Com o tempo, passaram a construir barragens que represavam as águas em pontos como na Trizidela (BALBY, 1985).

Em relação às narrativas, a chegada da televisão representou uma transformação significativa na forma como as pessoas acessavam informações, entretenimento e cultura. A televisão, como meio de comunicação de massa, desempenhou um papel crucial na vida cotidiana das comunidades locais, moldando hábitos e influenciando a cultura regional.

Em Penalva, após as experiências com o cinema, a primeira televisão chega com o então prefeito Aquino Mendes no ano de 1964 e pessoas da comunidade passam a assistir a produções audiovisuais numa ação coletiva, apesar do ambiente privado. Até então, algumas famílias abastadas dispunham de aparelhos de rádio (BALBY, 2021).

Nesse contexto, o acesso às narrativas ficcionais por meio da cultura de massa é mais um aspecto que passa a mobilizar a memória coletiva da população. O desenvolvimento tecnológico e com isso, dos meios de comunicação de massa representados pelas figuras do rádio e da televisão e mais tarde, da internet, trouxe consigo uma revolução na cultura, impactando na forma como as pessoas consomem informação. A cultura de massa estimula a conversão da expressividade pela arte, em práticas de reprodutibilidade técnica que ampliam a disseminação da informação.

O acesso à informação ampliou canais para além das trocas intergeracionais e as pessoas passaram pelos meios de comunicação, a compartilhar experiências mesmo em contextos culturais diversos. As mídias incidem na formação de opiniões e atitudes, influenciando a percepção pública sobre questões sociais, políticas e culturais. Nessa conjuntura, há ressignificações nos processos de constituição da memória coletiva.

No decorrer desta pesquisa, constatou-se que não há registro consistente e estruturado das narrativas ancestrais sobre as estearias em portais e redes na internet. Contudo, nas redes sociais, identificou-se uma diversidade de representações imagéticas que retratam as temáticas penalvenses por meio dos chamados *memes*<sup>214</sup>.

<sup>213</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>214</sup> A criação do termo *meme* é atribuída a Richard Dawkins, no livro *O gene egoísta*, lançado em 1976. Com o termo, o autor busca descrever unidades culturais que se propagam de pessoa para pessoa. No contexto da internet, a definição evoluiu para se referir principalmente a fenômenos culturais digitais compartilhados online (NAEDZOLD; COSTA, 2021).

Esses discursos sob o formato de imagem circulam de modo acelerado pelo compartilhamento em plataformas de relacionamento, buscando engajar pessoas a comentarem ou apreciarem temáticas. “Os memes configuram-se como materializações de conceitos socialmente disponíveis, os quais, devido a suas dinâmicas de (re)produção, tornam-se perceptíveis quando (com)partilhados” (SÉKULA, 2016, p. 25). Essas unidades culturais são geralmente compartilhadas e adaptadas por meio de textos, imagens, vídeos ou outros formatos, muitas vezes com um toque de humor. Assim, os *memes* representam práticas de produção de sentido quanto a objetos de conhecimento na sociedade e, portanto, estão permeados de historicidade.

Nesta investigação, foram identificados os seguintes *memes* sobre as narrativas ancestrais de Penalva – MA:

**Figura 33 – Infográfico dos *memes* de narrativas ancestrais de Penalva – MA**



**Fonte:** Elaboração pela autora.

A caracterização das narrativas ancestrais remete à percepção sobre o contexto atual de inserção das novas tecnologias em meio à comunidade. Nessa conjuntura, cabe problematizar como em meio à difusão da informação, a geração das narrativas se ressignifica sendo ampliada pelas mídias.

Nesse panorama, tradições são reinventadas em práticas de modelação do comportamento e de concepções. Há a ressignificação dos objetos de conhecimento na fluidez com a qual a memória é retratada na contemporaneidade. As tecnologias podem, pela via do compartilhamento, contribuir para a valorização das epistemologias locais. Para tanto, é preciso tomar como fundamento, uma perspectiva de educação patrimonial num sentido comunitário com o diálogo entre a ciência e a comunidade.

#### **4 “PENALVA DO PROGRESSO E CULTURA”: trilhas históricas das estearias**

No âmbito das políticas públicas, das últimas décadas, observa-se a inserção da abordagem pedagógica sobre patrimônio (BRASIL, 2017). Nesse contexto, a formação do senso histórico deve fomentar práticas de educação patrimonial, estimulando abordagens com foco em identidade e memória (BITTENCOURT, 2001).

Por patrimônio compreende-se “o conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade do povo”. (HORTA, et al, p. 10, 2011). Trata-se, portanto, do conjunto de valores e símbolos construídos coletivamente, a partir do qual ocorre reconhecimento e identidade em um coletivo social, com base na memória e no senso de pertencimento. Nesse sentido, não deve se pautar na ideia de uma cultura comum para poucos, ditada pelos segmentos sociais que dominam o letramento e o acesso à cultura. Também não deve resguardar princípios nacionalistas para reforçar colonialismo ou fomentar práticas liberais de mercado como o turismo. A ideia de patrimônio deve se relacionar ao que a cultura de uma comunidade elabora, reinventa e articula à memória coletiva.

Segundo Ferreira (2013, p. 88), a arqueologia “tem o poder de arregimentar as coisas que definem identidades nacionais, a despeito, quase sempre, dos desejos e deliberações das comunidades locais”. Nesse movimento, o discurso da preservação é central na relação com os grupos locais em pesquisas arqueológicas. Com isso, é preciso ressignificar o discurso do poder atribuído à arqueologia diante das comunidades e construir práticas dialógicas que possibilitem a educação do senso histórico pela via da inclusão comunitária. Vivendo no entorno dos sítios, interagindo com artefatos no cotidiano, as comunidades tecem epistemologias. Trata-se de considerar que “ a cultura material, além de estruturante, se vivifica conforme os contextos e as cosmologias das comunidades (FERREIRA, 2013, p. 95).

O referido movimento não caracteriza somente a colaboração das comunidades nos trabalhos arqueológicos, numa educação unilateral centrada na arqueologia. Compreender as epistemologias e dialogar sobre os anseios identitários da comunidade, especialmente na sociedade global e multicultural é basilar para uma educação patrimonial comunitária. Para tanto, torna-se imprescindível atentar para os significados atribuídos aos artefatos e sítios em meio a uma diversidade de narrativas ancestrais, tal como se evidenciou neste trabalho. Essa percepção norteia o que Ferreira (2013, p. 96) considera como “interpretação partilhada das coisas arqueológicas para promover a diversidade cultural”. Tal abordagem tem o potencial de promover uma compreensão holística e inclusiva, beneficiando tanto a comunidade quanto a Arqueologia.

Tomando por base esses sentidos atribuídos à educação do senso histórico, buscou-se articular um senso de educação patrimonial comunitária relacionando a difusão da arqueologia sobre as estearias às epistemologias da população penalvense. Para tanto, na segunda sessão realizada com o grupo focal, buscou-se identificar a percepção dos participantes quanto aos olhares sobre as estearias.

A acolhida do grupo ocorreu com a exibição do documentário “A civilização lacustre de Penalva”. O vídeo foi produzido por Balby a partir de imagens dos esteios, registradas nos anos 1980 e 1990.

**Figura 34 – Qr-code com trecho inicial do documentário “A civilização lacustre de Penalva”**



**Fonte:** Elaboração pela autora.

Após comentários sobre o vídeo, prosseguiu-se com a mobilização do grupo a partir de registros no aplicativo *Mentimeter*. Cada participante palavras que lhe remetesse à cultura penalvense, compondo a seguinte nuvem:

**Figura 35 – Nuvem de palavras sobre cultura penalvense**



**Fonte:** Registro pela autora.

Os termos inseridos na nuvem demonstraram percepções dos participantes quanto a aspectos culturais de Penalva. De modo geral, evidenciaram processos formais vinculados a história e identidade. As palavras museu e memória aparecem com maior destaque na nuvem enquanto vocábulos mais registrados denotando percepções que enfatizam a institucionalização memória coletiva. Identificaram-se expressões relacionadas a sentimentos em relação à cultura, tais como paixão e saudade. Termos como museu, turismo e folclore evidenciam perspectivas de institucionalização da cultura local.

Com base na nuvem formada, esclareceu-se que a segunda sessão se direciona às as perspectivas de ações que o grupo compreende como necessárias em relação às estearias. Com isso, foi iniciada a mediação do roteiro de questões junto ao grupo focal, desta vez, bem breve.

Sobre as estearias na cultura penalvense, os participantes relataram:

Vivo aqui desde que nasci e para mim os esteios são vestígios do passado penalvense. Mostram como a cidade mudou ao longo do tempo. Acho que é importante em nossa cultura e deveríamos preservar isso para as futuras gerações (Informação verbal)<sup>215</sup>.

As estearias são parte de nossa história. Somos parte de uma civilização neolítica como diz Dr. Raimundinho. Parece coisa dos filmes até. Ele já até fez esse filme né. Podemos mostrar ao mundo a importância de Penalva (Informação verbal)<sup>216</sup>.

Os esteios são importantes e chamam atenção de muito pesquisador. Acho que Penalva é famosa por causa deles. Mas aqui mesmo eles deviam ser mais divulgados. São parte de nossa cultura (Informação verbal)<sup>217</sup>.

Nota-se nos relatos, o senso identitário permeando a vinculação entre os esteios e a cultura penalvense. Os participantes fazem referência ao destaque que a cidade pode ter por contar com esses espaços arqueológicos. Ao mesmo tempo, percebe-se que o tema é visto como algo que precisa ser mais presente na difusão da cultura penalvense, principalmente no próprio contexto da cidade.

Ao serem questionados sobre as pesquisas em arqueologia na região dos esteios, expressaram:

Conheço mais os esteios de ler os livros de Dr. Raimundinho. Ele foi lá e filmou, Gurão fotografou. Há tempos ele estuda esses lugares. Sei que outros já estudaram e sempre estão apresentando novidades (Informação verbal)<sup>218</sup>.

<sup>215</sup> Depoimento retirado da fala de político no grupo focal.

<sup>216</sup> Depoimento retirado da fala de comerciante no grupo focal.

<sup>217</sup> Depoimento retirado da fala de professora no grupo focal.

<sup>218</sup> Depoimento retirado da fala de professor aposentado no grupo focal.

Eu nunca fui junto. Já vi um pessoal que vai pra lá estudar. Lá no Formoso. Tem pescador que ajuda a achar o lugar dos potes. Já vi eles tirando também. (Informação verbal)<sup>219</sup>.

De vez em quando tem gente das faculdades. Essas que dão aula no sábado. Pessoal faz trabalho, mostra os vasos que saem das estearias. Tem vezes que nas escolas tem feira, apresentação. Eles mostram. Já vi uma que teve na praça. (Informação verbal)<sup>220</sup>.

Os pesquisadores sempre estão por aqui. Ainda mais nesses últimos anos. Sei que já tem livro mostrando a cerâmica. Na minha escola já teve até palestra de um arqueólogo falando dos esteios. Foi muito importante para os alunos (Informação verbal)<sup>221</sup>.

As menções sobre o trabalho arqueológico com as estearias evidencia diversidade de percepções entre o grupo. Há quem referencia o estudo considerando os livros de Balby. Os relatos mostram que os vestígios também são tema abordado nas iniciativas de formação superior com professores. Mas também houve menção às pesquisas do LARQ/UFMA, inclusive evidenciando a participação de habitantes nas investigações e a divulgação das pesquisas no ensino formal.

No que concerne à relação da população com os esteios, o grupo ressaltou:

Nunca tive contato com os esteios, nunca fui lá perto. Só vi em livro e no youtube. Mas lembro que antigamente, quando eu estudava, tinha gincana no festival do peixe e as equipes tinham que trazer um esteio. Essa era uma das provas. A rapaziada saía doida e poucos conseguiam tirar. Loucura né! Não sabiam a importância deles (Informação verbal)<sup>222</sup>.

Olha! Lá no Formoso com os encantados, o povo já respeitou mais. Hoje a poluição tá demais. Como pescador já vi muito colega querer cortar o esteio porque rasgou a rede. Pescador implica com os esteios. Mas hoje com essa poluição tá difícil até de pescar (Informação verbal)<sup>223</sup>.

Antes em Penalva, a vida era mais calma, tinha mais folclore, as pessoas ligavam mais pra cultura da cidade. Hoje tem violência, ignorância, falta de educação e aí os jovens nem ligam pra cidade que dirá pros esteios. Eles não devem saber nem o que é estearia. É triste porque a cidade não é valorizada (Informação verbal)<sup>224</sup>.

Os relatos apontam episódios de descuido com os esteios. Desse modo, alegam que a desinformação é a base para atitudes de negligência que podem afetar os aprendizados sobre o passado penalvense.

---

<sup>219</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>220</sup> Depoimento retirado da fala de trabalhadora do lar no grupo focal.

<sup>221</sup> Depoimento retirado da fala de professor no grupo focal.

<sup>222</sup> Depoimento retirado da fala de professora no grupo focal.

<sup>223</sup> Depoimento retirado da fala de pescador no grupo focal.

<sup>224</sup> Depoimento retirado da fala de professor aposentado no grupo focal.

Diante disso, os participantes mencionaram ações que consideram necessárias aos sítios de estearias.

Nos esteios tem muita coisa valiosa. Lá já foi tirado muiraquitã na época de Raimundo Lopes. Até se perdeu no incêndio do museu no Rio de Janeiro. Aqui devia ter um museu pra guardar a memória de nossa cidade, a história de nossa gente. Coisas das estearias também (Informação verbal)<sup>225</sup>.

Sei que já tem livro com o assunto. Já até vi na feira do livro em São Luís. Mas aqui em Penalva não vejo muito. As pessoas iam entender melhor. Nas escolas não temos nem livro sobre a história de nossa cidade (Informação verbal)<sup>226</sup>.

Para mim essas descobertas são tesouros e elas podem atrair mais turistas para a cidade. Isso pode melhorar o comércio e trazer mais emprego (Informação verbal)<sup>227</sup>.

As pessoas deviam ser ensinadas a cuidar dos esteios, a proteger. Divulgar sobre os cuidados e de como preservar é importante. (Informação verbal)<sup>228</sup>.

Tem que cuidar mais da natureza. O Formoso tá se acabando. Quase não tem mais água pro peixe. Tem fazendeiro secando o lago pra irrigar plantação. Se não fizer nada. Daqui a pouco nem lago nem esteio (Informação verbal)<sup>229</sup>.

Nota-se na percepção do grupo, postura de institucionalização em relação aos sítios de estearia e com isso, à memória penalvense. O olhar sobre eles como espaço de relíquias reflete uma concepção antiquarista, típica das representações do senso comum sobre a Arqueologia. O museu surge como local que preserva, isolando artefatos em coleções, resguardados por iniciativas governamentais.

Perdemos importantes informações do nosso passado porque alguns objetos não foram guardados. Uma vez guardados nos museus, estes objetos passam a ser considerados como parte de nosso patrimônio cultural. São testemunhas materiais da sociedade que os produziu e utilizou. Deste modo, estes objetos serão estudados e darão significado a vários aspectos de nossa sociedade (BARBUY, 1989, p.17).

Tal percepção evidencia a perspectiva de histórica tradicional hegemônica em boa parte da trajetória da sociedade brasileira, centrada no discurso de validade do oficial, do institucional. Mas, a institucionalização deve se sobrepor ao discurso do oficial e estruturar políticas públicas de patrimônio que ampliem o acesso à população aos objetos de conhecimento.

---

<sup>225</sup> Depoimento retirado da fala de professora no grupo focal.

<sup>226</sup> Depoimento retirado da fala de professor no grupo focal.

<sup>227</sup> Depoimento retirado da fala de comerciante no grupo focal.

<sup>228</sup> Depoimento retirado da fala de político no grupo focal.

<sup>229</sup> Depoimento retirado da fala de agricultora no grupo focal.

No caso penalvense, a instituição museológica pode potencializar a divulgação sobre os esteios, bem como, a difusão das pesquisas entre a comunidade. Nesse sentido, a produção de material, também evidenciada nos relatos como ponto de atenção, está entre os aspectos a serem fomentados. Para tanto, cabe superar tais políticas enquanto programas para justificar o uso de recursos financeiros. A educação patrimonial mais do que a abordagem pedagógica de objetos culturais requer posturas dialógicas na perspectiva comunitária. Isso coaduna com o sentido libertário de política pública, para o povo, de uma agenda que precisa ser pública e não, centrada na figura de governo.

Os relatos do grupo focal demonstram ainda, argumentos sobre o turismo nas estearias e a melhoria econômica do lugar. Reverberam representações quanto à patrimonialização, isto é, a atribuição de um valor especial aos artefatos e com isso, torna-lo objeto do turismo cultural (CYMBALISTA, 2017). Tal perspectiva enfatiza a artefatos culturais como mercadoria. Assim, condiciona a conformação e a configuração do território e da paisagem a práticas mercantis nem sempre, incluindo a comunidade.

Outro argumento notado nos relatos é o fomento à sustentabilidade, nesse caso, no contexto do patrimônio natural. Diante de ações antrópicas danosas ao meio ambiente, o olhar sobre as estearias para os participantes, deve fortalecer a relação entre as comunidades locais quanto ao uso responsável dos recursos. As desigualdades sociais são evidenciadas neste ponto, na exploração desenfreada do ambiente, refletindo em aspecto que ameaça a memória coletiva do município.

Em relação às narrativas ancestrais, os participantes expressaram que os relatos fazem parte do cotidiano das famílias e da cidade. Ainda assim, referiram:

Os causos tão na nossa vida. A gente sempre conta na roça, na lida do dia, mexendo farinha na casa de forno. O avô, o pai, o filho. Sempre uma curacanga, um facho de luz no campo, um encantado pra entreter (sic) a lida. (Informação verbal)<sup>230</sup>.

Nossas histórias são a vida do povo penalvense. É uma luta, mas os jovens ainda escutam. Às vez (sic) acham na internet e correm pra perguntar. Acho que podia ter um livro que nem tem dos contos de fada. Hoje rapidinho se compra um. Mas aqui de Penalva faz falta (Informação verbal)<sup>231</sup>.

---

<sup>230</sup> Depoimento retirado da fala de agricultora no grupo focal.

<sup>231</sup> Depoimento retirado da fala de trabalhadora do lar no grupo focal.

Do mesmo modo, nas entrevistas a questão das narrativas também foi mencionada:

Os esteios são uma relíquia arqueológica. Poucas pessoas já viram as estearias. Ouvem mais pelas histórias. É preciso difundir o conhecimento para os cidadãos do amanhã (Informação verbal)<sup>232</sup>.

As estearias são um tesouro da cidade de Penalva. Deve haver a preservação da área e a criação de um museu para que a população aprenda a valorizar. As histórias são o único meio que a comunidade tem de fortalecer a riqueza cultural penalvense. Já escrevi livro, outros colegas também. Mas tem que ter mais pra espalhar a cultura penalvense (Informação verbal)<sup>233</sup>.

As narrativas ancestrais sobre as estearias são caracterizadas entre os participantes da pesquisa como elementos que perpassam as gerações em meio à diversidade cultural. De tal forma, constituem epistemologias locais, um aglomerado de manifestações do universo de saberes e experiências populares sobre as estearias. Elas desempenham um papel crucial no tecido cultural da comunidade, proporcionando uma conexão profunda entre as temporalidades.

Atuam ainda, como uma forma viva de educação, erguendo pontes entre os mais velhos e os mais jovens, promovendo um entendimento intergeracional fortalecendo o senso de pertencimento e a solidariedade. Dessa forma, as narrativas contribuem para sustentabilidade cultural e emocional da comunidade, denotando marcas da constituição social do município de Penalva – MA.

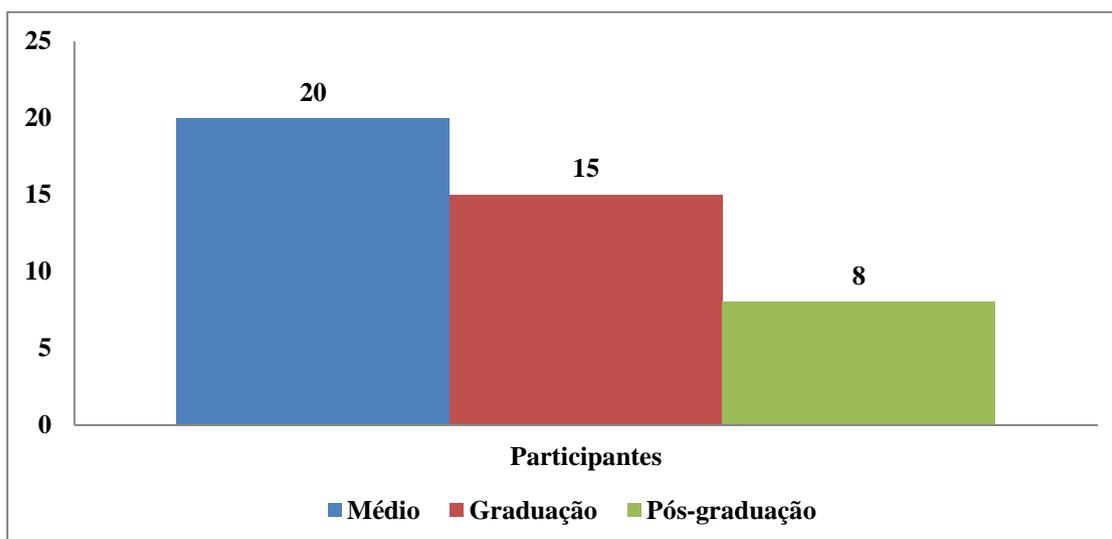
Além do grupo focal e das entrevistas, realizou-se levantamento junto aos professores da rede municipal de ensino, para checagem de percepções sobre as narrativas ancestrais a respeito das estearias. Encaminhou-se para o grupo de *Whatsapp* formado por professores da rede municipal de Penalva, questionário no formato *forms* do Google (Apêndice D), para reconhecimento da percepção docente a respeito das narrativas ancestrais sobre as estearias. Quarenta e quatro docentes que atuam no Ensino Fundamental responderam ao levantamento: todos declararam ser penalvenses e residem no município, lecionando no Ensino Fundamental.

No que se refere à escolaridade, o grupo apresentou o seguinte panorama:

---

<sup>232</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 4.

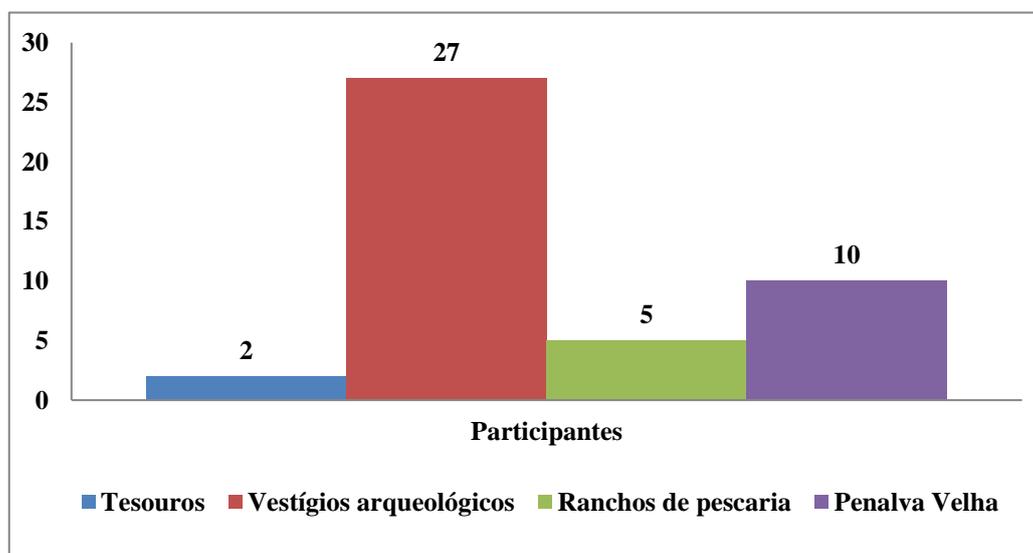
<sup>233</sup> Depoimento retirado da entrevista feita com o Diletante 5.

Gráfico 17 – Escolaridade dos participantes que responderam o formulário *Google*

Fonte: Elaboração pela autora.

O levantamento evidenciou que o corpo docente ainda possui maioria com formação em curso de Magistério de nível Médio: o básico permitido pela LDB 9394/96. Os números indicam que avançou a formação de professores em graduação nas últimas décadas. Há uma pequena parcela de pós-graduados com cursos de Especialização. De modo geral, o grupo demonstrou condições basilares de letramento.

Sobre conhecer narrativas ancestrais acerca das estearias, 70% dos professores respondeu que sim. Por outro lado, 80% do grupo informou que nunca manteve contato e nem sabe onde ficam as estearias. Apenas as viram em livros. Nesse contexto, a respeito do que seriam os esteios, os participantes registraram:

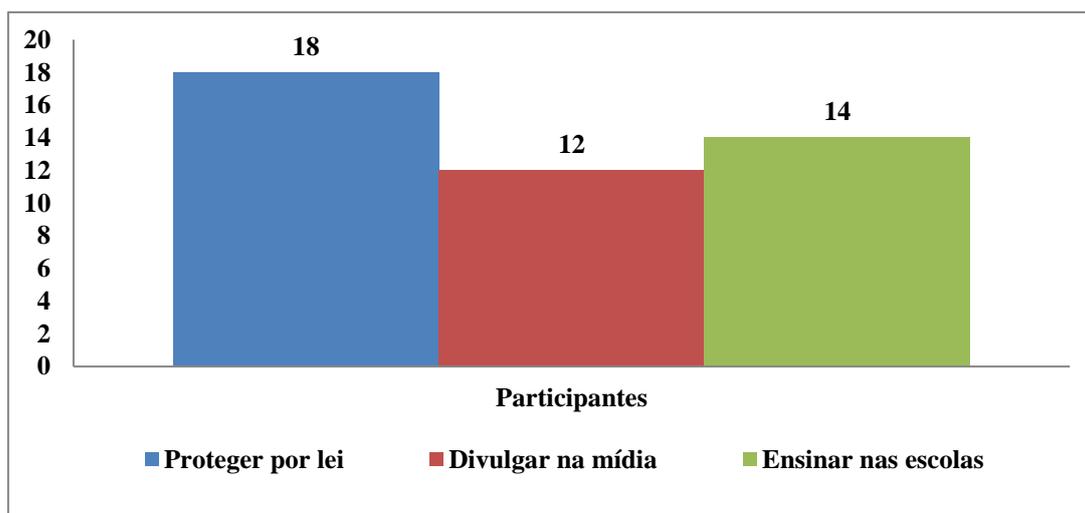
Gráfico 18 – Percepções dos participantes que responderam o formulário *Google*

Fonte: Elaboração pela autora.

Em sua maioria, os professores evidenciaram ter conhecimento das pesquisas arqueológicas sobre as estearias, especialmente pelos estudos de Balby. Alguns já mencionaram conhecer as recentes pesquisas realizadas pelo LARQ/UFMA. Ainda houve registro da concepção dos esteios como a primeira cidade inundada por um cataclismo, restos de ranchos de pescaria e local de tesouros.

A respeito do que deve ser realizado com as estearias, o grupo respondeu:

**Gráfico 19 – Ações com as estearias conforme os participantes do *forms***

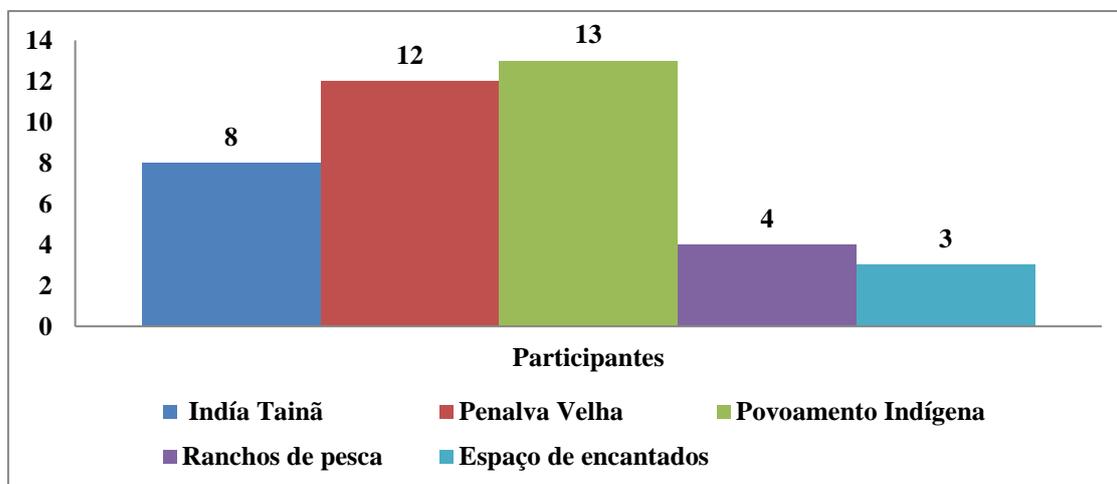


**Fonte:** Elaboração pela autora.

As respostas demonstraram equilíbrio entre os participantes. Todos justificaram a necessidade de pensar ações sobre as estearias uma vez que constituem patrimônio cultural penalvense.

Assim, foram apontadas as seguintes narrativas ancestrais:

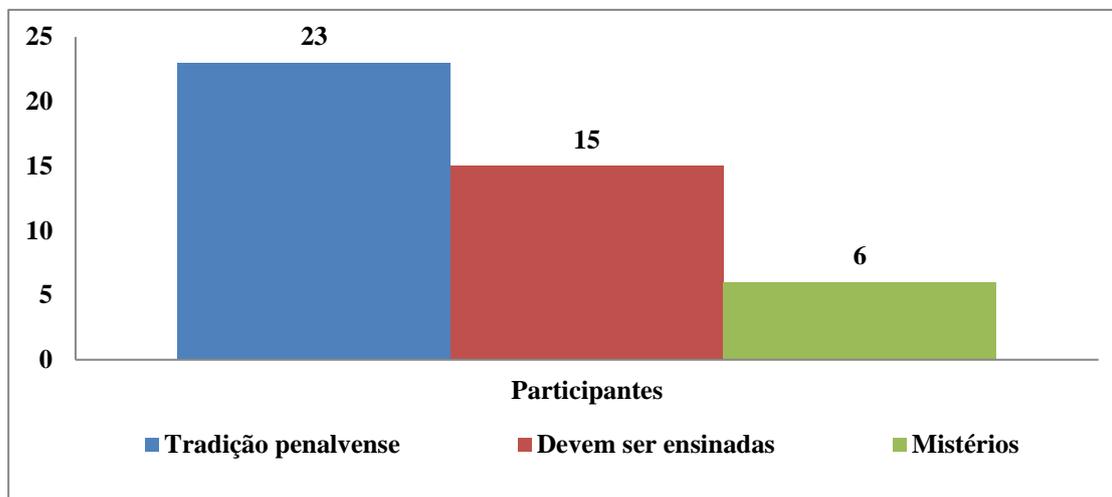
**Gráfico 20 – Narrativas sobre as estearias conforme os participantes do *forms***



**Fonte:** Elaboração pela autora.

Os docentes acrescentaram de forma unânime que costumam contar histórias sobre as estearias no contexto de ensino. E no que tange às narrativas, consideram:

**Gráfico 21 – Como os participantes do *forms* consideram as narrativas**

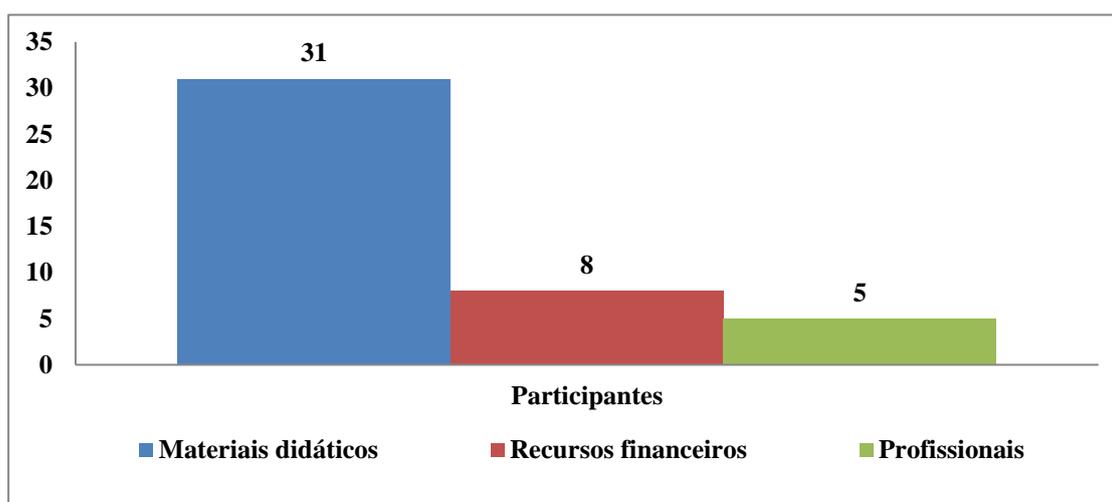


**Fonte:** Elaboração pela autora.

No registro, os participantes demonstraram que entendem as estearias como aspecto identitário. Assim, os esteios representam visões e formas de atribuição de sentido ao mundo. Por isso, as estearias alimentam a alma de uma comunidade como elementos da tradição num sentido intergeracional, sob a aura de mistério dos esteios.

Acerca do que precisam para fomentar a abordagem sobre as estearias na comunidade, os docentes ressaltaram:

**Gráfico 22 – Percepções dos participantes do *forms* sobre a difusão do tema**



**Fonte:** Elaboração pela autora.

Em alinhamento com os relatos das entrevistas e do grupo focal, os docentes que responderam aos *forms* destacaram três aspectos para inserção na abordagem das estearias. O investimento de recursos financeiros foi apontado como ação para salvaguarda dos esteios, evidenciando patrimonialização. A menção a profissionais faz referência à necessidade de diálogo entre pesquisadores e a comunidade no matriciamento de informações, como estratégia de construção compartilhada de propostas para valorização dos esteios.

A maioria dos participantes referenciou materiais didáticos como questão central a ser problematizada para difusão do conhecimento sobre as estearias. Assim, se embasam na atuação docente como vivência que expõe a carência de recursos didáticos para a abordagem do tema no ensino formal. Neste ponto, os docentes mencionaram em suas justificativas que as narrativas ancestrais sobre as estearias poderiam ampliar o conhecimento sobre o município, além de aproximar os sujeitos do tema, especialmente os jovens, diante inclusive da distância física entre os sítios e a cidade.

Com base no levantamento com os professores, como retorno social desta pesquisa, realizou-se a produção de visita virtual gamificada aos sítios de estearias no *Google Earth*. O recurso está disponível para a comunidade como proposta de abordagem das narrativas ancestrais articulada às produções arqueológicas sobre as estearias.

No tempo presente, os processos de elaboração do conhecimento apresentam a cada dia novos desafios para a educação requerendo metodologias facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem, da chamada geração *screenager*: “nascidos a partir da década de 80 que interagem com controles remotos, mouses, joysticks e internet, pensam e aprendem de forma diferenciada” (ALVES, 2012, p. 167). Entre tais processos, destaca-se a gamificação, denominação derivada da expressão inglesa *gamification* referindo a um sistema híbrido entre educação e entretenimento por meio da dinâmica de jogos: “[...] uso de elementos dos games (como pontos, barra de progressão, níveis, troféus, fases, medalhas, *quests*, etc.) dentro de contextos que não são games” (MASTROCOLA, 2013, p. 26).

Kapp (2012) refere gamificação enquanto uso da estética e pensamento baseado em jogos para engajar pessoas, motivar ações, promover a aprendizagem e resolver problemas no fomento à melhoria de resultados educacionais. Piaget e Vygotsky atuaram como principais defensores do jogo no desenvolvimento e aprendizagem escolar (ZANOLLA, 2010). Ambos evidenciaram a ludicidade como manifestação social que vincula o brincar à aprendizagem, denotando que a eficiência do lúdico está presente em diferentes sociedades e períodos históricos sob diversas formas.

Huizinga (2005) refere que as atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde o início, marcadas pelo jogo. Enquanto metodologia, o jogo contempla elementos do cotidiano suscitando o interesse do aprendiz, tomando-o ativo e colaborativo no processo de ensino-aprendizagem.

Martins (2014) considera a gamificação uma aprendizagem interativa baseada em desafios cognitivos, dotando de significado a prática pedagógica. No Brasil, enquanto metodologia pode potencializar o aprendizado de forma significativa, estimulando a permanência discente na educação formal. Segundo Martins; Bottentuit Junior (2016), a apropriação de elementos de jogos para o desenvolvimento de conteúdos educacionais é uma estratégia promissora que permite aos alunos, uma aprendizagem dinâmica, reformulando o ambiente acadêmico e ampliando as perspectivas de inclusão educacional.

Considerando-se que os conhecimentos aprendidos de forma significativa constituem formadores de ideias que se convertem no capital cultural do ser atrelado à memória, percebeu-se a importância de utilizar a gamificação no recurso direcionado à abordagem das narrativas ancestrais sobre as estearias. Trata-se de um processo que se propõe a aproximar a comunidade das estearias e as narrativas ancestrais a elas relacionadas, em postura interativa por meio de trilha virtual suscitando por meio do conhecimento do espaço e da sociabilidade, o senso de pertencimento.

Assim, traçou-se no aplicativo Google Earth<sup>234</sup> trilha virtual tematizada sobre as estearias de modo que a comunidade, a partir do celular, possa perceber os sítios e as narrativas sobre eles enquanto objeto de conhecimento. Foram disponibilizadas fotos além de vídeos, links, informações, identificação aproximada dos sítios no mapa virtual, jogos e desafios, além de narrativas ancestrais identificadas na pesquisa.

A trilha virtual gamificada está disponível no link: <https://earth.google.com/web/data=MkEKPwo9CiExRVhxOGRuMnVvVEw3QmlESjhhY0dCLVFrWI9PNEpJZHgSFgoUMEJERDdGNUE0OTIzNUJEOTRERTcgAQ>

---

<sup>234</sup> Programa de computador desenvolvido e distribuído pela Artcom estadunidense do Google cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas e GIS 3D (OLIVEIRA, 2008).

O recurso também pode ser acessado pelo celular a partir deste *qr-code*:

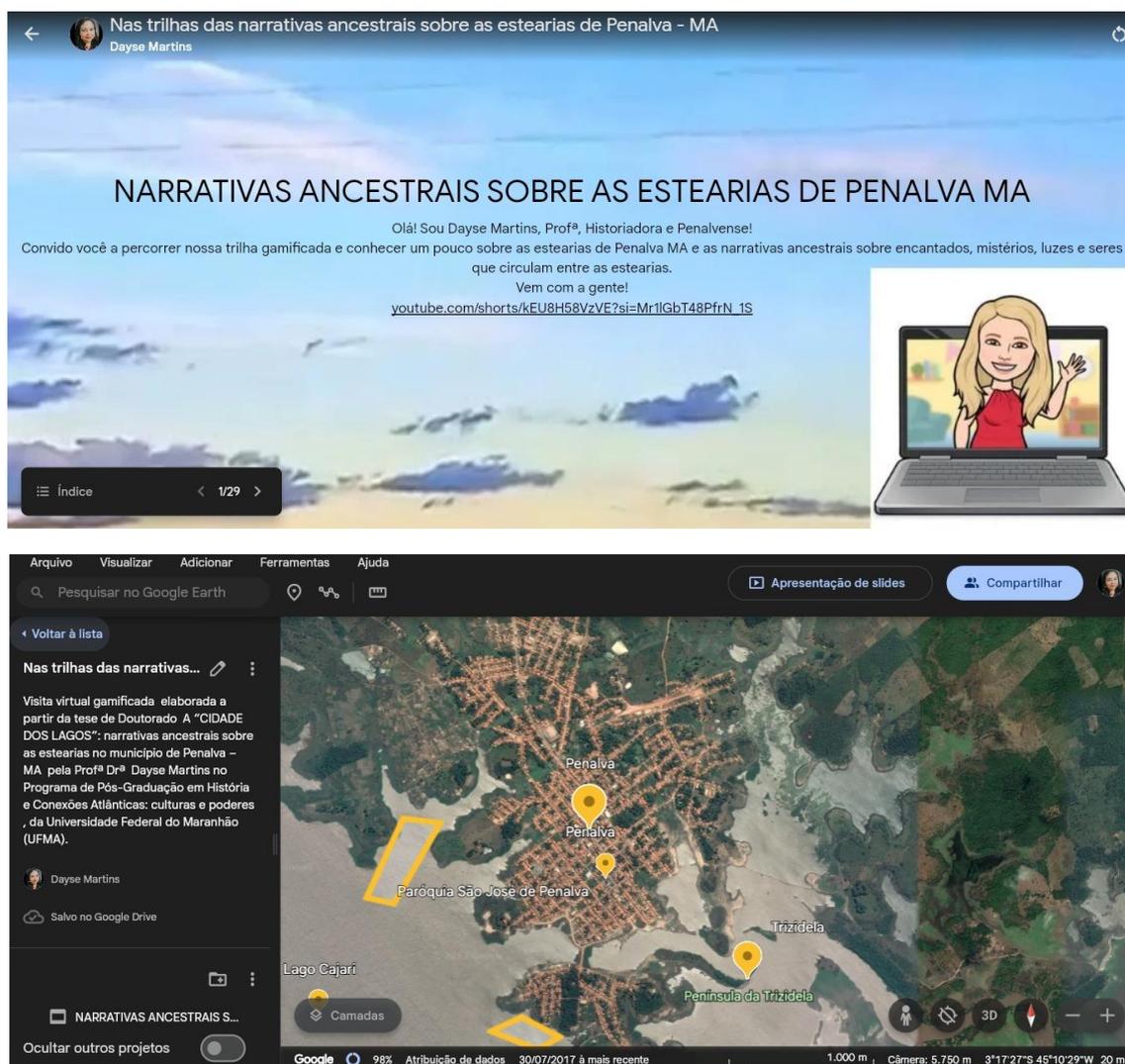
**Figura 36–** *Qr-code* para acesso ao circuito gamificado



**Fonte:** Elaboração pela autora.

A interface do recurso retrata a temática mesclando imagens de satélite, informações sobre o objeto de conhecimento e elementos lúdicos.

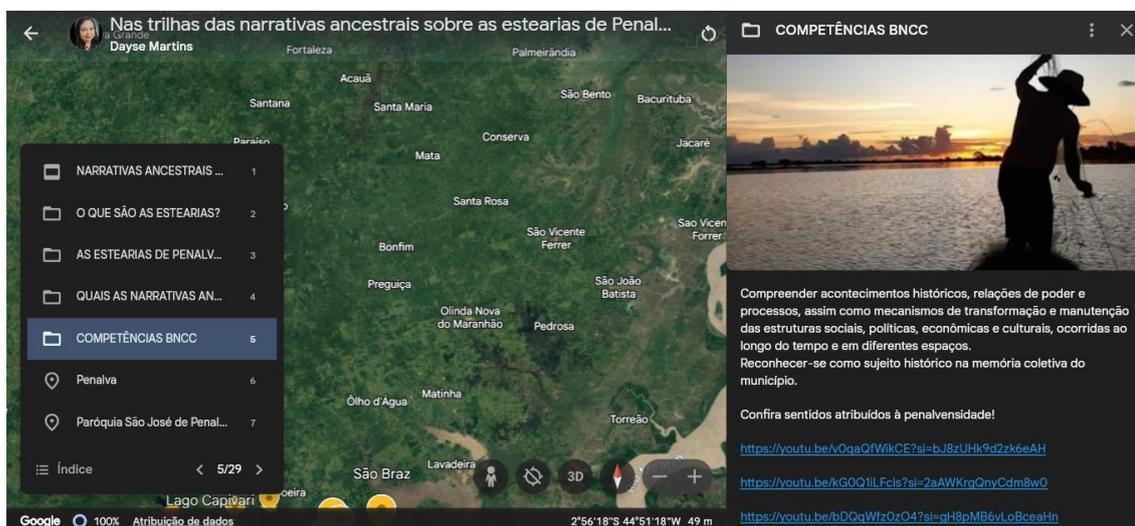
**Figura 37 –** Interface inicial da trilha gamificada



**Fonte:** Registro pela autora.

Os visitantes podem acessar os objetivos da atividade e navegar no menu lateral do índice entre páginas informativas ou trechos com locais identificados no mapa. Além disso, podem registrar suas impressões em links disponíveis que permitem a interatividade.

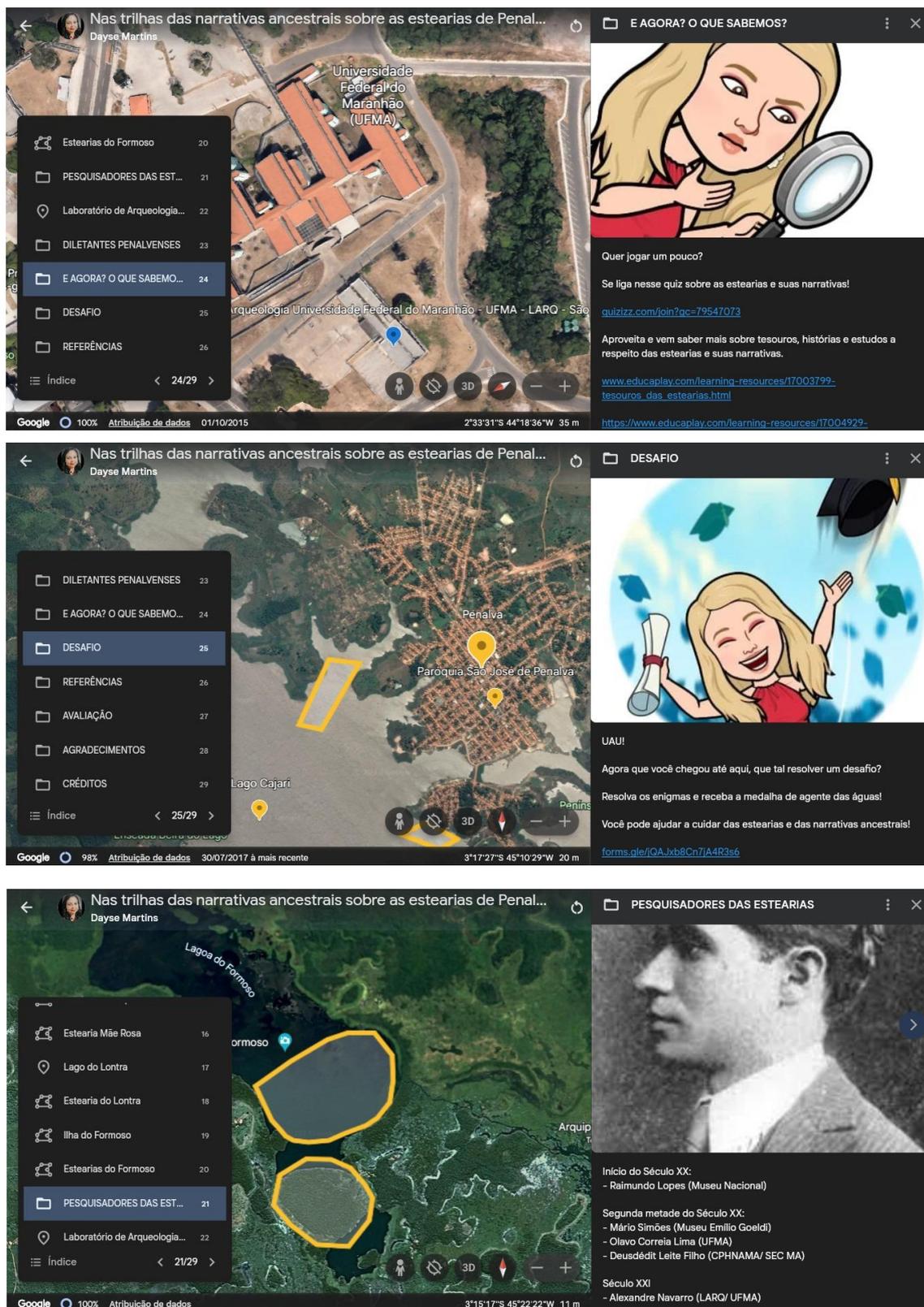
**Figura 38– Menu de navegação da trilha gamificada**



**Fonte:** Registro pela autora.

A abordagem do tema é realizada por meio de vídeos, marcações de locais no mapa além de links com jogos e desafios que englobam informações sobre as estearias e as narrativas ancestrais. São disponibilizadas ainda, referências para aprofundamento do tema, bem como, visualização no mapa, do Laboratório de Arqueologia e de pesquisadores que retrataram os sítios em seus estudos.

Figura 39– Menu com desafios e informações



Fonte: Registro pela autora.

A abordagem da temática por meio da trilha virtual se pautou em práticas de gamificação com a perspectiva de despertar comportamentos que motivem a aprendizagem (ARAÚJO, 2022). Nesse processo, foram disponibilizados desafios com aplicativos de uso bem intuitivo, em meio à visualização dos espaços geográficos articulada às informações sobre o tema. Além de motivar a aprendizagem, possibilita a problematização de versões históricas sobre fatos, eventos e contextualiza aspectos identitários.

No sentido de uma aprendizagem colaborativa, o recurso possibilita com o registro de impressões dos visitantes, a retroalimentação do conteúdo. Portanto, não se trata de objeto pronto, estando, passível de atualização conforme a dinâmica de produção do conhecimento e do contato com os visitantes. A proposta objetiva suscitar o estabelecimento de vínculo entre a população penalvense e as produções sobre as estearias. Assim, busca-se fomentar a educação do senso histórico numa perspectiva colaborativa para valorização do patrimônio cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas nesta pesquisa acerca das narrativas ancestrais da população de Penalva sobre as estearias evidenciam que estes artefatos despertam percepções de encantamento e imaginários. A apropriação das estearias pelos penalvenses constitui um sistema cultural consolidado, mas, em constante ressignificação. Assim, são estabelecidas concepções enraizadas nas experiências cotidianas, na interação com a natureza e nas tradições, marcadas pelo aprendizado intergeracional e mais fortemente comunicacional em anos mais recentes.

O foco central da pesquisa englobou a análise das narrativas ancestrais sobre as estearias elaboradas pela população do município de Penalva – MA. Nesse sentido, discutiram-se os processos interpretativos presentes nas epistemologias locais, contextualizando-os, em meio ao processo de constituição do município de Penalva para caracterizar quais as narrativas ancestrais dos penalvenses em relação às estearias.

Inicialmente, ao abordar os processos interpretativos presentes na constituição de narrativas ancestrais constatou-se a multivocalidade como aspecto que permeia a arena social e que atribui nuances ao patrimônio cultural, conforme as demandas sociais da comunidade. As narrativas ancestrais sobre as estearias evidenciam simbolismos da historicização nas relações entre o território e a população, com foco na tradição oral, permeada por práticas e discursos forjados na tradição e processos de aprendizado intergeracionais.

Considerando as interlocuções entre processos interpretativos e a estruturação do território, a pesquisa retratou o processo de constituição do município de Penalva-MA. Nesse âmbito, foram aprofundadas as discussões sobre a caracterização socioeconômica da cidade, entremeada pelo cenário natural e por processos históricos. O estudo desvelou o papel dos homens de letras e historiadores diletantes em meio à tradição oral ao tecer interpretações sobre a cidade em busca de uma memória coletiva, fundada na coesão de aspectos identitários.

Na contextualização do campo de estudo, percebeu-se como as narrativas ancestrais encontram-se entremeadas às vivências da população penalvense, por meio de símbolos, fatos e imaginários. Elas desempenham um papel fundamental na formação de conhecimentos sobre a cidade, que são reconhecidos como socialmente legítimos, em constante ressignificação no âmbito social, em meio a um processo de fabricação permeado por conflitos, rupturas e ambiguidades.

Tomando como fundamento os aspectos supracitados, a pesquisa apresentou as narrativas ancestrais no entrecruzamento de documentos com a oralidade popular. De tal modo, foram identificadas narrativas registradas em documentos, especialmente articulados às pesquisas sobre as estearias, bem como, na literatura diletante sobre a cidade. Além disso, foi levantada uma gama de interpretações por meio da tradição oral a partir de relatos apresentados pela população.

A produção literária, diletante e a imprensa traduziram nos registros sobre os esteios, reverberações do movimento intelectual focado na invenção da tradição de uma singularidade maranhense. Valorizando aspectos linguísticos e forjando versões na historiografia, notou-se o imaginário da busca de um diferencial do maranhense em relação ao restante do Brasil. Assim, em Celso Magalhães, foram identificadas narrativas sobre tesouros jesuíticos, Antônio Lopes enfatizou a religiosidade católica e Raimundo Lopes com suas descobertas científicas, o reforço ao mito da singularidade maranhense, que também se nota na abordagem de Raimundo Balby. Tais produções demonstram vinculação à busca de uma origem europeia para populações colonizadas, evidenciando o silenciamento das populações ameríndias no contato com o europeu. A Penalva das estearias na literatura e nos jornais é retratada por narrativas ancestrais fundadas na intelectualidade que buscam diferenciar o elemento maranhense ao estabelecerem origens vinculadas à Europa.

Nesse processo de análise das narrativas, realizou-se o debate sobre os percursos da Arqueologia em relação aos esteios penalvenses. Percebeu-se como a ciência contribuiu para o fortalecimento dessas narrativas da intelectualidade e ao mesmo tempo, de que forma tem se ressignificado em pesquisas recentes, por meio de práticas mais comunitárias. O olhar sob a pesquisa arqueológica das estearias permitiu observar a receptividade social dos estudos pelo entrecruzamento com as escutas realizadas entre a população. Na multivocalidade, surgem os sentidos sociais do trabalho com a cultura material, reverberando na cultura imaterial pela diversidade de epistemologias que circula entre as comunidades no entorno dos sítios de estearias.

Os relatos populares sobre as estearias, coletados entre grupo focal, entrevistas e formulário revelaram as narrativas forjadas pela população, não necessariamente considerando padrões científicos, mas sim, a partir de suas vivências pela interação com os vestígios e sua percepção em relação ao conhecimento sobre eles. A proposta metodológica da pesquisa se pautou numa perspectiva multimétodo. Nesse sentido, enfocou-se a história oral da epistemologia penalvense sobre as estearias como dimensão privilegiada para o estudo das narrativas ancestrais enquanto fenômeno cultural em meio a processos de sociabilidade.

Após analisar fontes como jornais, literatura regional e diletante em articulação com os relatos dos participantes por meio de entrevistas, grupos focais e formulários, observou-se que, na epistemologia local sobre as estearias há elementos que moldam as narrativas. Entre eles, destacam-se religiosidade, zoomorfismo, encantaria, representações da cultura indígena e afro-brasileira, dos hibridismos que compuseram o território no processo colonizador. Além disso, foram notados elementos ficcionais relacionados à cultura de massa, especialmente pela difusão da informação nos meios de comunicação e com a tecnologia digital. Nesse universo, as narrativas se mostraram ancestrais pela relação com os processos de aprendizado intergeracional ainda que no tempo presente, conte com a difusão por mídias.

A tecnologia comparece nos relatos como elemento intrusivo no processo de formação de ideias das gerações mais jovens acerca do imaginário sobre as estearias. Mediante a aceleração da circulação de informações e os contatos multiculturais, as mídias são caracterizadas como um aspecto que dilui o interesse dos jovens em relação às narrativas ancestrais. Diante disso, coube refletir sobre o movimento reverso que pode se estabelecer no uso da tecnologia e das mídias para difusão do conhecimento arqueológico quanto aos esteios e ao mesmo tempo, das interpretações penalvenses sobre eles.

Desse modo, como ponto de partida para a devolutiva deste estudo, elaborou-se trilha virtual gamificada abordando as narrativas ancestrais sobre as estearias de Penalva. O recurso digital pode ser acessado pelo celular e instigar os usuários a um primeiro contato com o tema enquanto objeto de conhecimento.

Ainda no decorrer da pesquisa, a comunidade se mobilizou a instituir uma Academia de Letras e Artes para a cidade. Mesmo que se pautem numa perspectiva erudita e diretiva de cultura comum, o agrupamento representa uma ação inicial que pode ser lapidada para fomentar junto ao poder público e à população, políticas culturais. No caso das estearias, pode promover maior envolvimento da comunidade com os conhecimentos já produzidos.

Enquanto possibilidade de ampliação desta pesquisa, muitos aspectos podem ser retomados. A temática é instigante e evidenciou elementos que no limite desta abordagem, carecem de aprofundamento. Entre eles, o estudo dos literatos que no início da República brasileira, buscaram mesmo na ciência positivista, considerar as estearias como elemento propulsor da cultura maranhense.

Outro ponto relevante é a repercussão do fenômeno de avistamento de óvnis na Baixada Maranhense. Há escassos estudos sobre a questão quando se trata de abordar o Maranhão, mesmo diante de farta documentação. A maioria enfoca o Pará e nesse sentido, esta pode ser uma questão a ser desvelada para perceber de forma mais aprofundada, como

essas representações foram agregadas às epistemologias locais dos campos e lagos, mediante uma conjuntura permeada por diversos eventos históricos.

Ainda no que concerne às perspectivas de continuidade da pesquisa, a própria trilha gamificada tem caráter de provisoriedade. O recurso pode mediante a interatividade ser retroalimentado e com isso, evidenciar outras interpretações não retratadas nas narrativas apresentadas neste estudo.

A pesquisa ampliou as possibilidades de estudos sobre outras historiografias que contemplam epistemologias locais, suas formas de elaboração e circulação no âmbito de comunidades, na constituição da memória coletiva. Demonstrou ainda, que a interdisciplinaridade na pesquisa histórica contribui para a percepção de diferentes perspectivas da vida social.

Com base na História Cultural, o estudo evidenciou uma concepção em que se destaca o conceito antropológico de cultura, enfatizando temas do cotidiano e das práticas sociais. Nesse contexto, os vestígios arqueológicos passam de elemento central puramente descritível, a indícios que revelam aspectos do contexto cultural e das práticas humanas.

A abordagem se fundamenta numa postura que primou pela diversidade documental ao retratar jornais, obras literárias e da historiografia maranhense em articulação a produções de diletantes penalvenses bem como, relatos da população. Os entrecruzamentos evidenciaram a riqueza de percepções sobre a historicidade do território e os processos de produção da memória. Do mesmo modo, revelaram discursos que moldam a identidade da população, desvelando silenciamentos históricos de grupos sociais no processo de colonização. A pesquisa suscitou a análise das fontes documentais em seus discursos, buscando a desconstrução de conteúdos e a contextualização de percepções.

Assim, os arquivos e acervos documentais mostraram-se fundamentais para a percepção das vozes silenciadas, tais como dos ameríndios na constituição do território maranhense, em meio ao processo colonizador. A abordagem documental possibilitou perceber silenciamentos impostos a sujeitos e segmentos sociais na formação histórica do estado e neste caso, do município de Penalva.

O estudo ampliou a historiografia maranhense em articulação a uma perspectiva de história global que compreende processos históricos enquanto aspectos humanos e que ultrapassam o ideário de fronteiras nacionais e modelos europeus. Em meio à diversidade, as conexões culturais na gênese de epistemologias evocam a formação do senso histórico.

As narrativas ancestrais demonstraram vinculações a redes de interação e interconexão de fenômenos humanos como religiosidade, zoomorfismo, hibridismos culturais e ficção.

Assim, apesar da violência simbólica e cultural do processo colonizador, as narrativas ancestrais sobre as estearias estão para além da fixação a referenciais eurocêntricos, evidenciando a percepção humana de problematização da realidade. Os relatos demonstraram tais silenciamentos, mas permitem reconhecer a agência e a influência de outras formas de compreender a realidade.

Para compreensão das epistemologias locais, a pesquisa enfocou numa perspectiva holística, a interconexão de diferentes percepções de mundo, redes de interação para além das fronteiras geográficas e políticas. Na percepção dos processos interpretativos da população sobre as estearias, além do próprio conhecimento arqueológico, foram considerados fenômenos como fluxos comerciais, movimentos populacionais, difusão cultural, posturas intelectuais, trocas tecnológicas e outras formas de interconexão. Mesmo buscando a compreensão das narrativas ancestrais considerando aspectos regionais, tais epistemologias foram retratadas considerando eventos em contextos mais amplos e suas reverberações em narrativas múltiplas e plurais.

Assim, o estudo permite perceber os usos sociais dessas interpretações em meio aos processos de luta pela alteração de projetos políticos, sociais ou culturais. Inseridos na paisagem, os objetos da cultura material e imaterial permitem uma interpretação simbólica que suplanta a explicação funcional e dá visibilidade a grupos sociais silenciados, problematizando o conhecimento histórico.

As epistemologias locais são profundamente enraizadas no contexto cultural e ambiental da comunidade e refletem sua relação íntima com o ambiente e as práticas cotidianas, evidenciando crenças e interações sociais. Suscitam com isso, tradições em meio à ancestralidade, uma vez que tais conhecimentos perpassam gerações numa diversidade de contextos e canais de propagação. Entre eles, diálogos, difusão comunicacional em mídias, ensino formal, celebrações ou ações institucionais. Além da oralidade, as epistemologias populares são expressas por diversas formas, tais como a literatura diletante, as artes e práticas rituais. Elas também evidenciaram uma função prática na vida cotidiana da comunidade, mediante a vinculação a orientação moral, normas sociais e soluções para desafios comuns. Assim, enfatizam o respeito pela natureza, a interconexão entre os seres humanos e o ambiente, suscitando uma compreensão holística do mundo.

Considerando a perspectiva de Michel de Certeau de que não existe relato histórico desvencilhado da relação com um corpo social e uma instituição de saber, toma-se a ousadia de refletir sobre a vivência desta pesquisa enquanto penalvense. Resguardando-se os devidos

cuidados no processo da análise, é importante ressaltar que o estudo despertou uma gama de emoções e reações.

Tendo nascido e experienciado a adolescência em Penalva, realizou-se no cerne familiar o contato com narrativas ancestrais por meio de diálogos com pessoas mais velhas, especialmente o pai e a avó materna. Nesse mesmo contexto, a partir da atuação docente dos pais, obteve-se a oportunidade de manter contato com os livros de Balby sobre as estearias. A vinculação ao objeto da pesquisa sempre foi marcada pela curiosidade e admiração aos mistérios a eles atribuídos. O contato com os documentos e os relatos permitiu aflorar emoções, memórias e sentimentos.

Na virada do século, em 2000, precisou-se mudar para a capital São Luís, a fim de dar continuidade aos estudos: realizar a ação planejada desde a infância para ser a primeira pessoa da família a estudar na Universidade. Tendo a avó analfabeta, moradora nos povoados do Jacuíca (Beira do Lago) e depois Lagoa Mirim, o pai professor após anos de trabalho como alfaiate e a mãe professora, criada pela madrinha, após o afogamento do avô numa tempestade na travessia do Lago Cajari, cabia realizar a tão sonhada formação. Tais aspectos influenciaram a busca por este objeto na graduação em História, que não foi aceito para estudo sob o argumento de que a monografia não poderia ser em Arqueologia já que a formação era em História. Como se pode perceber, ainda outro dia, em 2008, um olhar de separação entre essas duas lindas áreas que se coadunam no estudo humano, adiou o contato com as estearias. Enfim, no segundo doutorado, surge a oportunidade de reencontrá-las.

O processo de pesquisa trouxe à tona, o encanto da escuta das narrativas ancestrais, suscitando as lembranças das noites em que a família precisava trabalhar e com o irmão menor, ficava-se sob os cuidados de uma senhora vizinha, “Dona Dedê” e seus relatos sobre os tesouros nos campos penalvenses. Recordaram-se ainda, as visitas da avó materna no início do mês para receber o “aposento” de lavradora quando na oportunidade sempre trazia um causo de encantado ocorrido na Lagoa. Foram rememoradas as tardes na biblioteca do Ginásio Cenecista Celso Magalhães lendo com o pai, livros como o de Balby sobre as estearias e as manhãs, nas saídas da aula no Colégio J. J Marques e as corridas com os colegas para trás da igreja matriz, a fim de espiar na fechadura na esperança de ver luzes misteriosas.

Despertaram-se as memórias de quando na 3ª série, se ouviu que Penalva ia afundar e o sentimento de receio diante disso, nas conversas da escola. Reverberaram ainda, as lembranças da adolescência com o primeiro namorado, filho de um comerciante que vendia juçara vinda do Formoso. Nas entregas do produto, nos encontros às escondidas em meio à

paixão não compreendida pela família, pois, poderia interromper o sonho dos estudos, vez ou outra surgiam relatos sobre a ilha encantada.

Diante de tantas memórias pessoais mobilizadas, permeadas pela saudade desses entes queridos que ensinaram tanto sobre as narrativas ancestrais e as estearias, a pesquisa possibilitou o reencontro com Penalva. As idas ao município fomentaram contatos com colegas da infância, antigos professores, parentes e a intergeracionalidade na apresentação do lugar ao sobrinho de seis anos, mostrando um pouco dos encantos e das histórias da “virgem ativa das campinas do Cajary”.

Depois de 23 anos, estando em São Luís, hoje se pode dizer com mais afinco, que se continua penalvense. A ida até a cidade, a acolhida da população e a percepção de quanto há admiração pelo percurso formativo realizado permitiram a proximidade ao sentimento identitário de ser penalvense. Ao mesmo tempo, o contato com os diletantes e os participantes do estudo fomentaram expectativas da população quanto às devolutivas para o município que ainda sofre com a carência de políticas públicas. Assim, finaliza-se a pesquisa com um coração mais penalvense e carregando a responsabilidade atribuída pelos pares de presidir o primeiro ano de funcionamento da Academia Penalvense de Letras e Artes. Acredita-se ter contribuído com o traçado de uma epistemologia popular sobre a cidade e deseja-se assim, estimular a formação para o senso histórico da comunidade.

As epistemologias locais desempenham um papel fundamental no fortalecimento da identidade cultural. Ao forjar tradições pelas narrativas, as comunidades reforçam o senso de pertencimento e conexão com o território. As narrativas ancestrais sobre as estearias de Penalva circundam a vida do povo. No fomento à fantasia, aliviam corpo e espírito em tempos de um mundo tão necessitado de alma.

## FONTES

A ÉPOCA, São Luís, 3 nov 1929. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 nov 2022

A NOVA EPOCHA, São Luís, 4 set 1856. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Coleção de Leis da Província 1822-1889**. Maranhão: APEM.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Livro de Registro das fundações, ereções e posses das Vilas e Lugares, nas Aldeias das Missões (1757-1767)**. N° 28, Maranhão: APEM.

CIDADE DE PINHEIRO, São Luís, 2 jan 1927. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 25 set 2022.

CIDADE DE PINHEIRO, São Luís, 2 jan 1927. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 25 set 2022.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 18 mar 1875. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 1º out 1878. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 21 ago 1878. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 30 mar 1875. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022

EXPEDIENTE DA INSPETORIA DE SAÚDE PÚBLICA de 9 de janeiro de 1877. **Publicador Maranhense**, 13 jan 1877. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

JORNAL PEQUENO. São Luís. 14 maio de 1977

JORNAL PEQUENO. São Luís. 1º maio de 1977.

JORNAL PEQUENO. São Luís. 29 abr de 1977.

JORNAL PEQUENO. São Luís. 8 jun de 1977.

JORNAL PEQUENO. São Luís. 17 jul de 1977.

MAYA, José da Silva. Lei Provincial 955 de 21 de junho de 1871. **Publicador Maranhense**, 01 jul 1871. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

MAYA, José da Silva. Ofício nº 164 de 14 de dezembro de 1871. **Publicador Maranhense**, 23 dez 1871. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 set. 2022.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís. 16 jul de 1977.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís. 17 jul de 1977.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís. 31 jul de 1977.

O GLOBO, 3 nov de 1956. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 10 jun.. 2023.

O IMPARCIAL. São Luís. 17 jul de 1977.

O JORNAL. São Luís. 4 abr de 1978.

O PAIZ, 16 maio 1878. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 set. 2022.

O PAIZ, 9 nov 1879. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 set. 2022.

O VIANNENSE, 2 jul 1881. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 27 set. 2022.

O VIANNENSE, 29 ago 1917. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 27 set. 2022.

PACOTILHA, São Luís, 1 dez 1922. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 10 nov 1917. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 12 dez 1922. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 14 fev 1923. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 14 jul 1923. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 16 jul 1923. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 17 abr 2023.

PACOTILHA, São Luís, 19 mar 1923. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 20 mar 1902. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 21 maio 1923. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 23 jun 1923. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 28 jul 1923. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 4 abr 1923. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 6 set 1922. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 jun 2021.

PACOTILHA, São Luís, 7 mar 1923. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 jun 2021.

PUBLICADOR MARANHENSE, 23 jul 1856. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 27 set. 2022.

PUBLICADOR MARANHENSE, 23 nov 1854. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 27 set. 2022.

PUBLICADOR MARANHENSE, 7 out 1856. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 27 set. 2022.

RELATÓRIO DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL de 7 de junho de 1870.  
**Publicador Maranhense**, 12 jul 1870. Disponível em:  
<http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

RELATÓRIO DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL de 12 de julho de 1870.  
**Publicador Maranhense**, 14 jul 1870. Disponível em:  
<http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

RELATÓRIO DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL de 14 de junho de 1871.  
**Publicador Maranhense**, 27 jul 1871. Disponível em:  
<http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

SCAFF, Luiz. **Portaria n. 76, de 14 de outubro de 1971** – autoriza Mário Ferreira Simões a viajar ao Estado do Maranhão. Belém: Museu Paranense Emílio Goeldi, 1971.

SIMÕES, Mário Ferreira. **Relatório semestral de atividades do Pesquisador Chefe Mário Ferreira Simões para o segundo semestre de 1971**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1971

SOUZA, João S. de. Lei Provincial nº 552 de 31 de maio de 1860. **Publicador Maranhense**, 22 jun 1860. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 set. 2022.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- ALMEIDA, José Eulálio Figueiredo de. **O Crime da Baronesa**. São Luís: Lithograf, 2004.
- ALMEIDA, L. A. de. A São Paulo subterrânea de João de Minas: versão ficcional de uma lenda urbana paulistana. **Revista de História**, [S. l.], n. 164, p. 331-351, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19197>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- ALVES, Lynn. Jogos eletrônicos e ensino on-line: aprendizagem mediada por novas narrativas. In: BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. & COUTINHO, Clara. P. (orgs.). **Educação On-line: conceitos, metodologias, ferramentas e aplicações**. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- AMARAL, José Ribeiro do. **O Maranhão histórico: artigos de jornal (1911 – 1912)**. (1912). São Luís: Instituto Geia, 2003.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.
- ARAÚJO, Inês. **Gamificação**. In: CARVALHO, Ana Amélia A. (org.). **Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais Digitais. Módulo 2**. Coimbra: MATED, 2022.
- ARAÚJO, M. **Insurreição de escravizados em Viana – 1867**. São Luis: Sioge, 1994.
- ARISTÓTELES [384-322 a.C.]. **Retórica**. 2 ed., revista. [Obras completas de Aristóteles. Coordenação: António Pedro Mesquita. Tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena]. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- ARISTÓTELES. **A poética clássica**. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005.
- ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. Trad. de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ARRAES de Araujo, Naíla et al.. Os mitos do Lago Formoso em Penalva, baixada maranhense: uma estratégia de conservação que desaparece. **Revista Pós Ciências Sociais**. V.12, n. 24, jul-dez 2015, p277-300.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Agenciamentos políticos da ‘mistura’: identificação étnica e segmentação negro-indígena entre os Pankararú e os Xocó. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, n.2, 2001, pp.215-254.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2022**. . Disponível em: [www.atlasbrasil.org.br/](http://www.atlasbrasil.org.br/). Acesso em: 05 out. 2022.
- AULETE, Caldas. Aulete. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete**, vs online, Acesso em: 22 jul. 2022.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Paralelo editora, 2003.

BAHAMÓN, A.; ÁLVAREZ, A.M.. **Palafita: Da Arquitectura Vernácula à Contemporânea**. Argumentum. Lisboa, 2009.

BAHURY, Michelle de Sousa **O discurso do futuro professor de inglês na contemporaneidade: marcas e implicações em sua construção identitária**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1999

BALBY, R. B. **A Cultura Neolítica de Penalva**. Penalva: SECMA, 1985.

BALBY, R. B. **Notas e fragmentos históricos**. São Luís: Gráfica Digital, 2021.

BALBY, Raimundo. **Fenícios no Maranhão: realidade ou lenda?** Penalva, 2015.

BALBY, Raimundo. **Nos tempos do Cine Trianon**. Penalva: 2000.

BALBY, Raimundo. **Pequena história do carnaval penalvense**. Penalva: 2005.

BANDEIRA, A. M. O sambaqui do Bacanga na ilha de São Luis- Maranhão- inserção na paisagem e levantamento extensivo. **Caninde-Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, Aracaju, v. 8, n. 8. 2005.

BANDEIRA, A. M. Os pioneiros e seu legado na construção da arqueologia do Maranhão. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 19, p. 7-58, 2013.

BANDEIRA, A. M. Os pioneiros e seu legado na construção da arqueologia do Maranhão: fase científica (1965-2013). **Tessituras**, Pelotas, v. 5, n.2, p. 9-58, jul./dez. 2017.

BANHOS, M.; NAVARRO, A. G . Palafitas e modo de vida lacustre no maranhão: relatos coloniais e naturalistas. **Gnarus Revista de História**, v. 9, p. 17-28, 2022.

BARBUY, H. Museu e Geração de Cultura. In : **Cadernos Museológicos**, 2. Rio de Janeiro : MINC/SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA, dez. 1989. p. 36-40.

BARRA E LOPES, E. A. de. Goiânia: dinâmicas do patrimônio e da memória entre a instituição da cidade-monumento e a cidade-praticada: diálogos e desafios. **Anos 90**, [S. l.], v. 25, n. 48, p. 275–296, 2018.

BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto; BETANCOURT, Carla Jaimes organizadoras. **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN/ Ministério da Cultura, 2016.

BARROS, A. E. A. O processo de formação de “identidade maranhense” em meados do século XX. **Revista TOMO**, n. 17, p. 183-231, 11 out. 2010.

BARROS, C. A. de S. **Elementos para reconstituição histórica de Penalva**. São Luís: SECMA, 1985.

BARROS, C. A. de S. **Terreiro grande**. São Luís: SECMA, 1998.

BARROS, José D'Assunção. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, José d'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção História, espaço e tempo: interações necessárias. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006. p. 460-475.

BARROS, José D'Assunção. **História**, narrativa, imagens. Desafios contemporâneos do discurso historiográfico. **Antíteses**, vol. 1, n. 1, jan.- jun. de **2008**, pp. 33-64.

BATISTELLA, M.; BOLFE, E. L.; VICENTE, L. E.; VICTORIA, D. de C. **Relatório do Banco de Dados do Macrozoneamento Ecológico Econômico Estado do Maranhão**. Campinas, SP: Embrapa, 2013. 124 p. Relatório técnico.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Líquidas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAYARD, Jean Pierre. **História das lendas**. Tradução de Jeanne Marillier. [S. l.]: Virtual Books.1978.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERND, Zilá. **Por uma estética dos vestígios memoriais: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros**. Rio de Janeiro: Fino Traço Editora, 2013.

BERREDO, Bernardo P. de. (1718). **Annaes Históricos do Estado do Maranhão**. (1905). 4. ed. Rio de Janeiro: TipoEditor, 1988.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1990.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora NVI, 2023.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anaomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

BORGES, Jóina Freitas. **A história negada**: em busca de novos caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004.

BORRALHO, José Henrique de Paula Borralho. **Terra e Céu de Nostalgia**: Tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Assis-SP. Programa de Pós-Graduação em História da UNESP. Dissertação de Mestrado. 2000.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma Athenas Equinocial**: A literatura e a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. São Luís: Edfunc., 2010

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRAGA, F. **Dicionário de Baixadês**: coletânea de termos, expressões e provérbios populares da Baixada maranhense. São Luís: FDBM, 2014.

BRAGA, Pedro. **O Touro Encantado da Ilha dos Lençóis**: o sebastianismo no Maranhão. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. MEC/CNE, 2017.

BRASIL. **Educação Patrimonial**: inventários participativos. IPHAN – Brasília-DF, 2016.

BRASIL. IBGE. **Atlas de saneamento**, 2011. . Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário**, 2017. . Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. IBGE. **Portal cidades**, 2022. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. IBGE. **Produto interno bruto dos municípios 2019**: notas técnicas, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Ministério da Pesca e Aquicultura** (2021). Disponível em: <http://www.mpa.gov.br>. Acesso em 15 out 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de informação da atenção básica**. 2012. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php>>. Acesso em 06 out 2022.

BRAZ MELO. **Reminiscências de Penalva**: década de 1950. São Luís: Gráfica Alfagraf, 2021.

BROCHADO, José Proenza et al. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 12, p. 3-33, 1969.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia**: história de deuses e heróis. Tradução de David Jardim Júnior. 29.ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2003.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2000.

CALVINO, Italo. A combinatória e o mito na arte da narrativa. In: LUCCIONE, Gennie. et al (org). **Atualidade do mito**. Tradução de Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Duas cidades, 1977.

CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAMPOS, I. D.; ASP, D. G. S. Realismo maravilhoso e circularidade cultural: crença no invisível atordoia o pensamento? (Região Bragantina-PA). **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 151–171, 2019.

CANTANHEDE, Washington. **Celso Magalhães**: um perfil biográfico. São Luís: Ampem, 2001.

CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org). **Dicionário temático de patrimônio - debates contemporâneos**. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2020.

CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Introdução à Sociologia da cultura**: Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005.

CARVALHO, Maria Cecília M. (org.). **Construindo o saber**: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do mito brasileiro**. São Paulo: Global, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

- CASTRO FARIA, L. Um sábio maranhense no Museu Nacional. In: DOMINGUES, H.M.B.; ALMEIDA, A.W.B (orgs.). **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010. pp. 7-13.
- CASTRO, Zília Osório de. A Atlântida - da utopia à realidade. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, abr./jun. 2016.
- CAVALCANTE FILHO, Sebastião B. **A questão jesuítica no Maranhão colonial 1622-1759**. São Luís: SIOGE, 1990.
- CERETTA, Celestino. O Eldorado. In: **História da Igreja na Amazônia Central**. Manaus: Biblos/Valer, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- CORRÊA, Conceição G. et al. O processo de ocupação humana na Amazônia: considerações e perspectivas. **Bol. Mus. Para Emílio Goeldi, sér. Antropol.** 9(1), 1994.
- CORRÊA, Conceição G.; MACHADO, Ana Lúcia; LOPES, Daniel F. As estearias do lago Cajari-MA. **Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro**, n. 4, p. 101-103, 1991.
- COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira.. **Entre lendas e história narrativas que representam a identidade de São Luís**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2021.
- COSTA, Cássio Reis. **A Baixada maranhense**. São Luís: IHGM, 1982.
- COSTA, J. R. N. . Celso Magalhães: pioneiro nos estudos do folclore brasileiro. **Revista da Academia Maranhense de Letras** , v. 93, p. 37-51, 2019.
- COSTA, W. D.; SILVA, A.B. da. Hidrogeologia dos meios anisotrópicos. In: FEITOSA, A. C.; MANOEL FILHO, J. (org). **Hidrogeologia: conceitos e aplicações**. 2. ed. Fortaleza: CPRM, 2000
- COSTA, Yuri. Entre Barões e Escravos: agonia e morte de Celso Magalhães. In: COSTA, Yuri; CHECHE, Marcelo Galves. **Maranhão: ensaios de biografia & história**. São Luís: Café e Lápis/Eduema, 2011.
- CRIPPA, Adolpho. **Mito e Cultura**. São Paulo: Convívio, 1975.

CYMBALISTA, R. et al. (Org.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume, 2017. pp. 47-60.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês: singularidades da França Equinocial (1612 – 1615)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa**, 1986.

DEL PRETTE, Zilda AP; DEL PRETTE, Almir. **Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2018.

DELGADO, Lucília. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura. **História Oral**, 6, 2003, p. 10-25.

DIAS, C. A. **Grupo Focal: técnicas de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. [S. l.: s. n.], [20--?]. Mimeo.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Nupaub; USP; CEC, 2008.

DORNELLES, Soraia Sales. Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas: um olhar sobre as vilas de índios do Maranhão. **Sæculum – Revista de História**, v. 26, n. 44, p. 308-327, 2021.

DORTIER, Jean François (Dir.). **Dicionário de ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. V. 4. n.1. jan/jun 2012.

EBERSBACH, Renate. **Houses, households, and settlements: architecture and living space**. In: MENOTTI, F.; O’SULLIVAN, A. (eds.). *The Oxford Handbook of Wetland Archaeology*, p. 283-301. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ECO, U. **Sobre o espelho e outros ensaios** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ELIADE, M. **Mito e realidade**. Trad. de PollaCivelli. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ELIADE, Mircea. **Aspectos do Mito**. Martins Fontes, São Paulo, 1986.

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno, cosmo e história**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios: estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA, R. M.; MIRANDA, M. L. **Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Contexto, 2003.

FARIA, Regina Helena Martins. **A Transformação do Trabalho nos Trópicos**: proposta e realizações. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP. 2008.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Ed. Grafset, 2006.

FERNANDES, José Silvestre. Baixada Maranhense. In: **Revista de História e Geografia**. São Luís, ano 1, n.1, f. 25-66, 1946.

FERNANDES, José Silvestres. A baixada maranhense. **Boletim geográfico do Conselho Nacional de geografia**. Rio de Janeiro, ano V, n.53, 1947.

FERREIRA, L. M. Essas Coisas não lhes Pertencem: Relações entre Legislação Arqueológica, Cultura Material e Comunidades. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 7, p. 87-106, 2013. Disponível em:. Acesso em: 5 set. 2022.

FERREIRA, L.M. **Território Primitivo**: A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, maio/jun., 2000.

FERRETI, Sérgio. Encantaria Maranhense de D. Sebastião. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**. Vol. 1, n.1, 2013, p. 262-285.

FRANCO JR., H. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente** – Nova ed. rev.e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FRANCO, José R. C. **Segredos do Rio Maracu**: a hidrogeografia dos lagos de reentrâncias da Baixada Maranhense, Sítio Ramsar, Brasil. São Luís: Lithograf, 2012.

FRANK, Robert. **Questões para a história do tempo presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

FUNARI, P.P.A. **Brazilian archaeology: a reappraisal**. In POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (eds.) *Archaeology in Latin American*. Nova York: Routledge, p. 17-37, 1999.

FUNARI, Pedro P. As estearias no quadro da arqueologia brasileira. In: NAVARRO, Alexandre Guida (org.) **A civilização lacustre e a Baixada Maranhense**: da Pré-História dos campos inundáveis aos dias atuais. Cap 1. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNDAÇÃO LEMANN. **QEDu**: Aprendizado os alunos - Penalva. 2021. Disponível em: <https://www.qedu.org.br>. Acesso em: 12 out 2022.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compendio Histórico Político dos princípios da lavoura no Maranhão**. São Luís, SUDEMA, 1970.

GALVES, Marcelo Cheche; BASILIO, R. S. Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778- 1823). **CLIO** (RECIFE), v. 32, p. 156-175, 2014.

GARCEZ, L. R. N.; MAKOWIECKY, S. Elke Otte Hülse: narrativas ancestrais e técnicas expandidas na tapeçaria. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 12, n. 26, p. 138-158, 2020.

GASPAR LEITE, Eliane. Patrimônio arqueológico do Maranhão: resgate da memória, construção da identidade e fortalecimento da cidadania. In: **Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**, 2. UEMA: São Luís, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Fábula brasileira, ou Fábula saborosa: sábia, divertida, prudente, criativa**. São Paulo: Paulinas, 2005.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOMES, E. S. L. et. al. As lendas nos livros didáticos: uma análise mítica. In: FERREIRASANTOS, M.; GOMES, E. S. L. (Org.). **Educação e religiosidade: imaginários da diferença**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2010. p. 119-140.

GOMES, Mércio P. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2014.

GONDIM, Sônia M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, vol. 12, no. 24, 2003.

HAESBAERT, Rogério. “Por outra regionalização: a região como artefato” IN: **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da et. al. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15.ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HAN, Byung-Chul. . **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes,2015.

HAN, Byung-Chul. **O desaparecimento dos rituais: uma topologia do presente**. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes,2021.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HODDER, Ian. **Interpretación em arqueologia: corrientes actuales**. Barcelona: Crítica, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação patrimonial**. In: BARRETO, Euder Arrais et al. (org.). Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados. Goiânia: UFG, 2008. p. 15-21.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

INFOSANBAS. **Fundação Nacional de Saúde – FUNASA**. 2022. Disponível em: . Acesso em: 22 out. 2022.

ISLA, Alejandro. **Los usos políticos de la identidad: criollos, indígenas y Estado**. Buenos Aires: Libros de la Araucaria, 2009, pp.127-145.

JOHNSON, D. Focus Groups. In: ZWEIZIG, D. et al. Tell it?: **Evaluation sourcebook & training manual**. Madison: SLIS, 1994.

JOHNSON, Walter. “On agency”. **Journal of Social History**, 37: 1, pp.113-124. 2003.

JOLLES, André. **Formas Simples**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix,1976.

KAPP, Karl M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education**. San Francisco: Pfeiffer, 2012.

LA FONTAINE. (1829). **Fábulas**. Lisboa: Temas e Debates, 1997.

LACROIX, M<sup>a</sup> de Lourdes L. **Educação na Baixada Maranhense 1822/ 1889**. São Luís: SECMA, 1982.

LACROIX, Maria de Lourdes L. A criação de um mito. **Outros Tempos**, v. 2, p. 54-80, 2005. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br>>. Acesso em: 23 out. 2022.

LACROIX, Maria de Lourdes L. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1915). **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LANA, F. A.; LANA, L. G. Antes o mundo não existia. Mitologia dos antigos DesanaKehíripõrã. São João Batista do Rio Tiquié: **UNIRT**; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1995.

LANGER, J. A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. Rev. Bras. Hist., 2002 22(43), 2002.

LANGER, Johnni. Mito, história e literatura: as cidades perdidas do Brasil. **História e Perspectivas** (UFU), Uberlândia, n. 14, p. 67-83, 1996.

LATOUR, Bruno. **Como fazer ciência na democracia**. Trad. de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2004.

LE GOFF, Jacques & SCHIMTT, Jean-Claude (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Imprensa Oficial / EDUSC, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEITE FILHO, Deusdedit. Arqueologia dos ambientes lacustres: cultura material, dinâmica sociocultural e sistema construtivo nas estearias da Baixada Maranhense. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, v. 25, n. 2, p. 54-99, 2016.

LEITE FILHO, D. C. Ocupações pré-coloniais no litoral e nas bacias lacustres do Maranhão. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (orgs.). **Arqueologia amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. p. 743-773. 2 v.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

LÉVI-STRAUSS, C. **Palavra dada**. Madrid: Espasa-Calpe, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude et al. **Mito e linguagem social** (Ensaio de Antropologia Estrutural). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

LICAR, Ana Caroline Neres Castro. **“Escripta rudimentar”**: uma polêmica entre Antonio Lobo e Barbosa de Godois. São Luís: café & Lápis, 2012.

LIMA, Olavo Correia et al. **Pré-história maranhense**. São Luís: Gráfica escolar S/A, 1989.

LIMA, Olavo Correia. Ameríndios maranhenses. **Revista do IHGM**. São Luís, v. 59, n. 8, p. 38- 54, 1985a.

LIMA, Olavo Correia. Homo Sapiens stearensis. Antropologia Maranhense, **Revista do IHGM**. São Luís, v. 59, n. 9, p. 33-43, 1985b.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciênc. hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, Abr. 2011.

LOPES DA CUNHA, A. Instituto histórico. In: **Estudos diversos**. São Luís: SIOGE, 1973.

LOPES DA CUNHA, A. Um achado archeologico. Geographia e História. **Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão**. Ano I, n. 1, 1926, p. 77. São Luís, 1926, 98 p

LOPES DA CUNHA, Antônio. . **Presença do Romancero**. Versões Maranhenses. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LOPES DA CUNHA, Antônio. **Alcântara**: Subsídios para a história da Cidade. São Paulo: Siciliano, 2002.

LOPES, Jose Antonio Viana. RODRIGUES, Hugo Calheiros. SILVA, Paulo Henrique C. **Ciência, cidade & poesia** – São Luís: Gráfica e Editora Sete Cores, 2017.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Raimundo (1916). **O Torrão maranhense**. São Luís: Edições AML, 2017.

LOPES, Raimundo. A civilização lacustre do Brasil. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 87-109, 1924.

LOPES, Raimundo. **Antropogeografia**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1956. Edição fac-similar comemorativa ao centenário de fundação da Academia Maranhense de Letras, São Luis: AML, 2007.

LOPES, Raimundo. **Uma região Tropical**. Rio de Janeiro. Fon-Fon e Seleta, 1970.

LUCA, T. T. **“Tem Branco na Guma”**. A nobreza europeia monta corte na Encantaria Mineira. 2010. 258 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LUCCIONE, Gennie. et al (org). **Atualidade do mito**. Tradução de Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Duas cidades, 1977.

LURKER, Manfred. **Dicionário de Simbologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUSTOSA, T. M. A lenda da trava leiteira. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 94–114, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i8.23826. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23826>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MA – Povo Gamela resiste em seu território ancestral enquanto aguarda processo de reconhecimento e demarcação de suas terras. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-povo-gamela-resiste-em-seu-territorio-ancestral-enquanto-aguarda-processo-de-reconhecimento-e-demarcacao-de-suas-terras/>. Acesso em 06 out 2022.

MAGALHÃES, Celso da Cunha. **A Poesia Popular Brasileira**. Maranhão: Dep. De Cultura do Estado, 1966.

MAGALHÃES, Celso. **Um estudo do temperamento** (1881). São Luís: Edições AML, 2019.

MARANHÃO, Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, Frei. **Poranduba Maranhense ou relação histórica da província do Maranhão**. 3.ed. São Luís: Edições AML, 2012.

MARANHÃO. **Diagnóstico dos Principais Problemas Ambientais do Estado do Maranhão**. Instituto Brasileiro De Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis. Secretaria De Estado Do Meio Ambiente E Turismo Do Maranhão. São Luís: Lithograf, 1991.

MARANHÃO. **Documento curricular do território maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (BNCC)**. São Luís: SEEDUC, 2019.

MARANHÃO. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica da Baixada Maranhense**. São Luís: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, 2013.

MARANHÃO. **Plano de ação mais IDH: diagnóstico preliminar**. São Luís: IMESC, 2015. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/atlas/Home/diagnostico>. Acesso em: 8 out. 2022.

MARANHÃO. **Unidades de conservação Estaduais**. São Luís: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, 2020.

MARQUES, César Augusto (1870). **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3ª Ed. – São Luís: Edições AML 2008.

MARQUES, César Augusto. (1870) **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste brasileiro**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MARTINS, Adonae Marques. **Penalva: história da fundação**. Gráfica Santa Clara, 2014.

MARTINS, Dayse M. **A pesquisa em arqueologia no Brasil oitocentista**. In: SANTOS, Leandro Antônio dos; ALMEIDA, Ranna Iara de Pinho Chaves. Pesquisa histórica e abordagens multidisciplinares no campo científico. 1 ed. Santa Maria RS: Arco Editores, 2021, v.1, p. 20-30.

MARTINS, Dayse M. et al . The Legend of Zelda: Jogos Eletrônicos e Intervenções Pedagógicas na Abordagem sobre Medievalismo. **Revista Hipertexto**, v. 4, p. 21-52, 2014.

MARTINS, Dayse M. **Por uma história da inclusão de alunos com transtorno mental na Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. In: MONTENEGRO, Rúbia Kátia Azevedo (Org). Educação: possibilidades e caminhos. Campo Grande: Editora Inovar, 2019.

MARTINS, Dayse M; BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista . A Gamificação No Ensino De História: O Jogo ‘Legend Of Zelda’ Na Abordagem Sobre Medievalismo. **Holos** (Natal. Online), v. 7, p. 299-321, 2016.

MARTINS, Dayse Marinho **Das trevas da ignorância à civilização: os Capuchinhos e a educação pela fé na França Equinocial (1612 – 1615)**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MARTINS, Dayse Marinho. **Currículo e historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902 – 2013)**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

MARTINS, J. R. . Os intérpretes do Brasil: pensamento sociopolítico lastreado no fluxo de ideias, narrativas e realidades na busca de uma identidade nacional brasileira. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, p. 308-336, 10 jan. 2017.

MARTINS, Manoel Barros. **Operários da saudade: Os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2006.

MARTINS, Manoel de Jesus B. Missas Negras na Nova Aurora: tradição, decadência e renovação no Maranhão na República Velha. **Ciências Humanas em Revista**. V.2n.2. São Luís: Edufma, 2004

MASSAUD, Moisés. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MASTROCOLA, Vicente Martin, **Doses Lúdicas: breves textos sobre o universo dos jogos e entretenimento**. Edição do autor: São Paulo, 2013.

MASULLO, Y. A. G. ; RODRIGUES, A. L. S. ; RANGEL, M. E. S. . Caracterização geomorfológica aplicada ao ecoturismo da Ilha do Livramento ? Ma. In: II Simpósio de Geografia Física do Nordeste, 2008, João Pessoa - PB. **Anais do II Simpósio de Geografia Física do Nordeste**, 2008.

MAYER, Sidney Luiz. **Jesuítas no estado do Maranhão e Grão-Pará: convergências e divergências entre Antônio Vieira e João Filipe Bettendorff na aplicação da liberdade dos índios**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

MEGALE, Nilza Botelho. **Folclore brasileiro**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEIRELES, Mario. **História do Maranhão**. 2.ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MEIRELES, Mario. **França Equinocial**. São Luís: SECMA, 1982.

MENDES NETO, Gonçalo. **Cantando e politicando: cultura e imaginário dos jingles eleitorais do município de Penalva (1969-1992)**. São Luís: Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2013.

MENDES NETO, Gonçalo. **Sebo x Embroma: disputas políticas em Penalva**. [S.n.], 2009.

MENDONÇA, Áureo Viegas. **Resgate histórico da cidade de Viana**. São Luís: Viegas, 2022.

MENDONÇA, Flaviomiro S. **O estudo das estearias sob o olhar de Raimundo Lopes e novas reflexões**. São Luís: Monografia (Graduação em História).– Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2019.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Termos Literários**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MONTEIRO, John M. Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios: Entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista de história**, São Paulo, v. 149, p. 109-137, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O crepúsculo dos Grandes**. A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MONTELLO, Josué. **Cais da Sagração**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MORAES, Jomar (Ed.). **Livro do sesquicentenário de Celso Magalhães (1849-1999)**. Ministério Público do Estado do Maranhão, Academia Maranhense de Letras, 1999.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de Literatura Maranhense**. 2ª ed. aum. São Luís: Sioge, 1977.

MORAES, Jomar. **O rei touro e outras lendas maranhense**. São Luis: SIOGE, 1980.

MORAES, José. **História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Grão-Pará [1759]**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.

MOSSÉ, Claude. (1924). **Dicionário da civilização grega**. Tradução Carlos Ramalhete, com a colaboração de André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOURA, E.G. de (Coord.). **Agroambientes de transição entre o trópico úmido e o semiárido do Brasil**. São Luís: UEMA, 2004.

NAEDZOLD, Simone de Souza; COSTA, Débora Pereira Lucas. Memes: efeitos de sentido nas redes sociais. **Revelli**, Vol. 13. 2021.

NAVARRO A. La anaconda como serpiente-canoa: mito y chamanismo en la Amazonía Oriental, Brasil. **Boletín de Antropología**, v. 36, n. 61, p. 164-186, 18 mar. 2021a.

NAVARRO, A. As cidades lacustres do Maranhão: as estearias sob um olhar histórico e arqueológico. **Diálogos**, v. 21, n. 3, p. 126-142, 1 set. 2017a.

NAVARRO, A. G. 2018. New evidence for late first-millennium AD stilt-house settlements in Eastern Amazonia. **Antiquity**, [S. l.], v. 92, n. 366, p.1586-1603, 2018a.

NAVARRO, A. G. Arqueologia da Baixada Maranhense: o caso das estearias. In: UFMA (org). **Caderno de Pesquisa**. v.20, n.3. São Luís: UFMA, 2013a

NAVARRO, A. G. Arte e estilo nas estearias maranhenses. **Arquivos**. Belo Horizonte, v. 25 n. 1-2 dez 2017c.

NAVARRO, A. G. **Civilização lacustre do Maranhão**: arqueologia e história indígena da Baixada Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2019.

NAVARRO, A. G. et al. O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 869-894, 2017b.

NAVARRO, A. G. Morando no meio de rios e lagos: mapeamento e análise cerâmica de quatro estearias do Maranhão. **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 31, n. 1, p.73-103, 2018b.

NAVARRO, A. G. O povo das águas: carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da baixada maranhense. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 20, n. 3, p. 57–64, 2013b

NAVARRO, A. G. Sobre el concepto de espacio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, MAE/USP, v. 17, p. 3-21, 2007.

NAVARRO, A. G.. Navegando pelo Turiaçu: a reprodução cosmológica do rio Amazonas e o mito da cobra-canoa e sua relação com as estearias do Maranhão . **História (São Paulo)**, v. 40, 2021b

NAVARRO, A. G.; GERMANO, N. Desprezo das riquezas?: elementos da cultura material indígena na crônica de João Daniel (século XVIII). **Revista História em Reflexão - Revista Eletrônica**, v. 13, p. 154-181, 2019.

NAVARRO, A.. O Laboratório de Arqueologia (LARQ-UFMA): uma década de pesquisa arqueológica no Maranhão. **Tessituras**: Pelotas, v. 10, p. 292-323, 2022.

NAVARRO, A.; MARTINS, D. M. .; GOUVEIA NETO, J. C. . O imaginário do mundo das águas: lendas, narrativas e histórias ancestrais sobre a vida dos povos das estearias. **Revista Nordestina de História do Brasil**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 45–61, 2021.

NAVARRO, Alexandre Guida. **As estearias do Maranhão: a pesquisa acadêmica do Laboratório de Arqueologia da UFMA**. São Luís: EDUFMA, 2018.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A Espiral do Silêncio: Opinião Pública - nosso tecido social**. Estudos Nacionais, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projetos História**. São Paulo, dez. 1993, p. 07-28.

NOVAES, Irlane Regina Moraes. **Ana Jansen: empreendedorismo feminino no século XIX**. Tese (Doutorado). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace>. Acesso em: 07 nov 2020.

OBSER, H.; LEÔN, L. de. **Encyclopaedia britânica do Brasil**. Publicações LTDA: Rio de Janeiro, 1997

OLIVA, Anderson Ribeiro. A Invenção da África no Brasil: Os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. **Revista África e Africanidades**. Ano I, n. 4, fev. 2009.

OLIVEIRA, E. F. Por trás das imagens: de onde vêm as imagens do Google Earth, Nasa World Wind e Virtual Earth 3D. **Revista Infogeo-online**, n. 42, 2008.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. Os Novos Atenienses: saudade e poesia como invenção do Maranhão. **Ciências Humanas em Revista** - São Luís, v. 5, número especial, junho 2007. Pp. 135-144, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo. **Filosofia da Ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, S. M.; LIMA, A.S. de. **O Mito na formação da identidade** (Dissertação) Universidade Federal da Amazônia – UFAM, 2006.

PAIVA, José Maria. **Colonização e catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

PALACIOS, David Alejandro Ramírez. "Bruno Latour e a Geografia: O Território Desde Uma Perspectiva Não-Moderna." **Espaço e Cultura** , n. 46, dez 2019.

PÁTARO R. F.; CALSA G. C. Reflexões sobre a pesquisa com grupos focais nas ciências sociais e humanas: a questão da quantidade de participantes, proveniência e local de organização. **Ciências Sociais**. Unisinos, 56(1), 1-12.

PENALVA DO CASTELO. **Rede de percursos culturais**. Penalva do Castelo -Viseu: ArqueoHojeLd, 2014.

PENALVA. **Lei Orgânica do Município de Penalva-MA**. Penalva: Câmara Municipal de Penalva, 1990.

PEREIRA, Josenildo de J. A lei 10 639/03 e as representações da África na cultura ocidental. **Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia**. V 2, N 2, abr 2009.

PEREIRA, Josenildo de J. Africanidades nos subterrâneos da formação do Novo Mundo. In: SOUZA FILHO, Benedito. (Org.) **Entre dois mundos: escravidão e a diáspora africana**. São Luís: EDUFMA, 2013.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na Fronteira do Cárcere e do Paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão Oitocentista**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2001.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, C. U. P. **Estudos etnobiológicos. Baixada Maranhense. Etnobotânica; botânica econômica; etnoecologia**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2003.

PINHEIRO, Claudio Urbano B; AROUCHE, Galdino. **Os recursos naturais, a socioeconomia e a cultura no município de Penalva – MA**. São Luís: Gráfica e Editora Aquarela, 2013.

PINSKY, Jaime. **O Brasil que os europeus encontraram**. São Paulo: Contexto, 2002.

PINTO, Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra. **A cobra nas tradições populares**. Edições Muiraquitã, 2012.

PISCITELLI, A. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, 2005, p. 150–200

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.200-212.

POSSAS, H. de M. Poéticas orais: sopros da tradição na contemporaneidade. **Raído**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 139–148, 2010.

POZZO, Clayton Ferreira Dal. Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. **Revista Nera**, ano 15, n. 21, 2012.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: UnB, 1992.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nossa país**. 2ª ed. revista – Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2007.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática, 1993.

RAMNOUX, C. Mitológica do tempo presente. In: LUCCIONE, Gennie. et al (org). **Atualidade do mito**. Tradução de Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Duas cidades, 1977.

REICHEL-DOLMATOFF, G. **Amazonian Cosmos**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. **Cosmology as Ecological Analysis: A View from the Rain Forest**. *Man* 11:307-318, 1976.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología**. Madri: Akal, 2007.

RIBEIRO, Rita. **Ana Jansen**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. 3v. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RIES, Julien. **Mito e rito: as constantes do sagrado**; tradução Silvana Cobucci Leite. Petrópolis, RJ : Vozes, 2020.

ROCHA, Everardo P.G. **O que é Mito**. Editora brasiliense. São Paulo. 2012.

ROCHE, C. **Avaliação de Impacto de Trabalhos de ONGs**. São Paulo: Cortez: Oxfam, 2000.

RODRIGUES, Eliana Teles. **“A gente faz a varja”**: territorialidade, estratégias de uso de recursos, identidade e conflitos na Ilha de Marajó, Pará. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2013.

ROELS, J.; VERSTRAETE, W. Biological formation of volatile phosphorus compounds. **Bioresource Technology**, [S. l.], v. 79, n. 3, p. 243–250, 2001.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALDANHA, Marcos. **Estudo sobre a arqueologia pré-histórica do Maranhão**. Monografia. (Licenciatura plena em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2001.

SALGADO FILHO, N. **Tarquínio Lopes Filho: médico, político, jornalista, administrador que virou mito**. São Luís: EDUFMA, 2015.

SANTOS JUNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. **Tempo**, Niterói , v. 23, n. 3, p. 483-502, Dec. 2017.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **Os governos das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, G. P. **Mistérios e encantos da fantástica ilha flutuante**. São Luís: SECMA, 1990.

SANTOS, Gilmar. **Formoso Natureza**. São Luís: Independente: 2013. CD. 50 min.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. A questão: o uso do território. In: SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. cap. 1. p. 19-22.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. Universidade de São Paulo- USP. **GEOgraphia**, ano. 1, n. 1.1999.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Wellington Barbosa dos. **Confederações abolicionistas no Maranhão na segunda metade do séc. XIX (1870-1888)** Monografia (Graduação) – Curso em História, Universidade Estadual do Maranhão, 2008a, 52f.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org's.). **Territórios e Territorialidades: teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap.4, p.73-93.

SCHRAMM, João Francisco. **A Força Aérea Brasileira e a investigação acerca de objetos aéreos não identificados (1969- 1986): segredos, tecnologias e guerras não convencionais**. (Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História orientador: Virgílio Caixeta Arraes) Brasília: Universidade de Brasília UNB, 2016.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SEED, Patrícia. **Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo (1492 – 1640)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SÉKULA, Ricardo José. **Os memes como exercício de contrapoder a discursos políticomidiáticos: uma reflexão a partir dos debates eleitorais de 2014**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis, UFSC, 2016.

SILVA, Claudicélio Rodrigues da. **As Ilhas da Encantaria: o Rei Sebastião na poesia oral nutrindo imaginários**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Bolsa Família: verso e reverso**. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico- metodológicos**. 2. ed. São Paulo: Veras; São Luís: GAEPP, 2013.

SIMÕES, M. F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Acta Amazônica*, Manaus, v. 11, n. 1, p. 149-165, 1981. Suplemento.

SOARES, J. J. L. **Curacanga**. São Luis: Ed. Hally, 2012.

SOUSA FILHO, Raimundo de Jesus. **Historiadores diletantes**: um estudo sobre motivação, metodologia e a relação entre o discurso e a construção de identidades locais. Projeto de pesquisa. (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SOUZA, José Coelho de. **Os jesuítas no Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Uma outra história, a escrita indígena no Brasil. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 169-180, 2020

SOUZA, M. L. Território e (des) territorialização. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. cap. 4, p. 77-110.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2000.

STONE, Lawrence. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. IN: NOVAIS, Fernando. SILVA, Rogerio F. da (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 09-36.

SUESS, Paulo. **O Catolicismo Popular no Brasil**: Tipologia de uma religiosidade vivida. São Paulo: Loyola, 1979.

TRIGGER, Bruce G. **Historia del Pensamiento Arqueológico**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

UEMA. Laboratório de Geoprocessamento – LABGEO. **Atlas do Maranhão**, 2. ed. São Luís: Geplan, 2002.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem**. 2017. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>> acessado em 24 out 2022.

VALE, José de Sá et al. **Antologia maranhense**. São Luís, MA: Tipografia Comercial de Ramos de Almeida, 1937.

VAZ, L. G. D. “Um achado archeologico” – O IHGM e a pesquisa arqueológica no Maranhão. In: **Caderno de resumos do Seminário Nacional Arqueologia e Sociedade**: construindo diálogos e parcerias para a preservação do patrimônio arqueológico do Maranhão. IPHAN. São Luís, 2011.

VEGINI, V.; VEGINI, R. L. Narrativas da tradição oral kujubiniã: memória, identidade e cultura. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 179-199, 2017. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/190>. Acesso em: 16 jun. 2022.

VERNANT, Jean-Pierre. **O mito e a sociedade na Grécia antiga**. Trad. Myriam Campello. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Populário Maranhense** (Bibliografia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ São Luís: Secretaria de Cultura do Maranhão, 1972.

VIEIRA, Antonio. **Cartas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

VON SPERLING, E. **Morfologia dos lagos e represas**. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental-DESA/UFMG, 1999.

WITTMAN, Luiza Tombini. (Org.). **Ensino (d)e história indígena**. Belo Horizonte, Autêntica, 2015. 202 p.

ZANOLLA, Silvia Rosa Silva. **Videogame, educação e cultura: pesquisas e análise crítica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

ZIERER, Adriana. **Artur**. São Paulo: Planeta, 2004.

ZIERER, Adriana. **Da Ilha dos bem aventurados à busca do Santo Graal: uma outra viagem pela Idade Média**. São Luís: Ed. UEMA/Apoio FAPEMA, 2013.

ZIERER, Adriana. **Estudos medievais no Maranhão: primeiros olhares** (org.). São Luís: Eduema, 2017.

ZIERER, Adriana. Paraíso versus Inferno: A Visão de Túndalo e a Viagem Medieval em Busca da Salvação da Alma (Séc. XII). In: **MIRABILIA**. Revista de História Antiga e Medieval. Vol. 2, 2003.

ZIERER, Adriana; OLIVEIRA, Solange P. **A História Medieval no Brasil e no Maranhão em perspectiva: ensino e pesquisa**. *Mirabilia Journal*, v. 28, p. 634-656, 2019.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A - Carta de Apresentação****Carta de Apresentação****São Luís, 02 de Janeiro de 2020.**

Prezado(a),

A aluna **Dayse Marinho Martins**, do curso de Doutorado em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes da Universidade Federal do Maranhão desenvolve pesquisa intitulada “A ‘**CIDADE DOS LAGOS**’: narrativas ancestrais sobre as estearias no município de Penalva – MA” para elaboração de tese, tendo sua participação na amostra intencional do campo de pesquisa. Com isso, solicito sua colaboração no sentido de permitir que realize a coleta de dados sobre suas percepções do tema.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

*Dayse Marinho Martins (Pesquisadora)*

*Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro (Orientador)*

**APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Prezado (a) Participante,

Estamos desenvolvendo a pesquisa intitulada “A ‘CIDADE DOS LAGOS’: narrativas ancestrais sobre as estearias no município de Penalva – MA buscando Analisar as narrativas ancestrais elaboradas pela população do município de Penalva – MA” sobre as estearias, tendo sua participação na amostra intencional do campo de pesquisa.

A sua participação é muito importante. Para tanto, solicitamos a sua autorização, abaixo assinada para participar de entrevista gravada em mídia digital e para publicação dos resultados obtidos.

O seu nome permanecerá em anonimato e as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins do estudo. Todas as informações requeridas, bem como dúvidas surgidas, serão imediatamente prestadas pela pesquisadora, que se compromete a divulgar os resultados obtidos ao final do trabalho. Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, caso deseje. As gravações serão apagadas, após o término desse estudo.

Desde já agradecemos a sua colaboração e colocamos à disposição para qualquer esclarecimento.

*Dayse Marinho Martins (Pesquisadora)*

*Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro (Orientador)*

Depois de lidos os itens de esclarecimento acima, me declaro ciente e de pleno acordo em participar voluntariamente do estudo, sabendo que os resultados obtidos farão parte de tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes da Universidade Federal do Maranhão, tendo assinado o presente termo em duas vias de igual teor, das quais recebi cópia.

Local e data: \_\_\_\_\_

Participante: \_\_\_\_\_

Pesquisador: \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE C - Roteiro de diálogo – Penalva do Castelo**

**Objetivo:** Identificar versões sobre o processo de constituição histórica do município de Penalva-MA.

- 1. Dados Pessoais** (Idade, gênero, naturalidade, formação acadêmica, atividade profissional, setor de atuação, tempo de exercício na profissão e na função atual).
- 2. Atuação na instituição** (atribuições, nível de envolvimento com o público, relação da função com a abordagem de aspectos históricos da cidade).
- 3. Dados da cidade** (localização, breve histórico, práticas culturais, locais e eventos históricos).
- 4. Sobre vinculações da cidade com outro território:**
  - a. Conhecimento de algum vínculo de Penalva do Castelo com outro território;
  - b. Conhecimento sobre o Brasil e a relação com Portugal;
  - c. Informações a respeito do Maranhão;
  - d. Ciência da existência de uma cidade maranhense chamada Penalva;
  - e. Noção sobre documento ou referência oral que vincule a cidade de Penalva – MA a colonizadores portugueses provenientes de Penalva do Castelo;

## **APÊNDICE D - Roteiro para grupo focal, entrevistas e forms**

**Objetivo:** Identificar narrativas ancestrais da população penalvense sobre as estearias.

- 1. Dados Pessoais** (Idade, gênero, religião, naturalidade, escolaridade, ocupação, endereço).
- 2. Vivências** (com quem reside, local de residência, tempo de residência no local, onde morou antes desse local, por que escolheu viver nele, qual sua relação com a cidade).
- 3. Conhecimento sobre Penalva** (localização, ambiente, sociedade, história, cultura, lazer e eventos).
- 4. Percepção sobre Penalva:**
  - a) Pontos positivos e negativos;
  - b) Como era a vida antigamente e o que mudou hoje em dia;
  - c) Lugares marcantes na sua história em Penalva;
  - d) Seu sentimento pela cidade;
  - e) O que considera importante em Penalva;
  - f) O que deve ser valorizado na cidade e quais suas riquezas.
  - g) Conhece histórias sobre a cidade.
- 5. Sobre as estearias:**
  - a. Tem conhecimento dos esteios nos lagos de Penalva;
  - b. No que consistem os esteios e a quem são atribuídos
  - c. Manteve contato com os esteios e em qual contexto;
  - d. Presenciou ou tem conhecimento de pessoas que manuseiam os esteios;
  - e. Conhece histórias contadas sobre os esteios;
  - f. Conta histórias sobre os esteios;
  - g. Ouviu falar dos esteios em instituições: igreja, escola, associação etc
  - h. Tem alguma história pessoal envolvendo os esteios;
  - i. Percepção sobre o valor dos esteios;
  - j. Ações a serem realizadas com os esteios;

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Martins, Dayse Marinho.

A "Cidade dos Lagos" : narrativas ancestrais sobre as  
estearias no município de Penalva MA / Dayse Marinho  
Martins. - 2023.

280 f.

Orientador(a): Alexandre Guida Navarro.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em  
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,  
2023.

1. História Global. 2. Sítios Arqueológicos. 3.  
Estearias. 4. Narrativas Ancestrais. 5. . I. Navarro,  
Alexandre Guida. II. Título.